

Relatório Semestral 1S2023



Banco Santander Totta, S.A.	
Mapa de Indicadores	3
Mensagem do Presidente da Comissão Executiva	4
Cultura Corporativa, Prémios, Distinções e Outros Factos Relevantes no 1.º semestre de 2023	5
Banca Responsável	8
Órgãos Sociais	10
Atividade e Resultados	
Enquadramento da Atividade	12
Principais Riscos e Incertezas para o Segundo Semestre de 2023	16
Áreas de Negócio e Suporte ao Negócio	17
Informação Económica e Financeira	22
Factos Relevantes Após o Término do Período	29
Gestão de Risco	
Modelo de Gestão e Controlo de Riscos	30
Gestão de Riscos no 1.º Semestre de 2023	34
Risco Operacional	39
Cumprimento e Conduta	41
Informação Complementar	
Prevenção de branqueamento de capitais	43
Estrutura acionista	44
Movimento de ações próprias	44
Indicadores Alternativos de Desempenho	45
Declaração Código de Valores Mobiliários	48
Demonstrações Financeiras	49
Notas às Demonstrações Financeiras	55

Mapa de Indicadores

BALANÇO E RESULTADOS (milhões de euros)	Jun-23	Jun-22	Var.
Ativo líquido	54.073	58.271	-7,2%
Crédito a clientes (líquido)	40.965	42.566	-3,8%
Recursos de clientes	44.963	48.917	-8,1%
Total do Capital Próprio	3.533	3.310	+6,7%
Margem financeira	581,2	368,9	+57,6%
Comissões líquidas e outros resultados de exploração	236,7	248,0	-4,6%
Produto bancário	831,3	641,3	+29,6%
Resultado de exploração	554,6	360,7	+53,7%
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	480,7	340,2	+41,3%
Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas do BST	316,4	232,0	+36,4%

RÁCIOS	Jun-23	Jun-22	Var.
ROE	17,5%	10,9%	+6,6 p.p.
ROA	1,2%	0,8%	+0,4 p.p.
Rácio de Eficiência	31,3%	39,9%	-8,6 p.p.
Rácio CET 1*	16,1%	16,4%	-0,3 p.p.
Rácio Tier 1*	18,7%	16,4%	+2,3 p.p.
Rácio de capital*	21,2%	18,8%	+2,4 p.p.
Rácio de <i>Non-Performing Exposure</i>	2,1%	2,2%	-0,1 p.p.
Cobertura de <i>Non-Performing Exposure</i>	88,6%	82,1%	+6,5 p.p.
Custo do crédito	0,06%	0,01%	+0,05 p.p.
Crédito / Depósitos (rácio de transformação)	109,9%	103,1%	+6,8 p.p.

NOTAÇÕES DE RATING (longo prazo)	Jun-23	Jun-22
FitchRatings	A-	BBB+
Moody's	Baa1	Baa2
Standard & Poor's	BBB+	BBB
DBRS	A	A

OUTROS DADOS	Jun-23	Jun-22	Var.
Colaboradores**	4.630	4.671	-41
Colaboradores em Portugal**	4.626	4.659	-33
Pontos de atendimento	377	386	-9
Postos de atendimento em Portugal	376	383	-7

* Fully implemented com resultado líquido de dividendos a distribuir

** Critério Headcount

Mensagem do Presidente da Comissão Executiva



O semestre que agora terminou proporciona-nos a oportunidade de partilhar um balanço da nossa atividade, assente na missão de contribuir para a prosperidade dos nossos clientes, das empresas e, em última análise, da nossa sociedade. O relatório e contas semestral é um instrumento crucial nesta introspeção, delineando o caminho que temos vindo a percorrer e orientando o que está por vir.

Começo por destacar três áreas que representam desafios significativos para a nossa perspetiva económica.

Primeiro, apesar da resiliência que a economia tem demonstrado, antecipamos uma desaceleração gradual da inflação e a manutenção da taxa de desemprego próxima do nível de pleno emprego. Estas flutuações de mercado exigem uma atenção contínua e ajustes estratégicos da nossa parte.

Em segundo lugar, prevemos que as taxas de juro se manterão elevadas por um período prolongado. Este cenário tem um impacto na nossa atividade, e vai exigir uma gestão de capital ainda mais rigorosa.

Por fim, os reembolsos antecipados têm afetado o crescimento do crédito, especialmente nos empréstimos hipotecários. A somar, empresas com um fluxo de caixa saudável necessitam de menos endividamento, o que nos desafia a adaptar a nossa abordagem para garantir um crescimento sustentável.

Apesar destes desafios, estamos confiantes de que permanecemos no rumo certo para alcançar um desempenho financeiro muito positivo em 2023. No primeiro semestre, mantivemos uma trajetória bastante positiva, impulsionada pela subida das taxas de juro e pela transformação contínua do nosso modelo de negócio, que nos tem permitido melhorar a eficiência operacional e proporcionar uma experiência superior aos nossos clientes.

A nossa visão continua clara e ambiciosa: pretendemos ser o banco líder em Portugal, oferecer um serviço de excelência aos nossos clientes, proporcionar um desempenho financeiro atrativo para os nossos acionistas de forma sustentável e ser reconhecidos como o melhor lugar para trabalhar.

Para alcançar esta visão, temos bem definidas três áreas de atuação prioritária. A primeira é continuar a nossa agenda de transformação, simplificando e automatizando processos e integrando a inovação tecnológica com uma relação humana próxima e genuína. A segunda é manter uma disciplina financeira rigorosa, gerindo os custos e garantindo uma alocação de capital rigorosa e uma definição de preços otimizada e personalizada dos nossos produtos. Por último, queremos continuar a investir no desenvolvimento dos nossos colaboradores, criando um ambiente de trabalho inspirador e inclusivo. Neste capítulo, fomos reconhecidos como *Top Employer 2023* em Portugal pelo *Top Employers Institute*.

O reconhecimento da excelência do nosso trabalho, a nível nacional e internacional, é também motivo de orgulho. Fomos distinguidos pela *Euromoney* como o "Melhor Banco em Portugal" e pela *World Finance* com os prémios de "Melhor Banco de Retalho em Portugal", "Melhor *Private Banking*" e "Melhor Fundo de Pensões". Adicionalmente, a *OnStrategy* considerou a marca Santander como a marca bancária mais forte e energética em Portugal.

Essa força e energia resultam do trabalho do grupo excepcional de profissionais que compõem o Santander em Portugal. Somos uma referência em boas práticas, tanto a nível nacional como no Grupo Santander, graças à dedicação e empenho de todas as nossas equipas.

Somos, de facto, as escolhas que fazemos e a nossa escolha é continuar a trabalhar em conjunto para superar desafios, aproveitar oportunidades e garantir um futuro próspero para o nosso banco. Agradeço a todos pela dedicação e empenho na construção do nosso sucesso.

Pedro Castro e Almeida

Cultura Corporativa, Prémios, Distinções e Outros Factos Relevantes no 1S2023

O Santander em Portugal



O Santander Portugal é um banco de referência do sistema financeiro português, que tem como missão contribuir para o desenvolvimento das pessoas e das empresas. Servindo mais de 2,8 milhões de clientes, o Santander tem como visão ser a melhor plataforma aberta de serviços financeiros, atuando de forma responsável e conquistando a confiança dos colaboradores, clientes, acionistas e sociedade.

O Banco tem vindo a apostar na digitalização, na simplificação de processos e na inovação, prestando um serviço mais próximo e personalizado aos seus clientes, de modo a proporcionar-lhes a melhor experiência possível. Decorrente desta aposta, tem havido um forte investimento em tecnologia, com grandes impactos na melhoria de processos. Por ano, são assinados digitalmente mais de 1 milhão de documentos (quatro vezes mais do que há dois anos). Foram implementados novos processos de suporte totalmente *paperless* e mais capacidades para gestão remota com os clientes.

O investimento em máquinas de *selfbanking* continuou, de forma a oferecer aos clientes um serviço de caixa em auto-serviço 24 horas por dia, 7 dias por semana. Ao todo, dispomos já de 257 máquinas de *selfbanking* nos balcões, o que representa um aumento de 95,4% dos balcões que oferecem este serviço.

O Santander tem feito também uma grande aposta em produtos e serviços inovadores, como o lançamento de soluções de pagamento digitais, que permitem aos clientes pagar as suas compras com qualquer dispositivo móvel em todo o mundo.

Esta transformação tem contribuído para o crescimento do número de clientes digitais, que já ultrapassa os 1,1 milhões, representando 63,5% do total de clientes. Os que utilizam a *App mobile* têm vindo também a crescer, sendo já 900 mil..

Por outro lado, o Banco está comprometido com a construção de uma economia mais verde e, para isso, está a ajudar os seus clientes a realizar escolhas sustentáveis e na transição para um modelo de negócios net zero. Neste âmbito, em 2023, o Santander lançou uma nova funcionalidade na *App*, inovadora no setor da banca, para ajudar os clientes a conhecer e compensar a sua pegada de carbono, com base nas compras efetuadas com cartão bancário e nos débitos diretos. Os clientes podem aceder ainda a conselhos e boas práticas para reduzir a sua pegada de carbono e, de uma forma simples e rápida, utilizar a *App* para compensá-la através da compra de créditos de carbono.

No âmbito social, a capacidade de impacto na Sociedade foi largamente reforçada através da criação da Fundação Santander Portugal, com a missão de transformar a vida das pessoas e das empresas. O propósito é investir no futuro de Portugal, apoiando a educação de todas as gerações e promovendo a mobilidade social para uma sociedade mais desenvolvida, justa, inclusiva e sustentável.

Nesse sentido, foram lançados vários programas e atribuídas mais de 5 mil bolsas no país, com o objetivo de dotar quer estudantes universitários, quer a população adulta em geral, de um conjunto de competências relevantes para o seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Prémios, distinções e outros factos relevantes no 1.º Semestre de 2023



Melhor Banco em Portugal

O Santander foi distinguido como o "Melhor Banco em Portugal" pela revista norte-americana *Global Finance*, no âmbito dos "World's Best Banks 2023". A revista adianta que as premiadas "são as instituições que melhor souberam responder às necessidades dos seus clientes em mercados difíceis e obtiveram os melhores resultados, estabelecendo as bases de sucesso para o futuro". E as que "foram capazes de gerir os seus ativos e passivos de uma forma inteligente, tendo em conta os cenários de taxas de juro em constante mudança".

O Santander foi igualmente distinguido como "Melhor Banco em Portugal" pela revista *Euromoney*, no âmbito dos *Euromoney Awards for Excellence 2023*. A publicação destaca os excelentes resultados do banco em 2022.

Melhor Banco em Portugal



Melhor Banco de Retalho em Portugal

O Santander foi eleito o "Melhor Banco de Retalho" em Portugal pela revista *World Finance*, no âmbito dos *World Finance Banking Awards 2023*. Estes prémios visam distinguir os Bancos com melhor desempenho em todo o mundo, sendo os vencedores deste ano "os que estão em melhor posição para dar o exemplo e assumir a liderança durante este período macroeconómico incerto". De acordo com a publicação, "apesar de múltiplos fatores, como uma política monetária mais rigorosa, a inflação, as dificuldades na cadeia de abastecimento e os choques energéticos que tiveram um efeito cascata no setor, alguns bancos conseguiram destacar-se durante estes tempos difíceis".

O Santander foi premiado pela revista *Global Finance*, pelo segundo ano consecutivo, como o "Melhor Banco para PME" em Portugal, no âmbito dos "SME Bank Awards 2023". Este prémio, que está na sua segunda edição, distingue as instituições financeiras que melhor respondem às necessidades das PME nos seus mercados, reconhecendo o apoio prestado e a qualidade dos serviços oferecidos.

Melhor Banco para PME em Portugal



Melhor Private Banking em Portugal

A revista *Euromoney* elegeu o Santander como o "Melhor Private Banking Internacional" em Portugal. É a 12.ª vez consecutiva que a publicação distingue este segmento do Santander.

O Santander foi premiado pela revista *Euromoney* como o “Melhor Banco de *Trade Finance*” em Portugal, vencendo nas categorias de “Líder de Mercado” e de “Melhor Serviço”. A *Euromoney* destacou, pelo quarto ano consecutivo, o “contributo notável do Banco para o setor de negócio internacional”.

Melhor Banco de *Trade Finance* em Portugal



Melhor *Private Banking* em Portugal

A *World Finance* também elegeu o Santander como o “Melhor *Private Banking*” em Portugal.

O Santander foi eleito, pelo segundo ano consecutivo, o Banco Mais Responsável em Portugal, ao ocupar o primeiro lugar do setor no *ranking* da Merco ESG 2022.

Banco Mais Responsável – ESG em Portugal



Melhor *Settlement & Custody - Euronext Lisbon Awards*

O Santander foi selecionado pela *Euronext* como o intermediário financeiro que efetuou o maior número de emissões de ações e obrigações registadas na *Euronext Securities* Porto (e não admitidas à negociação), ponderado pelos respetivos montantes.

A *World Finance* elegeu o Santander como o “Melhor Fundo de Pensões” do País.

Melhor Fundo de Pensões em Portugal



Banca Responsável

Destaques

O Santander continua comprometido com a sua missão de contribuir para o desenvolvimento das pessoas e das empresas, apoiando um crescimento inclusivo e sustentável.

Pelo segundo ano consecutivo, o Santander Portugal foi eleito como o Banco Mais Responsável em Portugal, ao ocupar o primeiro lugar do setor no *ranking* da Merco ESG 2022. A elaboração do *ranking* baseou-se na avaliação de diretores e de vários especialistas, entre os quais, analistas financeiros, jornalistas de informação económica, ONG, sindicatos e associações de consumidores. Teve também o contributo dos monitores Merco Consumo, através do qual foi auscultada a população em geral.

Cultura forte e inclusiva

- Dispor de um local de trabalho diverso e inclusivo, que promova o bem-estar dos colaboradores continua a ser uma prioridade estratégica para o Santander. Uma equipa diversa e inclusiva é essencial para a transformação cultural e para cumprir a estratégia do Banco. Nesse sentido o Santander tem algumas áreas de ação:
 - Promoção da diversidade de género.
 - Programa de empregabilidade de pessoas com deficiência.
 - Atenção especial à neurodiversidade;
 - Apoio à criação da comunidade
- Na diversidade de género foram definidas pelo Grupo Santander diversas métricas como Mulheres no Conselho de Administração ou em cargos de chefia bem como a igualdade salarial para a mesma função entre homens e mulheres. Medimos estes indicadores incluindo o *equal pay gap* e *gender pay gap*.
- Foi mantido, também, o programa de emprego de pessoas com necessidades específicas, onde existem diversas parcerias com ONGs para identificar candidatos. Neste momento, contam-se já 2,3% de colaboradores com necessidades específicas.
- O Santander foi certificado, no início deste ano, como empresa familiarmente responsável AExcelente, num programa criado pela Fundação *Másfamilia*. Em Portugal, só existem duas grandes empresas com esta certificação e o Santander é uma delas. Para alcançar esta certificação contribuíram as mais de 75 medidas de apoio disponíveis para todos os Colaboradores do Santander.

- O Santander Portugal foi certificado como *Top Employer* 2023 em Portugal pelo *Top Employers Institute*, empresa esta que certifica as melhores políticas e práticas globais de recursos humanos.
- A Santander *Women Network* Portugal lançou as *Santander Women Talks*, que têm como objetivo sensibilizar, apoiar e dinamizar iniciativas que promovem, acima de tudo, o equilíbrio de género nos diferentes eixos de vida, com destaque para o ambiente familiar e profissional. A *Santander Women Network* Portugal é formada por um grupo maioritariamente de mulheres, porém aberto a toda a comunidade.

Apoio à transição verde (*Green Finance*)

De forma a atingir os objetivos ambientais, o banco continua a desenvolver iniciativas para reforçar a capacidade de realizar operações ambientalmente conscientes.

Para dar resposta à ambição de ser *Net Zero* até 2050 foram criadas soluções de financiamento ambientalmente responsável para os clientes ajudando-os na sua transição para uma economia mais verde:

- **2.296 milhões de euros em Assessoria** na estruturação e colocação do financiamento ao portfólio de renováveis da Finerge, e ao plano de expansão do mesmo, utilizando uma estrutura inovadora de "*variable amortization*"
- **O FEI e o Santander assinaram em março de 2023 um acordo apoiado pelo InvestEU para garantir até 250 milhões de euros** em empréstimos para empresas em Portugal. O FEI deu uma garantia ao Santander para apoiar investimentos sustentáveis, bem como empresas ativas nos setores de educação e cultura. Os financiamentos a conceder beneficiarão de uma garantia de 70% do FEI e terão uma maturidade máxima de 12 anos.
- Foi lançada uma nova funcionalidade na *One App*, inovadora no setor bancário para ajudar os clientes a conhecer e medir a sua pegada de carbono, com base na tipologia dos seus gastos com cartão bancário ou débito direto. A pegada de carbono pode ser consultada mensalmente, em kg de CO₂ ou equivalente em número de árvores, existindo a possibilidade de compensar as emissões individuais.
- O Santander é líder no programa IFRRU iniciado em 2018, no qual financiou 245 projetos com um investimento total de 688 milhões de euros (257 milhões do Santander Portugal).

- Relativamente à pegada de carbono, o Banco Santander mantém-se neutro em carbono face à sua atividade própria através da compensação das suas emissões. Adicionalmente, 100% da eletricidade consumida pelo Santander continua proveniente de fontes renováveis.
- Destaca-se ainda a manutenção da iniciativa de cartões biodegradáveis e recicláveis, assim como a não utilização de plásticos desnecessários nos edifícios.

Inclusão e empoderamento financeiro

- Em 2019, o Grupo Santander comprometeu-se a atingir os 10 milhões de pessoas empoderadas financeiramente, através de iniciativas que promovessem o acesso, a resiliência e a educação financeira. Este objetivo foi atingido antecipadamente, sendo que o Santander Portugal contribuiu significativamente para tal.
- Entre as iniciativas que permitiram o Banco atingir este objetivo antes do tempo, destaca-se o programa Aqui & Agora, uma linha de atendimento especial e personalizado, sem limite de tempo no atendimento, para clientes não digitais com mais de 70 anos.
- Pessoas em situações económicas desfavoráveis são apoiadas através do Programa IRIS, através da renegociação da dívida.
- Por fim, com programas como o Contas à Vista e o *Junior Achievement*, desenvolvidos pela Fundação Santander Portugal, promovem-se sessões de literacia financeira

entre jovens e nas escolas. Estas atividades contam ainda com a participação de colaboradores do Banco, que utilizam a sua experiência profissional para enriquecer estas sessões.

Apoio à comunidade

- Durante o primeiro semestre foi publicado o primeiro Relatório de Atividades da Fundação Santander Portugal, que no seu primeiro ano realizou um investimento social de 4.745 milhões de euros e apoiou mais de 35 mil pessoas. O relatório pode ser consultado aqui (<https://fundacaosantanderportugal.pt/a-fundacao/>).
- No mês de maio, o Santander Portugal abriu as portas aos candidatos do Projeto Destino: Emprego da Associação Salvador. Neste evento, estiveram presentes 36 empresas, 26 candidatos, e foram realizadas 210 entrevistas.
- O Santander tornou-se um dos parceiros fundadores do primeiro centro TUMO em Portugal. O projeto baseia-se num conceito educativo inovador e colaborativo, no qual jovens dos 12 aos 18 anos têm possibilidade de adquirir, gratuitamente, competências em 8 áreas temáticas na interseção da tecnologia com a criatividade
- É apoiado o *Global Teacher Prize* em Portugal, uma iniciativa de âmbito internacional por muitos considerada como o "Prémio Nobel" da Educação que visa reconhecer os professores que contribuem para a excelência na educação, para a inovação e para a descoberta de novas respostas educativas.

ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente:	António Maria Pinto Leite
Vice-Presidente:	Ricardo Andrade Amaro
Secretário:	Secretário da Sociedade

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:	José Carlos Brito Sítima
Vice-Presidente:	Pedro Aires Coruche Castro e Almeida
Vogais:	Amílcar da Silva Lourenço
	Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais
	Cristina Alvarez Alvarez
	Daniel Abel Monteiro Palhares Traça
	João Pedro Cabral Tavares
	Isabel Cristina da Silva Guerreiro
	Manuel António Amaral Franco Preto
	Manuel Maria de Olazabal y Albuquerque
	Maria Manuela Machado Farelo Ataíde Marques
	Miguel Belo de Carvalho
	Remedios Ruiz Macia
	Ricardo Lopes da Costa Jorge

COMISSÃO DE AUDITORIA

Presidente:	Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais
Vogais:	Daniel Abel Monteiro Palhares Traça
	João Pedro Cabral Tavares
	Manuel Maria de Olazabal y Albuquerque
	Maria Manuela Machado Farelo Ataíde Marques

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. representada por José Manuel Henriques Bernardo

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente:	Pedro Aires Coruche Castro e Almeida
Vice-Presidente:	Manuel António Amaral Franco Preto
Vogais:	Amílcar da Silva Lourenço
	Isabel Cristina da Silva Guerreiro
	Miguel Belo de Carvalho
	Ricardo Lopes da Costa Jorge

COMITÉ DE RISCOS

Presidente:	Manuel Maria de Olazábal Albuquerque
Vogais:	Daniel Abel Monteiro Palhares Traça
	João Pedro Cabral Tavares
	Maria Manuela Machado Costa Farelo Ataíde Marques
	Remédios Ruiz Macia

COMITÉ DE REMUNERAÇÕES

Presidente:	João Pedro Cabral Tavares
Vogais:	Daniel Abel Monteiro Palhares Traça
	Manuel Maria de Olazábal Albuquerque
	Maria Manuela Machado Costa Farelo Ataíde Marques
	Remédios Ruiz Macia

COMITÉ DE NOMEAÇÕES

Presidente:	Daniel Abel Monteiro Palhares Traça
Vogais:	Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais
	Cristina Alvarez Alvarez
	João Pedro Cabral Tavares
	Manuel Maria de Olazábal Albuquerque

COMISSÃO DE VENCIMENTOS

Presidente:	Jaime Pérez Renovales
Vogal:	Maria Alexandra Teixeira Peres Brandão Palma Cavaco

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Secretário Efetivo:	Bruno Miguel dos Santos de Jesus
Secretários Suplentes:	Marta Maria Appleton de Serpa Pimentel Marques

Enquadramento da Atividade

Economia Internacional

A conjuntura económica, durante o primeiro semestre de 2023, esteve condicionada pelo novo contexto de inflação elevada e de normalização da política monetária.

A combinação de vários fatores na resposta à pandemia, incluindo estímulos monetários e fiscais, assim como a libertação da procura que esteve reprimida durante a pandemia, conduziu, no ano de 2022, a uma forte aceleração da inflação (para máximos de mais de três décadas) e requereu uma rápida reversão da política monetária.

Em resultado, os principais bancos centrais executaram um ciclo de subida das taxas de juro de referência que é dos mais rápidos e de maior dimensão desde o início dos anos 1980.

A política monetária mais restritiva, em conjunto com a dissipação dos efeitos de base relacionados com a pandemia (e a recuperação pós-pandémica), assim como com os efeitos da guerra em curso decorrente da invasão da Ucrânia pela Rússia, resultaram em que o crescimento económico tem vindo a desacelerar, embora de forma muito diferenciada entre as principais economias.

Apesar deste contexto, e da desaceleração em curso, o crescimento da economia mundial revelou maior resiliência no decurso do primeiro semestre do ano, fruto da dinâmica no setor dos serviços, em especial do turismo. A reabertura plena das economias, que foi ocorrendo ao longo de 2022, e subsequente alteração dos padrões de consumo novamente em favor dos serviços, permitiu que estes se aproximassem da tendência pré-pandémica, contribuindo para um volume de atividade mais sustentado.

Em resultado, o Fundo Monetário Internacional, na regular atualização das projeções económicas de julho, reviu em alta ligeira as projeções de crescimento para o ano de 2023, mas a manter não só o cenário de desaceleração como o de crescimento abaixo da tendência de longo prazo.

A desaceleração ocorreu de mais pronunciada nas economias desenvolvidas do que nas emergentes, fruto também do maior endurecimento da política monetária. De entre as economias desenvolvidas, a Europa e, em especial a zona euro, tem sido a mais afetada, pelos efeitos da guerra. Nas economias emergentes, as projeções sinalizam continuação de crescimento em linha com o observado em 2022, mas ainda abaixo da tendência de longo prazo.

Os riscos permanecem enviesados em baixa, relacionados com a persistência da inflação, tensões nos mercados financeiros num quadro de dívida elevada, e a fragmentação adicional da

economia global em blocos.

Adicionalmente, há riscos associados à evolução da economia chinesa, que permaneceu, neste período, pressionada pelo conjunto de choques relacionados com a pandemia, ampliados pela moderação da procura externa, pelo que a atividade não retomou ainda os níveis pré-pandemia. Por outro lado, continuaram a manifestar-se os problemas sistémicos no setor imobiliário, no contexto de fraca procura interna e excessivo endividamento dos principais agentes do setor. Nesta envolvente, as autoridades chinesas têm adotado medidas procurando mitigar os principais riscos, mas num contexto de fracas perspetivas de crescimento económico.

Crescimento Económico Mundial

	2021	2022	2023P
Mundo	6,3	3,5	3,0
Países Avançados	5,4	2,7	1,5
EUA	5,9	2,1	1,8
UEM	5,3	3,5	0,9
Reino Unido	7,6	4,1	0,4
Japão	2,2	1,0	1,4
Países em Desenvolvimento	6,8	4,0	4,0
África	4,7	3,9	3,5
Ásia	7,5	4,5	5,3
China	8,4	3,0	5,2
Europa de Leste	7,3	0,8	1,8
Médio Oriente	4,4	5,4	2,5
América Latina	7,0	3,9	1,9
Brasil	5,0	2,9	2,1

Fonte: FMI (julho de 2023)

Nos EUA, a economia manteve um ritmo de crescimento sustentado, acima de 2% (em variação trimestral anualizada) nos dois primeiros trimestres do ano. O consumo privado manteve algum dinamismo, embora progressivamente afetado pela subida dos preços e consequente redução do poder de compra. O mercado laboral manteve-se bastante dinâmico, com criação líquida de emprego e a estabilidade da taxa de desemprego em redor de 3,5%.

A inflação desacelerou, para 3,2% em julho, mas a desaceleração face aos máximos decorre, em grande medida, da evolução dos preços da energia e matérias-primas, que desceram face ao pico do ano passado. A inflação subjacente, que exclui a alimentação e energia, situou-se em 4,7%, fruto da dinâmica dos preços dos serviços (+6,1%), por sua vez influenciados pela situação no mercado de trabalho.

Em resultado, a Reserva Federal subiu as taxas de juro de referência em julho, após uma pausa em junho, elevando a taxa dos *Fed funds* para o intervalo 5,25%-5,5%, num total de subidas de 525pb desde que iniciou o ciclo em março de 2022.

Na zona euro, a atividade económica revelou-se bastante débil, afetada logo em 2022 pela guerra e choque energético. O PIB registou uma ligeira contração no 4T22 e uma estagnação no primeiro trimestre de 2023 (em cadeia). Já no segundo trimestre, o PIB cresceu 0,3% em cadeia.

Os países *core* da União Europeia e, em especial, a Alemanha (que já esteve em recessão técnica no 4T22 e 1T23), foram bastante afetados pela guerra na Ucrânia e subsequente choque energético, registando crescimentos homólogos abaixo da tendência de longo prazo.

Apesar deste entorno de crescimento, o desemprego permaneceu em mínimos (em 6,4% em junho de 2023), o que permitiu mitigar parcialmente o impacto da elevada inflação sobre o rendimento disponível das famílias.

A inflação tem vindo progressivamente a desacelerar, mas permaneceu, a julho, ainda muito acima do objetivo do BCE, de 2,0%, com a inflação total a situar-se em 5,3%, em julho, e a inflação subjacente em 5,5%.

Em julho, o Banco Central Europeu subiu as taxas de juro de referência em 25pb, colocando a taxa de depósito em 3,75% e a taxa refi em 4,25%, ou seja, uma subida de 425pb desde que o ciclo se iniciou em julho de 2022. Apesar de ter deixado em aberto a possibilidade de uma pausa na reunião de setembro de 2023 (mas dependente dos dados entretanto divulgados), reforçou a mensagem de que os riscos de inflação permaneciam enviesados em alta, fruto da alteração dos fatores subjacentes à dinâmica dos preços. Numa primeira fase, a inflação refletiu sobretudo fatores exógenos, em especial a subida dos preços das matérias-primas e da energia, mas no segundo trimestre de 2023 refletia sobretudo fatores endógenos, como a evolução dos salários e das margens empresariais.

Nos mercados financeiros, a rápida subida das taxas de juro pelos bancos centrais, em especial nos EUA, traduziu-se num conjunto de perturbações em várias instituições bancárias, que tinham descurado a adequada gestão de riscos, nomeadamente a gestão de ativos e passivos (ao terem o seu balanço exposto a ativos de taxa fixa num contexto de subida de taxas) e a gestão de liquidez (ao financiarem o ativo, com maturidades elevadas, através de depósitos voláteis). Em resultado, nos EUA, ocorreram três intervenções em bancos, de grande dimensão: Silicon Valley Bank, Signature Bank e, já em maio, o First Republic Bank, que estava a sofrer uma saída desordenada de depósitos.

Igualmente no final de março, os problemas que há muitos anos afetavam o Credit Suisse conduziram à intervenção das autoridades suíças e à venda do banco à UBS. O facto de os

detentores de AT1 terem visto o *write-down* permanente das suas exposições (uma especificidade do regime de resolução bancária na Suíça) afetou os mercados *wholesale*, com o seu virtual encerramento durante cerca de duas semanas, sem emissões de dívida, colateralizada ou não, por parte das instituições financeiras europeias.

A partir de meados de abril assistiu-se à progressiva normalização das condições de mercado e, nos EUA, a rápida intervenção das autoridades, permitiu igualmente estabilizar os depósitos nos bancos regionais e locais, que tinham sido os mais afetados.

Nos mercados de rendimento fixo, foi visível alguma tensão, em termos de subida das *yields* da dívida pública, de forma relativamente generalizada, não tendo ocorrido situações de perturbações pontuais (como seria o alargamento de *spreads* entre o *core* e a periferia da zona euro, por exemplo).

A 11 de agosto, a *yield* alemã situava-se em 2,62% e a *yield* portuguesa, para o prazo dos 10 anos, em 3,3%, o que representa, face ao final de 2022, uma subida de 6pb na Alemanha e uma descida de 28pb em Portugal. Por seu lado, a *yield* norte-americana, também para o prazo dos 10 anos, subiu 24bp, para 4,14%.

Ao nível das taxas de juro de curto prazo de mercado, continuaram igualmente a sua senda ascendente, refletindo a atuação dos bancos centrais. As taxas Euribor 3 meses alcançaram os níveis mais elevados desde 2008, enquanto as taxas do dólar norte-americano estão em máximos desde 2007.

Economia Portuguesa

Em Portugal, a atividade económica voltou a caracterizar-se por um maior dinamismo no início do ano, com um crescimento em cadeia de 1,6% (homólogo de 2,5%), refletindo sobretudo efeitos de base relacionados com o comércio internacional e a evolução dos preços dos bens, enquanto o crescimento moderado do consumo privado foi insuficiente para compensar a retração do investimento.

No segundo trimestre, o PIB estagnou, em cadeia, com um crescimento de 2,3% face ao período homólogo, desta feita por reversão dos efeitos ao nível do comércio internacional, que anularam o modesto crescimento do consumo privado.

As exportações, neste período, caíram mais do que as importações, muito fruto da dinâmica dos serviços, que contraíram cerca de 5% em cadeia.

Dados Macroeconómicos

	2021	2022	2023P
PIB	5,5	6,7	2,6
Consumo Privado	4,7	5,7	1,8
Consumo Público	4,6	2,4	0,2
Investimento	10,1	2,7	-4,8
Exportações	13,4	16,7	8,3
Importações	13,2	11,0	3,3
Inflação média	1,3	7,8	4,3
Desemprego	6,6	6,0	7,5
Saldo Orçamental (% do PIB)	-2,9	-1,8	-0,8
Dívida pública (% do PIB)	125,4	113,9	105,2
Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	0,5	-0,5	1,1

Fonte: INE, Banco de Portugal, Min. Finanças; Previsões: BdP e Estudos Santander Portugal

Apesar desta estagnação (partindo de um primeiro trimestre bastante forte), a economia portuguesa evidenciou uma relevante resiliência, em especial ao nível do comportamento das famílias, que beneficiam do quadro de pleno emprego.

Com efeito, apesar da elevada inflação e da rápida subida das taxas de juro (com a esmagadora maioria do crédito das famílias indexado a taxa variável), o consumo privado apenas contraiu no último trimestre de 2022, e a dinâmica observada no primeiro semestre de 2023 foi consistente com a progressiva recuperação das vendas a retalho.

Para a resiliência das famílias muito contribuiu a situação no mercado laboral, com a taxa de desemprego a descer para 6,1% no segundo trimestre do ano, fruto de uma maior criação de emprego.

Contudo, este tom positivo foi anulado pelo facto de a economia ter perdido empregos de trabalhadores mais qualificados (nos últimos 12 meses o emprego de trabalhadores com o ensino superior completo reduziu-se em 128 mil pessoas, enquanto o emprego de pessoas com o ensino básico aumentou em 171

mil), uma dinâmica que pode ter repercussões sobre o potencial de crescimento no médio prazo.

O investimento evoluiu de forma moderada, afetado pela mais lenta execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Contudo, os volumes do PRR foram ampliados para 22,2 mil milhões de euros, com um incremento de 2,4 mil milhões em subvenções e 3,2 mil milhões de euros em empréstimos, o que permitiu a inclusão de novos investimentos e o reforço do investimento em medidas já constantes do plano inicial.

A inflação desacelerou ao longo do segundo trimestre do ano, para 3,1% em julho de 2023, face à média de 6,1% observada durante todo o primeiro semestre do ano (e ao máximo de 10,4% observado em outubro de 2022). A desaceleração resultou, tal como noutras economias, da dinâmica dos preços da energia e de outras matérias-primas, a que acresceu também o efeito da implementação de IVA zero sobre um conjunto de 46 bens alimentares.

À semelhança do que se verifica na zona euro, a inflação subjacente desacelerou mais lentamente, situando-se em 4,7% (face ao pico de 7,3% observado em dezembro de 2022), refletindo a evolução dos preços dos serviços, que a julho de 2023 cresceram 5,0%.

As famílias beneficiaram também do stock de poupança acumulado durante o período da pandemia, e refletido no crescimento dos depósitos junto do setor bancário até ao final de 2022. Em 2023, esse stock foi utilizado para fazer aos encargos mais elevados, seja pela inflação, seja pelo maior serviço da dívida, mas também para reduzir o endividamento.

Em função da rápida subida das taxas de juro ativas face às taxas passivas, muitas famílias decidiram amortizar antecipadamente, parcial ou totalmente, os seus créditos à habitação, como forma de mitigar o efeito da subida das taxas. Por outro lado, houve também uma procura muito significativa de ativos financeiros alternativos, destacando-se os Certificados de Aforro que, até ao final de maio, tinham uma taxa de remuneração máxima de 3,5%. No primeiro semestre do ano, a subscrição líquida deste produto de aforro do Estado ascendeu a 13,6 mil milhões de euros.

O endividamento do setor privado não financeiro reduziu-se para 179% do PIB (-18pp face ao 1T22), no primeiro trimestre, fruto da redução quer do endividamento das empresas (em 13pp, para 117%) e das famílias (em 5pp, para 62% do PIB).

A dívida pública também se reduziu, até junho, em 12pp, para 111% do PIB, o nível mais baixo desde 2012, em pleno período de ajustamento.

A execução orçamental beneficiou do contexto inflacionista, que permitiu um importante crescimento da receita fiscal (+8,4%, acumulado a junho), combinado com a condição de pleno

emprego. Contudo, o Estado aumentou as transferências para as famílias, em apoios variados, assim como procedeu à atualização de salários na Função Pública e das pensões.

A junho, o saldo das Administrações Públicas, na ótica da contabilidade pública, traduziu-se num excedente de 4,8 mil milhões de euros, correspondente a um saldo primário positivo de 8,2 mil milhões de euros. A receita das AP cresceu 14,1% e a despesa 6,5%, mesmo incluindo um acréscimo da despesa de capital em 16%.

Como referido anteriormente, a dinâmica das taxas de juro de financiamento da República refletiu as dinâmicas de mercado, com uma descida da *yield* a 10 anos em 28bp, para 3,3%.

A notação de risco da República atribuída pelas agências S&P, Fitch e Moodys é de BBB+ (estável), BBB+ (estável) e Baa2 (positive), respetivamente. A agência DBRS Morningstar reviu em alta o rating, para A (estável).

Nota: texto escrito com a informação disponível até 11 de agosto de 2023.

Principais Riscos e Incertezas para o 2.º Semestre de 2023

Os principais riscos e incertezas para a atividade do Santander em Portugal no decurso do segundo semestre de 2023 resultam dos fatores que tinham sido identificados para o corrente ano no Relatório Anual de 2022 e das suas implicações sobre a atividade económica e sobre o sistema financeiro: (i) a guerra em curso na Ucrânia; (ii) a inflação mais elevada; e (iii) a prossecução de políticas monetárias restritivas pelos bancos centrais.

A guerra prossegue (à data de 11 de agosto), subsistindo os riscos dela resultantes, do ponto de vista da instabilidade geopolítica, em termos das perturbações nos mercados de *commodities*, em especial agrícolas, e também energéticas, mas também sobre a confiança dos agentes económicos.

A inflação, apesar da desaceleração já ocorrida no decurso do primeiro semestre, permanecia ainda acima dos objetivos dos bancos centrais (de 2%), com a predominância de fatores internos, relacionados com as políticas de preços pelos agentes económicos e com a resiliência do mercado laboral. Neste contexto, apesar dos claros sinais de abrandamento da atividade económica, os principais bancos centrais continuaram a sinalizar que a política monetária permanecerá restritiva até que a inflação evidencie sinais claros de convergência para o objetivo de estabilidade dos preços, ou seja, as taxas de juro poderão permanecer em níveis elevados durante um período de tempo mais prolongado.

A conjugação destes fatores conduziu a uma progressiva revisão em baixa das projeções de crescimento, de forma relativamente generalizada, apesar da maior resiliência no primeiro semestre. Os agentes económicos já iniciaram o ajustamento ao contexto de elevada inflação e taxas de juro mais altas com uma moderação do consumo privado e do investimento, e já refletida numa diminuição dos volumes de nova produção de crédito, hipotecário e a empresas.

Por outro lado, a subida das taxas de juro poderá afetar a qualidade do ativo das instituições financeiras, situação ainda dependente da plena transmissão da subida das taxas de juro ao crédito (que é mais desfasado no crédito hipotecário, onde o indexante variável de base ascende até aos 12 meses).

Um terceiro vetor de transmissão decorre dos efeitos da subida das taxas de juro sobre valor dos ativos, financeiros mas também reais, como o imobiliário, considerando a significativa sensibilidade deste setor à evolução das taxas de juro.

Em março de 2023, nos EUA, a inadequada gestão dos riscos de liquidez e de taxa de juro por algumas instituições resultou na necessidade de intervenção, através da aplicação de medidas de resolução, em três bancos regionais de média dimensão, e resultando num período de instabilidade financeira, com saída de depósitos em vários bancos regionais, travado pela rápida atuação das autoridades.

Por outro lado, o processo de venda do Credit Suisse à UBS teve repercussões sobre os mercados financeiros *wholesale*, com o seu virtual encerramento durante duas semanas, sem emissão de dívida, por instituições financeiras, contribuindo para uma deterioração do risco de liquidez e de financiamento.

Em consequência, a atividade do Santander em Portugal irá continuar a decorrer num contexto de grande incerteza, de menor crescimento económico e com maior interligação dos fatores de risco, cujos efeitos se podem fazer sentir de forma mais rápida e mais abrupta, como se verificou neste primeiro semestre do ano.

O Santander em Portugal irá continuar executar a sua estratégia, de apoiar o progresso das pessoas e das empresas, assente nas suas políticas de adequada gestão da liquidez (e materializada na disponibilidade de uma almofada de liquidez correspondente a mais de 45% dos depósitos) assim como do risco de crédito (materializada em baixos rácios de NPL e custo do crédito), sem prejuízo da constante monitorização da qualidade creditícia, combinada com uma adequada política de alocação de capital nas operações ativas.

Áreas de Negócio e Suporte ao Negócio

Particulares e Negócios, Empresas e Institucionais

O primeiro semestre de 2023 ficou marcado pela forte subida de taxas de juro, com impacto relevante na procura de crédito sobretudo em particulares, na gestão dos empréstimos em curso e na política de remuneração das poupanças.

Como resposta a esta situação de mercado, a estratégia da área comercial passou um aumento da contactabilidade e da proximidade dos clientes com vista a ajudar as famílias a encontrar as melhores soluções financeiras, seja para mitigar o aumento das taxas de juro no crédito, seja para remunerar as poupanças através de depósitos, o que não acontecia de forma expressiva há muitos anos.

O Santander em Portugal, ao longo do primeiro semestre de 2023, prosseguiu a sua estratégia de crescimento da relação comercial e transaccional com os seus clientes, alavancada no seu propósito de contribuir para o progresso das pessoas e empresas

A melhoria da experiência dos clientes foi também uma prioridade, a medição constante do NPS (*Net Promoter Score*) e a preocupação de uma boa hospitalidade e um atendimento eficiente ajudaram a consolidar a posição do Santander no TOP 3 da banca nacional em NPS na *Marktest*.

O apoio do Banco aos projetos das famílias e empresas permaneceu sólido, através da originação e renovação de operações em crédito hipotecário, pessoal e a empresas, e de instrumentos de crédito, de liquidez e de gestão de tesouraria, num volume médio mensal superior a 1,5 mil milhões de euros.

Transformação de Balcões e Simplificação de Processos

A capacitação tecnológica dos Balcões e a simplificação de processos é um exercício de melhoria contínua, que o banco tem acelerado nos últimos anos.

Neste primeiro semestre teve especial relevância o novo processo de manutenção de contas e atualização de dados, o processo de gestão de irregulares e a nova operativa de Gestão Interna de Caixa. Destaque-se ainda a centralização de todas as tarefas administrativas nos *Hubs* operativos, com melhoria em vários processos como a Habilitação de Herdeiros, a gestão da compensação diária, transferências nacionais e internacionais, entre outras.

A introdução de 50 novas VTMs (*Virtual Teller Machine*) permitiram aumentar o auto-serviço, fazer depósitos em notas e moedas, bem como troco e destroco. São já mais de 155 o

Balcões com VTMs e estão já em curso a instalação de mais 60, para juntar às 110 MDR (que permitem depósitos de notas) e 186 ATM-DV com possibilidade de depósito.

Mais de 80% dos Balcões têm hoje a possibilidade de aceitar depósitos e levantamentos em *self-service* 24 horas por dia e 7 dias por semana.

Particulares

No segmento de particulares, com o aumento da taxa de juro, o crédito à habitação e pessoal, registaram uma redução da procura de operações novas, em relação ao semestre homólogo. Existiu, também, por parte dos clientes do Banco, uma amortização e uma renegociação fortes dos seus créditos.

Destaque-se o peso crescente das contratações de crédito pessoal remoto, quer através de autosserviço (*App* e *Netbanco*), quer através da equipa de vendas remotas.

Neste enquadramento global, de menor procura de crédito, o Banco reforçou o foco na captação de novos clientes.

Destaquem-se as várias campanhas de adesão para menores, para reativação de clientes e para novas adesões à conta ordenado, com resultados relevantes sobretudo no segundo trimestre. Destaque-se também o novo processo de abertura de conta 100% online, com chave móvel digital ou com videoconferência.

No primeiro semestre de 2023, os clientes do Santander incrementaram o seu relacionamento com o Banco, com um crescimento homólogo dos pagamentos e transferências superior a 17%, para mais de 48 milhões de operações, fruto da utilização dos canais digitais assim como também dos cartões, de débito e crédito, disponibilizados pelo Banco (e cujo número aumentou mais de 6% face ao mesmo período de 2022). Neste mesmo período, foram realizados quase 23 milhões de levantamentos de dinheiro, um incremento de 4%, em termos homólogos.

No que respeita a Seguros Autónomos, foi lançado o novo Seguro Proteção Lar, que conta agora com uma jornada omnicanal e simplificada; o produto foi também revisto, de forma a melhor responder às necessidades dos Clientes. Também o Seguro Auto foi revisto para permitir a contratação a clientes no âmbito dos seus contratos de leasing automóvel.

Foi reforçada a oferta de seguros a Empresas, com os novos Seguros Cyber e Leasing Mobiliário, que completam o esforço de lançamento de produtos com a JV Mapfre Santander. Ainda neste segmento, onde a capacidade de fazer propostas personalizadas para cada cliente é particularmente relevante, o

Banco passou a ter a capacidade para fazer propostas *tailor-made* de Saúde para Empresas.

Nos Seguros Associados ao Crédito, o Santander continuou a otimizar a experiência dos clientes nas jornadas de crédito com os seguros em contexto, principalmente na vertente de auto-serviço. Foi revista a posição competitiva, fortalecendo a oferta de valor para fazer face à mudança acelerada que se tem testemunhado nesta tipologia de produtos.

Nos primeiros seis meses do ano foram originadas mais de cem mil apólices, tendo o total de apólices colocadas junto dos clientes do Banco ascendido a mais de 1,25 milhões (+3% face ao período homólogo).

Empresas e Negócios

No primeiro semestre de 2023 o Santander manteve o foco na ambição de ser o parceiro de confiança das empresas no processo de recuperação e transformação da economia portuguesa, mantendo um forte compromisso no apoio ao tecido empresarial português, colocando à disposição uma rede comercial otimizada, com profissionais experientes e capacitados que estão centrados na busca da solução que melhor se adequa às necessidades das empresas em cada momento. A *App* do Santander, alvo de constantes melhorias contínuas, a destacar-se positivamente pela sua usabilidade e que foi complementada com a evolução de novos modelos de negócios que apoiam as empresas na capacitação dos seus recursos.

A Sustentabilidade focada na mitigação dos riscos inerentes às alterações climáticas focou o Santander Portugal também na melhoria da eficiência energética, tendo a título de exemplo a manutenção da oferta de soluções fotovoltaicas, numa parceria com a EDP, o que permite às empresas reduzir os custos energéticos, contribuindo assim para o incremento da sustentabilidade ambiental.

Uma das grandes prioridades para o Santander Portugal, no âmbito dos Fundos Europeus, continua a ser o apoio aos projetos de investimento público e privado. Nesse sentido, através da parceria com Consultoras Especializadas, foi mantido o apoio a todas as etapas dos projetos de investimento, desde a sua análise até à sua concretização.

No site público, na página dedicada aos Fundos Europeus, o Santander disponibiliza toda a informação relevante e atualizada que permite ao cliente ter acesso aos diversos programas, agendas de investimento e avisos de candidatura ativos de forma organizada e onde as linhas FEI e BEI assumiram especial relevância.

Disponibilização para as microempresas de uma abertura de conta 100% *online*, de uma forma simples e rápida, que se pretende alargar progressivamente a todo o mercado. Foi conjugada com esta nova possibilidade, o lançamento de uma

Nova Oferta – *Ready, Start e Grow* – permitindo às empresas escolherem a conta ideal para o seu negócio.

No âmbito das empresas, o Turismo, a Agricultura, a Economia Social e a Saúde mantêm-se como sectores estratégicos para o Banco Santander, assumindo um papel de destaque na economia.

O segundo semestre será dinamizado também pelo lançamento de programas para apoio a algumas respostas sociais, mantendo-se o esforço de investimento na requalificação e aumento de capacidade das diversas repostas sociais, num esforço partilhado entre o Estado e Administração Local, Entidades do Sector Social e Banca, corporizados no Programa Pares ou de avisos específicos integrados no PRR.

A visão integrada pelo Santander do cluster da Saúde permite acompanhar de perto os *players* do Setor em Portugal, colocando-se na cadeia de valor deste segmento, criando e mantendo relações de proximidade com as principais associações e ordens profissionais.

A Banca Institucional em Portugal posiciona-se ao lado dos clientes deste segmento, tanto ao nível das entidades públicas, mantendo uma forte presença junto das Regiões Autónomas, dos Municípios e respetivas Empresas Municipais, como ao nível da vertente das entidades participadas pelo Estado, com uma oferta diferenciadora e adequada a cada um dos seus clientes contribuindo para o aumento da relação, fidelização e satisfação com o Banco.

Reforço do posicionamento do Banco junto dos seus clientes empresas, através da proximidade da rede comercial que conta com os melhores profissionais do mercado, do desenvolvimento de produtos e serviços específicos de cada negócio, da criação de vantagens financeiras e não financeiras adequadas às necessidades dos clientes e da presença nos eventos mais relevantes de cada setor.

Já no Negócio Internacional, o Santander Portugal continua a manter uma sólida quota de mercado na maioria das operações de *Trade Finance*, inclusive superior à sua quota de mercado natural na área de empresas, sinal inequívoco da confiança dos clientes na estrutura profissional do Banco, e na sua imagem de solidez e credibilidade nos mercados internacionais, com forte destaque para operações relacionadas com critérios ESG, nomeadamente no setor das fotovoltaicas e biocombustíveis.

O *International Desk* do Banco Santander Portugal apoia as multinacionais que estão presentes nas várias geografias do grupo com formação específica sobre os mercados, a sua economia, e a forma de as empresas se estabelecerem nestes países, tendo no primeiro semestre sido dado especial foco ao Brasil, México e Espanha.

Estrangeiros e Residentes no Exterior

Com a crescente internacionalização em Portugal, nomeadamente o investimento estrangeiro e a entrada de estrangeiros no país para fazer face à escassez de mão de obra, o Banco mantém uma oferta de abertura de conta a estrangeiros com residência em Portugal.

Para atender às comunidades de portugueses e lusodescendentes residentes no estrangeiro, bem como a promoção e captação de clientes estrangeiros que escolhem Portugal para investir e/ou estabelecer a sua residência, o banco dispõe ainda de um serviço de gestão remota de clientes residentes no exterior – o *Santander Próximo International*, criado em 2021, o qual tem vindo a reforçar e a consolidar a sua atuação e as suas competências.

Trata-se de um balcão digital, dedicado a clientes que residem fora de Portugal, que disponibiliza um serviço de atendimento especializado em várias línguas e com recurso a toda a tecnologia necessária para acompanhamento à distância e uma equipa 100% dedicada a estes clientes.

Wealth Management and Insurance

A generalidade dos indicadores de negócio do *Private Banking* do Santander Portugal durante o primeiro semestre de 2023 evoluíram de uma forma bastante positiva, beneficiando por um lado de um momento globalmente mais positivo de mercado, e da sempre próxima relação que os gestores mantém com as carteiras e com a sua base de clientes. O património gerido do segmento cresceu cerca de 6% no semestre, com um crescimento de 13% em fundos, seguros e mandatos discricionários.

Quanto aos fundos de investimento, registou-se uma variação de carteira na ordem dos 287 milhões de euros, tendo os ativos sob gestão convergido para os 4 185 milhões de euros. Neste apartado realce-se os fundos de obrigações que beneficiaram de 224 milhões de euros de subscrições líquidas. Lançaram-se ao longo do semestre dois fundos de investimento de maturidade definida.

Na área de Seguros Financeiros verificou-se um maior dinamismo no segmento de banca privada, com a promoção de dois novos *Unit Linked's* específicos de obrigações de maturidade definida com prazos de 3 e 5 anos. A carteira de seguros encerrou com ativos de 3 335 milhões de euros, tendo registado um incremento de 78 milhões de euros.

As soluções de Reforma constituíram um foco muito relevante da atividade comercial, orientado para a promoção de planos programados de entregas ajustados à realidade individual de cada cliente.

Em simultâneo e com o âmbito de promover a proximidade junto de clientes, foram realizadas mais quatro sessões que

envolveram os principais clientes e os respetivos gestores, com o intuito de esclarecer os clientes em relação ao desempenho dos produtos financeiros de forma extremamente interativa.

Corporate and Investment Banking

A área de *Corporate & Investment Banking* tem vindo a manter uma oferta diferenciada no segmento da Banca de Investimento em Portugal, colocando à disposição dos clientes soluções de valor acrescentado. Este posicionamento tem permitido a participação de diversas transações relevantes.

Na área de *Global Debt Financing*, os primeiros 6 meses do ano continuaram marcados, entre outros, pela liderança do banco nas principais operações de financiamento de energias renováveis em Portugal, onde se destaca a conclusão da assessoria financeira à *Finerge*, através da qual o banco apoiou a empresa numa operação de financiamento de mais de 2.3 mil milhões de Euros, refinanciando a totalidade da sua dívida e financiando o seu plano de crescimento futuro. Esta operação destaca-se ainda por ter apresentado uma estrutura de amortização inovadora, mais adaptável aos desafios hoje apresentados ao sector energético, e ganhou os prémios de "Renewables Deal of the Year" Europeu pela revista PFI, e "Deal of the Year" pela *Proximo Infrastructures*.

No produto de crédito sindicado, o banco destacou-se com uma operação de asseguramento da dívida da *Visabeira Global*, no montante de 450 milhões de Euros, operação que foi depois sindicada junto de um conjunto de entidades de crédito nacionais e internacionais.

A nível de *Debt Capital Markets*, a área de *Global Debt Financing* manteve a sua posição de liderança no mercado português com a participação na colocação de três emissões obrigacionistas para a EDP, de 750 milhões de Euros a 5 anos, para a Caixa Central de Crédito Agrícola, de 200 milhões de Euros a 4 anos, e para a Floene, de 420 milhões de Euros a 5 anos.

A área de *Corporate Finance* continuou a desenvolver no primeiro semestre de 2023 uma intensa atividade em operações de Fusões & Aquisições e *Equity Capital Markets*, destacando-se a conclusão com sucesso das operações de assessoria financeira à *Onex Holding* na venda de um portfolio eólico de 221MW à *Finerge* e de assessoria financeira à *Altri* e *Greenvolt* na operação de *spin-off* da restante participação de 16,6% detida na *Greenvolt* pela *Altri*.

Na área de Mercados tem-se vindo a assistir a uma crescente procura dos clientes por soluções de gestão de risco que permitam mitigar os efeitos do extraordinário aumento de volatilidade e incerteza que têm impactado os mercados financeiros.

No apartado de Taxa de Juro, em operações com taxa fixa e/ou derivados de taxa juro, verificou-se uma maior procura por

parte da generalidade das Empresas aumentando a percentagem de financiamentos com cobertura de risco de taxa de juro. Nesta operativa destaca-se o bom acompanhamento que o Banco tem feito juntos dos clientes assegurando uma carteira de crédito a Empresas com um rácio de taxa fixa bastante elevado, permitindo que os clientes encarem com maior tranquilidade a forte subida de taxas de juro.

As constantes ações de formação interna, o modelo de identificação das necessidades dos clientes na gestão do seu risco cambial e a proximidade das Redes Comerciais no apoio às Empresas têm convergido no desenvolvimento de um modelo eficiente de negócio que permite assegurar a dinâmica de crescimento deste apartado e melhorar a oferta de produtos que satisfazem as necessidades dos clientes.

No segmento de *Cash Trading*, os volumes negociados nos mercados acionistas no primeiro semestre de 2023 registaram um decréscimo face ao ano anterior. De notar, a diminuição homóloga do negócio online, acompanhando a redução a que se assistiu em Portugal nos volumes negociados nos mercados acionistas devido, sobretudo, à alteração fiscal ao regime das mais-valias que entrou em vigor em 2023. No mesmo período os volumes negociados nos mercados obrigacionistas registaram um forte crescimento, nomeadamente obrigações de Dívida *Corporate* (+237%) e obrigações de Dívida Pública (+1.389%).

No segmento de Produtos Estruturados para retalho, desde o início do ano foram colocados 5 produtos, que captaram um total de cerca de 133 milhões euros. Dentro da oferta de produtos de investimento do Banco, os produtos estruturados destacam-se por serem uma alternativa de investimento que satisfaz as expectativas dos clientes quanto a níveis de rentabilidade para este momento de mercado.

Transformação Digital

Durante os primeiros seis meses do ano, o Banco Santander tem continuado a fortalecer o seu processo de transformação digital, com o principal objetivo de fortalecer a proximidade com os seus clientes e a simplificação de processos através de soluções digitais e que tem permitido consolidar a tendência de crescimento do número de Clientes Digitais, um dos principais objetivos desta área.

No final deste semestre de 2023, o Banco registava 1 milhão e 142 mil clientes digitais, um incremento de 12% em relação ao período homólogo (mais 123 mil clientes).

Canais Particulares

No que toca à adoção de canais digitais, no final deste semestre de 2023, a *App* tinha 854 mil clientes digitais. À data, 515 mil clientes utilizam exclusivamente a *App*. Relativamente à intensidade de utilização, os números de *logins* médios

mensais por utilizador foram de 24.

No canal *web*, o número de utilizadores diminuiu em relação ao ano anterior, tendo fechado o período com 403 mil utilizadores no *NetBanco* Particulares com logins nos últimos 30 dias. Quanto aos *logins* médios do *NetBanco* Particulares verificou-se que este valor se manteve constante nos 8 *logins*.

Nestes primeiros seis meses, O Banco continuou o processo de desenvolvimento da *App* e modernização do *NetBanco*. Para a *App* destacam-se as iniciativas de **Consulta da Pegada de Carbono, o novo Assistente Financeiro e diversas melhorias de privacidade**. Relativamente ao canal *NetBanco* identificaram-se como funcionalidades-chave a recolha de pedidos para a adesão do decreto de lei mais Habitação, alterações legais aos processos legais de fundos e PPRs, melhoria na apresentação da informação do crédito de habitação, possibilidade de substituição de cartões físicos por cartões puramente digitais. Estas melhorias implementadas refletem, não só uma interface mais moderna, como uma nova arquitetura da informação, otimizada para fazer face às atuais necessidades dos clientes.

Os clientes de Particulares conseguem também aderir de uma maneira mais rápida e fácil aos seguros oferecidos devido à melhoria nas jornadas de contratação dos mesmos e, adicionalmente, dispõem acesso a novos produtos de poupança (Depósitos a prazo e PPRs).

Canais Empresas

Em junho de 2023, o *NetBanco* Empresas apresentava 120 mil utilizadores, com logins nos últimos 30 dias, incremento de 1,7%, ou seja, 2 mil utilizadores, face ao fecho do primeiro semestre de 2022.

A *App* Empresas mantém a tendência de crescimento dos seus utilizadores, alcançando um total de 53 mil utilizadores no fecho do semestre e continua na liderança no rating das *App Stores* nas *Apps* Bancárias para empresas.

Durante este primeiro semestre de 2023, o *NetBanco* Empresas disponibilizou aos seus clientes o Santander Resolve que permite o acompanhamento de incidências abertas no *contact center*.

Para além disso, os ENIs passaram a ter à sua disposição a contratação do CrediSimple e pedidos de cartões de crédito, foi disponibilizado a um grupo mais alargado de clientes empresa o mesmo tipo de produtos, os clientes passaram a ter acesso à contratação de cartões de débito e foram alteradas as contratações de *POS* de modo a serem feitas pela *Getnet*.

Na *App* Empresas os clientes conseguem receber notificações de movimentação de contas e visualizar de forma mais simples os descritivos das contas à ordem.

Foi ainda reforçado, nos canais *web* e *mobile*, a possibilidade dos clientes nos darem a sua opinião sobre os mesmos através de inquéritos, que nos ajudam a compreender as suas principais necessidades.

Tecnologia e Operações

As Direções de Tecnologia, em alinhamento com as áreas de negócio e de transformação digital, continuaram a implementar soluções digitais orientadas aos seus colaboradores e aos seus Clientes, promovendo a adoção de novas tecnologias, arquiteturas modernas e abordagens de desenvolvimento ágeis. No contexto regulamentar, assegurou a implementação de iniciativas para garantir o cumprimento das exigências de carácter legal ou regulamentar, assim como a implementação de recomendações decorrentes de auditorias internas e externas, pilares fundamentais na atuação do Banco Santander em Portugal.

Durante 2023, potenciado por *enablers* implementados nos anos de 2021 e 2022, continuou-se o programa estratégico de TI, nomeadamente, em jornadas para *Cloud* e na transformação dos sistemas de informação.

Ao nível da Infraestrutura (*Service Management*), foi reforçado a componente de gestão de incidentes e problemas, através da melhoria do processo de "*incident response team*". Ao nível da modernização tecnológica, manteve-se o foco no projeto SD - que vai melhorar a resiliência e o nível de serviço na componente de comunicações ao nível dos Balcões e Edifícios. Foi também alvo de melhoria o processo de monitorização do parque de ATM's do Banco de forma a antecipar eventuais incidentes.

A continuidade do cenário de conflito no território da Ucrânia e os impactos inflacionistas na economia continuam a aportar cenários desafiantes à Área de Cibersegurança naquilo que melhor sempre destacou o Banco: a gestão de riscos em geral, e dos ciber riscos em particular. Estes cenários, têm permitido poder continuar de forma séria e focada a contribuir para que

os clientes Santander, colaboradores e os demais *stakeholders* mantenham a confiança na organização.

O contributo para uma sociedade mais inclusiva no digital foi uma das respostas à crescente tendência de aumento de casos de *phishing* e outros eventos de engenharia social que se medem também internamente com a melhoria continua de indicadores em cenários de simulacro. No apoio ao negócio o Banco apostou numa maior robustez da proteção dos acessos aos meios digitais para todos os colaboradores através da modernização dos mecanismos de autenticação e do reforço dos controlos em equipamentos do Banco na ótica de regras de acessos condicionais.

A área de Operações continuou o processo de evolução das suas operativas, com um conjunto de iniciativas baseadas no serviço ao cliente permitindo a integração de transações, a facilidade de execução e a simplificação operativa quer em Operações quer na Rede Comercial. Os critérios de sustentabilidade e digitalização são um foco crítico, sendo que a estratégia digital direcionada para Operações aumentou o seu ritmo de implementação com o objetivo de simplificar processos e reduzir o consumo de documentos físicos no fluxo das tarefas (alavancando a adoção de ferramentas digitais), permitindo acelerar a execução dos processos e reduzir custos com a redução do consumo de papel e do espaço utilizado para arquivo físico.

Nesta sequência, o primeiro semestre do ano foi marcado pela evolução positiva da qualidade do serviço prestado ao cliente e pela melhoria dos tempos de execução (SLA – *Service Level Agreements*) com o objetivo de melhorar o NPS dos clientes e a experiência de utilizador. Algumas destas medidas estão, também, alinhadas com o espírito "*One Europe*" que preconiza, entre outros pontos, o alinhamento dos objetivos e iniciativas comuns a todos os colaboradores das várias geografias onde o Grupo se insere, partilhando as melhores experiências e a troca de conhecimento mútuo.

Informação Económica e Financeira

Atividade Consolidada

No final do primeiro semestre de 2023, o Banco Santander Totta registou um resultado líquido de 316,4 milhões de euros, crescendo 36,4% em relação aos 232,0 milhões de euros alcançados no período homólogo do ano anterior.

A rentabilidade de capitais próprios (ROE) de 17,5% em junho de 2023, aumentou 6,6 p.p., face a 10,9% de junho de 2022. O rácio de eficiência atingiu 31,3%, 8,6 p.p. abaixo dos 39,9%, verificados no período homólogo do ano passado.

O crédito a clientes (bruto) situou-se em 41,9 mil milhões de euros, descendo 3,8% face ao mesmo período do ano transato, mediante a amortização antecipada de créditos e a produção inferior de novos créditos. O crédito a particulares diminuiu 1,2% e o crédito a empresas a decresceu 9,2%.

O rácio de *Non-Performing Exposure* de 2,1%, compara com 2,2% observados em junho de 2022, com uma cobertura por provisões de 88,6% (mais 6,5 p.p. do que no período homólogo).

Os recursos de clientes, de 45,0 mil milhões de euros, desceram 8,1%, em relação ao mesmo período do ano passado, com os depósitos a diminuírem 9,8% em termos homólogos, influenciados pela canalização de poupança para a amortização antecipada de créditos e para a aplicação em recursos fora de balanço, que aumentaram 1,1 %.

No final de junho de 2023, o rácio LCR (*Liquidity Coverage Ratio*), calculado segundo as normas da CRD IV, atingiu 118,0%, cumprindo a exigência regulamentar vigente em base fully implemented.

O rácio Common Equity Tier 1 (fully implemented) situou-se em 16,1%, apresentando uma descida de 0,3 p.p. em relação ao período homólogo do ano passado.

O rácio de MREL cifrou-se em 25,3%, acima do requisito (*fully implemented*) de 20,42% (incluindo o requisito combinado de fundos próprios CBR, de 3% do TREA), exigido para 1 de janeiro de 2024.

No final do primeiro semestre de 2023, a reserva de liquidez alcançou 16,7 mil milhões de euros, revelando a sólida posição de liquidez da instituição.

O financiamento obtido junto do Banco Central Europeu, constituído integralmente pela terceira série de operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas TLTRO III, situou-se em 0,7 mil milhões de euros. Efetuou-se a amortização no vencimento de uma tranche de 3,5 mil milhões de euros, no mês de junho de 2023. A exposição líquida ao

Eurosistema fixou-se em -6,5 mil milhões de euros (posição excedentária).

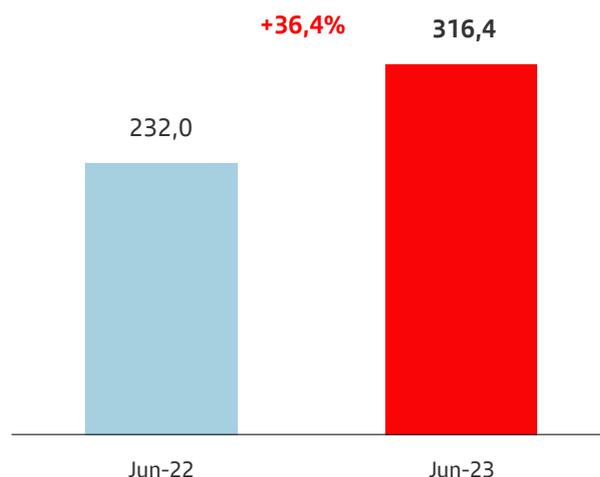
O financiamento de longo prazo, englobou também 2,7 mil milhões de euros de obrigações cobertas (0,75 mil milhões de euros referentes à primeira emissão de obrigações cobertas ao abrigo do novo Regime Legal de Obrigações Cobertas, em Portugal, com prazo de 5 anos e com taxa de cupão de 3,375%, realizada em abril de 2023), 1,1 mil milhões de euros de titularizações, 0,65 mil milhões de euros de emissões *Senior Non-Preferred*, 0,2 mil milhões de euros de *Credit Linked Notes* e 0,3 mil milhões de euros de emissões subordinadas.

O financiamento de curto prazo incluiu operações interbancárias com acordo de recompra, no montante de 4,0 mil milhões de euros.

O Santander em Portugalg possui as melhores notações financeiras do setor. A atual notação de rating da dívida de longo prazo do Banco, em comparação com a da República Portuguesa é a seguinte: Fitch: A- (Portugal: BBB+); Moody's: Baa1 (Portugal: Baa2); S&P: BBB+ (Portugal: BBB+); e DBRS: A (Portugal: A).

RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS DO BST

milhões de euros



Resultados

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS (milhões de euros)	Jun-23	Jun-22	Var.
Margem financeira	581,2	368,9	+57,6%
Rendimento de instrumentos de capital	1,7	3,7	-53,9%
Resultados de associadas	0,0	1,4	-100,0%
Comissões líquidas	232,7	242,4	-4,0%
Outros resultados de exploração	4,0	5,6	-28,6%
Margem comercial	819,6	622,0	+31,8%
Resultados em operações financeiras	11,7	19,3	-39,4%
Produto bancário	831,3	641,3	+29,6%
Despesas administrativas	(231,0)	(216,2)	+6,9%
Despesas de pessoal	(136,2)	(129,3)	+5,3%
Outras despesas administrativas	(94,9)	(86,9)	+9,2%
Contribuições para fundos de resolução e sistemas de garantia de depósitos	(23,6)	(41,4)	-42,9%
Depreciação	(22,0)	(22,9)	-3,7%
Resultado de exploração	554,6	360,7	+53,7%
Imparidade, provisões líquidas e outros resultados	(73,9)	(20,5)	+260,4%
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	480,7	340,2	+41,3%
Impostos	(164,3)	(108,2)	+51,8%
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam	316,4	232,0	+36,4%
Interesses que não controlam	0,0	0,0	0,0%
Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas	316,4	232,0	+36,4%

No final de junho de 2023, a margem financeira totalizou 581,2 milhões de euros, mais 57,6%, comparando com 368,9 milhões de euros obtidos no período homólogo do ano anterior, refletindo a subida das taxas de juro, em consequência da política monetária do Banco Central Europeu, em termos do aumento das taxas de juro de referência, desde julho de 2022. A subida das taxas de juro das operações de crédito e o impacto positivo da carteira de títulos, mais que compensou o enquadramento concorrencial competitivo, que pressionou em baixa os spreads de crédito, o volume de crédito inferior, o aumento das taxas de juro passivas das obrigações e das operações interbancárias com acordo recompra, e a gradual transferência da subida das taxas de juro de referência à remuneração dos depósitos.

As comissões líquidas cifraram-se em 232,7 milhões de euros, um decréscimo de 4,0%, em comparação com 242,4 milhões de euros apurados no final de junho do ano transato, evolução influenciada pelo decréscimo das comissões de crédito (no contexto de taxas de juro mais elevadas, refletido no volume inferior de nova produção de crédito, e de alterações regulatórias que impedem a cobrança de algumas comissões sobre empréstimos), de meios de pagamento, de fundos e de seguros, em parte compensado pelo desempenho favorável das comissões de assessoria financeira.

Os outros resultados de exploração atingiram 4,0 milhões de euros, menos 28,6% em comparação com 5,6 milhões de euros do período homólogo.

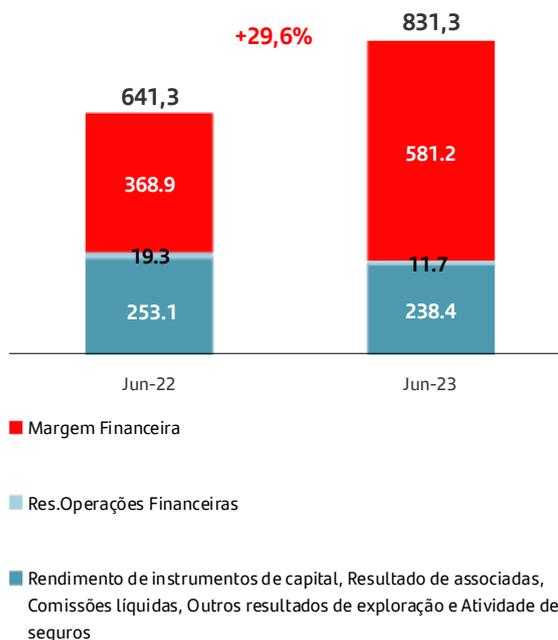
A margem comercial alcançou 819,6 milhões de euros, subindo 31,8% face aos 622,0 milhões de euros observados no final do primeiro semestre de 2022, beneficiando do enquadramento positivo da evolução das taxas de juro na margem financeira.

Os resultados em operações financeiras cifraram-se em 11,7 milhões de euros, diminuindo 39,4% em relação a 19,3 milhões de euros alcançados um ano antes, principalmente pelo resultado inferior obtido em derivados e em ativos financeiros ao justo valor por resultados.

O produto bancário ascendeu a 831,3 milhões de euros, com uma subida homóloga de 29,6%, em relação aos 641,3 milhões de euros do final de junho de 2022, impulsionada pela evolução favorável da margem comercial, que mais que compensou a diminuição dos resultados em operações financeiras.

PRODUTO BANCÁRIO

milhões de euros



Os custos operacionais registados no final de junho de 2023, de 253,1 milhões de euros, aumentaram 5,8%, comparando com 239,1 milhões de euros observados no período homólogo. O Santander em Portugal tinha uma rede comercial com 377 postos de atendimento (menos 9 que no período homólogo) e 4.630 colaboradores (menos 41 que no final de junho de 2022).

As despesas de pessoal fixaram-se em 136,2 milhões de euros, um aumento de 5,3%, face a 129,3 milhões de euros do período homólogo, influenciado pela atualização salarial implementada em 2023.

As outras despesas administrativas atingiram 94,9 milhões de euros, mais 9,2%, comparativamente a 86,9 milhões de euros do mesmo período do ano anterior, pelo impacto da inflação e

do investimento em infraestruturas de tecnologia de informação e em programas de transformação digital e otimização de processos, numa estratégia de constante melhoria da qualidade de serviço e da disponibilização da oferta nos canais digitais, permitindo a obtenção de ganhos de eficiência e de rentabilidade.

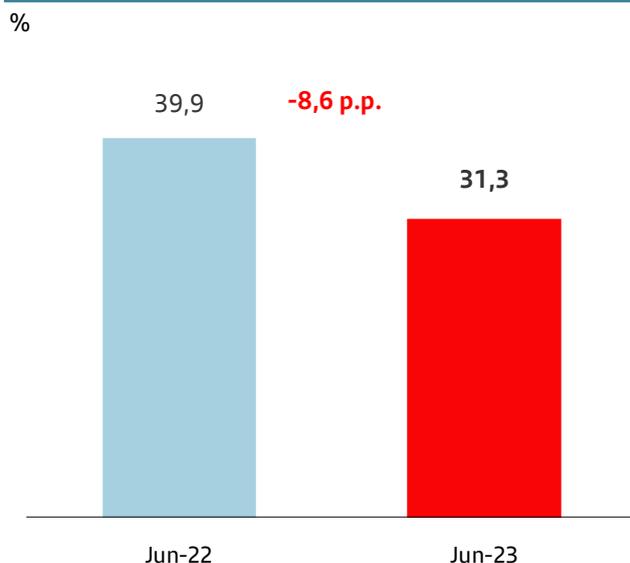
A depreciação situou-se em 22,0 milhões de euros, descendo 3,7%, face a 22,9 milhões de euros verificados do final de junho de 2022.

Na estrutura dos custos operacionais, as despesas de pessoal são responsáveis por 54% do total, seguidos das outras despesas administrativas com 37% e da depreciação com 9%.

CUSTOS OPERACIONAIS (milhões de euros)	Jun-23	Jun-22	Var.
Despesas de pessoal	(136,2)	(129,3)	+5,3%
Outras despesas administrativas	(94,9)	(86,9)	+9,2%
Depreciação	(22,0)	(22,9)	-3,7%
Custos operacionais	(253,1)	(239,1)	+5,8%
Rácio de eficiência	31,3%	39,9%	-8,6 p.p.

Finalizado o primeiro semestre de 2023, o rácio de eficiência atingiu 31,3% reduzindo 8,6 p.p., face a 39,9% observados no período homólogo do ano passado, refletindo a eficiência operacional e o aumento das receitas.

RÁCIO DE EFICIÊNCIA



Os custos de supervisão e resolução cifraram-se em 23,6 milhões de euros, um decréscimo de 42,9% em relação ao valor de 41,4 milhões de euros observado no período homólogo.

O resultado de exploração alcançou 554,6 milhões de euros, o que correspondeu a um aumento de 53,7%, em relação aos 360,7 milhões de euros obtidos em junho do ano passado.

Em imparidade, provisões líquidas e outros resultados, registou-se um custo de 73,9 milhões de euros, comparando com um custo de 20,5 milhões de euros do período homólogo.

As provisões líquidas totalizaram um custo de 6,8 milhões de euros, aumentando face ao custo de 0,7 milhões de euros de junho de 2022.

A imparidade líquida de ativos financeiros ao custo amortizado atingiu um custo de 35,0 milhões de euros no final de junho de 2023, comparando com uma reposição de provisão de 1,2 milhões de euros, registada no mesmo período do ano anterior, no âmbito de uma política conservadora de controlo do risco de crédito, num enquadramento de inflação duradoura, da subida das taxas de juro e do conseqüente aumento do custo do crédito, e do incremento moderado da taxa de desemprego. Verificou-se que este contexto, não teve ainda impacto sobre a qualidade da carteira de crédito, com o rácio de Non-Performing Exposure (NPE) a situar-se em 2,1%, reduzindo 0,1 p.p. face ao observado no período homólogo.

A imparidade líquida de ativos não financeiros teve uma reversão de provisão de 3,7 milhões de euros, comparando com um custo de 1,7 milhões de euros do período homólogo.

O custo regulatório com a Contribuição sobre o Setor Bancário e a Contribuição Adicional de Solidariedade sobre o Setor Bancário de 38,3 milhões de euros, aumentou 6,8%, em comparação com 35,9 milhões de euros liquidados no ano passado.

O resultado dos ativos não correntes detidos para venda atingiu 2,5 milhões de euros, menos 85,0% do que os 16,6 milhões de euros alcançados no período homólogo, o qual incluiu ganhos não recorrentes, relacionados com a alienação de ativos imobiliários, nomeadamente de imóveis próprios.

O resultado antes de impostos e de interesses que não controlam alcançou 480,7 milhões de euros, o que representou uma subida de 41,3%, comparando com 340,2 milhões de euros registados em junho de 2022.

Os impostos cifraram-se em 164,3 milhões de euros, face a 108,2 milhões de euros apurados um ano antes, mais 51,8%.

No final de junho de 2023, o resultado consolidado líquido do exercício atribuível aos acionistas do Banco Santander Totta ascendeu a 316,4 milhões de euros, o que correspondeu a um crescimento de 36,4%, em comparação com 232,0 milhões de euros obtidos em junho de 2022.

Balanço e Atividade

No final de junho de 2023, o volume de negócio totalizou 86,9 mil milhões de euros, correspondendo a um decréscimo de 6,0% em relação aos 92,5 mil milhões de euros registados no período homólogo de 2022, pela descida de 3,8% do crédito a clientes e de 8,1% dos recursos de clientes, refletindo o contexto da subida

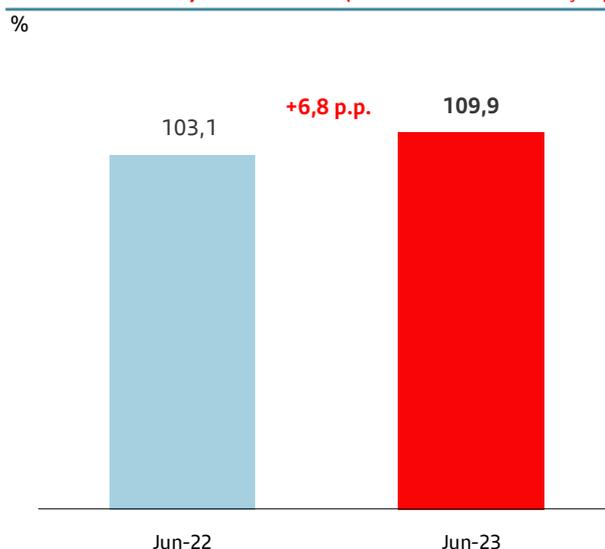
das taxas de juro, que condicionou a procura de crédito, e conduziu à utilização dos depósitos para a amortização antecipada de empréstimos.

VOLUME DE NEGÓCIO (milhões de euros)

	Jun-23	Jun-22	Var.
Volume de Negócio	86.901	92.496	-6,0%
Crédito a clientes (bruto)	41.938	43.579	-3,8%
Recursos de Clientes	44.963	48.917	-8,1%

O rácio de transformação, medido pela relação do crédito face aos depósitos, situou-se em 109,9% no final do primeiro semestre de 2023, mais 6,8 p.p. do que no período homólogo.

RÁCIO CRÉDITO / DEPÓSITOS (Rácio de transformação)



Finalizado o primeiro semestre de 2023, a carteira de crédito a clientes (bruto) cifrou-se em 41,9 mil milhões de euros, representando um decréscimo de 3,8%, face ao

período homólogo do ano anterior, influenciado pelo aumento das taxas de juro, que levaram à diminuição da procura de crédito e à amortização antecipada de empréstimos.

CRÉDITO (milhões de euros)

	Jun-23	Jun-22	Var.
Crédito a clientes (bruto)	41.938	43.579	-3,8%
<i>do qual</i>			
Crédito a particulares	24.588	24.878	-1,2%
<i>do qual</i>			
Habituação	22.436	22.704	-1,2%
Consumo	1.828	1.793	+2,0%
Crédito a empresas	14.470	15.936	-9,2%

O crédito a particulares situou-se em 24,6 mil milhões de euros, descendo 1,2%, em relação aos 24,9 mil milhões de euros verificados no período homólogo.

O crédito à habitação no valor de 22,4 mil milhões de euros reduziu 1,2%, em termos homólogos, influenciados pela atividade inferior da nova produção e pela amortização antecipada de créditos por parte das famílias, num enquadramento de taxas de juro mais elevadas, pela subida progressiva das taxas de juro Euribor, principal indexante deste tipo de crédito, em consequência da política monetária do Banco Central Europeu, com o aumento das taxas de juro de referência.

O crédito ao consumo fixou-se em 1,8 mil milhões de euros, correspondendo a um aumento de 2,0%, face a junho do ano anterior.

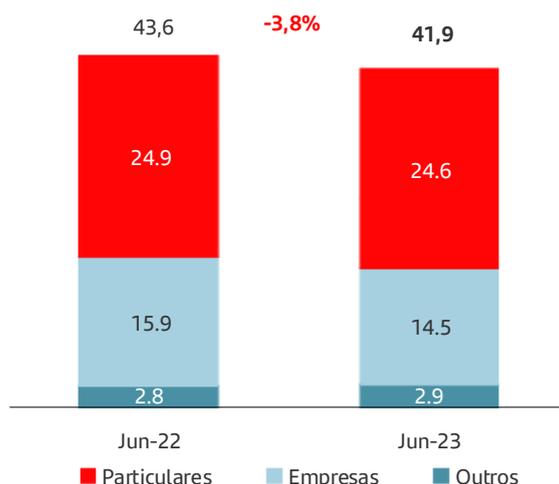
O crédito a empresas atingiu 14,5 mil milhões de euros, representando uma descida de 9,2% face ao período homólogo, justificada por um conjunto de vencimentos programados de empresas de maior dimensão, amortização de linhas com

garantia do Estado criadas no período da pandemia, e adiamento das decisões de investimento, pelo contexto económico incerto e agravamento dos custos de financiamento. O Santander em Portugal apoia o tecido empresarial, com financiamento para o desenvolvimento dos seus negócios, destacando-se o crédito relacionado com as soluções de liquidez e de gestão de tesouraria, incluindo o apoio ao comércio internacional, onde o Banco tem mantido uma atividade, acima do período homólogo de 2022.

No final do primeiro semestre de 2023, o crédito à habitação representava 53% da carteira de crédito, o crédito a empresas 35% e o crédito ao consumo e outros 12%.

CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)

mil milhões de euros



O rácio de Non-Performing Exposure (NPE), calculado de acordo com a definição da EBA – European Banking Authority (em relação a exposições de balanço), situou-se em 2,1% em junho de 2023, menos 0,1 p.p., em comparação com os 2,2% observados em junho do ano anterior.

Não obstante os aumentos salariais compensarem apenas em parte a inflação, a subida das taxas de juro ter aumentado o custo de financiamento das famílias e das empresas, e o aumento moderado da taxa de desemprego, resultarem na deterioração da capacidade do cumprimento do serviço da

dívida, não se constata um impacto relevante sobre a qualidade da carteira de crédito.

A cobertura por imparidades fixou-se em 88,6% em junho de 2023 (mais 6,5 p.p., em relação a 82,1% no mês homólogo de 2022).

O custo do crédito atingiu 0,06%, mais 0,05 p.p., em comparação com 0,01% verificados no período homólogo do ano anterior.

INDICADORES DE RISCO DE CRÉDITO

	Jun-23	Jun-22	Var.
Rácio de <i>Non-Performing Exposure</i>	2,1%	2,2%	-0,1 p.p.
Cobertura de <i>Non-Performing Exposure</i>	88,6%	82,1%	+6,5 p.p.
Custo do crédito	0,06%	0,01%	+0,05 p.p.

No final do primeiro semestre de 2023, os recursos de clientes cifraram-se em 45,0 mil milhões de euros, apresentando um decréscimo de 8,1%, em comparação com o período homólogo

de 2022, pela diminuição de 9,8% dos depósitos, influenciada com a amortização antecipada de crédito, e a aplicação em recursos fora de balanço, que cresceram 1,1%.

RECURSOS (milhões de euros)	Jun-23	Jun-22	Var.
Recursos de clientes	44.963	48.917	-8,1%
Recursos de balanço	37.259	41.298	-9,8%
Depósitos	37.259	41.298	-9,8%
Recursos fora de balanço	7.704	7.619	+1,1%
Fundos de investimento geridos ou comercializados pelo Banco	3.952	3.781	+4,5%
Seguros e outros recursos	3.752	3.838	-2,2%

Os depósitos totalizaram 37,3 mil milhões de euros, descendo 9,8%, em comparação com 41,3 mil milhões de euros verificados no período homólogo, refletindo a amortização antecipada de crédito pelos clientes, no contexto da subida das taxas de juro, e a canalização de poupança para aplicações em recursos fora de balanço.

Os recursos de clientes fora de balanço atingiram 7,7 mil milhões de euros, um crescimento de 1,1%, face aos 7,6 mil milhões de euros apresentados no final de junho do ano

Rácios de Solvabilidade

No final do primeiro semestre de 2023, o rácio *Common Equity Tier 1* (CET 1), calculado de acordo com as normas da CRR/CDR IV, situou-se em 16,1% (*fully implemented*), o que corresponde a uma redução de 0,3 p.p., em comparação com os 16,4% registados no período homólogo do ano anterior.

A solvabilidade do Banco reflete a capacidade de geração orgânica de capital e a gestão dos ativos ponderados por risco.

O Banco tem uma capitalização bastante elevada, acima dos requisitos mínimos exigidos pelo Banco Central Europeu, sendo

passado, no âmbito de diversas soluções de investimento em fundos de investimento e em seguros financeiros.

Os fundos de investimento geridos ou comercializados pelo Banco no valor de 4,0 mil milhões de euros cresceram 4,5%, em relação a 3,8 mil milhões de euros de junho do ano passado. Os seguros e outros recursos no montante de 3,8 mil milhões de euros diminuíram 2,2%, em termos homólogos.

em 2023, CET 1 de 7,0%, Tier 1 de 8,5% e Total de 10,5% (*fully implemented*).

O rácio de MREL (*Minimum Requirement for Own Funds and Eligible Liabilities*) de 25,3%, no final de junho de 2023, situou-se acima do requisito *fully implemented* de 20,42% (incluindo o requisito combinado de fundos próprios CBR, de 3% do TREA), exigido para 1 de janeiro de 2024.

CAPITAL (milhões de euros)	Jun-23	Jun-22	Var.
Common Equity Tier 1	2.525	2.613	-3,4%
Tier 1	2.925	2.613	+11,9%
Capital (total)	3.314	3.000	+10,5%
Risk Weighted Assets (RWA)	15.664	15.971	-1,9%
Rácio CET 1	16,1%	16,4%	-0,3 p.p.
Rácio Tier 1	18,7%	16,4%	+2,3 p.p.
Rácio capital (total)	21,2%	18,8%	+2,4 p.p.

Factos Relevantes Após o Término do Período

Não ocorreram factos relevantes após o término do período.

Gestão de Riscos

Modelo de Gestão e Controlo de Riscos

O modelo de gestão e controlo de riscos do Banco baseia-se num conjunto de princípios comuns e numa cultura de risco integrada em todo o Grupo Santander, numa correta identificação e gestão dos riscos, numa forte estrutura de governo, e em processos e ferramentas avançadas de gestão de risco.

→ Princípios e cultura de riscos

Os princípios de gestão e controlo dos riscos, de cumprimento obrigatório e aplicáveis a todo o momento, têm em conta os requisitos e normas regulatórias e as melhores práticas de mercado. Estes princípios são os seguintes:

- Uma sólida cultura de riscos (*Risk Pro*), que faz parte do “*Santander Way*” e que é seguida por todos os colaboradores, cobre todos os riscos e promove uma gestão socialmente responsável contribuindo para a sustentabilidade a longo prazo do Banco.
- Todos os empregados são responsáveis pela gestão do risco e devem conhecer e compreender os riscos gerados pelas suas atividades diárias evitando assumir riscos cujo impacto seja desconhecido ou exceda os limites de apetite de risco do Banco.
- Implicação da Alta Direção assegurando uma gestão e controlo consistentes dos riscos através da sua conduta, ações e comunicações. Além disso, promoverão a cultura de risco, avaliando o seu grau de implementação e controlando que o perfil de risco se mantém dentro dos níveis definidos na apetência pelo risco do Banco.
- Independência das funções de gestão e controlo de riscos, de acordo com o modelo de três linhas de defesa que se define com mais detalhe no apartado Governo de Riscos.
- Abordagem prévia e abrangente da gestão e controlo de riscos em todos os negócios e tipos de riscos.
- Gestão adequada e completa da informação que permite identificar, avaliar, gerir e comunicar os riscos de uma forma adequada aos níveis correspondentes

Estes princípios, juntamente com uma série de ferramentas e processos inter-relacionados no planeamento da estratégia do Banco, tais como a declaração de apetência pelo risco, avaliação do perfil de risco, análise de cenários e a estrutura de relatórios de risco, e processos orçamentais anuais, formam uma estrutura de controlo holística para todo o Banco.

→ Identificação e Gestão dos Riscos

Encontram-se estabelecidos os seguintes riscos-chave no Marco Corporativo de Riscos:

- **Risco de Crédito:** é o risco de perda financeira resultante do incumprimento ou da deterioração da qualidade creditícia de um cliente ou de uma contraparte, a quem do Santander tenha concedido crédito diretamente ou pelo qual tenha assumido uma obrigação contratual;
- **Risco de Mercado:** é o risco incorrido como resultado do efeito que as alterações nos fatores de mercado, taxas de juro, taxas de câmbio, rendas variáveis e *commodities*, entre outros, podem ter nos rendimentos ou no capital;
- **Risco de Liquidez:** é o risco de que o Banco não disponha de recursos financeiros líquidos para cumprir as suas obrigações na devida data de vencimento, ou apenas os consiga obter a um elevado custo;
- **Risco Estrutural:** é o risco de haver alterações no valor ou criação de margem dos ativos ou passivos de *banking book* como resultado de alterações nos fatores de mercado e no comportamento do balanço. Inclui também os riscos associados aos seguros e pensões e o risco do Banco não dispor de capital suficiente, em termos de quantidade ou qualidade, para satisfazer os seus objetivos internos de negócio, requisitos regulatórios ou expectativas de mercado;
- **Risco Operacional:** é definido como o risco de perda resultante da inadequação ou falhas de processos, pessoas e sistemas internos, ou resultantes de eventos externos, incluindo o risco legal e os riscos de cumprimento regulatório e de conduta definidos no Marco Corporativo de Cumprimento e Conduta;
- **Risco de Crime Financeiro:** é o risco resultante de ações ou da utilização dos meios, produtos e serviços do grupo em atividades de natureza criminosa ou ilegal. Estas atividades incluem, entre outras: branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo, violação de programas de sanções internacionais, corrupção, suborno e evasão fiscal;
- **Risco de Modelo:** é o risco de perda resultante de previsões incorretas, que levam o Banco à adoção de medidas que não sejam as mais apropriadas, ou da utilização inadequada de um modelo;
- **Risco de Reputação:** é o risco de impacto económico negativo imediato ou potencial para o Santander devido a

danos sobre a percepção da imagem do banco por parte de empregados, clientes, acionistas/investidores e da sociedade em geral;

- **Risco Estratégico:** risco de perdas ou danos resultantes de decisões estratégicas ou da sua implementação de forma deficiente, e que têm impacto na posição a médio e a longo prazo das principais partes interessadas, ou resultantes de uma incapacidade de adaptação a desenvolvimentos externos.

Adicionalmente, os elementos de riscos relacionados com o meio-ambiente e as alterações climáticas- físicos e de transição - são considerados fatores que poderão influenciar os riscos existentes a médio e a longo prazo.

Estes elementos incluem, por um lado, os derivados dos efeitos físicos das alterações climáticas, gerados por eventos pontuais bem como por alterações crónicas no ambiente e, por outro, os derivados do processo de transição para um modelo de desenvolvimento com menores emissões, incluindo as alterações legislativas, tecnológicas ou comportamentais dos agentes económicos.

A classificação dos riscos é essencial para a gestão e controlo efetivo dos mesmos. Todos os riscos identificados devem, portanto, ser associados às categorias de risco acima referidas, a fim de organizar a sua gestão, controlo e informação relacionada.

→ Governo de Riscos

O Santander tem uma estrutura robusta de gestão do risco que procura controlar eficazmente o perfil de risco, de acordo com o apetite definido pelo Conselho de Administração

Esta estrutura de governo baseia-se na distribuição de papéis entre as três linhas de defesa, numa forte estrutura de comités e numa relação estreita com a corporação. Tudo isto é apoiado por uma cultura de risco implementada em todo o Santander Portugal - *Risk Pro*.

Linhas de Defesa

No Banco, é seguido um modelo em três vertentes para assegurar uma gestão e controlo eficaz dos riscos:

- **1ª Linha: Gestão de riscos** - funções de negócio e de suporte que originam riscos e são as primeiras responsáveis pela sua gestão;
- **2ª Linha: Controlo e supervisão de riscos** - funções de controlo de risco que controlam as exposições aos riscos, assegurando a sua supervisão e diligências, e permitindo uma visão holística dos riscos de todas as atividades;
- **3ª Linha: Risk Assurance** - Auditoria Interna, que assegura uma visão independente.

Embora cada uma das três linhas de defesa tenha uma estrutura organizativa separada e um grau de independência, devem colaborar sempre que necessário para garantir o cumprimento dos objetivos de negócio. As áreas de Risco, de Cumprimento e Conduta e Auditoria Interna têm acesso direto ao Conselho de Administração e aos seus comités.

→ Primeira linha de defesa: Gestão de riscos

As linhas de negócio e todas as funções de suporte que geram exposições de risco constituem a primeira linha de defesa. Esta linha identifica, mede, controla, segue e relata os riscos que originam e aplica as políticas, modelos e procedimentos que regulam a gestão do risco. A execução do risco deve ser de acordo com a apetência de risco aprovada e os limites associados. O responsável de qualquer unidade que origine um risco é o primeiro responsável pela gestão do mesmo.

A primeira linha de defesa é responsável pelo seguinte:

- Estabelecer um ambiente apropriado para a gestão de todos os riscos associados ao negócio;
- Propor, em colaboração com as áreas da segunda linha de defesa:
- A apetência de risco ao Conselho de Administração, para aprovação por este;
- Limites de nível inferior proporcionais à apetência de risco, para aprovação pelo órgão relevante.
- Implementar os mecanismos para gerir o perfil de risco dentro da apetência de risco e dos limites de nível inferior;
- Assegurar que os modelos operativos de gestão são eficazes para as necessidades do negócio.

A primeira linha de defesa deve apoiar e promover a cultura de gestão de riscos do Banco.

→ Segunda linha de defesa: Controlo e supervisão de riscos

As áreas de Riscos e de Cumprimento e Conduta, como segunda linha de defesa, irão supervisionar e questionar de forma independente as atividades de gestão de risco levadas a cabo pela primeira linha de defesa. Esta segunda linha de defesa deve garantir, dentro dos seus respetivos âmbitos de responsabilidade, que os riscos são geridos de acordo com a apetência de risco definida pela direção de topo e promover uma forte cultura de gestão de riscos em toda a organização.

A segunda linha de defesa é responsável por:

- Supervisionar a gestão de risco levada a cabo pela primeira linha de defesa;
- Verificar o cumprimento das políticas e dos limites estabelecidos, e avaliar se os negócios se mantêm dentro da apetência de risco;

- Questionar as propostas de negócio e emitir parecer sobre as mesmas. Deve proporcionar à direção de topo e às unidades de negócio os elementos necessários para a compreensão dos riscos dos diversos negócios e atividades;
- Fornecer uma visão consolidada das exposições de risco; incluindo o perfil de risco;
- Disponibilizar avaliações detalhadas dos riscos materiais e acompanhar de perto os riscos emergentes;
- Definir as métricas que devem ser utilizadas na medição de riscos e rever e questionar as propostas de apetência de risco e de limites de nível inferior da primeira linha de defesa;
- Verificar que existem políticas e procedimentos adequados para gerir o negócio dentro da apetência de risco.

Na estrutura do Banco, a segunda linha de defesa é composta pelas áreas de Riscos e de Cumprimento e Conduta, embora as estruturas organizativas no âmbito da segunda linha de defesa possam variar por tipo de risco.

A responsabilidade da segunda linha de defesa inclui a obrigação de reportar, como seja necessário, sobre o risco, a apetência de risco e incumprimentos da mesma aos órgãos de governo apropriados.

A segunda linha de defesa deve adotar e promover uma cultura de gestão de riscos comum. Deverá igualmente fornecer orientação, aconselhamento e juízo especializado em todas as matérias relevantes relacionadas com riscos.

→ Terceira linha de defesa: *Risk Assurance*

A Auditoria Interna é uma função permanente, independente de qualquer outra função ou unidade, cuja missão é fornecer ao Conselho de Administração e à Alta Direção uma visão independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controlo interno, gestão do risco (atuais ou emergentes) e de governo, contribuindo assim para a proteção do valor da organização, da sua solvência e reputação. Para este fim, a Auditoria Interna avalia:

- A eficácia e eficiência dos processos e sistemas acima referidos;
- O cumprimento da normativa e requisitos de supervisão aplicáveis;
- A fiabilidade e integridade da informação financeira e operacional; e
- A integridade patrimonial.

Estrutura de Comitês de riscos

O Conselho de Administração é responsável pela gestão e controlo do risco e, em particular, pela aprovação e revisão

periódica do apetite e enquadramento do risco e pela promoção de uma forte cultura de risco em toda a organização. Para desempenhar estas funções, o conselho depende de vários comitês com responsabilidades específicas relacionadas com o risco.

O *Chief Risk Officer* (CRO) é responsável pela monitorização de todos os riscos e pelo questionamento e aconselhamento das linhas de negócio sobre gestão de riscos. Tem acesso direto ao Conselho de Administração e à Comissão Executiva.

Outros organismos que formam o nível mais elevado de governo dos riscos, com poderes delegados pela Comissão Executiva são o Comité Executivo de Riscos e o Comité de Controlo de Riscos, que são detalhados abaixo:

- **Comité Executivo de Riscos (CER)**

Este comité é o órgão máximo de decisão de riscos. O comité toma decisões de assunção de riscos ao mais alto nível, assegurando que se encontram dentro dos limites estabelecidos pela apetência pelo risco do Banco.

Presidente: Presidente da Comissão Executiva (CEO).

- **Comité de Controlo de Riscos (CCR)**

Este Comité é responsável pelo controlo dos riscos, determinando se os riscos provenientes das linhas de negócio são geridos de acordo com os limites de apetência ao risco, tendo em conta uma visão holística de todos os riscos. Isto envolve a identificação e monitorização dos riscos atuais e emergentes, e a avaliação do seu impacto no perfil de risco do Banco.

Presidente: Responsável de Riscos (CRO).

Além disso, cada fator de risco tem os seus próprios fóruns e/ou Comitês regulares para gerir e controlar os riscos pertinentes.

→ **Processos e Ferramentas de Gestão**

Tendo como objetivo controlar e gerir eficazmente os riscos o Santander dispõe de uma série de processos e ferramentas-chave descritos abaixo.

Apetência pelos riscos e estrutura de limites

No Banco, a apetência pelo risco (RAS, sigla em inglês) é definida como o montante e o tipo de riscos que é considerado prudente assumir na execução da estratégia de negócio para que o Banco possa manter a sua atividade normal em caso de eventos inesperados. Ao estabelecer esta apetência, são tidos em conta cenários adversos que podem ter um impacto negativo nos níveis de capital, liquidez, rentabilidade e/ou preço das ações.

O Conselho de Administração estabelece anualmente a apetência pelo risco sendo a mesma transferida para limites e políticas de gestão por tipo de risco, carteira e segmento de

negócio, dentro das normas definidas.

Modelo de Negócio e Fundamentos da apetência pelo risco

A apetência pelo risco é consistente com a cultura de risco e modelo de negócio do Grupo Santander. Os principais elementos que definem este modelo de negócio e apoiam a apetência pelo risco do banco são:

- Um perfil de risco médio-baixo e previsível baseado num modelo de negócio centrado na banca comercial, com uma presença internacionalmente diversificada e quotas de mercado significativas, com um modelo de negócio de banca maiorista que dá prioridade às relações com os clientes nos principais mercados do Grupo.
- Geração de proveitos estáveis e recorrentes e remuneração dos acionistas, sobre uma forte base de capital e liquidez com uma diversificação eficaz das fontes de financiamento.
- Uma estrutura de filiais independentes e autónomas em termos de capital e liquidez, assegurando que nenhuma filial apresente um perfil de risco que possa pôr em risco a solvência do Grupo.
- Uma função de risco independente com envolvimento da Alta Direção que reforça a forte cultura de risco e retorno sustentável do capital.
- Uma visão global e holística de todos os riscos com um ambiente robusto de controlo e monitorização: todos os riscos, todas as empresas e todos os países.
- Um modelo de negócio centrado nos produtos em que o Grupo se considera suficientemente conhecedor e capaz de gestão (sistemas, processos e recursos).
- Um modelo de conduta que cuida dos interesses dos colaboradores, clientes, acionistas e da sociedade em geral.
- Uma política de remuneração que alinha os interesses individuais dos empregados e gestores com a apetência pelo risco e é consistente com o desempenho do Grupo a longo prazo.

Princípios Gerais da apetência pelo risco

A apetência pelo risco em todas as entidades pertencentes ao Grupo Santander, incluindo o Santander Portugal, é regida pelos seguintes princípios:

- Responsabilidade do Conselho e da Alta Direção. O Conselho de Administração é o último responsável pela definição da apetência pelo risco, bem como pelo controlo do seu cumprimento.
- Visão integral do risco (*enterprise wide risk*), comparação e questionamento do perfil de risco. A apetência pelo risco deve considerar todos os riscos significativos, facilitando uma visão agregada do perfil de risco através da utilização

de métricas quantitativas e indicadores qualitativos.

- Visão prospetiva dos riscos (*forward-looking view*). A apetência pelo risco deve considerar o perfil de risco desejável a curto e médio prazo, tendo em conta tanto as circunstâncias mais prováveis como os cenários adversos ou de stress.
- Vinculação a planos estratégicos e de negócio. A apetência pelo risco é uma componente fundamental do planeamento estratégico e de negócio, e está integrada na gestão através da sua tradução em políticas e limites de gestão, bem como através da participação de todas as linhas de defesa em processos chave de apetência.
- Princípios e uma linguagem de risco comum a toda a organização. A apetência pelo risco das diferentes unidades incluindo o do Banco está alinhada com o do Grupo.
- Revisão periódica, comparação e adaptação às melhores práticas e requisitos regulatórios. Mecanismos de seguimento e controlo para manter o perfil de risco, e assim adotar as medidas corretivas e atenuantes necessárias em caso de incumprimento

Estrutura de limites, seguimento e controlo

A apetência pelo risco é expressa em termos qualitativos e por limites, estruturado em torno de 5 eixos principais:

→ Volatilidade de Resultados:

- Perda máxima que o Santander Portugal está disposto a assumir face a um cenário de stress crónico.

→ Solvência:

- Posição de capital mínimo que o Banco está preparado para assumir num cenário de stress crónico.
- Nível máximo de alavancagem que o Banco está disposto a assumir num cenário de tensão crónica.

→ Liquidez:

- Posição mínima de liquidez estrutural.
- Horizontes de liquidez mínima que o Banco está disposto a assumir face a vários cenários de stress crónico.
- Posição mínima de cobertura de liquidez.

→ Concentração:

- Concentração por cliente individual.
- Concentração em contrapartes de *non investment grade*.
- Concentração em grandes exposições.

→ Riscos Não Financeiros

- Indicadores qualitativos sobre riscos não financeiros:

- Fraude
- Tecnologia
- Segurança e ciber risco
- Contencioso
- Outros
- Perdas máximas de risco operacional.
- Perfil de risco máximo.

O cumprimento dos limites de apetência pelo risco é controlado regularmente. As áreas de controlo especializadas informam mensalmente o conselho e os seus comités sobre o perfil de risco.

A vinculação dos limites de apetite de risco aos limites utilizados na gestão de unidades de negócio e carteiras é um elemento-chave para garantir eficácia da apetência pelo risco como instrumento de gestão. Assim, as políticas e os limites utilizados na gestão, para as diferentes tipologias e categorias de risco, estão diretamente relacionados com os princípios e limites definidos na apetência pelo risco.

Risk Profile Assessment (RPA)

No Santander Portugal são realizados exercícios para identificar e avaliar os diferentes tipos de riscos a que o Banco está exposto, envolvendo todas as linhas de defesa, estabelecendo normas de gestão que cumprem os requisitos regulamentares e refletem as melhores práticas de mercado e reforçam a cultura de risco do Banco.

Os resultados dos exercícios de identificação e avaliação do risco (RIA) são integrados na avaliação do perfil de risco do Banco, conhecido como RPA. Este exercício analisa a evolução dos riscos e identifica áreas a melhorar em cada um dos blocos:

➔ **Desempenho do risco**

- Permite conhecer o risco residual para cada tipo de risco através de um conjunto de métricas e indicadores calibrados de acordo com standards internacionais.

➔ **Avaliação do ambiente de controlo**

- Avalia o grau de implementação do modelo operacional alvo como parte da gestão avançada do risco.

➔ **Análise prospetiva**

- Métricas de stress ou identificação e avaliação das principais ameaças ao plano estratégico (*Top Risks*), permitindo o estabelecimento de planos de ação específicos para mitigar os seus impactos potenciais.

Análise de Cenários

Outro instrumento fundamental utilizado pelo Banco para

assegurar uma robusta gestão e controlo de riscos é a análise dos possíveis impactos decorrentes de diferentes cenários relacionados com o ambiente em que o Santander opera. Estes cenários são expressos tanto em termos de variáveis macroeconómicas como de outras variáveis que afetam o perfil de risco.

Esta "análise de cenários" é um instrumento muito útil para a gestão de riscos a todos os níveis.

Permite avaliar a resistência do Banco a cenários de stress, bem como identificar as possíveis ações de mitigação a serem implementadas caso os cenários projetados comecem a concretizar-se. O objetivo é reforçar a estabilidade dos resultados, bem como dos níveis de capital e liquidez.

Gestão de Riscos no 1.º Semestre de 2023

Para o Santander, a qualidade da gestão do risco constitui um eixo fundamental de atuação, em linha com a política corporativa do Grupo em que se insere.

A prudência na gestão do risco aliada à utilização de técnicas avançadas de gestão foi um fator decisivo, no primeiro semestre de 2023, para fazer face aos efeitos decorrentes da subida da Euribor em todos os prazos e da inflação, que atingiu níveis elevados, e pela continuidade da exigência dos mercados financeiros.

A forte Cultura de Riscos do Grupo e que está incorporada transversalmente em toda atividade e estrutura do Banco, influencia decisivamente a forma como se executam todos os processos no Santander, tendo em conta não só o meio envolvente, mas também as atitudes, os comportamentos, os valores e os princípios que cada colaborador demonstra face aos diferentes tipos de riscos a que o Banco está sujeito. Esta forte cultura de riscos é especialmente importante em anos muito desafiantes, como foram estes dois últimos anos, possibilitando quer ao Banco, quer às diferentes equipas, uma rápida adaptação às diferentes conjunturas.

➔ **Risco de Crédito – Principais Vetores da Atividade**

O primeiro semestre de 2023 fica marcado pela subida da Euribor em todos os prazos e por uma inflação que atingiu níveis elevados e que obrigou a uma adaptação da vida financeira das famílias e empresas.

Manteve-se a intensidade de monitorização e acompanhamento dos clientes, efetuado numa primeira instância pela primeira linha de defesa (Área Comercial) e complementado pela segunda linha de defesa (Área de Riscos). Nos clientes (particulares e empresas de pequena dimensão), cuja decisão de crédito é efetuada maioritariamente através de modelos de decisão considerados "automáticos", estão a ser monitorizados os efeitos da inflação e da subida das taxas de juros e a serem implementadas medidas de mitigação do incremento do risco de

crédito de forma a assegurar a qualidade creditícia das carteiras e a sustentabilidade do balanço do Santander. Foram reforçadas as análises e a monitorização às métricas comportamentais nestes clientes, de forma a detetar antecipadamente possíveis deteriorações da real capacidade de pagamento dos mesmos.

Mantiveram-se inalterados os princípios básicos de atuação no que diz respeito à análise e concessão de risco de crédito:

- Manutenção do princípio da segmentação no tratamento de risco de crédito, diferenciando a abordagem de riscos em função das características dos clientes e dos produtos.
- Manutenção do rigor dos critérios de admissão e consequentemente da qualidade dos Riscos admitidos em cada um dos segmentos, visando a preservação da boa qualidade das carteiras de crédito.
- Ao nível dos Riscos Encarteirados manteve a política de proximidade com os clientes de forma a antecipar as suas necessidades de crédito, as revisões das suas linhas de crédito e antecipar eventuais problemas na sua capacidade de reembolso.
- A atuação atempada e o nível de qualidade creditícia dos clientes do Banco permitiram continuar a manter rácios de crédito vencido e de crédito em risco controlados e em níveis aceitáveis.
- Desenvolvimento contínuo de melhorias nos processos de admissão, com o objetivo de responder aos pedidos dos clientes de forma mais eficaz e rápida.
- Manteve-se a recorrência das reuniões de acompanhamento e revisão de clientes, prática habitual do Santander e que consta das políticas internas, para a deteção antecipada de alertas na carteira de crédito.
- Ao nível dos Riscos Estandarizados, manteve-se o foco na garantia da qualidade da carteira, atuando sobre os *Non Performing Exposure* e Crédito Vencido, procurando antecipar a deterioração da qualidade creditícia da carteira de crédito.
- Neste sentido, manteve-se o recurso às já definidas estratégias de admissão, nos sistemas de decisão do Banco bem como o recurso aos sistemas comportamentais para a identificação de medidas de prevenção e recondução a oferecer aos seus clientes.
- Ao nível da Gestão Corporativa de Riscos, manteve-se o foco permanente no conhecimento e acompanhamento da carteira de crédito, com vista a um rigoroso controlo do seu risco, procurando proporcionar uma adequada e atempada informação de gestão, de forma a permitir a tomada de medidas com vista a uma gestão correta dos Riscos do Santander.

- Manteve-se igualmente a atenção nos modelos internos do Banco, já reconhecidos na sua quase totalidade (por parte dos reguladores) como modelos avançados (IRB), para efeitos do cálculo de requerimento de recursos próprios, assim como na sua cada vez maior integração na gestão.
- Por fim, neste primeiro semestre de 2023 houve necessidade de adaptar os processos internos de forma a dar resposta às iniciativas governamentais implementadas de apoio às famílias decorrente da subida das taxas de juro, decorrente do programa “Mais Habitação”.

→ O Risco de Crédito

O risco de crédito é originado pela possibilidade de perdas derivadas do incumprimento, total ou parcial, das obrigações financeiras contraídas para com o Santander, por parte dos seus clientes.

A organização da função de riscos de crédito no Banco está especializada em função da tipologia de clientes, diferenciando-se, ao longo de todo o processo de gestão do risco, entre clientes encarteirados (tratamento à medida ou personalizado) e clientes não encarteirados (estandarizados ou de tratamento massivo).

São clientes encarteirados os que, fundamentalmente em razão do risco assumido, têm atribuído um analista de risco. Neste grupo estão incluídas as empresas de Banca Maiorista, as Instituições Financeiras e parte das empresas da Banca de Retalho. A avaliação do risco destes clientes é efetuada pelo analista de risco, complementado com ferramentas de apoio à decisão, baseadas em modelos internos de valorização do risco.

São clientes estandarizados os que não têm um analista de risco especificamente designado para o seu acompanhamento. Incluem-se neste grupo os Clientes Particulares, Empresários em Nome Individual e as empresas da Banca de Retalho não encarteiradas. A avaliação destes riscos baseia-se em modelos internos de valorização e decisão automática, complementados quando necessário com equipas de analistas de riscos especializados.

→ Métricas e ferramentas de medição de risco

→ Ferramentas de classificação (*rating/scoring*)

O Santander Portugal utiliza modelos próprios de atribuição de classificação de solvência ou *ratings* internos, para os diferentes segmentos de clientes, os quais utiliza para medir a qualidade creditícia de um cliente ou operação correspondendo cada *rating* ou *scoring* uma probabilidade de incumprimento.

As ferramentas de classificação globais são aplicadas aos segmentos de risco país, entidades financeiras e Banca Maiorista Global, tanto na determinação do seu *rating* como no acompanhamento dos riscos assumidos. Estas ferramentas

atribuem um *rating* a cada cliente em resultado de um módulo quantitativo, ou automático, baseado em dados/rácios de balanço ou variáveis macroeconómicas complementado pela análise efetuada pelo analista de risco que acompanha o cliente.

No caso das empresas e instituições de Banca Minorista, a atribuição de um *rating* está baseada nos mesmos módulos que os acima referidos, neste caso quantitativo ou automático (analisando o comportamento creditício de uma amostra de clientes e a sua correlação com um conjunto de dados e rácios contabilísticos) e qualitativo, a cargo da análise do analista de riscos, o qual tem a obrigação de efetuar uma revisão final do *rating* atribuído.

Os *ratings* atribuídos são revistos periodicamente, incorporando a nova informação financeira que, entretanto, tenha ficado disponível bem como, ao nível qualitativo, a experiência decorrente da avaliação da relação creditícia existente. Esta periodicidade aumenta no caso dos clientes em que os sistemas internos de alerta e classificação de risco assim o exijam.

Para as carteiras de riscos standardizados, tanto clientes Particulares como de Empresas não encarteiradas, estão implementadas ferramentas de *scoring* e de modelos de decisão que atribuem automaticamente uma valorização/decisão das operações apresentadas. Estas ferramentas de decisão podem ser complementadas com um modelo de *scoring* comportamental, instrumento que permite uma maior capacidade preditiva dos riscos assumidos e que são utilizados para ações comerciais.

→ Parâmetros de risco de crédito

A valorização do cliente e/ou operação, mediante *rating* ou *scoring*, constitui uma avaliação da capacidade creditícia, a qual se quantifica através da probabilidade de incumprimento (*probability of default* ou PD).

Para além da valorização efetuada do cliente, a análise quantitativa do risco considera outros aspetos como o prazo da operação, o tipo de produto e as garantias existentes. Desta maneira não só se tem em conta a probabilidade de que o cliente incumpra nas suas obrigações contratuais (PD) como também se estima o montante do incumprimento (*exposure at default* ou EAD) e a percentagem do EAD que não poderá ser recuperado (*loss given default* ou LGD).

São estes os fatores (PD, LGD e EAD) que constituem os principais parâmetros de risco de crédito, permitindo com a sua combinação o cálculo da perda esperada e da perda inesperada.

A sua combinação permite o cálculo da perda esperada (ou perda provável), a qual é considerada como mais um custo de atividade (refletindo o prémio de risco), sendo este custo convenientemente repercutido no preço das operações.

Permite também o cálculo da perda inesperada, que é a base do

cálculo do capital regulatório segundo as normas do acordo de capital de Basileia (BIS II), o qual atendendo à sua natureza não se considera como recorrente pelo que deve ser devidamente coberto pelos capitais próprios.

A PD define-se como a probabilidade de que uma contraparte possa não conseguir cumprir com as suas obrigações no prazo de um ano, através da observação estatística.

O cálculo da LGD baseia-se na observação do processo de recuperação das operações em incumprimento, tendo em conta não só as receitas e custos associados a este processo, mas também o momento em que os mesmos se produzem e os custos indiretos que decorrem da atividade de recuperação.

A estimativa da EAD assenta na comparação do uso das linhas comprometidas no momento do incumprimento e numa situação normal, de modo a identificar o consumo real das linhas quando se verifica o incumprimento.

→ Ciclo do Risco de Crédito

O processo de gestão de riscos consiste em identificar, medir, analisar, controlar, negociar e decidir relativamente aos riscos incorridos pela operativa do Banco.

Este processo inicia-se nas áreas de negócio, que propõem uma dada propensão ao risco. Estes riscos são analisados e decididos em comités próprios, os quais atuam por competências delegadas pela Comissão Executiva no Comité Executivo de Riscos (CER). É o CER que estabelece as políticas e procedimentos de riscos e estabelece os limites e delegações de faculdades.

→ Planificação e estabelecimento de limites

O estabelecimento de limites de apetite de riscos é concebido como um processo dinâmico que identifica o perfil de riscos que o Santander está disposto a assumir, mediante a avaliação das propostas de negócio e a opinião da Área de Riscos, através da definição dos Planos Estratégicos Comerciais (PEC).

Ao nível dos grandes grupos corporativos utiliza-se um modelo de pré-classificações baseado num sistema de medição e seguimento de capital económico.

Ao nível dos riscos encarteirados, a gestão é feita ao nível do Grupo Económico em que é definido a apetência pelo risco para a mesma, estabelecendo limites de crédito.

Ao nível dos riscos standardizados, o processo de planificação e estabelecimento de limites realiza-se mediante a elaboração conjunta, pela área de Riscos e de Negócio, de Planos Estratégicos Comerciais (PEC) onde se refletem os resultados esperados do negócio em termos de risco e rentabilidade, assim como os limites a que se deve sujeitar a atividade, a gestão de riscos associada e os meios de suporte necessários.

→ Estudo do risco, decisão de operações e seguimento e controlo

O estudo do risco é um requisito prévio à autorização de qualquer operação de crédito no Santander. Este estudo consiste em analisar a capacidade do cliente em fazer face aos compromissos contratuais para com o Banco, o que implica analisar a qualidade creditícia do cliente, as suas operações de crédito, a sua solvência e sua rendibilidade. Adicionalmente, também se efetua um estudo e revisão da valorização atribuída sempre que se verifique um alerta ou evento que afete o cliente/operação.

O processo de decisão de operações tem por objeto a análise e decisão das mesmas, tomando em consideração o perfil dos riscos e os elementos relevantes da operação na definição de um equilíbrio entre o risco e a rendibilidade.

De modo a manter um adequado controlo da qualidade creditícia da carteira, para além das ações desenvolvidas pela Auditoria Interna, encontra-se estabelecida dentro da área de Riscos a função específica de Seguimento. Esta função está também especializada em função da segmentação de clientes e assenta fundamentalmente num processo contínuo de observação que permite detetar antecipadamente as incidências que possam vir a ocorrer na evolução do risco, das operações e do cliente, com a finalidade de empreender, por antecipação, ações destinadas a mitigá-los.

→ Prevenção, Gestão de Incumprimento e Recuperações

A prevenção, gestão de incumprimento e recuperações no Banco constituem uma atividade estratégica, integral e de negócio. Os objetivos específicos da prevenção, gestão de incumprimento e recuperações são os seguintes:

- Antecipar potenciais dificuldades dos clientes mitigando o risco de entrada em incumprimento;
- Assegurar a cobrança ou a regularização dos valores em situação irregular, privilegiando a solução negocial, de modo que a situação creditícia do cliente regresse ao normal. Caso a solução negocial não seja possível, recuperações procurará então recuperar os créditos recorrendo à via judicial.
- Manter e fortalecer a relação com o cliente, acautelando o seu comportamento ao nível dos compromissos que este assumiu contratualmente para com o Banco.

A atividade de prevenção, gestão de incumprimento e recuperações está estruturada de acordo com a segmentação comercial dos clientes: Particulares & Negócios e Empresas, com modelos de gestão específicos. Esta atividade, assim segmentada, respeita ainda as distintas fases de gestão: gestão preventiva, gestão de irregulares e gestão de morosidade e falidos, as quais contam com modelos, estratégias e circuitos

específicos. Toda esta atividade é partilhada com as áreas de negócio.

A gestão preventiva e a gestão de irregulares dos clientes Particulares & Negócios, visa dotar o Banco de uma capacidade de gestão massiva e antecipativa de clientes não encarteirados, feito através de estratégias e processos em ambiente omnicanal (canais de comunicação diferenciados em função da tipologia de cliente), constituindo uma abordagem sofisticada, que permite antecipar e melhorar a rapidez de resposta às dificuldades de tesouraria dos clientes que a demonstram.

→ Risco de Contraparte

O risco de contraparte, latente em contratos realizados em mercados financeiros – mercados organizados ou o chamado mercado de balcão (*OTC*) – corresponde à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para a instituição.

Os tipos de transações abrangidos incluem a compra e venda de valores mobiliários, operações de mercado monetário interbancário, a contratação de “repos”, empréstimos de valores mobiliários e instrumentos derivados.

O controlo destes riscos é efetuado através de um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados e providencia a informação de disponibilidade dos mesmos para os diferentes produtos e maturidades. O mesmo sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal a concentração de riscos para determinados grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados, denominado Risco Equivalente de Crédito (REC), é calculado como sendo a conjugação do Valor Presente de cada contrato (ou Custo atual de Substituição) com o respetivo Risco Potencial, componente que reflete uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos fatores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

Durante o 1.º semestre de 2023 a exposição atual das operações sobre indexantes de taxa de juro (Euribor) e câmbio registaram um ligeiro aumento, consequência da evolução das taxas de mercado de médio e longo prazo, apesar de se ter verificado uma ligeira redução do volume de operações. Relativamente à exposição com Grupos Financeiros, o número de operações de cobertura de risco estrutural de taxa de juro (tendo a LCH *Clearnet* como câmara de compensação) também diminuiu, apesar de se ter verificado um aumento da exposição, devido ao aumento dos coeficientes de risco das operações de taxa de juro a longo prazo.

→ Risco de Mercado de negociação, estrutural e liquidez

Este capítulo foca-se nas atividades de gestão e controlo de riscos relacionadas com o risco de mercado, distinguindo atividade negociação, riscos estruturais e riscos de liquidez. São também brevemente descritas as principais metodologias e métricas utilizadas no Banco para este efeito.

O âmbito das atividades sujeitas a risco de mercado inclui as operações nas quais se assume risco patrimonial em consequência de possíveis variações de fatores de mercado (taxa de juros, taxa de câmbio, renda variável e spread de crédito, entre outros), bem como o risco de liquidez dos diferentes produtos e mercados em que o Grupo opera e o risco de liquidez do balanço.

Inclui os riscos da atividade de negociação e os riscos estruturais, ambos afetados pelos movimentos dos mercados.

A medição e o controlo destes riscos são assegurados por um órgão independente da gestão.

→ Controlo de Risco de Mercado de Negociação

• Atividades sujeitas a risco de mercado:

Os riscos das atividades de negociação decorrem de atividades de serviço financeiro a clientes com instrumentos não complexos, concentrando-se na cobertura dos riscos de taxa de câmbio e de taxa de juros. As operações realizadas com clientes são cobertas com o mercado, de modo a garantir uma exposição residual a este tipo de risco.

• Metodologias:

A metodologia aplicada no exercício de 2023, no âmbito do Banco, para a atividade de negociação, é o *Value at Risk (VaR)*. Utiliza-se como base a metodologia de Simulação Histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, tendo sido aplicados ajustes estatísticos que permitiram incluir de forma rápida e eficaz os acontecimentos mais recentes, e que condicionam os níveis de riscos assumidos.

Complementarmente utiliza-se a Análise de Cenários (*Stress Testing*), que consiste em definir cenários do comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respetivo impacto nos resultados ao aplicá-los sobre as carteiras. Estes cenários podem replicar o comportamento de variáveis financeiras perante factos ocorridos no passado (como crises) ou, pelo contrário, podem-se determinar cenários plausíveis que não correspondem a eventos passados. Em suma, a análise de cenários busca identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo *VaR*.

São calculadas também várias medidas de sensibilidade (BPV e gregos) e volumes equivalentes.

Paralelamente é efetuado um acompanhamento diário das posições e da conta de resultados, os quais incluem o ajuste de avaliação de crédito (CVA) e o ajuste de avaliação de débito (DVA).

• Medidas de calibração e contraste (*Backtesting*):

A fiabilidade do modelo de *VaR* é aferida periodicamente através de uma análise de *backtesting*. O *backtesting* consiste numa análise comparativa entre os cálculos do *Value at Risk (VaR)* e os resultados diários "limpos" (*clean P&L* - resultado associado à reavaliação das carteiras de fecho do dia anterior aos preços de fecho do dia seguinte), onde são analisados os desvios pontuais/espóricos dos resultados verificados face às medidas estimadas.

As análises de *backtesting* realizadas no Santander cumprem as recomendações do BIS, em matéria de comparação dos sistemas internos utilizados na medição e gestão dos riscos financeiros. Adicionalmente, no *backtesting* são efetuados testes de hipóteses: testes de excessos, testes de normalidade, medidas de excesso médio, etc.

• Limites:

Para as carteiras de negociação utilizam-se limites quantitativos que se classificam em dois grupos, sendo estabelecidos em função dos seguintes objetivos:

- Limites dirigidos a proteger o volume de perdas potenciais futuras. Constituem exemplo deste tipo de limites os limites por *VaR*, sobre medidas de sensibilidade (BPV e gregos) ou sobre posições equivalentes;
- Limites dirigidos a proteger/acomodar o volume de perdas efetivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período. Este tipo de limites tem como objetivo a geração de alertas sobre posições que estejam a gerar perdas (*loss triggers*), permitindo a tomada de decisões antes de alcançar o limite de perda máxima (*stop loss*), a partir do qual se considerará que as perdas terão atingido um nível inaceitável e se procederá ao imediato fecho de posições.

• Análise quantitativa do *VaR* durante o ano:

O *VaR* manteve-se em níveis muito reduzidos, registando o valor de 10.2M€ a 30/06/2023.

→ Controlo do Risco Estrutural de Balanço

O controlo do risco estrutural de balanço incide sobre o risco de taxa de juro e o risco de liquidez.

O risco de taxa de juro decorre dos desfasamentos nos vencimentos e na repreciação dos ativos e passivos e do impacto que movimentos adversos nas taxas de juro podem ter no valor

económico ou na margem financeira do Banco.

O risco de liquidez consiste no risco do Santander não dispor dos recursos financeiros líquidos necessários para cumprir as obrigações no momento devido ou de incorrer num custo excessivo para as cumprir.

- **Metodologias:**

O risco de taxa de juro do balanço consolidado é medido através da modelização das posições de ativos e passivos sensíveis a variações de taxa de juro de acordo com a sua estrutura de indexantes e de repreciação. Este modelo permite medir e controlar o risco originado pelo movimento da curva de rendimentos, nomeadamente o seu impacto na margem financeira e no valor patrimonial do balanço do Banco.

Complementarmente, são calculados outros indicadores de risco, como o *Value at Risk (VaR)* e a análise de cenários (*stress test*).

O risco de liquidez é medido e controlado através da modelização dos fluxos de pagamentos e recebimentos presentes e futuros, bem como pela realização de exercícios de análise de cenários que procuram identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas.

Paralelamente, são calculados rácios sobre as posições de balanço que atuam como indicadores das necessidades de liquidez estrutural e de curto prazo, bem como indicadores de liquidez intradiária em situações normais e de stress e indicadores de alerta precoce.

O rácio LCR (*Liquidity Coverage Ratio*), calculado segundo as normas do BCE, situou-se em 118,0% a 30/06/2023.

- **Limites:**

O controlo dos riscos de balanço é garantido através da aplicação de uma estrutura de limites quantitativos que visam manter as exposições dentro dos níveis autorizados. Os limites incidem sobre os seguintes indicadores:

- **Taxa de juro:** Sensibilidade da margem financeira e do valor económico, *stress test* da carteira ALCO, *VaR*;
- **Liquidez:** Buffer de liquidez, cenários de stress, rácios de liquidez de curto prazo e estrutural, rácios de oeração de ativos e de concentração.

Risco Operacional

→ Definição e Objetivos

O Banco define o risco operacional como o risco de perda resultante de deficiências ou falhas nos processos internos, recursos humanos ou sistemas internos, ou resultantes de eventos externos.

O risco operacional é inerente a todos os produtos, atividades,

processos e sistemas e é gerado em todas as áreas de negócio e de suporte. Por esse motivo, todos os colaboradores são responsáveis pela gestão do risco operacional inerente às atividades, processos e sistemas próprios das suas funções habituais.

O principal objetivo em matéria de controlo e gestão do risco operacional consiste na identificação, avaliação, medição, controlo, mitigação e reporte deste mesmo risco, sendo que a identificação e mitigação das fontes de risco constituem uma prioridade para o Santander, independentemente de as mesmas terem ou não originado perdas efetivas.

Para efeitos de cálculo de requisitos de fundos próprios e em matéria de cobertura do risco operacional, o Grupo optou pelo Método Standard previsto no normativo de BIS II.

→ Modelo de Gestão

O modelo organizativo do Santander em termos de controlo e gestão do risco operacional, resulta da adaptação à abordagem de Basileia II pelo Grupo.

A supervisão e o controlo do risco operacional são realizados através dos seus órgãos de governo. Neste sentido, o Conselho de Administração e a Comissão Executiva incluem de forma periódica na sua gestão o tratamento de aspetos relevantes em matéria de controlo e mitigação do risco operacional.

Com o objetivo de cumprir os requisitos regulatórios e de acordo com as melhores práticas do sector bancário, o Grupo definiu um modelo organizacional estruturado em três linhas de defesa.

A primeira linha de defesa, é constituída por todas as unidades de negócio e funções de suporte, sendo responsável pelo risco operacional originado nas suas áreas e tem como principal função a identificação, avaliação, monitorização, mitigação e reporte deste risco.

A segunda linha de defesa é constituída pela área com função de controlo de risco operacional, e é responsável, por um lado por supervisionar o controlo efetivo do risco operacional nas suas diferentes vertentes, e por outro lado por avaliar se a sua gestão está em linha com o definido e se respeita os níveis de tolerância estabelecidos para o efeito. A segunda linha de defesa é uma função independente e complementa as funções de gestão e controlo da primeira linha.

A terceira linha de defesa é constituída pela Auditoria Interna, um órgão independente que assume funções de controlo e avalia periodicamente se as políticas, metodologias e procedimentos são adequadamente implementados.

As diversas etapas do modelo de gestão e controlo permitem:

- Identificar o risco operacional inerente a todas as atividades, produtos, processos e sistemas do Santander.
- Definir o perfil de risco operacional, através da medição de

métricas e indicadores por área e horizonte temporal, e estabelecer limites de tolerância e apetência de risco.

- Realizar e seguir o orçamento de risco operacional.
- Promover o envolvimento e integração de todos os colaboradores na cultura do risco operacional através da realização de formação em matéria de risco operacional e através da realização de reuniões periódicas.
- Medir e avaliar o risco operacional de forma objetiva, continuada e coerente tendo por base as exigências regulatórias (Basileia, Banco de Portugal, entre outros).
- Efetuar um seguimento contínuo e sistemático das fontes de exposição ao risco e implementar os respetivos mecanismos de controlo de modo a minimizar eventuais perdas.
- Estabelecer medidas e ações de mitigação que reduzam e mitiguem o risco operacional.
- Elaborar apresentações e relatórios periódicos de risco operacional, e realizar a sua divulgação junto dos diversos órgãos de gestão e supervisão (internos e externos).
- O modelo de controlo de risco operacional implementado traduz-se nos seguintes benefícios:
- Promover o desenvolvimento de uma cultura de risco operacional robusta.
- Permitir uma gestão integral e eficaz do risco operacional (identificação, medição/avaliação, controle/mitigação e reporte).
- Melhorar o conhecimento dos riscos operacionais, tanto reais como potenciais, e estabelecer a sua relação com as linhas de negócio e de suporte.
- Incrementar a melhoria dos processos e controlos e mitigar/reduzir eventuais perdas.
- Facilitar o estabelecimento de limites de apetite de risco operacional.

No que respeita à identificação, medição e avaliação do risco operacional, foram definidos diversos instrumentos quantitativos e qualitativos, que de forma conjunta permitem realizar um diagnóstico em matéria de risco operacional e classificar/avaliar as diversas áreas relativamente à gestão do seu próprio risco.

A análise quantitativa realiza-se fundamentalmente através de instrumentos que registam e quantificam o potencial nível de perdas associados a eventos de risco operacional, nomeadamente:

- Base de dados de eventos internos, cujo objetivo consiste no registo de eventos de risco operacional, com ou sem

eventuais impactos contabilísticos. Existem processos de conciliação contabilística que garantem a qualidade da informação incluída na base de dados.

- Base de dados de eventos externos, que disponibiliza informação quantitativa e qualitativa e facilita uma análise mais detalhada e estruturada dos eventos relevantes que possam ocorrer no sector.
- Análise de cenários, em que participam diversas áreas de negócio, segunda linha e coordenadores de risco operacional, tendo como objetivo a identificação de potenciais eventos com baixa probabilidade de ocorrência e elevada severidade para a instituição. Avalia-se o possível impacto e identificam-se se necessário, controlos adicionais e/ou medidas de mitigação, que minimizem o seu impacto.
- Autoavaliação de risco operacional (RCSA – *Risk Control Self-Assessment*), cujo objetivo principal consiste em identificar e avaliar os riscos operacionais em relação aos controlos existentes e identificar eventuais medidas de mitigação.
- Indicadores (ORIs – *operational risk indicators*), são parâmetros de natureza diversa (métricas, índices e medidas) que disponibilizam informação útil acerca da exposição ao risco. Estes indicadores e respetivos limites são revistos periodicamente para alertar sobre alterações que possam antecipar a materialização dos principais riscos.
- Recomendações da auditoria interna, externa e reguladores, que proporcionam informação relevante sobre o risco e permitem a identificação de eventuais debilidades e aspetos de melhoria.

O Banco desenvolve ainda modelos de supervisão e de controlo específicos em matéria de gestão de riscos tecnológico e ciber de modo a garantir o adequado seguimento dos sistemas de informação e o reforço da proteção cibernética do Banco. Não obstante, impera o princípio da homogeneização pelo que os modelos se encontram perfeitamente alinhados com as ferramentas e com os instrumentos de gestão do risco operacional já anteriormente mencionados.

Adicionalmente, existe ainda um conjunto de diversos instrumentos que complementam e asseguram um sólido ambiente de controlo, nomeadamente:

- Políticas e procedimentos;
- Planos de ação e/ou ações corretivas/mitigadoras;
- Gestão de crises e Plano de Continuidade de Negócio;
- Mecanismos de transferência de riscos e seguros;
- Acordo com terceiros e controlo de fornecedores.

O Santander implementou um programa de gestão avançada de risco operacional, tendo como principais objetivos o envolvimento de todos os colaboradores e dos órgãos de gestão no controlo e mitigação do risco operacional. A implementação e divulgação da cultura de riscos do Banco permitem uma avaliação e monitorização mais eficiente do risco operacional e facilitam a tomada de decisão por parte das áreas de negócio e da Administração.

À semelhança dos anos anteriores, o Banco continua a desenvolver ações no sentido de melhorar a eficiência das ferramentas de gestão do risco operacional, incluindo uma aplicação específica que é utilizada pelas primeiras linhas de defesa e pelas diversas áreas de controlo. Trata-se de uma ferramenta integrada que permite o desenvolvimento de sinergias entre as diversas áreas e fomenta a utilização de metodologias comuns de avaliação e controlo do risco. Esta aplicação incorpora ainda a base de dados de eventos, o sistema de controlo, as métricas/indicadores e os planos de ação/mitigação dos riscos da instituição.

Cumprimento e conduta

A área de Cumprimento e Conduta corporiza no Banco a função de conformidade ("*compliance*"), sendo responsável pela gestão dos riscos de cumprimento regulatório (incluindo crime financeiro), de conduta e de reputação, no contexto de uma estrutura robusta de gestão de riscos, assente na distribuição de funções entre três linhas de defesa, num exigente modelo de governo e controlo interno e numa relação estreita com a corporação.

Os referidos riscos definem-se do seguinte modo:

- **Risco de Cumprimento Regulatório:** risco de incumprimento com os requisitos legais e regulamentares, bem como as expectativas dos supervisores, que possam resultar em sanções legais ou regulamentares, incluindo multas ou outras implicações financeiras.
- **Risco de Crime Financeiro:** risco que deriva de atuações ou do emprego de meios, produtos e serviços do Grupo em atividades de carácter ilícito ou ilegal. Estas atividades incluem, entre outras, o branqueamento de capitais, o financiamento de terrorismo, a violação dos programas de sanções internacionais, a corrupção, o suborno e a evasão fiscal.
- **Risco de Conduta:** risco decorrente de decisões ou comportamentos desalinhados com os valores, princípios e regulamentos do Grupo, tendo em consideração os interesses dos clientes, acionistas e a integridade do mercado.
- **Risco de Reputação:** risco de impacto económico negativo, atual ou potencial, para o Banco, devido a danos

resultantes da forma como a imagem do Banco é percebida por funcionários, clientes, acionistas / investidores ou a comunidade em geral.

Os fundamentos e objetivos essenciais da área de Cumprimento e Conduta são a gestão dos riscos, tal como definidos nos parágrafos anteriores, determinando mecanismos e procedimentos que permitam: i) minimizar a probabilidade de que se concretizem; ii) identificar, reportar à Administração, gerir, e superar as situações que, eventualmente, se tenham verificado; iii) assegurar o seguimento e controlo; e iv) evidenciar, se necessário, que o Banco tem estes riscos entre as suas preocupações essenciais e dispõe de organização e meios vocacionados para a sua prevenção, deteção antecipada, mitigação e, sendo o caso, superação.

Sem prejuízo da existência de um quadro institucional e de governo estabilizado e de um conjunto significativo de atividades de gestão de risco realizadas de forma recorrente, a atividade da área de Cumprimento e Conduta é ajustada ao ambiente regulatório, às expectativas dos supervisores e à evolução do perfil de risco do Banco, de acordo com a atividade efetivamente desenvolvida em cada momento, o que é tanto mais relevante quanto é certo que se regista permanentemente um elevado dinamismo nestas matérias que, naturalmente, acaba por ter impacto também no exercício da função.

Para o efeito, é elaborado e aprovado anualmente um Plano de Atividades.

O Plano é o resultado de um exercício conjunto (entre a área de Cumprimento e Conduta do Banco e a área de Cumprimento e Conduta do Grupo Santander) que tem por objetivo a definição de linhas de orientação e, conseqüentemente, de atividades concretas a implementar em cada exercício e que acrescem ao conjunto de atividades que são executadas de forma recorrente ou permanente.

O referido exercício obedece a uma metodologia estabelecida no Grupo Santander, de acordo com a qual estão definidas fontes, das quais resultam atividades, que se agrupam por categorias e temas/áreas de atuação. A execução do Plano é objeto de seguimento recorrente.

Sem prejuízo de todos os demais aspetos que decorrem do que fica exposto, o quadro normativo interno relativo aos Riscos de Cumprimento e Conduta, abrange, designadamente, os instrumentos identificados na lista abaixo, que são referidos pela sua abrangência e âmbito e pelo seu particular impacto na prevenção e gestão dos riscos em apreço.

→ Modelo de Gestão

- Valores Corporativos que se traduzem em "comportamentos" concretos, os quais pautam a conduta de todos os colaboradores;

- Marco Corporativo de Cumprimento e Conduta;
- Política Global de Cumprimento;
- Políticas em matéria de Prevenção do Crime Financeiro;
- Códigos de conduta (com três dimensões: geral; na relação com os clientes e relativo ao mercado de valores);
- Política e Procedimentos de Comercialização e de Seguimento de Produtos;
- Política de Prevenção, Comunicação e Sanação de Conflitos de Interesses;
- Política de Tratamento e Proteção de Dados Pessoais;
- Política de formação de colaboradores, que inclui formação regulamentar obrigatória, bem como adicional;
- Políticas de Prevenção de Corrupção e de Defesa Corporativa (o Santander possui uma Política Corporativa de Prevenção da Corrupção, incluindo, entre outros: Um canal de denúncias (Canal Aberto) onde qualquer colaborador pode comunicar, de forma confidencial e anónima, quaisquer eventuais violações dos Códigos de Conduta e/ou da Política de Prevenção da Corrupção e outras eventuais irregularidades);
- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;

→ Políticas de risco Reputacional

- Política de risco Reputacional;
- Política de Setores Sensíveis (regula o financiamento a determinados setores considerados sensíveis, devido à sua possível repercussão social, política ou cultural, estabelecendo as pautas para avaliar e decidir sobre o envolvimento com esses mesmos setores, de forma a conseguir identificar, gerir e prevenir o risco reputacional associado);
- Política e Procedimento para o Setor da Defesa (definindo os critérios a seguir na atividade financeira relacionada com este setor e prevendo um procedimento de análise de todas as operações e clientes abrangidos no setor).
- Política de Contribuições para Fins Sociais (definindo os critérios a seguir na atribuição de donativos com finalidades sociais).

Ainda em matéria de gestão do risco reputacional, merecem referência a Política Geral de Sustentabilidade e a Política de Direitos Humanos e a Política de Gestão de Riscos Ambientais, Sociais e de Alterações Climáticas.

Informação Complementar

Prevenção de branqueamento de capitais

A função de cumprimento em matéria de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo (PBCFT) do Santander em Portugal está corporizada na área de *Financial Crime Compliance* (FCC), integrada na área de Cumprimento e Conduta, que materializa a função de “*compliance*” e que funciona de forma independente e permanente, e no Comité de Análise e Resolução, que é um órgão de controlo interno para a Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo.

A área de FCC dispõe de autonomia funcional e reporta ao responsável da área de Cumprimento e Conduta (*Chief Compliance Officer*).

O objetivo principal é a gestão dos riscos de cumprimento relativos ao branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e sanções, zelando para que a atividade se desenvolva em conformidade com todo o normativo aplicável, na prevenção e minimização de danos, nomeadamente decorrentes de eventuais sanções, bem como de caráter reputacional.

Assim, o responsável pela área de FCC atua como “Responsável pelo Cumprimento Normativo” e dispõe de uma estrutura orgânica especializada e exclusivamente dedicada, existem normativos internos e estão implementados procedimentos e controlos específicos, corporizando o sistema de controlo interno em matéria de FCC, que é objeto de auditoria anual.

Ao Responsável pelo cumprimento normativo, compete:

- Participar na definição e emitir parecer prévio sobre as políticas e os procedimentos e controlos destinados a PBCFT;
- Acompanhar, em permanência, a adequação, a suficiência e a atualidade das políticas e dos procedimentos e controlos em matéria de PBCFT, propondo as necessárias atualizações;
- Participar na definição, acompanhamento e avaliação da política de formação interna;
- Assegurar a centralização de toda a informação relevante que provenha das diversas áreas de negócio da entidade obrigada;

- Desempenhar o papel de interlocutor das autoridades judiciais, policiais e de supervisão e fiscalização, designadamente dando cumprimento ao dever de comunicação e assegurando o exercício das demais obrigações de comunicação e colaboração.

Ao *Chief Compliance Officer* compete, nomeadamente, a coordenação da área de FCC e a avaliação de situações que lhe sejam submetidas pelo Responsável de Cumprimento Normativo.

Ao Comité de Análise e Resolução compete, nomeadamente:

- Aprovação de políticas e objetivos gerais do sistema de prevenção de Branqueamento de Capitais e de Financiamento do Terrorismo e do normativo aplicável às diferentes áreas e órgãos;
- Seguimento de atividades da área de FCC;
- Determinação de quaisquer procedimentos específicos que devam ser adotados na matéria por qualquer área;
- Aprovação das linhas gerais dos programas de formação e seguimento da respetiva execução;
- Avaliação de operativas que lhe sejam submetidas e determinação de medidas que considere adequadas, incluindo a comunicação às autoridades judiciais de operações que o não tenham sido pelo RCN;
- No domínio da respetiva competência, o seguimento das recomendações de auditoria interna e externa bem como, sendo o caso, de determinações específicas e recomendações de autoridades de supervisão;
- Apreciação de qualquer outro assunto que lhe seja submetido pela área de FCC;

Em 2023, foram efetuados os seguintes reportes aos Supervisores, referentes ao ano de 2022:

- Relatório de PBCFT conforme determina a Instrução do Banco de Portugal n.º 5/2019;*
- Reporte previsto no n.º 1 do artigo 18.º do Regulamento da CMVM n.º 2/2020 relativo a PBCFT.”*

Estrutura acionista

Acionista	Nº ações	%
Santander Totta, SGPS, S.A.	1.376.219.267	98,88%
Taxagest - SGPS, S.A.	14.593.315	1,05%

Movimento de ações próprias

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Anual, realizada no passado dia 16 de maio de 2023, o Banco Santander Totta S.A. diretamente por si ou por sociedade sua dependente, pode adquirir ações próprias bem como alienar as adquiridas até ao limite e nas demais condições da lei.

Em 31 de dezembro de 2022 o Banco Santander Totta S.A. detinha 429.088 ações próprias correspondentes a 0,031% do seu capital social. Durante o primeiro semestre de 2023, o Banco Santander Totta S.A. comprou 2.779 ações próprias correspondente a 0,0002% do seu capital social, fechando o referido semestre com um total de 431.867 ações próprias.

TRANSAÇÃO COM AÇÕES PRÓPRIAS DURANTE O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2023				
Banco Santander Totta, S.A.	Número de ações	Preço médio unitário (€)	Valor Contabilístico (€)	% no Capital Social
Saldo em 31/12/2022	429.088	5,19	2.226.950	0,031%
Aquisição de ações	2.779	1,98	5.514	0,0002%
Saldo em 30/06/2023	431.867	5,17	2.232.464	0,031%

Indicadores Alternativos de Desempenho

Apresenta-se um conjunto de Indicadores Alternativos de Desempenho (IAD), utilizado no Relatório de Gestão, elaborado em conformidade com as orientações emitidas pela ESMA (Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados) em 5 de outubro de 2015 (ESMA/2015/1415pt).

O Banco utiliza, para análise da gestão, um conjunto de indicadores, para medição da rentabilidade, eficiência e dinâmicas de volumes de negócio. Na sua maioria, estes indicadores são derivados da informação financeira divulgada de acordo com as normas contabilísticas em vigor (informação IFRS), mas outros são calculados com informação de gestão (informação MIS), não diretamente relacionável com a informação IFRS. De igual modo, alguns indicadores podem ser calculados corrigindo de movimentos não recorrentes, visando traduzir a dinâmica subjacente da atividade, rentabilidade e eficiência do Banco.

Os indicadores são discriminados seguidamente, efetuando-se a remissão, no possível, para a informação IFRS.

Margem financeira

“Receitas de juros” deduzidas das “Despesas com juros”, tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Rendimento de instrumentos de capital

“Receitas de dividendos”, tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Resultado de associadas

“Parte dos lucros ou prejuízos de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas contabilizados pelo método da equivalência patrimonial”, tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Comissões líquidas

“Receitas de taxas e comissões” deduzidas das “Despesas com taxas e comissões”, tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Outros resultados de exploração

“Outras receitas operacionais” deduzidas de “Outras despesas operacionais”, tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Margem comercial

Soma da “Margem financeira”, “Rendimento de instrumentos de capital”, “Resultado de associadas”, “Comissões líquidas” e “Outros resultados de exploração”.

Resultados em operações financeiras

Soma de “Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados, valor líquido”, “Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros detidos para negociação, valor líquido”, “Ganhos ou perdas com ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados, valor líquido”, “Ganhos ou perdas da contabilidade de cobertura, valor líquido”, “Diferenças cambiais ganhos ou perdas, valor líquido”, “Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas”, “Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos não financeiros, valor líquido”, tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Produto bancário

“Margem comercial” adicionada de “Resultados em operações financeiras”.

Custos operacionais

Soma de “Despesas com pessoal”, de “Outras despesas administrativas” e de “Depreciação”, tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Resultado de exploração

“Produto bancário” subtraído de “Custos operacionais” e de “Contribuições em numerário para fundos de resolução e sistemas de garantia de depósitos”, tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Imparidade, provisões líquidas e outros resultados

Soma de “Provisões ou reversão de provisões”, de “Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados”, de “Imparidades ou reversão de imparidades de ativos não financeiros”, de “Ganhos ou perdas outros, valor líquido”, e de “Lucros ou prejuízos com ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não elegíveis como unidades operacionais descontinuadas”, tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam

“Resultado de exploração” subtraído de “Imparidade, provisões líquidas e outros resultados”.

Impostos

“Despesas ou receitas com impostos relacionadas com os resultados de unidades operacionais em operação”, tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam

“Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam” deduzido de “Impostos”.

Interesses que não controlam

“Lucros ou prejuízos do período – atribuíveis a participações minoritárias sem controlo”, tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas do BST

“Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam”, deduzido de “Interesses que não controlam”.

Rácio de eficiência

Rácio entre os “Custos operacionais” e o “Produto bancário”.

Rácio Crédito / Depósitos (rácio de transformação)

Calculado de acordo com a Instrução 6/2018 do Banco de Portugal.

Volume de Negócio

Soma do “Crédito a clientes (bruto)” com os “Recursos de clientes”.

Crédito a clientes (bruto)

Corresponde à soma das rubricas de balanço: “Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral – empréstimos e adiantamentos”, “Ativos financeiros pelo custo amortizado – títulos de dívida” e “Ativos financeiros pelo custo amortizado - empréstimos e adiantamentos”, expurgado de “Outros saldos a receber” e de “Empréstimos e adiantamentos – instituições de crédito”, conforme consta na nota 9 do capítulo “Notas às demonstrações financeiras consolidadas” e da nota 8 do capítulo “Notas às demonstrações financeiras individuais”. Valores antes de imparidades.

Crédito a clientes (líquido)

Crédito a clientes (bruto), líquido de imparidades. As imparidades correspondem à soma de “Imparidade para títulos de dívida” e “Imparidade para empréstimos e adiantamentos – clientes e outros saldos a receber” conforme consta na nota 9 do capítulo “Notas às demonstrações financeiras consolidadas” e da nota 8 do capítulo “Notas às demonstrações financeiras individuais”, deduzidas da imparidade relativa a “Outros saldos a receber”.

Crédito a particulares (habitação e consumo) e empresas

Definido de acordo com a segmentação da informação de gestão (MIS).

Rácio de *non-performing exposure*

Exposição não produtiva (NPE), definida de acordo com o documento "Orientações sobre créditos não produtivos dirigidas a instituições de crédito" do Banco Central Europeu (março 2017), em rácio da exposição total, incluindo extrapatrimoniais.

Custo do crédito

Rácio entre a "Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados - Ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado" (da Demonstração dos Resultados) e a média do "Crédito a clientes (bruto)" (do balanço).

Cobertura de *non-performing exposure*

Imparidades de exposições não-produtivas em relação ao total de exposições não produtivas (NPE).

Depósitos

Corresponde à rubrica "Depósitos – clientes" – ver nota 16 (no capítulo das Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas) e nota 15 (no capítulo das Notas às Demonstrações Financeiras individuais).

Recursos fora de balanço

Soma dos "Fundos de investimento geridos ou comercializados pelo Banco" e dos "Seguros e outros recursos", cuja informação é obtida através da Santander Asset Management e/ou do sistema de informação de gestão (MIS).

Recursos de balanço

Corresponde a "Depósitos", conforme definição incluída nesta secção.

Recursos de clientes

Soma de "Recursos de balanço" com os "Recursos fora de balanço".

Liquidity Coverage Ratio (LCR)

O LCR (rácio de cobertura de liquidez), de acordo com o disposto no artigo 412.º, n.º 1, do Regulamento (UE) n.º 575/2013, deverá ser igual ao rácio entre a reserva de liquidez de uma instituição de crédito e as suas saídas de liquidez líquidas durante um período de tensão de 30 dias de calendário.

Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)

Rácio entre o "Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas do BST" e o Capital Próprio Total no início do período.

Rendibilidade do ativo (ROA)

Rácio entre o "Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas do BST" e os Ativos Totais.

Declaração a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 29.º-J do Código de Valores Mobiliários

A alínea c) do n.º 1 do artigo 29.º-J do Código de Valores Mobiliários determina que cada uma das pessoas responsáveis da sociedade emita declaração cujo teor é aí definido.

Os membros do Conselho de Administração do Banco Santander Totta, S.A, aqui identificados nominativamente subscreveram individualmente a declaração que a seguir se transcreve:

“Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 29.º-J do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, as demonstrações financeiras condensadas relativas ao 1.º semestre do exercício de 2022 foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Banco Santander Totta, S.A e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão intercalar expõe fielmente as informações exigidas nos termos do n.º 2 do artigo 29.º-J do Código de Valores Mobiliários”.

José Carlos Brito Sítima

Presidente

Pedro Aires Coruche Castro e Almeida

Vice-Presidente

Amílcar da Silva Lourenço

Vogal

Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais

Vogal

Cristina Alvarez Alvarez

Vogal

Daniel Abel Monteiro Palhares Traça

Vogal

João Pedro Cabral Tavares

Vogal

Isabel Cristina da Silva Guerreiro

Vogal

Manuel António Amaral Franco Preto

Vogal

Manuel Maria de Olazabal y Albuquerque

Vogal

Maria Manuela Machado Costa Farelo Ataíde Marques

Vogal

Miguel Belo de Carvalho

Vogal

Remédios Ruiz Macia

Vogal

Ricardo Lopes da Costa Jorge

Vogal

Demonstrações Financeiras Consolidadas

As contas referentes ao 1.º semestre de 2023 não foram objeto de revisão limitada nem do respetivo parecer por parte dos auditores do Banco.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 30 DE JUNHO DE 2023 E DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	30-06-2023	31-12-2022
ATIVO			
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	5	8.053.513	8.407.985
Ativos financeiros detidos para negociação	6	829.892	498.103
Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados	7	27.700	31.020
Instrumentos de capital próprio		27.700	31.020
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	8	4.542.851	4.423.397
Instrumentos de capital próprio		189.811	149.097
Títulos de dívida		1.973.989	2.005.745
Empréstimos e adiantamentos		2.379.051	2.268.555
Ativos financeiros pelo custo amortizado	9	39.180.792	40.850.964
Títulos de dívida		3.437.077	3.471.400
Empréstimos e adiantamentos		35.743.715	37.379.564
Derivados - Contabilidade de cobertura	10	567.347	601.827
Investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas	11	-	41.468
Ativos tangíveis	12	430.454	447.229
Propriedades de investimento		162.108	179.211
Ativos tangíveis		268.346	268.018
Ativos intangíveis	12	33.627	35.443
Ativos por impostos	13	180.205	245.032
Outros ativos	14	181.256	151.961
Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda	15	45.807	43.749
TOTAL DO ATIVO		54.073.444	55.778.178
PASSIVO			
Passivos financeiros detidos para negociação	6	831.157	508.057
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	16	48.660.876	50.663.555
Depósitos		43.374.402	45.989.740
Títulos de dívida emitidos		5.009.725	4.316.483
Outros passivos financeiros		276.749	357.332
Derivados - Contabilidade de cobertura	10	4.974	183.771
Provisões	17	149.339	154.504
Compromissos e garantias concedidos		48.539	49.705
Outras provisões		100.800	104.799
Passivos por impostos	13	299.423	273.996
Capital social reembolsável à vista	18	36.775	46.938
Outros passivos	19	557.476	339.297
TOTAL DO PASSIVO		50.540.020	52.170.118
CAPITAIS PRÓPRIOS			
Capital social	20	1.391.780	1.391.780
Prémios de emissão	20	193.390	193.390
Instrumentos de capital próprio emitidos, exceto capital social	20	400.000	400.000
Outro rendimento integral acumulado	20	(136.047)	(283.453)
Rubricas que não serão reclassificadas em resultados		(399.383)	(420.710)
Rubricas que podem ser reclassificadas em resultados		263.336	137.257
Resultados retidos	20	401.045	402.736
Outras reservas	20	1.010.376	960.532
Ações próprias	20	(44.115)	(44.110)
Resultados atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe	21	316.368	586.559
Participações minoritárias sem controlo	22	627	626
TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS		3.533.424	3.608.060
TOTAL DO PASSIVO E DOS CAPITAIS PRÓPRIOS		54.073.444	55.778.178

O anexo faz parte integrante da demonstração da posição financeira consolidada para o período de seis findo em 30 de junho de 2023.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	30-06-2023	30-06-2022
Receitas de juros	24	1.129.535	544.856
Despesas com juros	24	(548.305)	(175.979)
MARGEM FINANCEIRA		581.230	368.877
Receitas de dividendos	25	1.684	3.656
Parte dos lucros ou prejuízos de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas contabilizada pelo método da equivalência patrimonial	26	-	1.382
Receitas de taxas e comissões	27	277.661	292.881
Despesas com taxas e comissões	27	(44.990)	(50.474)
Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados, valor líquido	28	-	753
Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros detidos para negociação, valor líquido	28	817	6.269
Ganhos ou perdas com ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados, valor líquido	28	970	3.834
Ganhos ou perdas da contabilidade de cobertura, valor líquido	28	-	-
Diferenças cambiais ganhos ou perdas, valor líquido	28	8.694	8.873
Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos não financeiros, valor líquido	29	1.235	(410)
Outras receitas operacionais	30	8.763	9.280
Outras despesas operacionais	30	(4.742)	(3.648)
PRODUTO BANCÁRIO		831.322	641.273
Despesas administrativas	31	(231.034)	(216.206)
Despesas com pessoal		(136.169)	(129.297)
Outras despesas administrativas		(94.865)	(86.909)
Contribuições em numerário para fundos de resolução e sistemas de garantia de depósitos	32	(23.644)	(41.438)
Depreciação	12	(22.045)	(22.893)
Provisões ou reversão de provisões	17	(6.750)	(749)
Compromissos e garantias concedidos		1.166	2.915
Outras provisões		(7.916)	(3.664)
Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados	17	(35.014)	1.159
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral		24	24
Ativos financeiros pelo custo amortizado		(35.038)	1.135
Imparidades ou reversão de imparidades de ativos não financeiros	17	3.657	(1.665)
Ganhos ou perdas outros, valor líquido	1.3 l)	(38.316)	(35.884)
Lucros ou prejuízos com ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não elegíveis como unidades operacionais descontinuadas	33	2.487	16.624
LUCROS OU PREJUÍZOS DE UNIDADES OPERACIONAIS EM OPERAÇÃO ANTES DE IMPOSTOS		480.663	340.221
Despesas ou receitas com impostos relacionadas com os resultados de unidades operacionais em operação	13	(164.294)	(108.217)
LUCROS OU PREJUÍZOS DO PERÍODO		316.369	232.004
Atribuíveis a participações minoritárias sem controlo		1	-
Atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe	21	316.368	232.004

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados consolidados para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2023.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADOS
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	30-06-2023		30-06-2022	
		Atribuível aos acionistas do Banco	Atribuível a interesses que não controlam	Atribuível aos acionistas do Banco	Atribuível a interesses que não controlam
Lucros ou prejuízos do período		316.368	1	232.004	-
Outro rendimento integral	20	148.154	-	(66.006)	-
Rubricas que não serão reclassificadas em resultados					
Ganhos ou perdas atuariais com planos de pensões de benefício definido	20				
. Valor bruto		20.604	-	112.768	-
. Impacto fiscal		-	-	-	-
Varição do justo valor dos instrumentos de capital próprio pelo justo valor através de outro rendimento integral					
. Valor bruto	8	2.132	-	76.191	-
. Impacto fiscal		(661)	-	(22.223)	-
Rubricas que podem ser reclassificadas em resultados					
Coberturas de fluxos de caixa	20				
. Valor bruto		152.884	-	(119.934)	-
. Impacto fiscal		(47.394)	-	37.180	-
Instrumentos de dívida pelo justo valor através de outro rendimento integral variação no justo valor					
. Valor bruto	8	(4.685)	-	(69.607)	-
. Impacto fiscal		1.400	-	21.527	-
Empréstimos e adiantamentos pelo justo valor através de outro rendimento integral variação no justo valor					
. Valor bruto	8	34.600	-	(147.798)	-
. Impacto fiscal		(10.726)	-	45.817	-
Proporção de outras receitas e despesas reconhecidas de investimentos em associadas					
. Valor bruto		-	-	100	-
. Impacto fiscal		-	-	(27)	-
Rendimento integral consolidado do período		464.522	1	165.998	-

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral consolidado para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2023.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2023 E PARA O EXERCÍCIO DE 2022

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Capital social	Prêmios de emissão	Instrumentos de capital próprio emitidos, exceto capital social	Outro rendimento integral acumulado		Resultados retidos	Outras reservas	Ações próprias	Lucros ou prejuízos atribuíveis aos proprietários da empresa mãe	Interesses minoritários	Total do capital próprio
				De justo valor	Por impostos						
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.256.723	193.390	135.000	(134.331)	(5.213)	1.608.681	969.610	(44.091)	270.494	626	4.250.889
Aplicação dos resultados											
. Transferência para reservas (Nota 20)	-	-	-	-	-	300.574	(30.080)	-	(270.494)	-	-
. Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(1.506.519)	-	-	-	-	(1.506.519)
Aumento de capital com reutilização das Prestações Acessórias	135.057	-	(135.000)	-	-	-	-	-	-	-	57
Emissão de - "Additional Tier 1 Instruments" (Nota 20)	-	-	400.000	-	-	-	-	-	-	-	400.000
Aquisição de ações próprias (Nota 20)	-	-	-	-	-	-	-	(19)	-	-	(19)
Alienação de instrumentos de capital da carteira ao justo valor através											
de outro rendimento integral	-	-	-	(1.411)	351	-	1.060	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	19.942	-	-	-	19.942
Rendimento integral do exercício de 2022	-	-	-	(290.683)	147.834	-	-	-	586.559	-	443.710
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.391.780	193.390	400.000	(426.425)	142.972	402.736	960.532	(44.110)	586.559	626	3.608.060
Aplicação dos resultados											
. Transferência para reservas (Nota 20)	-	-	-	-	-	500.826	85.733	-	(586.559)	-	-
. Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(502.516)	-	-	-	-	(502.516)
Distribuição de rendimentos - "Additional Tier 1 Instruments"	-	-	-	-	-	-	(36.636)	-	-	-	(36.636)
Aquisição de ações próprias (Nota 20)	-	-	-	-	-	-	-	(5)	-	-	(5)
Alienação de instrumentos de capital da carteira ao justo valor através											
de outro rendimento integral	-	-	-	1	-	-	(1)	-	-	-	-
Transferência entre rendimento integral e outras reservas, pela											
perda de influência significativa em participada	-	-	-	112	(861)	-	749	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	(1)	(1)	-	-	1	(1)
Rendimento integral do primeiro semestre de 2023	-	-	-	205.535	(57.381)	-	-	-	316.368	-	464.522
Saldos em 30 de junho de 2023	1.391.780	193.390	400.000	(220.777)	84.730	401.045	1.010.376	(44.115)	316.368	627	3.533.424

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio consolidado para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2023.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022

		(Montantes expressos em milhares de Euros)	
		30-06-2023	30-06-2022
	Notas		
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Receitas de juros e comissões		1.300.341	812.661
Despesas com juros e comissões		(450.616)	(257.695)
Despesas administrativas		(233.719)	(240.904)
Contribuições para os fundos de pensões	35	-	-
Resultados cambiais e outras receitas/despesas operacionais		(12.391)	(26.933)
Recuperação de créditos incobráveis	17	1.461	3.403
Resultados operacionais antes das alterações nos ativos e passivos operacionais		<u>605.076</u>	<u>290.532</u>
(Aumentos) diminuições de ativos operacionais:			
Ativos financeiros pelo custo amortizado - Instituições de crédito		8.238	5.546
Ativos financeiros detidos para negociação		(331.789)	90.862
Ativos financeiros pelo custo amortizado - Clientes		1.673.844	(424.220)
Ativos e passivos ao justo valor através de resultados		(116.756)	(81.239)
Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda		(1.663)	132.653
Propriedades de investimento		17.103	3.711
Outros ativos		(17.379)	(87.832)
		<u>1.231.598</u>	<u>(360.519)</u>
Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:			
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado - Instituições de crédito		(890.977)	152.005
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado - Clientes		(1.815.868)	2.340.236
Passivos financeiros detidos para negociação		323.100	(110.633)
Outros passivos		213.222	229.589
		<u>(2.170.523)</u>	<u>2.611.197</u>
Caixa líquida das atividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento		(333.849)	2.541.210
Impostos pagos		(169.736)	(56.703)
Caixa líquida das atividades operacionais		<u>(503.585)</u>	<u>2.484.507</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Dividendos recebidos	25	1.684	3.656
Aquisição ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral		4.116	(229)
Alienação de ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral		891	1.874
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados	7	-	16.425
Rendimentos adquiridos ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral		59.631	23.240
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	12	(20.921)	(15.934)
Vendas de ativos tangíveis		364	134
Caixa líquida das atividades de investimento		<u>45.765</u>	<u>29.166</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Aumento de capital	20	-	135.057
Dividendos pagos	20	(502.516)	(1.506.519)
Emissão de "Additional Tier 1 Instruments"	20	-	400.000
Remuneração paga de "Additional Tier 1 Instruments"	20	(36.636)	-
Reembolso de prestações acessórias	20	-	(135.000)
Emissão de dívida titulada e subordinada	16	702.190	695.654
Reembolso de dívida titulada e subordinada	16	(57.327)	(17.724)
Remuneração paga de dívida emitida		(2.363)	(2.793)
Caixa líquida das atividades de financiamento		<u>103.348</u>	<u>(431.325)</u>
Aumento (Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes		<u>(354.472)</u>	<u>2.082.348</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	5	8.407.985	8.711.389
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	8.053.513	10.793.737

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa consolidados para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2023.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Santander Totta, S.A. (adiante igualmente designado por “Banco”, ou “Grupo”) foi constituído em 1864, assumia anteriormente a denominação de Companhia Geral de Crédito Predial Português, S.A. (CPP) e encontra-se sediado em Portugal na Rua do Ouro, nº 88, Lisboa. O Banco foi nacionalizado em 1975 e transformado em sociedade anónima de capitais públicos em 1990. Em 2 de dezembro de 1992 o seu capital foi reprivatizado, mediante uma oferta pública de ações efetuada em sessão especial da Bolsa de Valores de Lisboa.

A partir de dezembro de 2000, o Banco integrou o Grupo Santander, na sequência da aquisição por este do Banco Totta & Açores, S.A. (totta). Os principais saldos e transações mantidos com empresas do Grupo Santander durante o primeiro semestre de 2023 e o exercício de 2022 encontram-se detalhados na Nota 37. O Banco integra a consolidação do Banco Santander, S.A. (*ultimate parent*).

No dia 16 de dezembro de 2004 foi registada a operação de cisão/fusão do totta, ao abrigo da qual foram destacadas as participações financeiras detidas por este na Foggia, SGPS, S.A. e na Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., tendo o remanescente da sua atividade, em conjunto com o Banco Santander Portugal, S.A. (BSP), sido incorporados por fusão no CPP que alterou a sua designação para a atual.

Em 3 de maio de 2010, o Banco procedeu à fusão por incorporação do Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. (BSN). A operação foi registada contabilisticamente com referência a 1 de janeiro de 2010.

Em 1 de abril de 2011, o Banco procedeu à fusão por incorporação da Totta Crédito Especializado – Instituição Financeira de Crédito, S.A. (Totta IFIC).

Em 20 de dezembro de 2015, na sequência da medida de resolução aplicada pelo Banco de Portugal ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (Banif), o Banco adquiriu a atividade bancária e um conjunto de ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão desta entidade.

Na sequência da deliberação do Conselho Único de Resolução no que respeita à aplicação de uma medida de resolução ao Banco Popular Español, S.A., tomada no dia 7 de junho de 2017, através do instrumento de alienação da totalidade da atividade, com a transmissão da totalidade das ações representativas do capital social do Banco Popular Español, S.A. para o Banco Santander, S.A., este passou a deter, indiretamente, a totalidade do capital social e dos direitos de voto do Banco Popular Portugal, S.A. (BAPOP). Neste sentido, em 27 de dezembro de 2017, o Banco comprou a totalidade do capital e dos direitos de voto do BAPOP procedendo nessa data à fusão por incorporação.

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, em todos os setores da economia, na sua maior parte sob a forma de concessão de empréstimos ou em títulos, prestando ainda outros serviços bancários no país e no estrangeiro.

O Banco dispõe de uma rede nacional de 333 balcões (339 balcões em 31 de dezembro de 2022). Tem ainda algumas filiais e escritórios de representação no estrangeiro e participações em empresas subsidiárias e associadas.

As demonstrações financeiras do Banco relativas ao primeiro semestre de 2023 foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 26 de setembro de 2023.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro e pelo Aviso nº 5/2005, de 30 de dezembro, do Banco de Portugal. No que se refere às empresas do Grupo que utilizam normativos contabilísticos diferentes, são efetuados ajustamentos de conversão para as IAS/IFRS.

As políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas referentes a 30 de junho de 2023, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas com referência a 31 de dezembro de 2022, aplicando em particular a IAS 34 (relato financeiro intercalar).

A partir do exercício de 2020 o Banco passou a apresentar as suas demonstrações financeiras de acordo com as orientações do Regulamento (EU 2017/1443 de 29 de junho de 2017), revogado pelo Regulamento (EU 2021/451 de 17 de dezembro de 2020).

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo, exceto quando expressamente indicado.

Na preparação das demonstrações financeiras o Banco segue a convenção de custo histórico, modificada quando aplicável, pela mensuração ao justo valor de: - Ativos financeiros detidos para negociação; - Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados; - Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral; - Passivos financeiros detidos para negociação; - Derivados – contabilidade de cobertura; e – Propriedades de Investimento.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de determinadas estimativas contabilísticas críticas, implicando também o exercício de julgamento pela Gestão, quanto à aplicação das políticas contabilísticas do Grupo. As áreas das demonstrações financeiras que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou as áreas cujos pressupostos e estimativas são significativos à preparação deste conjunto de demonstrações financeiras, encontram-se apresentadas na Nota 2.

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas numa base de continuidade, uma vez que o Conselho de Administração considera que o Banco dispõe de recursos necessários para continuar a operar. A avaliação efetuada pelo Conselho de Administração baseia-se num conjunto alargado de informação relacionada com as condições atuais e futuras, incluindo projeções sobre rentabilidade futura, fluxos de caixa, requisitos de capital e fontes de financiamento.

No âmbito da aplicação das IFRS tal como aprovadas pela União Europeia, o Banco adotou com referência a 1 de janeiro de 2023 as seguintes normas, alterações e interpretações:

- **IAS 1** (alteração), 'Divulgação de políticas contabilísticas'. Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas baseadas na definição de "material", em detrimento de "significativo". A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações imateriais relativas a políticas contabilísticas não precisam de ser divulgadas. O *IFRS Practice Statement 2* foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de "material" à divulgação de políticas contabilísticas.

- **IAS 8** (alteração), 'Divulgação de estimativas contabilísticas'. Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística.
- **IFRS 17** (nova e alteração), 'Contratos de seguro'. Esta nova norma substitui a IFRS 4 e aplica-se a todas as entidades emitentes de contratos de seguro, de resseguro ou de investimento com características de participação discricionária nos resultados se também forem emitentes de contratos de seguro. No âmbito da IFRS 17 as entidades emitentes de contratos de seguro precisam de avaliar se o tomador do seguro pode beneficiar de um determinado serviço como parte de um sinistro, ou se esse serviço é independente do sinistro/evento de risco, e fazer a separação da componente não-seguro. De acordo com a IFRS 17, as entidades têm de identificar as carteiras de contratos de seguro no reconhecimento inicial e dividi-las, no mínimo, nos seguintes grupos: i) contratos que são onerosos no reconhecimento inicial; ii) contratos que não apresentem uma possibilidade significativa de posteriormente se tornarem onerosos; e iii) restantes contratos em carteira. A IFRS 17 exige que uma entidade mensure os contratos de seguro usando estimativas e pressupostos atualizados que reflitam o cronograma dos fluxos de caixa e qualquer incerteza relacionada com os contratos de seguro. A IFRS 17 exige que uma entidade reconheça os rendimentos à medida que presta serviços de seguro (e não quando recebe os prémios) e preste informação sobre os ganhos do contrato de seguro que espera reconhecer no futuro. A IFRS 17 prevê três métodos de mensuração para a contabilização de diferentes tipos de contratos de seguro: i) Modelo geral de mensuração – ou "General measurement model" ("GMM"); ii) a Abordagem de imputação dos prémios – ou "Premium allocation approach" ("PAA"); e iii) a Abordagem da comissão variável – ou "Variable fee approach" ("VFA"). A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição.
- **IFRS 17** (alteração), 'Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa'. Esta alteração aplica-se apenas às seguradoras na transição para a IFRS 17, e permite a adoção de um "overlay" na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não efetue a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9. Esta alteração visa evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro, na informação comparativa apresentada na aplicação inicial da IFRS 17, prevenindo: (i) a aplicação ativo financeiro a ativo financeiro; (ii) a apresentação da informação comparativa como se os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 tivessem sido aplicados a esse ativo financeiro, mas sem exigir que uma entidade aplique os requisitos de imparidade da IFRS 9; e (iii) a obrigação de utilizar informações razoáveis e suportadas disponíveis na data de transição, para determinar como a entidade espera que esse ativo financeiro seja classificado de acordo com a IFRS 9.
- **IAS 12** (alteração), 'Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação'. A IAS 12 passa a exigir que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças temporárias não estão no âmbito da isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024, e que a União Europeia ainda não endossou:

- **IAS 1** (alteração), 'Classificação de passivos como não correntes e correntes' e 'Passivos não correntes com "covenants"'. Estas alterações clarificam que os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato. Também clarificam que os "covenants", que uma entidade é obrigada a cumprir na data ou em data anterior à data de relato, afetam a classificação de um passivo como corrente ou não corrente mesmo que a sua verificação apenas ocorra após a data de relato. Quando uma entidade classifica os passivos resultantes de contratos de financiamento como não correntes e esses passivos estão sujeitos a "covenants", é exigida a divulgação de informação que permita aos investidores avaliar o risco de estes passivos tornarem-se reembolsáveis no prazo de 12 meses, tais como: a) o valor contabilístico dos passivos; b) a natureza dos "covenants" e as datas de cumprimento; e c) os factos e as circunstâncias que indiquem que a entidade poderá ter dificuldades no cumprimento dos "covenants" nas datas devidas. Estas alterações são de aplicação retrospectiva.
- **IAS 7** (alteração) e **IFRS 7** (alteração), 'Acordos de financiamento de fornecedores'. Os Acordos de financiamento de fornecedores caracterizam-se pela existência de um financiador que se obriga a pagar os saldos que uma entidade deve aos seus fornecedores e a entidade, por sua vez, concorda em pagar de acordo com os termos e condições dos acordos, na mesma data, ou posteriormente, à data do pagamento aos fornecedores. As alterações introduzidas exigem que uma entidade efetue divulgações adicionais sobre os acordos de financiamento de fornecedores negociados para permitir: i) a avaliação sobre a forma como os acordos de financiamento de fornecedores afetam os passivos e fluxos de caixa da entidade; e ii) o entendimento do efeito dos acordos de financiamento de fornecedores sobre a exposição de uma entidade ao risco de liquidez, e como a entidade seria afetada se os acordos deixassem de estar disponíveis. Os requisitos adicionais complementam os requisitos de apresentação e divulgação já existentes nas IFRS, conforme estabelecido pelo IFRS IC na *Agenda Decision* de dezembro de 2020.
- **IAS 12** (alteração), 'Reforma da tributação internacional – regras do modelo Pilar Dois' (imediatamente ou a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Na sequência da implementação das regras do *Global Anti-Base Erosion* ("GloBE") da OCDE, poderão existir impactos significativos no apuramento dos impostos diferidos das entidades abrangidas que a esta data são difíceis de estimar. Esta alteração à IAS 12 introduz: i) uma exceção temporária aos requisitos de reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos por impostos diferidos relacionados com o Pilar Dois; e ii) os requisitos de divulgação adicionais para as entidades afetadas (entidades pertencentes a grupos multinacionais com réditos consolidados de €750 milhões em pelo menos dois dos últimos quatro anos), como seja: o facto de a exceção ter sido aplicada, o gasto de imposto corrente que se refere às regras Pilar Dois, e a estimativa razoável do impacto da aplicação das regras do Pilar Dois, entre a data de publicação da legislação e a data da sua entrada em vigor.
- **IFRS 16** (alteração), 'Passivos de locação em transações de venda e relocação'. Esta alteração introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, quanto a transações de venda e relocação que qualificam como "vendas" segundo a IFRS 15, com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são pagamentos de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa. Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os "pagamentos de locação" e "pagamentos de locação revistos" de forma que estes não venham a reconhecer ganhos/(perdas) relativamente ao direito de uso que retêm. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

Na sequência da adoção das normas e interpretações não foram identificados impactos materiais, nas demonstrações financeiras consolidadas.

1.2. Consolidação de empresas filiais e entidades sob controle conjunto e registo de empresas associadas (IFRS 10, IFRS 11, IAS 28 e IFRS 3)

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos, rendimentos, despesas, outros rendimentos integrais e fluxos de caixa do Grupo e as das entidades controladas por si direta e indiretamente (Nota 4), incluindo entidades com finalidade especial.

Subsidiárias são entidades controladas pelo Grupo. O Grupo controla uma entidade quando detém o poder de dirigir as atividades relevantes da entidade, e quando está exposto, ou tenha direito, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade. As demonstrações financeiras das empresas subsidiárias são consolidadas pelo método da integração global a partir do momento em que o Grupo assume o controle sobre as suas atividades até ao momento em que o controle cessa. As transações e os saldos entre as empresas objeto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efetuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias que foram consolidadas pelo método da integração global é apresentado na rubrica "Participações minoritárias sem controle" (Nota 22). Adicionalmente, em resultado da aplicação da IFRS 10 – "Demonstrações Financeiras Consolidadas", o Grupo inclui no seu perímetro de consolidação entidades com finalidade especial, nomeadamente veículos e fundos criados no âmbito de operações de titularização, quando exerce sobre as mesmas um controle financeiro e operacional efetivo e quando está exposto à maioria dos riscos e benefícios associados à respetiva atividade.

As perdas acumuladas de uma subsidiária são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam de valor negativo.

Numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de controle, qualquer participação minoritária anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando do cálculo do *goodwill*. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controle sobre uma subsidiária, qualquer participação minoritária remanescente retida é reavaliada ao justo valor na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Por outro lado, o Grupo gere ativos detidos por fundos de investimento, cujas unidades de participação são detidas por terceiros. As demonstrações financeiras dos fundos de investimento não são incluídas no perímetro de consolidação do Grupo, exceto quando este detém o controle desses fundos de investimento, nomeadamente quando tem mais de 50% das suas unidades de participação, casos esses em que aqueles fundos são consolidados pelo método da integração global. De acordo com o estabelecido na IAS 32 e na IFRS 10, o valor correspondente à participação de terceiros nos fundos de investimento que foram consolidados pelo método da integração global é apresentado como um passivo na rubrica "Capital social reembolsável à vista". Os resultados do Fundo Novimovest, não controlados pelo Grupo, são reconhecidos como uma dedução às rubricas "Outras receitas/despesas operacionais" atendendo à natureza dos principais rendimentos auferidos por esse fundo.

Os investimentos financeiros em associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, a partir do momento em que o Grupo passa a deter influência significativa até ao momento em que a mesma cessa. As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo exerce influência significativa, mas em que não detém o seu controle.

Entende-se existir influência significativa quando se detém uma participação financeira (direta ou indireta) superior a 20%, mas inferior a 50% (com direitos de voto proporcionais à participação) ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, mas sem haver controle nem controle conjunto sobre a mesma.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total do capital próprio e dos lucros e prejuízos reconhecidos pelas empresas associadas. Os dividendos atribuídos pelas associadas reduzem ao valor do investimento realizado pelo Grupo. O Grupo realiza testes de imparidade para os seus investimentos em associadas, sempre que se verifiquem indícios de imparidade. As perdas de imparidade contabilizadas em períodos anteriores podem ser reversíveis, até ao limite das perdas acumuladas.

O *goodwill* corresponde à diferença positiva entre o custo de aquisição dos negócios e a percentagem efetiva equivalente no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes das empresas subsidiárias e associadas adquiridas, assim como quaisquer instrumentos de Capital Próprio emitidos pelo Grupo. Com uma periodicidade mínima anual, o Grupo realiza testes de imparidade ao *goodwill*, de acordo com os requisitos da IAS 36 – “Imparidade de ativos”. Para este efeito, o *goodwill* é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa, nunca superiores ao grupo de ativos que compõem cada segmento operacional do Grupo, sendo apurado o respetivo valor recuperável com base em estimativas de *cash-flows* futuros, atualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pelo Grupo e assentes em metodologias apropriadas e aceites. As perdas por imparidade associadas ao *goodwill* são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas. O *goodwill* das empresas associadas é incluído no valor de balanço da participação, sendo esta sujeita a testes de imparidade.

Na data da primeira adoção das IFRS, o Grupo decidiu não aplicar retrospectivamente a IFRS 3 – “Concentrações de atividades empresariais”. Neste sentido, o *goodwill* resultante de aquisições ocorridas até 1 de janeiro de 2004 encontra-se deduzido ao capital próprio de acordo com a anterior política contabilística seguida. Por outro lado, as diferenças de consolidação negativas anteriormente registadas foram acrescidas ao capital próprio, tal como permitido pela IFRS 1.

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de janeiro de 2004 foram registadas pelo método da compra. O Grupo reconheceu o justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos ou efetuou a respetiva valorização de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicáveis para alguns ativos e passivos em que aquele não é o princípio de mensuração previsto na IFRS 3 – “Concentrações de atividades empresariais”. O custo de aquisição equivaleu ao valor determinado à data da compra, dos ativos adquiridos e dos passivos incorridos ou assumidos e das contingências, nos termos da IFRS 3. Deste modo, o Grupo aplicou a IAS 19 aos ativos adquiridos e aos passivos assumidos relacionados com os benefícios de colaboradores e a IAS 12 aos ativos adquiridos e aos passivos assumidos relacionados com impostos sobre o rendimento.

Adicionalmente, sempre que se identifique que o justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos incorridos ou assumidos, e após a sua confirmação nos termos previstos na IFRS 3, é superior ao custo de aquisição (ganho na compra a desconto), o diferencial é reconhecido na demonstração dos resultados. Nos termos da IFRS 3, o Grupo tem um período máximo de um ano contado a partir da data de aquisição para obter informação em falta e eventualmente corrigir de forma retrospectiva o valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos e, conseqüentemente, o resultado determinado na compra.

Com a aplicação das alterações às normas IFRS 3 e IAS 27, o Grupo definiu como política contabilística a valorização ao justo valor por resultados nos casos em que existe alteração de controlo por aquisição em diferentes fases de participadas. Nesses casos, a participação adquirida previamente ao momento de alteração de controlo é reavaliada ao justo valor por resultados. O *goodwill* é apurado nessa data como a diferença entre o custo total de aquisição e a proporção do justo valor dos ativos e passivos da participada. Do mesmo modo, da aplicação das alterações às normas acima referidas, o Grupo reavaliou por resultados as participações nas quais perdeu o controlo.

As políticas contabilísticas das subsidiárias e das associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Em consequência da transferência de negócio de POS (*merchant acquiring*) para a Getnet Europe, no final de 2022, o Banco deixou de deter influência significativa na UNICRE, tendo deixado de consolidar.

1.3. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anexas, foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

O Banco adota o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os gastos e rendimentos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Transações em moeda estrangeira

As contas do Banco são preparadas na divisa do ambiente económico em que opera ("moeda funcional"), sendo expressas em euros.

As transações em moeda distinta da moeda funcional, e os correspondentes rendimentos e gastos, são registadas ao câmbio da data em que ocorrem. Em cada data de balanço, os ativos e passivos expressos em moeda distinta da moeda funcional são convertidos à taxa de câmbio oficial de divisas ("fixing" do Banco de Portugal).

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o câmbio das principais moedas distintas da moeda funcional era:

	<u>30-06-2023</u>	<u>31-12-2022</u>
Moeda		
USD	1,08660	1,06660
GBP	0,85828	0,88693

c) Instrumentos financeiros

A classificação dos **ativos financeiros** segue três critérios:

- O modelo de negócio sob o qual os ativos financeiros são geridos;
- O tipo de instrumento financeiro isto é (i) instrumentos financeiros derivados, (ii) instrumentos de capital próprio ou (iii) instrumentos financeiros de dívida; e
- As características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros de dívida (que representem apenas pagamentos de capital e juros).

Neste contexto, as categorias de ativos financeiros previstas para instrumentos financeiros de dívida são:

- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo passe por manter os ativos financeiros em carteira e receber todos os seus fluxos de caixa contratuais e (ii) tenha fluxos de caixa contratuais em datas específicas que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao custo amortizado, a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – "Hold to Collect".

- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo é alcançado quer através do recebimento dos fluxos de caixa contratuais quer através da venda dos ativos financeiros e (ii) contemplem cláusulas contratuais que dão origem a fluxos de caixa que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral ("FVTOCI"), a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – "Hold to Collect & Sale".
- Todos os restantes instrumentos financeiros de dívida devem ser mensurados ao seu justo valor através de resultados ("FVTPL").

O Banco avaliou os seus modelos de negócio tendo por base um conjunto alargado de indicadores entre os quais se destacam o seu plano de negócios e as atuais políticas de gestão do risco. Para o modelo de negócio "Hold to Collect", por forma a avaliar a frequência e materialidade das vendas, foram definidos *thresholds* quantitativos tendo por base a experiência passada. As vendas previstas para os ativos financeiros classificados neste modelo de negócio não ultrapassam os *thresholds* definidos pelo Banco.

No que respeita aos restantes instrumentos financeiros, em concreto os instrumentos de capital próprio e derivados, estes por definição, são classificados ao justo valor através de resultados. Para os instrumentos de capital próprio, existe a opção irrevogável de designar que todas as variações de justo valor sejam reconhecidas em outro rendimento integral, sendo que neste caso, apenas os dividendos são reconhecidos em resultados, pois os ganhos e perdas não são reclassificados para resultados mesmo aquando do seu desreconhecimento/venda.

Reclassificações entre carteiras de instrumentos financeiros

De acordo com a IFRS 9, caso a entidade altere o seu modelo de negócio, deverá proceder à reclassificação dos respetivos ativos de acordo com o seu novo modelo de negócio. De acordo com a referida norma, estas alterações devem ser pouco frequentes devendo cumprir com os seguintes requisitos, nomeadamente:

- A alteração do respetivo modelo de negócio deverá ser tomada pela Administração;
- A referida alteração deverá impactar significativamente nas operações da entidade; e
- A alteração deverá ser demonstrável a entidades externas.

Venda de créditos

Os ganhos e perdas obtidos na venda de créditos a título definitivo são registados na rubrica da demonstração dos resultados "Imparidade de ativos financeiros pelo custo amortizado". Estes ganhos ou perdas correspondem à diferença entre o valor de venda fixado e o valor de balanço desses ativos, líquido de perdas por imparidade.

Crédito titularizado não desreconhecido

O Banco não desreconhece do ativo os créditos vendidos nas operações de titularização quando:

- mantém o controlo sobre as operações;
- continua a receber parte substancial da sua remuneração; e
- mantém parte substancial do risco sobre os créditos transferidos.

Os créditos vendidos e não desreconhecidos são registados na rubrica "Ativos financeiros pelo custo amortizado – empréstimos e adiantamentos" e são sujeitos a critérios contabilísticos idênticos às restantes operações de crédito. Os juros e comissões associados à carteira de crédito titularizada são periodificados de acordo com o respetivo prazo das operações de crédito.

A manutenção do risco e/ou benefício é representada pelas obrigações com grau de risco mais elevado emitidas pelo veículo de titularização. O valor registado no ativo e no passivo representa a proporção do risco/benefício detido pelo Banco (envolvimento continuado).

As obrigações emitidas pelos veículos de titularização e detidas por entidades do Grupo são eliminadas no processo de consolidação.

Desreconhecimento

Os ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Banco tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros rendimentos registados em resultados ao longo do período de vigência dessas operações.

As garantias de performance são inicialmente reconhecidas ao justo valor, que é normalmente evidenciado pelo valor das comissões recebidas no período de duração do contrato. Aquando da quebra contratual, o Banco tem o direito de reverter a garantia, sendo os valores reconhecidos em Ativos financeiros pelo custo amortizado após a transferência da compensação de perdas para o beneficiário da garantia.

Reconhecimento de receitas e despesas de taxas e comissões

Os rendimentos de taxas e comissões obtidos na execução de um ato significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído.

Os rendimentos de taxas e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no exercício a que se referem.

Os rendimentos de taxas e comissões que integram a remuneração de instrumentos financeiros são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

O reconhecimento de despesas de taxas e comissões é efetuado de acordo com os mesmos critérios adotados para os rendimentos.

Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral

Os ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral incluem instrumentos de capital e de dívida que são registados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor acrescidos dos gastos de transação, e subsequentemente mensurados ao justo valor. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são refletidos em rubrica específica do capital próprio denominada "Outro rendimento integral acumulado" até à sua venda onde são reclassificados para resultados do período, com exceção dos instrumentos de capital que se mantêm em capital.

Os juros inerentes são calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva e registados em resultados na rubrica de "Receitas de juros".

Os rendimentos de títulos de rendimento variável são reconhecidos na rubrica da demonstração dos resultados "Receitas de dividendos" na data em que são atribuídos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como rendimentos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

Ativos e passivos financeiros detidos para negociação e ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados

Os ativos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável em mercados ativos adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo), bem como as opções compradas são incluídos na rubrica de ativos financeiros detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), bem como as opções vendidas são incluídos na rubrica de passivos financeiros detidos para negociação.

Ativos e passivos financeiros detidos para negociação e ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor, com os gastos associados às transações reconhecidos em resultados no momento inicial. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados, nas rubricas "Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros detidos para negociação, valor líquido" e "Ganhos ou perdas com ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados, valor líquido", respetivamente.

O justo valor dos ativos financeiros detidos para negociação e transacionados em mercados ativos é o seu "bid-price" mais representativo, dentro do intervalo "bid-ask" ou a sua cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de "discounted cash flows". Quando são utilizadas técnicas de "discounted cash flows", os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados que não sejam transacionados em bolsa, incluindo a componente de risco de crédito atribuído às partes envolvidas na operação ("Credit Value Adjustments" e "Debit Value Adjustments"), é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes, bem como a qualidade creditícia dos intervenientes.

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, o qual normalmente corresponde à contraprestação recebida, líquida de custos de transação e são mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros correspondem essencialmente a recursos de bancos centrais, de outras instituições de crédito, depósitos de clientes e títulos de dívida emitidos.

Operações de venda com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados na data de liquidação, em conta específica do passivo, sendo periodificados os respetivos juros a pagar.

Transações em mercado secundário

O Banco efetua recompras de obrigações emitidas em mercado secundário. As compras e vendas de obrigações próprias são incluídas proporcionalmente nas respectivas rubricas da dívida emitida (capital, juros e comissões) e as diferenças entre o montante liquidado e o respetivo valor contabilístico, são reconhecidas de imediato em resultados.

Contabilidade de cobertura

O modelo de contabilidade de cobertura da IFRS 9 visa não só simplificar o processo de criação e manutenção das relações de cobertura, mas também alinhar a contabilização destas relações com as atividades de gestão de risco de cada instituição, alargar a elegibilidade de um maior número de instrumentos cobertos e de cobertura, mas também tipos de risco.

A IFRS 9 ainda não contempla regras para a contabilização de coberturas denominadas de *macro-hedging*, sendo que estas se encontram ainda a ser definidas pelo IASB. Em virtude desta limitação da IFRS 9, e no que se refere à contabilidade de cobertura, é permitido às instituições optarem por manter os princípios contabilísticos da IAS 39 (apenas para a contabilidade de cobertura) até à conclusão do projeto de *macro-hedging* pelo IASB. Neste enquadramento, o Banco decidiu continuar a aplicar a contabilidade de cobertura definida no âmbito da IAS 39.

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivados, nomeadamente para cobertura do risco de taxa de juro e risco de spread de crédito, resultante de atividades de financiamento e de investimento. Os derivados que se qualificam para aplicação de contabilidade de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adotado pelo Banco.

Nos termos previstos na norma, a aplicação da contabilidade de cobertura só é possível quando se verificam cumulativamente os seguintes requisitos:

- Existência de documentação formal da relação de cobertura e da estratégia de gestão de risco do Banco;
- Expectativa inicial de que a relação de cobertura seja altamente eficaz;
- A efetividade da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- A cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente efetiva ao longo do período do relato financeiro; e
- Em relação à cobertura de uma transação prevista, esta é altamente provável e apresenta uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderiam em última análise afetar os resultados.

A contabilidade de cobertura apenas é aplicada a partir do momento em que todos aqueles requisitos são cumpridos. Do mesmo modo, se em algum momento a eficácia da cobertura deixar de se situar no intervalo entre 80% e 125% a contabilidade de cobertura é descontinuada.

Cobertura de justo valor

Os ganhos ou perdas na reavaliação de um instrumento financeiro derivado de cobertura são reconhecidos em resultados. Caso a cobertura seja eficaz, os ganhos ou perdas resultantes da variação no justo valor do elemento coberto relativo ao risco que está a ser objeto de cobertura são igualmente reconhecidos em resultados.

Se um instrumento de cobertura se vence ou é terminado antecipadamente, os ganhos ou perdas reconhecidos na valorização do risco coberto como correções de valor dos elementos cobertos são amortizados ao longo do seu período de vigência remanescente. Se o ativo ou passivo coberto é vendido ou liquidado, todos os valores reconhecidos na valorização do risco coberto são reconhecidos em resultados do exercício e o instrumento financeiro derivado passa a pertencer à carteira de negociação. Se a cobertura deixar de ser eficaz, os ganhos ou perdas reconhecidas como correções de valor dos elementos cobertos são amortizados por resultados durante o seu período de vigência remanescente.

No caso de coberturas de risco de taxa de câmbio de elementos monetários, não é aplicada contabilidade de cobertura, sendo o ganho ou perda associado ao derivado reconhecido na demonstração dos resultados, assim como as variações cambiais dos elementos monetários.

Cobertura de fluxos de caixa

Como cobertura de fluxos de caixa entende-se a cobertura de uma exposição relativa à variabilidade de fluxos de caixa futuros, que pode ser atribuída a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido, ou ainda a uma transação futura altamente provável, e que possa afetar os resultados.

Neste sentido, o Banco contratou instrumentos financeiros derivados para cobertura dos fluxos futuros de juros de parte da sua carteira de crédito à habitação remunerada a taxa variável.

A aplicação da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa está sujeita aos requisitos genéricos anteriormente referidos para a contabilidade de cobertura e implica os seguintes registos:

- O ganho ou perda no instrumento de cobertura na parcela que seja considerada eficaz é reconhecido diretamente em rubrica específica do capital próprio; e
- A parte não eficaz é reconhecida em resultados.

Adicionalmente, o ganho ou perda no instrumento de cobertura reconhecido em capitais próprios corresponde ao menor dos seguintes valores:

- A variação acumulada no justo valor do instrumento de cobertura desde o início da cobertura; e
- A variação acumulada no justo valor do elemento coberto, relativo ao risco que está a ser coberto, desde o início da cobertura.

Nesse sentido, e se aplicável, a parte não reconhecida em capitais próprios do ganho ou perda no instrumento de cobertura é refletida em resultados.

A contabilidade de cobertura de fluxos de caixa deve ser descontinuada se o instrumento de cobertura se vencer ou terminar antecipadamente, se a cobertura deixar de ser eficaz ou se for decidido terminar a designação da relação de cobertura. Nestes casos, o ganho ou perda acumulado resultante do instrumento de cobertura deve permanecer reconhecido separadamente no capital próprio, sendo refletido em resultados no mesmo período de tempo do reconhecimento em resultados dos ganhos ou perdas no elemento coberto. Caso o Banco realize a cobertura de uma operação que não se prevê vir a ser realizada, a quantia do derivado ainda reconhecida em Capital Próprio é imediatamente transferida para resultados, sendo o derivado transferido para a carteira de negociação do Banco.

Imparidade de crédito

A IFRS 9 determina que o conceito de imparidade baseado em perdas esperadas, seja aplicado a todos os ativos financeiros exceto os ativos financeiros mensurados pelo justo valor através de resultados e os instrumentos de capital próprio mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral.

O Banco aplica o conceito de perdas esperadas da IFRS 9 aos ativos financeiros pelo custo amortizado, instrumentos de dívida e empréstimos e adiantamentos mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral, exposições extrapatrimoniais, leasing financeiro, outros valores a receber, garantias financeiras e compromissos de crédito não valorizados pelo justo valor.

Com exceção dos ativos financeiros adquiridos ou originados com imparidade (designados por POCI) (que são descritos separadamente abaixo), as perdas por imparidade devem ser estimadas através de uma provisão para perdas num montante igual a:

- perda esperada por risco de crédito a 12 meses, ou seja, perda total estimada resultante dos eventos de incumprimento do instrumento financeiro que são possíveis no prazo de 12 meses após a data de relato (denominada Stage 1);
- perda esperada por risco de crédito até à maturidade, ou seja, perda total estimada resultante de todos os possíveis eventos de incumprimento ao longo da vida do instrumento financeiro (referido como Stage 2 e Stage 3). Uma provisão para perda esperada por risco de crédito até à maturidade é exigida para um instrumento financeiro se o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial ou se o instrumento financeiro estiver em imparidade.

A perda esperada por risco de crédito é uma estimativa ponderada pela probabilidade do valor presente das perdas de crédito. Esta estimativa resulta do valor presente da diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Banco sob o contrato e os fluxos de caixa que o Banco espera receber decorrentes da ponderação de múltiplos cenários económicos futuros, descontados à taxa de juro efetiva dos instrumentos financeiros.

O Banco mede a perda esperada individualmente, ou em base coletiva, para carteiras de instrumentos financeiros que compartilham características semelhantes de risco. A mensuração da provisão para perdas baseia-se no valor atual dos fluxos de caixa esperados do ativo usando a taxa de juro efetiva original do ativo, independentemente de ser medido individualmente ou coletivamente.

Ativos financeiros em imparidade

Um ativo financeiro encontra-se em imparidade quando um ou mais eventos que tenham um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro tenham ocorrido. Ativos financeiros com redução no valor recuperável de crédito são referidos como ativos classificados em Stage 3. O Banco adotou em 2021 a nova definição de *default* como critério para identificação de créditos em Stage 3, seguindo a recomendação da EBA GL 2017/06. A definição interna de créditos em incumprimento é regida por critérios objetivos e subjetivos e é utilizada para o cálculo de capital regulamentar por métodos avançados de risco de crédito.

Ativos financeiros adquiridos ou originados com imparidade (POCI)

Os ativos financeiros classificados como POCI são tratados de forma diferente uma vez que se encontram em situação de "impaired". Na reavaliação do ativo é aplicada a perda esperada até à maturidade. Os juros associados são calculados aplicando a taxa de juro efetiva ao valor líquido.

Aumento significativo do risco de crédito

O Banco monitoriza todos os ativos financeiros de forma a avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial. Se tiver havido um aumento significativo no risco de crédito, o Banco estimará a provisão para perda esperada por risco de crédito até à maturidade (PDLT (lifetime)) e não em 12 meses.

O Banco utiliza sistemas de *scorings* e *rating* para a gestão interna de risco de crédito. Estas notações permitem avaliar o nível de risco das operações ou do cliente em cada momento e são consideradas nas decisões de aprovação e seguimento do risco de crédito. Os modelos baseiam-se em séries de dados que são considerados como preditivos do risco de incumprimento e que aplicam julgamentos, ou seja, as notações de risco de crédito são definidas usando fatores qualitativos e quantitativos que são indicativos do risco de incumprimento. As notações consideram características atuais e eventos passados sendo estudada a sua significância para o nível de risco.

O Banco usa critérios diferentes para determinar se o risco de crédito aumentou significativamente por carteira de ativos, nomeadamente:

- Limites de variação relativa da PD acumulada para a maturidade residual da operação. Os limites de variação relativa são diferenciados por nível de PD na medida em que variações de risco nas operações de risco muito baixo podem não representar um acréscimo de risco significativo. De referir que clientes sem alteração da notação de risco de crédito podem ter uma degradação significativa (variação de PD acumulada acima do limite definido) por evolução do prazo residual (sensibilidade diferenciada ao tempo das operações) ou por alterações das perspetivas futuras quanto à economia.
- Independentemente do resultado da avaliação acima referida, o Banco presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial quando existem pagamentos contratuais vencidos há mais de 30 dias, assim como outros indicadores que indiciem a deterioração da qualidade creditícia dos clientes (e.g. créditos identificados como reestruturados por dificuldades financeiras, clientes com exposições em atraso na Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal).

Medição de perda esperada por risco de crédito para efeitos de perdas por imparidade

Parâmetros de risco de crédito

Os principais conceitos usados para medir a perda esperada por risco de crédito são:

- probabilidade de incumprimento (PD);
- perda dado o incumprimento (LGD); e
- exposição no momento de incumprimento (EAD).

Estes conceitos são calculados através de modelos estatísticos desenvolvidos internamente e são ajustados para refletir informações prospetivas.

PD é uma estimativa da probabilidade de incumprimento em um determinado horizonte de tempo. Os modelos desenvolvidos estimam esta probabilidade em horizontes suficientemente largos para aplicação na maturidade residual dos ativos financeiros. O cálculo baseia-se em modelos de classificação estatística (*rating* e *scoring*) que discriminam o nível de risco das diferentes contrapartes. Os modelos de classificação (*rating* e *scoring*) são utilizados na gestão e baseiam-se em dados internos que compreendem tanto fatores quantitativos como qualitativos. A estimativa é baseada nas condições atuais, ajustadas para levar em conta as estimativas das condições futuras que afetarão a PD.

A **LGD** é uma estimativa da perda total caso o ativo entre no estado de incumprimento (*default*). É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o Banco espera receber, levando em conta os fluxos de caixa das garantias existentes. Os modelos de LGD para ativos garantidos consideram a valorização das garantias, levando em conta gastos de venda, tempo de realização de garantias, nível de colateralização, etc. Os modelos de LGD para ativos não garantidos consideram tempo de recuperação, taxas de recuperação e gastos de recuperação. O cálculo é feito com base em fluxos de caixa descontados à taxa de juro efetiva original do empréstimo. A estimativa é baseada nas condições atuais, ajustadas para levar em conta as estimativas das condições futuras que afetarão a LGD.

EAD é uma estimativa da exposição em uma data de incumprimento futura, levando em consideração as mudanças esperadas na exposição após a data de relato. A abordagem de modelização do Banco para EAD reflete as mudanças esperadas no saldo em aberto ao longo da vida da exposição do empréstimo permitidas pelos termos contratuais atuais, tais como perfis de amortização, reembolso antecipado total ou parcial e mudanças na utilização de compromissos não utilizados antes da entrada em incumprimento.

O Banco avalia a perda esperada para risco de crédito para efeitos de perdas por imparidade considerando o risco de incumprimento durante o período contratual máximo sobre o qual a entidade está exposta ao risco de crédito. Contudo, para instrumentos financeiros como cartões de crédito, linhas de crédito e facilidades de descoberto que incluam um empréstimo e um componente de compromisso não utilizado, a capacidade contratual do Banco de exigir o reembolso e cancelar o compromisso não utilizado não limita a exposição do Banco a perdas de crédito ao período de aviso prévio contratual. Para tais instrumentos financeiros, o Banco mede a perda esperada para risco de crédito para o período observado historicamente como vida média destes instrumentos.

Análise coletiva

Quando a perda esperada por risco de crédito é medida coletivamente, os instrumentos financeiros são agrupados com base em características de risco comuns, tais como: tipo de instrumento, tipo de cliente, grau de risco de crédito medido pelo sistema de *ratings* ou *scoring*, tipo colateral, data do reconhecimento inicial, relação entre empréstimo e valor da garantia (LTV) e incorporação de informação prospectiva.

Os agrupamentos são revistos regularmente para garantir que cada grupo é composto por exposições homogêneas.

Relativamente ao cálculo da perda esperada através da análise coletiva, o mesmo resulta do produto da PD do ativo financeiro, da LGD e da EAD descontado à taxa de juros efetiva original do ativo.

Análise individual

O processo de quantificação da perda por imparidade através de uma análise individual é aplicado a clientes com exposição em Stage 3 (ativos em imparidade e em *default*) individualmente significativos (exposição acima de 1 milhão de euros).

O processo envolve o cálculo de uma perda estimada, levando em consideração fluxos de caixa futuros previstos sob vários cenários diferentes, cada um deles utilizando fatores e circunstâncias específicos dos clientes, nomeadamente execução de garantias, nas situações em que os clientes não geram fluxos de caixa suficientes para o pagamento da dívida, ou projeção e desconto dos fluxos de caixa do negócio para os restantes clientes. O valor presente líquido dos fluxos de caixa é apurado considerando a taxa de juro efetiva original dos contratos.

Este processo de avaliação é atualizado no mínimo a cada trimestre, mas ocorrerá com mais frequência se houver mudanças nas circunstâncias que possam afetar os cenários de fluxos de caixa.

Incorporação de informações prospetivas

O gabinete de estudos económicos do Banco modeliza cenários de previsões económicas para os distintos exercícios de planeamento do Banco, nomeadamente, orçamento, planeamento estratégico e ICAAP. Neste contexto são gerados diversos cenários macroeconómicos, nomeadamente 2 cenários pessimistas, 1 cenário base e 2 cenários otimistas.

Para efeitos das perdas por imparidade é usado um cenário pessimista (25,35%), o cenário base (55,28%) e um cenário otimista (19,37%). O Banco aplica probabilidades aos cenários de previsão identificados. O cenário base é o resultado mais provável e consiste em informações usadas pelo Banco para o planeamento estratégico e orçamento. As estimativas são atualizadas pelo menos uma vez por ano e são sujeitas a exercícios de monitorização anual.

d) Locações

Método de mensuração do direito de uso e passivo de locação

A IFRS 16 define um conjunto de requisitos, nomeadamente quanto à classificação e mensuração de operações de locação na ótica do locatário. Enquanto locatário, o Banco procede ao registo de um ativo de direito de uso que se encontra reconhecido nas rubricas “Ativos tangíveis” e “Ativos intangíveis” (Nota 12) e um passivo de locação que se encontra reconhecido na rubrica “Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizados – outros passivos financeiros – compromissos com rendas futuras” (Nota 16), na data de entrada em vigor da respetiva operação:

- i. O passivo de locação é mensurado através do valor presente das rendas futuras a incorrer durante a vigência do contrato, utilizando uma taxa de desconto diferenciada por maturidade. São considerados na estimação do passivo os pagamentos fixos, variáveis que dependem de uma taxa ou índice, valores respeitantes ao exercício da opção de compra, quando o Banco está razoavelmente certo que irá exercer o seu direito.

O passivo locação é remensurado sempre que ocorra uma alteração contratual, sendo que no momento em que o passivo de locação é reavaliado, os efeitos da reavaliação são reconhecidos por contrapartida do direito de uso (ativo). Caso se verifique uma alteração do prazo do contrato ou uma alteração quanto à avaliação do exercício da opção deverá ser estimada uma nova taxa de desconto, e consequentemente remensurado o passivo.

- ii. O direito de uso é inicialmente mensurado ao custo pelo valor do passivo de locação, ajustado por alterações contratuais subsequentes, sendo depreciado pelo método linear até ao termo do contrato, e alvo de testes de imparidade.

e) Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis utilizados pelo Banco para o desenvolvimento da sua atividade são contabilisticamente relevados pelo seu custo de aquisição (incluindo gastos diretamente atribuíveis), deduzido de depreciações e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

A depreciação dos ativos tangíveis é registada numa base sistemática, por duodécimos, ao longo do período de vida útil estimado dos bens, o qual corresponde ao período em que se espera que os ativos estejam disponíveis para uso e que se detalha de seguida:

	<u>Anos de vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento	4 a 10

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação realizadas em edifícios que não sejam propriedade do Banco (arrendados) são depreciadas ao longo de um prazo compatível com o da sua vida útil esperada, ou do contrato de arrendamento, caso este seja inferior, o qual em média corresponde a um período de dez anos. Os gastos de manutenção e de reparação são reconhecidos na rubrica de "Outras despesas administrativas".

Sempre que exista uma indicação de que o ativo fixo tangível possa ter imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável. Para este efeito, os balcões são considerados unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo registadas perdas por imparidade nas situações em que o valor recuperável do imóvel, onde está localizado o balcão, através do seu uso nas operações ou através da sua venda é inferior ao seu valor líquido contabilístico. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração de resultados, sendo revertidas em períodos de relato posteriores, quando os motivos que levaram ao seu reconhecimento inicial cessarem. Para este efeito, a nova quantia depreciável não será superior àquela que estaria contabilizada, caso não tivessem sido imputadas perdas de imparidade ao ativo, considerando as depreciações que este teria sofrido.

Os critérios seguidos nas avaliações dos imóveis consideram normalmente o método de comparação de mercado e o valor constante da avaliação corresponde ao valor de mercado do imóvel no seu estado atual.

Os imóveis de serviço próprio do Banco que já não estão a ser usados, e que se encontram com contratos de promessa de compra e venda são contabilizados na rubrica de "Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda" e os que se encontram em processo de venda são contabilizados na rubrica de "Outros ativos". Estes ativos são transferidos pelo seu valor líquido contabilístico de acordo com a IAS 16 (custo de aquisição, líquido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas), sendo testados por imparidade à data de reclassificação e posteriormente sujeitos a avaliações periódicas para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos e perdas obtidos na alienação destes ativos são reconhecidos na rubrica "Lucros ou prejuízos com ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não elegíveis como unidades operacionais descontinuadas".

f) Ativos intangíveis

O Banco regista nesta rubrica as despesas incorridas na fase de desenvolvimento de projetos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como as relativas a software adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado das mesmas se repercute para além do exercício em que são realizadas.

Os ativos intangíveis são amortizados por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimada, o qual em média corresponde a três anos.

Os programas informáticos desenvolvidos internamente são reconhecidos como ativos intangíveis quando, entre outros requisitos se verifica que são utilizáveis e passíveis de serem vendidos e para além disso são identificáveis e é possível demonstrar a sua capacidade de gerar benefícios económicos futuros.

g) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, edifícios e terrenos detidos pelo Novimovest - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto (Novimovest) para auferir rendimento ou para valorização de capital, ou ambos, e não para uso no fornecimento de bens, serviços ou para fins administrativos.

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliações periódicas efetuadas por entidades especializadas independentes. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do exercício.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (Imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As benfeitorias relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas.

h) Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda

O Banco regista na rubrica de “Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda” essencialmente os imóveis, os equipamentos e outros bens recebidos em dação ou arrematação para pagamento de operações de crédito vencido, quando estes se encontram disponíveis para venda imediata na sua condição presente e existe a probabilidade de alienação dos mesmos no período de um ano. Caso não cumpram estes critérios, aqueles bens são registados na rubrica “Outros ativos” (Nota 14).

Relativamente aos ativos recebidos em dação o seu reconhecimento inicial é efetuado pelo menor entre o seu justo valor deduzido dos gastos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objeto de recuperação, sendo testados por imparidade à data da reclassificação para esta rubrica. Subsequentemente, estes ativos são mensurados ao menor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos gastos de venda e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes ativos, assim determinadas, são registadas em resultados.

Tal como descrito na Nota 15 a metodologia utilizada com mais frequência pelo Banco para avaliação deste tipo de ativo é o método de mercado. Neste método o critério da comparação de mercado tem por referência valores de transação de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objeto de estudo obtido através da prospeção de mercado realizado na zona onde aquele se encontra localizado.

Se, numa data subsequente, os factos que levaram ao registo de perdas por imparidade deixarem de se verificar por aumento do justo valor menos gastos de vendas, serão revertidas as perdas por imparidade até ao limite do valor que os bens teriam se não tivessem sido reclassificados para esta rubrica.

O Banco não reconhece mais-valias potenciais nestes ativos.

i) Provisões

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço, de acordo com informação dos consultores legais e fiscais do Banco.

Desta forma, a rubrica do passivo “Provisões” inclui as provisões constituídas para fazer face, nomeadamente, a benefícios pós-emprego específicos de alguns membros do Conselho de Administração do Banco, planos de reestruturação aprovados pela Comissão Executiva, processos judiciais em curso e outros riscos específicos decorrentes da sua atividade.

j) Benefícios pós-emprego dos colaboradores

O Banco subscreveu o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) para o setor bancário, pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência.

Para os colaboradores admitidos no Banco até 31 de dezembro de 2008, o plano de pensões existente correspondia a um plano de benefício definido, uma vez que estabelecia os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberia durante a reforma em função do tempo de serviço prestado e da respetiva retribuição à data da reforma, sendo as pensões atualizadas anualmente com base nas remunerações previstas no ACT para o pessoal no ativo. Para estes colaboradores, o Banco é responsável pelo valor integral das pensões previstas no ACT.

Para cobertura das responsabilidades com este plano de benefício definido, o Banco dispõe de um Fundo de Pensões.

A partir de 1 de janeiro de 2009, os colaboradores admitidos no Banco passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo da cláusula 93º do ACT. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do Banco (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efetiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha.

Os empregados do ex-totta sempre estiveram inscritos na Segurança Social, pelo que a responsabilidade do Banco com o plano de benefício definido relativamente a estes colaboradores têm consistido no pagamento de complementos de reforma.

Em outubro de 2010 foi celebrado um acordo entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Setor Financeiro (FEBASE), para integração dos trabalhadores do setor bancário no Regime Geral da Segurança Social. Na sequência daquele acordo, foi publicado em 2011 o Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, que definiu que os trabalhadores do setor bancário que estivessem no ativo na data da sua entrada em vigor (4 de janeiro de 2011) passariam a estar abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social, no que diz respeito à pensão de reforma por velhice e nas eventualidades de maternidade, paternidade e adoção. Face ao caráter de complementaridade previsto nas regras do Acordo Coletivo de Trabalho do Setor Bancário, o Banco continua a garantir a diferença entre o valor dos benefícios que sejam pagos ao abrigo do Regime Geral da Segurança Social para as eventualidades integradas e os previstos nos termos do referido Acordo.

As responsabilidades por serviços passados reconhecidas a 31 de dezembro de 2010 não sofreram alterações com a publicação do acima referido Decreto-Lei, uma vez que a redução do valor das pensões a cargo do Banco relativa aos trabalhadores no ativo era aplicável aos serviços futuros dos colaboradores, com início em 1 de janeiro de 2011. Desta forma, o gasto do serviço corrente reduziu-se a partir dessa data, mas o Banco passou a suportar Taxa Social Única (TSU) de 23,6%. Por outro lado, o Banco mantém a seu cargo as responsabilidades pelo pagamento das pensões de invalidez e sobrevivência e os subsídios de doença.

Na sequência da aprovação pelo Governo do Decreto-Lei n.º 127/2011, de 31 de dezembro, foi estabelecido um Acordo Tripartido entre o Governo, a Associação Portuguesa de Bancos e os Sindicatos dos trabalhadores bancários sobre a transferência para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades das pensões em pagamento dos reformados e pensionistas a 31 de dezembro de 2011.

Este decreto-lei estabeleceu que as responsabilidades a transferir correspondiam às pensões em pagamento em 31 de dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de atualização 0%) na componente prevista no ACT. As responsabilidades relativas às atualizações das pensões, a benefícios complementares, às contribuições para o SAMS sobre as pensões de reforma e sobrevivência, ao subsídio de morte e à pensão de sobrevivência diferida continuaram a cargo das instituições.

Adicionalmente, os ex-colaboradores da ex-Sucursal de Londres do Banco (atual escritório de representação) estão abrangidos por um plano de pensões de benefício definido, para o qual o Banco dispõe de um fundo de pensões autónomo.

Por outro lado, em fevereiro de 2010 foi aprovado um plano complementar de reforma de contribuição definida para um conjunto de diretivos do Banco, tendo para o efeito sido contratado um seguro.

Em 20 de dezembro de 2015, na sequência da medida de resolução aplicada pelo Banco de Portugal ao Banif, o Banco assumiu as responsabilidades com pensões de um conjunto de trabalhadores do Banif.

Em junho de 2022, o Conselho de Administração da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões deliberou autorizar a extinção da quota-parte do Banco e em outubro de 2022 a Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. passou a gerir o Fundo de Pensões do Banif que contempla o plano de benefício definido e de contribuição definida.

Em 8 de agosto de 2016 foi publicado pelo Ministério do Trabalho no BTE um novo ACT. As alterações mais relevantes foram as seguintes:

- i) Alteração na fórmula de determinação da contribuição da entidade empregadora para o SAMS, a qual deixa de ser uma percentagem da reforma e passa a ser um valor fixo (90,72 euros por beneficiário e 39,26 euros no caso dos pensionistas); e
- ii) Introdução de um novo benefício denominado prémio fim de carreira (prémio na reforma). Este benefício, pelo facto de ser atribuído na data da reforma ou em caso de morte, é considerado como um benefício pós-emprego pelo que passa a integrar as responsabilidades com reforma.

Em 27 de dezembro de 2017, no âmbito da operação de compra e fusão do BAPOP, o Banco assumiu as responsabilidades com pensões de todos os trabalhadores desta entidade.

As responsabilidades do Banco com pensões de reforma são calculadas por peritos externos (Mercer (Portugal), Limitada), com base no método "Projected Unit Credit". A taxa de desconto utilizada nos estudos atuariais é determinada com base nas taxas de mercado relativas a obrigações de empresas de elevada qualidade em termos de risco de crédito, denominadas na moeda em que os benefícios irão ser pagos (euros) e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. Os benefícios pós-emprego dos colaboradores incluem ainda os cuidados médicos (SAMS), bem como o subsídio por morte e o prémio na reforma.

De acordo com a IAS 19 – "Benefícios aos empregados" as remensurações são registadas diretamente em capitais próprios (outro rendimento integral) e na rubrica de "Despesas de pessoal" da demonstração dos resultados são reconhecidas as seguintes componentes:

- Gasto dos serviços correntes;
- Juro líquido com o plano de pensões;
- Gastos com reformas antecipadas, correspondente ao acréscimo de responsabilidades pela passagem à situação de reforma; e
- Ganhos e perdas resultantes da alteração das condições do plano.

O juro líquido com o plano de pensões é calculado pelo Banco multiplicando o ativo/responsabilidade líquida com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do Fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma. Desta forma, o juro líquido representa o gasto dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma líquido do rendimento teórico dos ativos do Fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente: (i) os ganhos e perdas atuariais resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência), bem como as alterações de pressupostos atuariais; e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento teórico dos ativos do Fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida da demonstração do outro rendimento integral.

As responsabilidades com pensões de reforma, deduzidas do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões, são registadas nas rubricas de "Outros ativos" ou "Outros passivos", dependendo da existência de excesso ou insuficiência de financiamento. O reconhecimento de um excesso de justo valor dos ativos do plano sobre as responsabilidades descontadas depende da existência de uma redução de contribuições futuras, ou do reembolso de contribuições efetuadas.

O Aviso do Banco de Portugal n.º 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelo Fundo de Pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados do pessoal no ativo.

k) Impostos sobre os lucros

O Banco está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC). Os impostos correntes são calculados com base no resultado tributável do Banco, apurado de acordo com as regras fiscais aprovadas, ou substancialmente aprovadas à data do reporte financeiro.

Nesta data a tributação dos lucros das empresas para os exercícios de 2023 e 2022, é a seguinte:

- Taxa de IRC de 21% sobre o lucro tributável;
- Derrama municipal a uma taxa compreendida entre 0% e 1,5% sobre o lucro tributável;
- Derrama estadual a uma taxa variável sobre o lucro tributável de acordo com os escalões abaixo indicados:
 - Até 1.500 milhares de euros 0%
 - entre 1.500 milhares de euros e 7.500 milhares de euros 3%
 - entre 7.500 milhares de euros e 35.000 milhares de euros 5%
 - superior a 35.000 milhares de euros 9%.

Desta forma, as alterações acima referidas implicaram que a taxa de imposto utilizada pelo Banco no apuramento e registo de impostos diferidos fosse de 31%.

Com a publicação do Orçamento do Estado para 2023 (Lei n.º 24-D/2022 de 30 de dezembro), os prejuízos fiscais apurados num determinado período de tributação podem ser deduzidos aos lucros tributáveis futuros, sem qualquer limite temporal de utilização.

A dedução dos prejuízos fiscais a efetuar em cada exercício não pode exceder 65% do respetivo lucro tributável (75%, no caso dos prejuízos fiscais gerados em 2021 e 2022 – cfr. disposto na Lei n.º 27-A/2020 de 24 de julho).

O Grupo Santander decidiu aplicar a partir do exercício de 2017 o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS). Segundo este regime, o lucro tributável/prejuízo fiscal do Grupo corresponde à soma do lucro tributável/prejuízo fiscal que vier a ser apurado pela sociedade dominante através da soma algébrica dos resultados fiscais apurados nas declarações periódicas individuais de cada sociedade. As sociedades abrangidas por este regime são: Santander Totta, SGPS - a Sociedade dominante, e Taxagest, Banco, Santander Totta Seguros, TottaUrbe e Gamma - sociedades dominadas. O ganho obtido com aplicação do RETGS é alocado às entidades abrangidas de forma proporcional à matéria coletável de cada sociedade.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais são igualmente registados como impostos diferidos ativos.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades empresariais, e que à data da transação não afetem o resultados contabilístico ou fiscal.

O Banco não reconhece impostos diferidos ativos ou passivos para as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis associadas a investimentos em empresas subsidiárias e associadas, por não ser provável que a diferença se reverta num futuro previsível.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos ativos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais aprovadas, ou substancialmente aprovadas à data do reporte financeiro, as quais constituem a melhor estimativa da taxa a vigorar, para o período em que se prevê que seja realizado o ativo ou incorrido o passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são refletidos em resultados, com exceção dos impostos relativos a transações diretamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, ganhos e perdas potenciais em Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral, em derivados de cobertura de fluxos de caixa, bem como os associados a desvios atuariais relativos a responsabilidades com pensões, os quais são registados igualmente em rubricas de capitais próprios.

A Administração revê periodicamente a posição assumida na preparação das declarações fiscais relativamente a situações em que a aplicação do regime fiscal está sujeita a interpretação, e avalia se é provável que a Administração Fiscal aceite o tratamento fiscal adotado. O Banco mensura os ativos / passivos decorrentes de posições incertas de impostos sobre o rendimento, considerando o valor mais provável ou o valor esperado, consoante o que seja mais adequado em cada circunstância.

l) Contribuição sobre o setor bancário e adicional de solidariedade sobre o setor bancário

O Banco está abrangido pelo regime de contribuição sobre o setor bancário definido na Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de dezembro.

Com a publicação da Lei nº 27-A/2020 de 27 de julho, o Banco passou também a estar abrangido pelo adicional de solidariedade sobre o setor bancário, esta contribuição tem por objetivo reforçar os mecanismos de financiamento do sistema de segurança social.

Estas contribuições têm a mesma base de cálculo variando unicamente as taxas aplicadas às bases:

a) O passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos deduzido dos fundos próprios de base ("Tier 1") e complementares ("Tier 2") e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos. Ao passivo assim apurado são deduzidos:

- Elementos que segundo as normas de contabilidades aplicáveis sejam reconhecidos como capitais próprios;
- Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;
- Passivos por provisões;
- Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;
- Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes a operações passivas e;
- Passivos por ativos não desreconhecidos em operações de titularização.

b) O valor nominal dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com exceção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cuja posição em risco se compense mutuamente.

Para a contribuição sobre o sector bancário, as taxas aplicáveis às bases de incidência definidas nas alíneas a) e b) anteriores são de 0,110% e 0,0003%, respetivamente, conforme previsto na alteração efetuada pela Portaria nº 165 - A/2016, de 14 de junho, ao artigo 5º da Portaria nº 121/2011, de 30 de março.

Para o adicional de solidariedade sobre o sector bancário, as taxas aplicáveis às bases de incidência definidas nas alíneas a) e b) anteriores são de 0,02% e de 0,00005% respetivamente.

m) Ações próprias

As ações próprias são registadas a débito em contas de capital pelo valor de aquisição não sendo sujeitas a reavaliação, a parcela de dividendos a distribuir por estas ações ficam retidos nos capitais próprios. As mais e menos-valias realizadas na venda de ações próprias, bem como os respetivos impostos, são registadas diretamente em capitais próprios não afetando o resultado do exercício.

n) Instrumentos de capital próprio

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação. As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

o) Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações ordinárias adquiridas pelo Banco e detidas como ações próprias.

Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras.

p) Prestação de serviços de mediação de seguros

O Banco adota o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação aos rendimentos com a prestação do serviço de mediação de seguros - comissões. Assim, estes rendimentos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento. Os valores a receber são submetidos a análises de perdas por imparidade.

O Banco não efetua a cobrança de prémios de seguro por conta das seguradoras, nem efetua a movimentação de fundos relativos a contratos de seguros. Desta forma, não há qualquer outro ativo, passivo, rendimento ou despesa a reportar relativo à atividade de mediação de seguros exercida pelo Banco, para além dos já divulgados.

q) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, o Banco considera como "Caixa e seus equivalentes" o saldo da rubrica "Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem", uma vez que os itens contabilizados nesta rubrica têm um período de vencimento não superior a 3 meses, e o seu risco de variação de valor é imaterial.

2. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

Benefícios pós-emprego dos colaboradores (Nota 35)

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas tendo por base avaliações atuariais efetuadas por peritos externos certificados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF). Estas estimativas incorporam um conjunto de pressupostos financeiros e demográficos, nomeadamente a taxa de desconto, tábuas de mortalidade e invalidez, crescimento das pensões e dos salários, entre outros. A taxa de desconto utilizada no apuramento das responsabilidades foi determinada por referência a taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco e de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades. Os crescimentos de salários e pensões estimados foram determinados tendo presente o rácio histórico entre a inflação e o crescimento da tabela ACT. A tábua de mortalidade utilizada teve por base a recomendação do atuário.

Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa do Conselho de Administração do Banco quanto ao comportamento futuro das acima referidas variáveis.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos (Nota 38)

Na valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos são utilizados modelos ou técnicas de valorização. Consequentemente, as valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

O justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de “discounted cash flows”. Quando são utilizadas técnicas de “discounted cash flows”, os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes.

De modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização daqueles instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Determinação de perdas por imparidade (Notas 9, 17 e 38)

As perdas por imparidade em crédito concedido são calculadas conforme indicado na Nota 1.3. c). Deste modo, a determinação da imparidade através de análise individual corresponde ao julgamento do Conselho de Administração quanto à situação económica e financeira dos seus clientes e à sua estimativa do valor das garantias associadas aos respetivos créditos, com o consequente impacto nos fluxos de caixa futuros esperados. A determinação da imparidade através de análise coletiva é efetuada com base em parâmetros para tipologias de operações comparáveis, tais como: tipo de instrumento, tipo de cliente, grau de risco de crédito medido pelo sistema de ratings ou scoring, tipo colateral, data do reconhecimento inicial, relação entre empréstimo e valor da garantia (LTV) e incorporação de informação prospetiva.

Outros ativos e ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda (Notas 14 e 15)

Os imóveis, equipamentos e outros bens recebidos em dação ou arrematação para pagamento de operações de crédito vencido, o seu registo inicial é efetuado pelo menor entre o seu justo valor deduzido dos gastos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objeto de recuperação. Os imóveis são sujeitos a avaliações periódicas efetuadas por avaliadores independentes, os quais incorporam diversos pressupostos, nomeadamente acerca da evolução do mercado imobiliário e quando aplicável, expectativas quanto ao desenvolvimento de projetos imobiliários. Os pressupostos utilizados nas avaliações destes imóveis têm impacto na sua valorização e consequentemente na determinação da imparidade. Sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de gastos de venda) seja inferior ao valor pelo qual os imóveis se encontram contabilizados, são registadas perdas por imparidade.

Tal como descrito na Nota 15 a metodologia utilizada com maior frequência pelo Banco para avaliação deste tipo de ativo é o método de mercado. Neste método o critério da comparação de mercado tem por referência valores de transações de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objeto de estudo obtido através da prospeção de mercado realizada na zona onde aquele se encontra localizado.

Impostos (Nota 13)

O reconhecimento de impostos diferidos ativos pressupõe a existência de resultados e de matéria coletável futura. Adicionalmente, os impostos correntes e diferidos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal atual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos correntes e diferidos. Para efeito da análise da recuperabilidade dos impostos diferidos ativos (prejuízos fiscais) o Banco apura projeções de lucros tributáveis baseados em pressupostos. Desta forma a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos depende da concretização da estratégia do Conselho de Administração do Banco.

Determinação do desfecho dos processos judiciais em curso e provisões de reestruturação (Notas 17 e 41)

O reconhecimento de uma provisão ocorre quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O desfecho dos processos judiciais em curso, bem como o montante da provisão correspondente à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço, é aferida de acordo com a opinião dos advogados/consultores legais do Banco e as decisões até à data dos tribunais, os quais, no entanto poderão vir a não se concretizar. Relativamente aos planos de reestruturação foram considerados os encargos decorrentes da obrigação construtiva de reorganizar, com a definição das ações a desenvolver suportadas num plano formal detalhado com elementos mínimos de abordagem e quantificação e identificação dos fatores impactados.

3. DIVULGAÇÕES POR SEGMENTOS

Nos termos requeridos pela IFRS 8, as divulgações por segmentos operacionais são apresentadas de seguida de acordo com a informação tal como é analisada pelos órgãos de gestão do Banco (Comissão Executiva):

Corporate Investment Banking:

Inclui essencialmente a atividade do Banco nos mercados financeiros e com grandes empresas, sendo prestados serviços de assessoria financeira, nomeadamente de Corporate e Project Finance, assim como serviços de intermediação, guarda e liquidação de valores.

Banca de Retalho:

Refere-se essencialmente a operações de concessão de crédito e captação de recursos relacionadas com clientes particulares e negócios com faturação inferior a 10 milhões de euros, canalizadas pela rede de balcões e serviços disponibilizados por canais complementares.

Banca de Empresas:

São consideradas nesta área as empresas com faturação entre 10 e 125 milhões de euros. Esta atividade é suportada pela rede de balcões, centros de empresas e serviços especializados, incluindo diversos produtos, nomeadamente empréstimos e financiamento: - de projetos; - de comércio; - às exportações: e - ao imobiliário.

Atividades Corporativas:

Nesta área é considerada toda a atividade desenvolvida no Banco e que dá suporte às atividades principais, mas que não está diretamente relacionada com as áreas de negócio de clientes, incluindo a gestão de liquidez, coberturas de balanço e financiamento estrutural do Banco.

As demonstrações dos resultados consolidados por segmento operacional para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 e 2022, apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2023				
	Corporate Investment Banking	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Atividades Corporativas	Total
Margem financeira	53.607	579.508	66.554	(118.439)	581.230
Receitas de dividendos	-	-	-	1.684	1.684
Receitas/despesas de taxas e comissões	34.831	203.938	10.029	(16.127)	232.671
Resultado em operações financeiras a)	7.555	4.323	571	(733)	11.716
Outras receitas/despesas operacionais	11	1.514	-	2.496	4.021
Produto bancário	96.004	789.283	77.154	(131.119)	831.322
Despesas administrativas	(14.795)	(206.830)	(7.998)	(1.411)	(231.034)
Contribuições em numerário para					
fundos de resolução e sistemas de garantia de depósitos	-	-	-	(23.644)	(23.644)
Depreciações	(657)	(20.961)	(427)	-	(22.045)
Margem de exploração	80.552	561.492	68.729	(156.174)	554.599
Imparidade e provisões, líquidas de anulações b)	2.002	(39.279)	6.786	(7.616)	(38.107)
Lucros ou prejuízos com ativos não correntes e grupos para alienação classificados					
como detidos para venda não elegíveis como unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	2.487	2.487
Ganhos ou perdas outros, valor líquido	-	-	-	(38.316)	(38.316)
Lucros ou prejuízos de unidades operacionais em operação antes de impostos	82.554	522.213	75.515	(199.619)	480.663
Despesas ou receitas com impostos relacionadas com os resultados					
de unidades operacionais em operação	(25.588)	(161.886)	(23.410)	46.590	(164.294)
Interesses minoritários	-	-	-	(1)	(1)
Lucros ou prejuízos do período	56.966	360.327	52.105	(153.030)	316.368

	30-06-2022				
	Corporate Investment Banking	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Atividades Corporativas	Total
Margem financeira	33.116	284.257	37.656	13.848	368.877
Receitas de dividendos	-	-	-	3.656	3.656
Parte dos lucros ou prejuízos de investimentos em filiais, empreendimentos					
conjuntos e associadas contabilizada pelo método da equivalência patrimonial	-	-	-	1.382	1.382
Receitas/despesas de taxas e comissões	26.489	202.961	15.304	(2.347)	242.407
Resultado em operações financeiras a)	7.322	3.956	410	7.632	19.319
Outras receitas/despesas operacionais	-	1.686	-	3.946	5.632
Produto bancário	66.927	492.860	53.370	28.116	641.273
Despesas administrativas	(13.429)	(188.655)	(12.860)	(1.263)	(216.206)
Contribuições em numerário para					
fundos de resolução e sistemas de garantia de depósitos	(2.356)	(15.403)	(1.976)	(21.703)	(41.438)
Depreciações	(526)	(21.769)	(598)	-	(22.893)
Lucros ou prejuízos de unidades operacionais em operação antes de impostos	50.616	267.034	37.936	5.149	360.736
Imparidade e provisões, líquidas de anulações b)	392	5.522	15.292	(22.461)	(1.255)
Lucros ou prejuízos com ativos não correntes e grupos para alienação classificados					
como detidos para venda não elegíveis como unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	16.624	16.624
Ganhos ou perdas outros, valor líquido	-	-	-	(35.884)	(35.884)
Lucros ou prejuízos de unidades operacionais em operação antes de impostos	51.008	272.556	53.228	(36.571)	340.221
Despesas ou receitas com impostos relacionadas com os resultados					
de unidades operacionais em operação	(15.812)	(84.492)	(16.501)	8.589	(108.217)
Lucros ou prejuízos do período	35.195	188.064	36.727	(27.983)	232.004

- a) Inclui as seguintes rubricas da demonstração dos resultados consolidados:
- Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados, valor líquido;
 - Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros detidos para negociação, valor líquido;
 - Ganhos ou perdas com ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados, valor líquido;
 - Ganhos ou perdas da contabilidade de cobertura, valor líquido;
 - Diferenças cambiais ganhos ou perdas, valor líquido;
 - Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos não financeiros, valor líquido.
- b) Este agregado inclui as seguintes rubricas da demonstração dos resultados consolidados:
- Provisões ou reversão de provisões;
 - Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados;
 - Imparidades ou reversão de imparidades de ativos não financeiros.

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os ativos e passivos afetos a cada segmento operacional, conforme informação utilizada pela Gestão do Banco para a tomada de decisões, apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2023				Total
	Corporate Investment Banking	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Atividades Corporativas	
Ativo					
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral - empréstimos e adiantamentos	-	-	-	2.379.051	2.379.051
Ativos financeiros pelo custo amortizado					
Crédito hipotecário	-	22.436.132	-	-	22.436.132
Crédito ao consumo	-	1.828.438	-	-	1.828.438
Outros créditos	2.588.159	6.048.955	5.509.638	189.274	14.336.026
Outros saldos a receber	-	91.063	-	489.133	580.196
Total de ativos afetos	2.588.159	30.404.588	5.509.638	3.057.458	41.559.843
Ativos não afetos					12.513.601
Total do Ativo					54.073.444
Passivo					
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado					
Depósitos - Bancos Centrais	-	-	-	693.302	693.302
Depósitos - Instituições de crédito	-	-	-	5.422.492	5.422.492
Depósitos - clientes	867.375	29.449.754	6.763.168	178.311	37.258.608
Títulos de dívida emitidos	-	-	-	5.009.725	5.009.725
Total de passivos afetos	867.375	29.449.754	6.763.168	11.303.830	48.384.127
Passivos não afetos					2.155.893
Total do Passivo					50.540.020
Garantias e avals	140.192	584.604	1.159.701	-	1.884.497

	31-12-2022				Total
	Corporate Investment Banking	Banca de Retailho	Banca de Empresas	Atividades Corporativas	
Ativo					
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral - empréstimos e adiantamentos	-	-	-	2.268.555	2.268.555
Ativos financeiros pelo custo amortizado					
Crédito hipotecário	-	23.116.530	-	-	23.116.530
Crédito ao consumo	-	1.819.873	-	-	1.819.873
Outros créditos	2.880.998	6.389.393	5.889.488	22.988	15.182.867
Outros saldos a receber	-	68.283	-	663.411	731.694
Total de ativos afetos	2.880.998	31.394.079	5.889.488	2.954.954	43.119.519
Ativos não afetos					12.658.659
Total do Ativo					55.778.178
Passivo					
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado					
Depósitos - Bancos Centrais	-	-	-	4.113.714	4.113.714
Depósitos - Instituições de crédito	-	-	-	2.814.412	2.814.412
Depósitos - clientes	743.349	31.808.275	6.325.406	184.584	39.061.614
Títulos de dívida emitidos	-	-	-	4.316.483	4.316.483
Total de passivos afetos	743.349	31.808.275	6.325.406	11.429.193	50.306.223
Passivos não afetos					1.863.895
Total do Passivo					52.170.118
Garantias e avales	141.567	563.158	1.121.298	-	1.826.023

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o Banco não manteve atividade relevante em qualquer geografia distinta da atividade doméstica.

As políticas contábilísticas utilizadas na preparação da informação financeira por segmentos foram consistentes com as descritas na Nota 1.3 deste Anexo.

4. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSAÇÕES OCORRIDAS NO EXERCÍCIO

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, as empresas subsidiárias e associadas e os seus dados financeiros mais significativos, extraídos das respectivas demonstrações financeiras individuais, excluindo ajustamentos de conversão para IAS/IFRS, podem ser resumidos da seguinte forma:

Empresa	Participação (%) direta		Participação (%) efetiva		Ativo líquido		Capitais próprios		Resultado do exercício	
	30-06-2023	31-12-2022	30-06-2023	31-12-2022	30-06-2023	31-12-2022	30-06-2023	31-12-2022	30-06-2023	31-12-2022
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	Matriz	Matriz	Matriz	Matriz	55.914.102	57.756.670	3.486.203	3.532.974	344.234	603.685
TOTTA (IRELAND), PLC (2)	100,00	100,00	100,00	100,00	511.593	798.140	463.090	455.780	12.426	254
TOTTA URBE - EMP.ADMIN. E CONSTRUÇÕES, S.A. (1)	100,00	100,00	100,00	100,00	84.057	89.422	82.482	87.571	(5.089)	(10.105)
TAXAGEST,SGPS,SA	99,00	99,00	99,00	99,00	55.826	55.731	55.819	55.725	94	(8)
NOVIMOVEST - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	78,74	78,74	78,74	78,71	178.448	225.464	172.980	220.784	595	3.395
GAMMA, Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00	7.594	7.403	7.493	7.330	163	196
HIPOTOTTA NO. 4 PLC	-	-	-	-	416.639	451.903	(3.821)	(2.023)	3.861	2.194
HIPOTOTTA NO. 5 PLC	-	-	-	-	445.308	477.417	(14.367)	(10.861)	14.407	1.804
HIPOTOTTA NO. 4 FTC	-	-	-	-	355.218	388.719	349.123	384.172	(50)	(555)
HIPOTOTTA NO. 5 FTC	-	-	-	-	381.863	410.711	375.693	406.159	(44)	(208)
Operações de Securitização geridas pela GAMMA, STC	-	-	-	-	2.285.064	2.397.130	-	-	-	-
UNICRE - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.	-	21,86	-	21,86	-	488.200	-	133.973	-	23.512

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a atividade, a localização da Sede e o método de consolidação utilizado para as empresas incluídas na consolidação foi como segue:

Empresa	Atividade	Sede	Método de Consolidação
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	Bancária	Portugal	Matriz
TOTTA (IRELAND), PLC (2)	Gestão de investimentos	Irlanda	Integral
TOTTA URBE - Emp.Admin. e Construções, S.A. (1)	Gestão de propriedades	Portugal	Integral
TAXAGEST, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 4 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 5 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 4 FTC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 5 FTC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
Operações de Securitização geridas pela GAMMA, STC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
NOVIMOVEST - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	Fundo Imobiliário	Portugal	Integral
GAMMA, Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A.	Gestão de titularizações	Portugal	Integral

- (1) A situação líquida desta subsidiária inclui prestações suplementares no montante de 99.760 milhares de euros.
- (2) Em virtude desta subsidiária encerrar o seu exercício económico em 30 de novembro, os montantes refletidos nas colunas do "Resultado do exercício" correspondem ao resultado líquido apurado entre 01 de dezembro de 2022 e 30 de junho de 2023 (01 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2022).

De acordo com a IFRS 10, que veio substituir a IAS 27 e a SIC 12, o Grupo inclui nas suas demonstrações financeiras consolidadas as entidades com finalidade especial (SPE's), criadas no âmbito de operações de titularização quando as controla, ou seja, quando detém a maior parte dos riscos e benefícios associados à sua atividade, nomeadamente, as obrigações que emitiram com maior grau de subordinação – *equity pieces*.

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o balanço do Fundo Novimovest, apresentava a seguinte composição:

	30-06-2023	31-12-2022
Carteira de imóveis	162.108	179.211
Contas de terceiros	4.777	5.428
Disponibilidades	11.464	40.754
Acréscimos e diferimentos	99	71
	<u>178.448</u>	<u>225.464</u>
Capital do Fundo	172.980	220.784
Ajustamento e provisões	1.899	1.960
Contas de terceiros	2.076	1.094
Acréscimos e diferimentos	1.493	1.626
	<u>178.448</u>	<u>225.464</u>

Em 30 de junho de 2023 e 2022, o resultado líquido consolidado inclui um lucro de 595 milhares de euros e 1.773 milhares de euros, respetivamente, atribuíveis ao Fundo Novimovest.

Em consequência da transferência de negócio de POS (*merchant acquiring*) para a Getnet Europe, no final de 2022, o Banco deixou de deter influência significativa na UNICRE, tendo deixado de consolidar.

5. CAIXA, SALDOS DE CAIXA EM BANCOS CENTRAIS E OUTROS DEPÓSITOS À ORDEM

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2023</u>	<u>31-12-2022</u>
Caixa	302.879	307.313
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco Central Europeu (BCE)	7.216.463	7.850.256
Outros depósitos à ordem em instituições de crédito		
Depósitos à ordem	<u>534.171</u>	<u>250.416</u>
	<u>8.053.513</u>	<u>8.407.985</u>

De acordo com a regulamentação em vigor, as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas mantidas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da Zona Euro e todos os depósitos de clientes com maturidades inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 1%.

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais inclui fundos para satisfazer as exigências do Regime de Reservas Mínimas do Eurosistema e depósitos constituídos overnight através da facilidade permanente de depósito do Eurosistema. A componente das disponibilidades para cumprir a reserva mínima é remunerada a 3,5% e 2%, respetivamente, tal como as aplicações ao abrigo do mecanismo de absorção de liquidez com prazo overnight.

6. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

As rubricas de ativos e passivos financeiros detidos para negociação têm a seguinte composição:

	<u>30-06-2023</u>	<u>31-12-2022</u>
Ativos financeiros detidos para negociação		
Derivados com justo valor positivo	<u>829.892</u>	<u>498.103</u>
Passivos financeiros detidos para negociação		
Derivados com justo valor negativo	<u>831.157</u>	<u>508.057</u>

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, estão registrados os seguintes derivados:

	30-06-2023				31-12-2022			
	Valor nocional	Ativo	Passivo	Líquido	Valor nocional	Ativo	Passivo	Líquido
Forwards								
Compras	179.650				175.819			
Vendas	179.430	1.106	908	198	175.229	4.043	3.491	552
Contratos de taxa de câmbio (<i>Currency Swaps</i>)								
Compras	907.433				949.426			
Vendas	901.974	5.624	559	5.065	950.689	191	2.136	(1.945)
Contratos de taxa de juro (<i>Interest Rate Swaps</i>)	27.299.496	780.519	787.105	(6.586)	24.207.273	458.804	467.400	(8.596)
Contratos sobre cotações (<i>Equity Swaps</i>)	556.153	31.114	31.122	(8)	569.329	26.902	26.920	(18)
Contratos de taxa de câmbio (opções)								
Compras	95.357				138.315			
Vendas	95.357	1.070	1.070	-	138.315	1.978	1.975	3
Contratos sobre cotações (opções)								
Compras	97.374				7.942			
Vendas	97.374	2.506	2.507	(1)	7.942	641	641	-
Contratos de garantia de taxa de juro (<i>Caps and Floors</i>)	404.625	7.953	7.886	67	435.471	5.544	5.494	50
	<u>30.814.224</u>	<u>829.892</u>	<u>831.157</u>	<u>(1.265)</u>	<u>27.755.750</u>	<u>498.103</u>	<u>508.057</u>	<u>(9.954)</u>

Em 30 de junho de 2023, as rubricas de ativo e passivo financeiros detidos para negociação encontram-se deduzidas dos montantes de, aproximadamente, 2.150 milhares de euros e 4.056 milhares de euros de "Credit Value Adjustments" e de "Debit Value Adjustments", respetivamente (3.263 milhares de euros e 5.438 milhares de euros em 31 de dezembro de 2022, respetivamente), de acordo com a metodologia descrita na Nota 38.

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a quase totalidade dos instrumentos financeiros derivados de negociação encontravam-se cobertos através de uma estratégia de "back-to-back" com o Banco Santander, S.A..

7. ATIVOS FINANCEIROS QUE NÃO SÃO ATIVOS DE NEGOCIAÇÃO OBRIGATORIAMENTE PELO JUSTO VALOR ATRAVÉS DOS RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Justo valor	
	30-06-2023	31-12-2022
Instrumentos de capital		
Emitidos por instituições financeiras	<u>27.700</u>	<u>31.020</u>

O movimento ocorrido nesta rubrica durante o primeiro semestre de 2023 e 2022 foi o seguinte:

Descrição	31-12-2022	Compras	Reembolsos/Amortiz /Liquidação/Vendas	Valias não realizadas	Valias/rendimentos realizadas	30-06-2023
Instrumentos de capital próprio	31.020	26	(4.316)	3.564	(2.594)	27.700
	<u>31.020</u>	<u>26</u>	<u>(4.316)</u>	<u>3.564</u>	<u>(2.594)</u>	<u>27.700</u>

	31-12-2021	Compras	Reembolsos/Amortiz /Liquidação/Vendas	Valias não realizadas	Valias/rendimentos realizadas	30-06-2022
						(Nota 28)
Instrumentos de capital próprio	99.167	232	(20.491)	5.769	(1.935)	31.020
	99.167	232	(20.491)	5.769	(1.935)	31.020

8. ATIVOS FINANCEIROS PELO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

30-06-2023									
	Custo de aquisição	Juros a receber	Ajust. Por op. cobertura	Reserva de justo valor			Outros	Imparidade	Valor de balanço
				Reserva Positiva	Reserva Negativa	Total			
Instrumentos de dívida									(Nota 17)
De emissores públicos nacionais	1.951.567	21.952	(141.117)	154.823	(11.557)	143.266	(1.679)	-	1.973.989
	1.951.567	21.952	(141.117)	154.823	(11.557)	143.266	(1.679)	-	1.973.989
Instrumentos de capital próprio	111.670	-	-	78.474	(333)	78.141	-	-	189.811
	2.063.237	21.952	(141.117)	233.297	(11.890)	221.407	(1.679)	-	2.163.800
Empréstimos e adiantamentos	2.300.000	67.804	(241.223)	252.470	-	252.470	-	-	2.379.051
	4.363.237	89.756	(382.340)	485.767	(11.890)	473.877	(1.679)	-	4.542.851

31-12-2022									
	Custo de aquisição	Juros a receber	Ajust. Por op. cobertura	Reserva de justo valor			Outros	Imparidade	Valor de balanço
				Reserva Positiva	Reserva Negativa	Total			
Instrumentos de dívida									(Nota 17)
De emissores públicos nacionais	1.952.067	51.533	(142.648)	159.895	(13.624)	146.271	(1.846)	-	2.005.377
Outros residentes	391	2	-	-	(1)	(1)	-	(24)	368
	1.952.458	51.535	(142.648)	159.895	(13.625)	146.270	(1.846)	(24)	2.005.745
Instrumentos de Capital	73.089	-	-	76.341	(333)	76.008	-	-	149.097
	2.025.547	51.535	(142.648)	236.236	(13.958)	222.278	(1.846)	(24)	2.154.842
Empréstimos e adiantamentos	2.300.000	31.153	(267.304)	204.706	-	204.706	-	-	2.268.555
	4.325.547	82.688	(409.952)	440.942	(13.958)	426.984	(1.846)	(24)	4.423.397

Durante o primeiro semestre de 2022, o Banco procedeu à reavaliação da sua participação na SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A., a avaliação foi realizada por peritos externos.

Em consequência da perda de controlo na Unicre (Notas 4 e 11), durante o primeiro semestre de 2023, o Banco passou a reconhecer esta participada na carteira de Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral. Esta reclassificação foi efectuada ao justo valor, tendo avaliação sido realizada por peritos externos.

O movimento ocorrido nesta rubrica durante o primeiro semestre de 2023 e 2022 foi o seguinte:

	31-12-2022	Compras	Reembolsos/Amortiz /Liquidação/Vendas	Valias realizadas			Juros/coberturas/outros	Imparidade	30-06-2023
				não realizadas	por resultados	realizadas por C/P			
Instrumentos de capital	149.097	1.081	(999)	2.133	-	-	38.499	-	189.811
Títulos de dívida	2.005.745	-	(391)	-	-	(1.306)	(30.083)	24	1.973.989
	2.154.842	1.081	(1.390)	2.133	-	(1.306)	8.416	24	2.163.800

	31-12-2021	Compras	Reembolsos/Amortiz /Liquidação/Vendas	Valias			Juros/coberturas/outros	Imparidade	30-06-2022
				não realizadas	realizadas por resultados	realizadas por C/P			
Instrumentos de capital	72.520	1.852	(1.738)	76.190	-	-	6	-	148.830
Títulos de dívida	2.288.091	-	(523)	(167.281)	-	-	(30.082)	24	2.090.229
	<u>2.360.611</u>	<u>1.852</u>	<u>(2.261)</u>	<u>(91.091)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(30.076)</u>	<u>24</u>	<u>2.239.059</u>

A rubrica de Instrumentos de dívida de emissores públicos nacionais, apresentavam as seguintes características:

Descrição	30-06-2023				31-12-2022			
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias e outros	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias e outros	Valor de balanço
Emissores públicos nacionais								
. Com vencimento até três anos	1.796.885	20.730	11.040	1.828.655	31.076	184	(1.106)	30.154
. Com vencimento entre três e cinco anos	99.892	497	(8.836)	91.553	1.865.880	49.646	5.572	1.921.098
. Com vencimento entre cinco e dez anos	54.303	722	(1.676)	53.349	54.625	1.699	(2.629)	53.695
. Com vencimento a mais de dez anos	487	3	(58)	432	486	4	(60)	430
	<u>1.951.567</u>	<u>21.952</u>	<u>470</u>	<u>1.973.989</u>	<u>1.952.067</u>	<u>51.533</u>	<u>1.777</u>	<u>2.005.377</u>

9. ATIVOS FINANCEIROS PELO CUSTO AMORTIZADO

A sub-rubrica Títulos de dívida tem a seguinte composição:

	30-06-2023	31-12-2022
Crédito titulado		
. Papel comercial	2.500.981	2.689.539
. Obrigações	1.031.848	900.922
Juros a receber	21.176	16.099
Correções de valor de ativos objeto de cobertura	(113.327)	(129.138)
Comissões associadas ao custo amortizado (liquidas)	(1.089)	(1.172)
	<u>3.439.589</u>	<u>3.476.250</u>
Imparidade para títulos de dívida (Nota 17)	(2.512)	(4.850)
	<u>3.437.077</u>	<u>3.471.400</u>

A sub-rubrica Empréstimos e adiantamentos tem a seguinte composição:

	30-06-2023	31-12-2022
Empréstimos e adiantamentos - clientes		
A empresas		
Descobertos e contas correntes	1.187.193	946.003
Créditos tomados - factoring	1.637.351	1.738.983
Carteira comercial - outros	166.599	172.505
Locação financeira	942.246	992.105
Empréstimos	7.245.161	8.106.310
Outros créditos	40.246	37.987
A particulares		
Descobertos e contas correntes	103.908	110.344
Locação financeira	128.625	142.683
Empréstimos	24.143.156	24.852.582
Outros créditos	474.240	454.998
	<u>36.068.725</u>	<u>37.554.500</u>
Juros a receber	119.035	79.320
Correções de valor de ativos objeto de cobertura	(62.142)	(69.367)
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	(6.601)	(5.814)
	<u>50.292</u>	<u>4.139</u>
	<u>36.119.017</u>	<u>37.558.639</u>
Outros saldos a receber		
Contas margem/caução	242.793	419.533
Cheques a cobrar	91.063	68.283
Devedores diversos e outras disponibilidades	253.747	251.452
	<u>587.603</u>	<u>739.268</u>
Empréstimos e adiantamentos - instituições de crédito		
Empréstimos	14.861	23.158
Juros receber	3	4
Encargos com custo diferido / Receitas com rendimento diferido	-	(59)
	<u>14.864</u>	<u>23.103</u>
Empréstimos e adiantamentos	<u>36.721.484</u>	<u>38.321.010</u>
Imparidade para empréstimos e adiantamentos - clientes e outros saldos a receber	(977.669)	(941.331)
Imparidade para empréstimos e adiantamentos - instituições de crédito	(100)	(115)
Imparidade para empréstimos e adiantamentos (Nota 17)	<u>(977.769)</u>	<u>(941.446)</u>
	<u>35.743.715</u>	<u>37.379.564</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram vendidas carteiras de crédito concedido a particulares e a empresas com um valor de balanço de 103.870 milhares de euros. Como resultado destas operações foram registados no exercício de 2022 valias no montante líquido de 7.276 milhares de euros. No primeiro semestre de 2023 não ocorreram vendas de carteira.

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a rubrica “Empréstimos e adiantamentos - Clientes – A particulares” incluía créditos com finalidade de habitação, afetos ao património autónomo das obrigações hipotecárias emitidas pelo Banco nos montantes de 10.273.279 milhares de euros e 10.237.229 milhares de euros, respetivamente (Nota 16).

A sub-rubrica “Devedores diversos e outras disponibilidades” inclui 157.699 milhares de euros com origem nos prejuízos fiscais do Banif (Nota 12).

O movimento ocorrido nas perdas de imparidade durante o primeiro semestre de 2023 e 2022 é apresentado na Nota 17.

A divisão por stage da carteira de ativos financeiros pelo custo amortizado, tem o seguinte detalhe:

	30-06-2023			31-12-2022		
	Valor bruto	Imparidade	Cobertura	Valor bruto	Imparidade	Cobertura
Stage 1	34.180.026	(60.799)	0,18%	35.735.981	(64.379)	0,18%
Stage 2	4.874.749	(274.132)	5,62%	4.973.001	(274.751)	5,52%
Stage 3	1.106.298	(645.350)	58,33%	1.088.278	(607.166)	55,79%
	<u>40.161.073</u>	<u>(980.281)</u>		<u>41.797.260</u>	<u>(946.296)</u>	

Os ativos não produtivos líquidos de imparidade apresentam o seguinte detalhe por contraparte e data de incumprimento:

Contrapartes	30-06-2023				
	Exposições não produtivas, líquidas	Com probabilidade reduzida de pagamento, mas não vencidos ou vencidos há <= 90 dias	Vencidas > 90 dias <= 180 dias	Vencidas > 180 dias <= 5 anos	Vencidas > 5 anos
Títulos de dívida	-	-	-	-	-
Empresas não financeiras	-	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos	460.948	264.380	39.029	131.458	26.081
Administrações públicas	86	86	-	-	-
Instituições de crédito	121	121	-	-	-
Outras empresas financeiras	127	24	21	79	3
Empresas não financeiras	279.452	179.453	15.907	68.103	15.989
Particulares	181.162	84.696	23.101	63.276	10.089
Total ativos financeiros pelo custo amortizado	460.948	264.380	39.029	131.458	26.081

Contrapartes	31-12-2022				
	Exposições não produtivas, líquidas	Com probabilidade reduzida de pagamento, mas não vencidos ou vencidos há <= 90 dias	Vencidas > 90 dias <= 180 dias	Vencidas > 180 dias <= 5 anos	Vencidas > 5 anos
Títulos de dívida	15	15	-	-	-
Empresas não financeiras	15	15	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos	481.097	302.338	26.944	123.102	28.713
Administrações públicas	97	97	-	-	-
Instituições de crédito	124	124	-	-	-
Outras empresas financeiras	136	23	-	106	7
Empresas não financeiras	314.992	223.985	7.335	66.655	17.017
Particulares	165.748	78.109	19.609	56.341	11.689
Total ativos financeiros pelo custo amortizado	481.112	302.353	26.944	123.102	28.713

A evolução ocorrida na exposição e na imparidade para os ativos financeiros ao custo amortizado no primeiro semestre de 2023 e no exercício de 2022, foi o seguinte:

	Ativos financeiros pelo custo amortizado				Imparidade			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Saldo em 31-12-2021	33.733.999	6.400.716	1.258.650	41.393.365	65.342	280.518	673.638	1.019.498
Transferências:								
Stage 1 para 2	(1.283.116)	1.283.116	-	-	(3.822)	54.736	-	50.914
Stage 1 para 3	(80.353)	-	80.353	-	(635)	-	21.265	20.630
Stage 2 para 3	-	(118.663)	118.663	-	-	(13.754)	53.827	40.073
Stage 2 para 1	1.717.920	(1.717.920)	-	-	3.105	(56.921)	-	(53.816)
Stage 3 para 2	-	78.614	(78.614)	-	-	9.476	(36.085)	(26.609)
Stage 3 para 1	9.960	-	(9.960)	-	206	-	(1.515)	(1.309)
Overlay re-rating	300.000	(300.000)	-	-	-	(15.000)	-	(15.000)
Overlay idiossincrático 2021	2.054.300	(2.054.300)	-	-	-	(68.900)	-	(68.900)
Overlay idiossincrático 2022	(1.688.000)	1.688.000	-	-	-	101.000	-	101.000
Overlay hipotecas	(450.000)	450.000	-	-	-	17.000	-	17.000
Outros	-	-	-	-	-	(8.000)	(3.000)	(11.000)
Write offs e vendas	-	-	(78.495)	(78.495)	-	-	(76.752)	(76.752)
Originação líquida de amortizações	1.421.271	(736.562)	(202.319)	482.390	183	(25.404)	(24.212)	(49.433)
Saldo em 31-12-2022	35.735.981	4.973.001	1.088.278	41.797.260	64.379	274.751	607.166	946.296
Transferências:								
Stage 1 para 2	(840.895)	840.895	-	-	(2.188)	41.093	-	38.905
Stage 1 para 3	(26.124)	-	26.124	-	(468)	-	7.246	6.778
Stage 2 para 3	-	(97.537)	97.537	-	-	(14.584)	38.905	24.321
Stage 2 para 1	606.286	(606.286)	-	-	1.886	(26.453)	-	(24.567)
Stage 3 para 2	-	37.414	(37.414)	-	-	6.308	(17.377)	(11.069)
Stage 3 para 1	1.079	-	(1.079)	-	203	-	(458)	(255)
Outros	-	-	-	-	-	-	1.800	1.800
Write offs e vendas	-	-	(1.922)	(1.922)	-	-	(1.906)	(1.906)
Originação líquida de amortizações	(1.296.301)	(272.738)	(65.226)	(1.634.265)	(3.013)	(6.983)	9.974	(22)
Saldo em 30-06-2023	34.180.026	4.874.749	1.106.298	40.161.073	60.799	274.132	645.350	980.281

Tendo presente a elevada incerteza nos impactos futuros da pandemia, bem como a inexistência de informação histórica comparável que poderá não ser capturada devidamente pelos modelos nos parâmetros de risco calculados, o Banco aprovou no exercício de 2020, um procedimento de overlays à imparidade, que regulamenta a análise de imparidade em situações excepcionais que não são devidamente capturados pelos modelos utilizados no cálculo efetuado pelo Banco, pela própria natureza e/ou particularidades da mesma. Ao abrigo desse procedimento em 2020 o Banco aplicou dois overlays ao modelo de imparidade, com objetivo de refletir os impactos, de uma forma abrangente e prudente. No exercício de 2021 o tratamento dado pelo Banco aos *Overlays* foi:

- Tendo presente uma expectável deterioração nas contas do exercício de 2020 das empresas, foi contabilizado um *overlay re-rating*. Este *overlay* conduziu a uma reclassificação de 300 milhões de euros de exposição de stage 1 para stage 2 e uma dotação de imparidade de 15 milhões de euros;
- O *overlay* idiossincrático foi atualizado tendo sido dotado um reforço de imparidade por 11,9 milhões de euros, essencialmente na carteira de encarteiradas por uma deterioração do *rating* interno, com um retorno a stage 1 de 378,7 milhões de euros de exposição compensado em parte pelo *overlay re-rating*;

- No final do exercício o Banco procedeu à recalibração do modelo IFRS 9 (PD, LGD e EAD) e inclusão dos novos cenários macroeconómicos em todos os modelos de PD e LGD. Com esta atualização o modelo passou a incorporar as expectativas de evolução da economia e com isso o *overlay* macroeconómico constituído em 2020 no montante 133,4 milhões de euros, deixou de se aplicar, tendo os correspondentes valores de imparidade sido alocados às respetivas exposições.

No exercício de 2022 o tratamento dado pelo Banco aos *Overlays* foi:

- O exercício de 2022 veio demonstrar que não se tem vindo a registar uma deterioração significativa, desde a saída das moratórias, nos sectores mais afetados pela pandemia. Neste sentido o Banco anulou o *Overlay* idiossincrático para estes sectores no montante de 68,9 milhões de euros;
- O ano de 2022 ficou marcado indelevelmente pela invasão da Ucrânia pela Rússia e guerra subsequente, ainda em curso. As suas ondas de choque, materializadas num segundo choque de oferta sobre a economia mundial, tiveram efeitos ao nível da energia e demais matérias-primas. A pronunciada subida dos preços destes bens, no primeiro semestre de 2022, veio ampliar os efeitos inflacionistas que já estavam em curso, contribuindo para uma subida das taxas de juro de referência, mais pronunciada e mais rápida, por parte dos principais bancos centrais. A inflação, nas economias desenvolvidas, atingiu máximos de três décadas em 2022, e a desaceleração tem-se revelado mais gradual do que o inicialmente esperado, mesmo com o mais forte endurecimento da política monetária. Os efeitos sobre a inflação da descida dos preços da energia foram parcialmente anulados pela subida dos preços dos bens e serviços excluindo alimentação e energia (a designada “inflação subjacente”). Esta descida mais lenta da inflação resultou na manutenção, pelos principais bancos centrais, de um grande foco no controlo da inflação, tendo sinalizado que, fruto dos riscos latentes, as taxas poderão ainda subir mais e permanecer elevadas durante um período mais longo. O pleno efeito da subida das taxas de juro sobre o crédito, em especial sobre o hipotecário, deverá ser sentido durante o ano de 2023, atendendo à periodicidade da refixação do indexante. Neste contexto o Banco constituiu dois *Overlays*:
 - Overlay* idiossincrático por 101,0 milhões de euros para os sectores mais afetados pelos aumentos dos custos energéticos e de matérias-primas; e
 - Overlay* hipotecas por 17 milhões de euros para operações de crédito à habitação originadas ao abrigo do macroprudencial, cujo rendimento seja inferior a 1.200 euros e taxa de esforço ultrapasse os 50% num contexto de Euribor a 3,5%.

No primeiro semestre de 2023, não ocorreram alterações aos *Overlays* calculados pelo Banco.

10. DERIVADOS – CONTABILIDADE DE COBERTURA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Tipo de instrumento financeiro	30-06-2023					
	Valor de balanço		Valor nominal			
	Ativo	Passivo	Até 3 meses	Entre 3 meses a 1 ano	Mais de 1 ano	Total
Instrumentos derivados de cobertura						
Cobertura de Justo valor						
Swaps de taxa de juro						
Passivos e crédito	169.524	2.168	42.135	53.089	2.570.504	2.665.728
Ativos financeiros pelo justo valor por outro rendimento integral	397.823	-	-	-	6.146.000	6.146.000
Swaps sobre cotações	-	2.806	-	-	97.374	97.374
	<u>567.347</u>	<u>4.974</u>	<u>42.135</u>	<u>53.089</u>	<u>8.813.878</u>	<u>8.909.102</u>

Tipo de instrumento financeiro	31-12-2022					
	Valor de balanço		Valor nocional			
	Ativo	Passivo	Até 3 meses	Entre 3 meses a 1 ano	Mais de 1 ano	Total
Instrumentos derivados de cobertura						
Cobertura de Justo valor						
Swaps de taxa de juro						
Passivos e crédito	183.817	96	311	253.823	2.964.280	3.218.414
Ativos financeiros pelo justo valor por outro rendimento integral	418.010	9.294	1.500.000	-	5.946.000	7.446.000
Swaps sobre cotações	-	234	-	-	7.942	7.942
Cobertura de Fluxos de Caixa						
Swaps de taxa de juro - Fluxos de caixa	-	174.147	-	10.000.000	-	10.000.000
	<u>601.827</u>	<u>183.771</u>	<u>1.500.311</u>	<u>10.253.823</u>	<u>8.918.222</u>	<u>20.672.356</u>

O Banco realiza operações de derivados no âmbito da sua atividade, gerindo posições próprias com base em expectativas de evolução dos mercados, satisfazendo as necessidades dos seus clientes, ou cobrindo posições de natureza estrutural (cobertura). O risco de taxa de juro implícito no âmbito das operações de securitização e das emissões de obrigações hipotecárias é igualmente gerido pelo Banco através da contratação de instrumentos financeiros derivados.

O Banco transaciona derivados, nomeadamente sob a forma de contratos sobre taxas de câmbio, sobre taxas de juro ou sobre uma combinação destes subjacentes. Estas transações são efetuadas em mercados de balcão (OTC – *Over-the-counter*).

A negociação de derivados no mercado de balcão (OTC) baseia-se, normalmente, num contrato bilateral standard, que engloba o conjunto das operações sobre derivados existentes entre as partes. No caso de relações interprofissionais, um *Master Agreement* da ISDA – *Internacional Swaps and Derivatives Association*. No caso de relações com clientes, um contrato próprio do Banco.

Neste tipo de contratos, prevê-se a compensação de responsabilidades em caso de incumprimento (compensação essa, cuja abrangência está prevista no próprio contrato e é regulada na lei portuguesa e, para contratos com contrapartes estrangeiras ou executados sob lei estrangeira, nas jurisdições relevantes).

O contrato de derivados pode incluir igualmente um acordo de colateralização do risco de crédito que seja gerado pelas transações por ele regidas. De notar que o contrato de derivados entre duas partes enquadra por norma todas as transações em derivados OTC realizadas entre essas duas partes, sejam estas utilizadas para cobertura ou não.

De acordo com a norma, são igualmente autonomizadas e contabilizadas como derivados partes de operações, comumente designadas por “derivados embutidos”, de forma a reconhecer em resultados o justo valor destas operações. Todos os derivados (embutidos ou autónomos) são reconhecidos contabilisticamente pelo seu justo valor.

Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor nocional). O valor nocional é o valor de referência para efeitos de cálculo dos fluxos de pagamentos e recebimentos originados pela operação.

O justo valor corresponde ao valor estimado que os derivados teriam se fossem transacionados no mercado na data de referência.

11. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E ASSOCIADAS

Em 31 de dezembro de 2022, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Participação efectiva (%)	Valor de balanço
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	21,86	41.468

Em 31 de dezembro de 2022, os investimentos financeiros detidos na Unicre incluíam goodwill. O teste de imparidade efetuado ao *goodwill* na Unicre não evidenciou perdas de imparidade neste investimento financeiro.

Em consequência da transferência de negócio de POS (*merchant acquiring*) para a Getnet Europe, no final de 2022, o Banco deixou de deter influência significativa na UNICRE, tendo deixado de consolidar (Notas 4 e 8).

12. ATIVOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Propriedades de investimento

Durante o exercício de 2013, na sequência da subscrição de diversas unidades de participação, o Banco passou a consolidar pelo método integral o Fundo Imobiliário Novimovest cujo principal ativo são imóveis para arrendamento.

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest apresentavam as seguintes características:

	30-06-2023	31-12-2022
Terrenos		
Urbanizados	20.415	20.293
Não urbanizados	971	1.002
Construções acabadas		
Arrendadas	125.842	131.036
Não arrendadas	14.880	26.880
	<u>162.108</u>	<u>179.211</u>

Por outro lado, durante o primeiro semestre de 2023 e o exercício de 2022, os imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest geraram, entre outros, os seguintes rendimentos e encargos anuais:

	30-06-2023	31-12-2022
Rendas (Nota 30)	4.184	8.753
Impostos	(276)	(644)
Condomínio	(118)	(252)
Conservação e reparação	(329)	(200)
Seguros	(53)	(112)
	<u>3.408</u>	<u>7.545</u>

O movimento ocorrido na sub-rubrica de “Propriedades de investimento” durante o primeiro semestre de 2023 e 2022, foi como segue:

	2023				Saldo em 30-06-2023
	Saldo em 31-12-2022	Entradas	Valorização a justo valor	Alienações	
Imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest	179.211	-	(1.374)	(15.729)	162.108

	2022				Saldo em 30-06-2022
	Saldo em 31-12-2021	Entradas	Valorização a justo valor	Alienações	
Imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest	213.731	42	16	(3.769)	210.020

O efeito da valorização ao justo valor dos imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest encontra-se registado na rubrica da demonstração de resultados “Outras receitas/despesas operacionais - propriedades de investimento” (Nota 30).

As propriedades de investimento detidas pelo Grupo são avaliadas, com uma periodicidade bianual, ou mais curta se, entretanto, tiver ocorrido um evento que suscite dúvidas quanto ao valor da última avaliação realizada, por entidades especializadas e independentes, de acordo com as metodologias de avaliação descritas na Nota 15.

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a forma de apuramento do justo valor das propriedades de investimento de acordo com os níveis definidos na IFRS 13 é como segue:

	Nível 3	
	30-06-2023	31-12-2022
Propriedades de investimento	162.108	179.211

Caso venha a ocorrer um aumento do valor da renda por metro quadrado ou um aumento da taxa de ocupação ou uma diminuição da taxa de capitalização, o justo valor das propriedades de investimento virá aumentado. Por outro lado, caso se verifique um aumento dos custos de construção ou de comercialização, um aumento da taxa de capitalização, uma diminuição do valor de renda por metro quadrado ou uma diminuição da taxa de ocupação, o justo valor das propriedades de investimento virá diminuído.

OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nestas rubricas durante os períodos findos em 30 de junho de 2023 e 2022, pode ser apresentado da seguinte forma:

	2023												
	31-12-2022			Aquisições	Abates e vendas		Transferências de/para outros ativos			30-06-2023			
	Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Imparidade		Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Depreciação	Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Imparidade	Valor líquido
(Nota 17)						(Nota 14)			(Nota 17)				
Ativos tangíveis													
Imóveis													
. Imóveis de serviço próprio	327.742	(127.068)	(6.146)	2	-	-	(364)	211	(3.154)	327.380	(130.011)	(6.146)	191.223
. Despesas em edifícios arrendados	9.441	(7.272)	-	934	(409)	409	-	-	(250)	9.966	(7.113)	-	2.853
. Direitos de uso (Nota 16)	43.690	(21.104)	-	-	-	-	-	-	(2.286)	43.690	(23.390)	-	20.300
. Outros imóveis	167	(83)	-	-	-	-	-	-	(1)	167	(84)	-	83
	<u>381.040</u>	<u>(155.527)</u>	<u>(6.146)</u>	<u>936</u>	<u>(409)</u>	<u>409</u>	<u>(364)</u>	<u>211</u>	<u>(5.691)</u>	<u>381.203</u>	<u>(160.598)</u>	<u>(6.146)</u>	<u>214.459</u>
Equipamento	143.388	(96.836)	-	10.619	(770)	565	(12)	7	(5.173)	153.225	(101.437)	-	51.788
Outros ativos tangíveis	2.176	(77)	-	-	-	-	-	-	-	2.176	(77)	-	2.099
	<u>145.564</u>	<u>(96.913)</u>	<u>-</u>	<u>10.619</u>	<u>(770)</u>	<u>565</u>	<u>(12)</u>	<u>7</u>	<u>(5.173)</u>	<u>155.401</u>	<u>(101.514)</u>	<u>-</u>	<u>53.887</u>
	<u>526.604</u>	<u>(252.440)</u>	<u>(6.146)</u>	<u>11.555</u>	<u>(1.179)</u>	<u>974</u>	<u>(376)</u>	<u>218</u>	<u>(10.864)</u>	<u>536.604</u>	<u>(262.112)</u>	<u>(6.146)</u>	<u>268.346</u>
Ativos intangíveis													
Software	157.270	(122.987)	-	9.365	-	-	-	-	(11.181)	166.635	(134.168)	-	32.467
Outros ativos intangíveis	2.009	(2.009)	-	-	-	-	-	-	-	2.009	(2.009)	-	-
Goodwill	1.160	-	-	-	-	-	-	-	-	1.160	-	-	1.160
	<u>160.439</u>	<u>(124.996)</u>	<u>-</u>	<u>9.365</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11.181)</u>	<u>169.804</u>	<u>(136.177)</u>	<u>-</u>	<u>33.627</u>

	2022															
	31-12-2021				Abates e vendas			Transferências de/para outros ativos			30-06-2022					
	Valor	Depreciação	Imparidade	Aquisições	Valor	Depreciação	Valor	Depreciação	Depreciação	Valor	Depreciação	Imparidade	Valor líquido			
	Bruto	Acumulada			Bruto	Acumulada	Bruto	Acumulada		Bruto	Acumulada					
			(Nota 17)					(Nota 14)			(Nota 17)					
Ativos tangíveis																
Imóveis																
. Imóveis de serviço próprio	335.573	(126.979)	(6.146)	2.106	-	-	296	9	(3.310)	337.975	-	(130.280)	-	(6.146)	-	201.549
. Despesas em edifícios arrendados	9.162	(7.049)	-	35	-	-	-	-	(231)	9.197	-	(7.280)	-	-	-	1.917
. Direitos de uso	41.399	(16.854)	-	-	-	-	-	-	(2.125)	41.399	-	(18.979)	-	-	-	22.420
. Outros imóveis	167	(81)	-	-	-	-	-	-	(1)	167	-	(82)	-	-	-	85
	<u>386.301</u>	<u>(150.963)</u>	<u>(6.146)</u>	<u>2.141</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>296</u>	<u>9</u>	<u>(5.667)</u>	<u>388.738</u>	<u>-</u>	<u>(156.621)</u>	<u>-</u>	<u>(6.146)</u>	<u>-</u>	<u>225.971</u>
Equipamento	158.756	(106.278)	-	3.186	(2.139)	1.289	-	-	(5.750)	159.803	-	(110.739)	-	-	-	49.064
Outros ativos tangíveis	2.176	(77)	-	-	-	-	-	-	-	2.176	-	(77)	-	-	-	2.099
	<u>160.932</u>	<u>(106.355)</u>	<u>-</u>	<u>3.186</u>	<u>(2.139)</u>	<u>1.289</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5.750)</u>	<u>161.979</u>	<u>-</u>	<u>(110.816)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>51.163</u>
	<u>547.233</u>	<u>(257.318)</u>	<u>(6.146)</u>	<u>5.327</u>	<u>(2.139)</u>	<u>1.289</u>	<u>296</u>	<u>9</u>	<u>(11.417)</u>	<u>550.717</u>	<u>-</u>	<u>(267.437)</u>	<u>-</u>	<u>(6.146)</u>	<u>-</u>	<u>277.134</u>
Ativos intangíveis																
Software	132.342	(99.854)	-	7.880	-	-	2.727	-	(11.476)	142.949	-	(111.330)	-	-	-	31.619
Outros ativos intangíveis	2.009	(2.009)	-	2.727	-	-	(2.727)	-	-	2.009	-	(2.009)	-	-	-	-
Goodwill	1.160	-	-	-	-	-	-	-	-	1.160	-	-	-	-	-	1.160
	<u>135.511</u>	<u>(101.863)</u>	<u>-</u>	<u>10.607</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11.476)</u>	<u>146.118</u>	<u>-</u>	<u>(113.339)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>32.779</u>

13. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	30-06-2023	31-12-2022
Ativos por impostos correntes	3.312	2.221
Ativos por Impostos diferidos	176.893	242.811
	<u>180.205</u>	<u>245.032</u>
Passivos por impostos correntes	145.728	129.741
Passivos por Impostos diferidos	153.695	144.255
	<u>299.423</u>	<u>273.996</u>
Impostos diferidos	<u>23.198</u>	<u>98.556</u>

Os impostos na demonstração dos resultados têm a seguinte composição:

	30-06-2023	30-06-2022
Impostos correntes	(146.317)	(85.550)
Impostos diferidos	(17.977)	(22.667)
	<u>(164.294)</u>	<u>(108.217)</u>

O movimento ocorrido nos impostos diferidos ativos e passivos no decorrer do primeiro semestre de 2023 e 2022 foi o seguinte:

	Saldos em 31-12-2022	Outro rendimento integral	Resultados	Saldos em 30-06-2023
Provisões/Imparidades temporariamente não aceites para efeitos fiscais:				
. Impostos diferidos ativos	86.306	-	(12.049)	74.257
. Impostos diferidos passivos	(5.222)	-	-	(5.222)
Reavaliação de ativos tangíveis				
. Impostos diferidos ativos	858	-	(143)	715
. Impostos diferidos passivos	(1.576)	-	54	(1.522)
Pensões:				
. Reformas antecipadas	56.501	-	(4.781)	51.720
. Pensões de reforma	3.513	-	330	3.843
. Transferências de responsabilidade com pensões para a segurança social	2.909	-	(162)	2.747
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	(110.844)	(9.987)	-	(120.831)
Derivados de cobertura - Fluxos de caixa	47.394	(47.394)	-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	38.733	-	(1.281)	37.452
Operações de titularização	(22.777)	-	(15)	(22.792)
Outros	2.761	-	70	2.831
	<u>98.556</u>	<u>(57.381)</u>	<u>(17.977)</u>	<u>23.198</u>

	Saldos em 31-12-2021	Outro rendimento integral	Resultados	Saldos em 30-06-2022
Provisões/Imparidades temporariamente não aceites para efeitos fiscais:				
. Impostos diferidos ativos	126.066	-	(11.650)	114.416
. Impostos diferidos passivos	(5.222)	-	-	(5.222)
Reavaliação de ativos tangíveis				
. Impostos diferidos ativos	1.144	-	(143)	1.001
. Impostos diferidos passivos	(1.714)	-	53	(1.661)
Pensões:				
. Reformas antecipadas	65.105	-	(5.034)	60.071
. Pensões de reforma	4.111	-	(406)	3.705
. Transferências de responsabilidade com pensões para a segurança social	3.232	-	(162)	3.070
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	(231.625)	45.120	-	(186.505)
Derivados de cobertura - Fluxos de caixa	313	37.180	-	37.493
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	44.589	-	(5.221)	39.368
Operações de titularização	(23.266)	-	263	(23.003)
Outros	3.630	-	(367)	3.263
	<u>(13.637)</u>	<u>82.300</u>	<u>(22.667)</u>	<u>45.996</u>

De modo a utilizar os impostos diferidos que transitaram do BANIF, o Banco apresentou, em 29 de maio de 2018, uma declaração Modelo 22 (IRC) de substituição, referente ao exercício de 2015. A apresentação daquela declaração foi motivada pelo apuramento do resultado do exercício de 2015 do BANIF e pelo deferimento, por parte do Ministro das Finanças, do pedido de transmissão ao Banco dos impostos diferidos do BANIF (cfr. Despacho n.º 138/2018/MF, de 9 de março de 2018). Sucede que, por Despacho da Diretora Adjunta da Unidade dos Grandes Contribuintes de 26 de novembro de 2019 ("Despacho da AT"), apenas foi reconhecido ao Banco o direito de utilizar impostos diferidos do BANIF, relativos aos exercícios de 2009 a 2014. Por discordar do Despacho da AT, o Banco apresentou, em 13 de janeiro de 2020, recurso hierárquico para o Ministro das Finanças. No dia 30 de junho de 2020, o Subdiretor-Geral da área de Gestão Tributária – Impostos sobre o Rendimento decidiu indeferir o recurso hierárquico apresentado. Não obstante o Despacho da AT e o Despacho do Subdiretor-Geral apenas reconhecerem ao Banco o direito de usufruir de impostos diferidos do BANIF num montante total de 92.301 milhares de euros, o Banco tem o direito no âmbito do acordo com as autoridades portuguesas envolvidas no processo de resolução do Banif, a uma compensação no montante de 157.699 milhares de euros, em dinheiro ou títulos do tesouro. Para dar cumprimento a esta decisão o Banco transferiu, no exercício de 2020, o montante em causa, desta rubrica para a rubrica outros saldos a receber (Nota 9).

Os dividendos distribuídos ao Banco por empresas subsidiárias e associadas localizadas em Portugal ou em Estado Membro da União Europeia não são tributados na esfera deste em resultado da aplicação do regime previsto no artigo 51º do CIRC que prevê a eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto nos casos em que existam prejuízos fiscais reportáveis, bem como qualquer outra dedução ou crédito de imposto, situações em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito.

O Banco foi objeto de inspeção fiscal até ao exercício de 2019, inclusive. Como resultado da inspeção ao exercício de 2017, foi sujeito a uma liquidação adicional em sede de IRC. Para fazer face a esta liquidação o Banco dotou uma provisão no montante de 17.705 milhares de euros, tendo a mesma sido utilizada no exercício de 2022 no momento do pagamento. As correções efetuadas à matéria coletável abrangeram diversas matérias e a maior parte são correções meramente temporárias.

Quanto às liquidações adicionais recebidas, o Banco procedeu ao pagamento dos valores liquidados. Não obstante, as liquidações adicionais foram na sua maioria objeto de reclamação graciosa e/ou impugnação judicial.

O Grupo Santander decidiu aplicar a partir do exercício de 2017 o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS). Este novo regime traduz-se na soma algébrica dos resultados fiscais apurados nas declarações periódicas individuais de cada sociedade. As sociedades abrangidas por este regime são: Santander Totta, SGPS - a Sociedade dominante, e Taxagest, Banco, Santander Totta Seguros, TottaUrbe e Gamma - sociedades dominadas.

14. OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2023	31-12-2022
Outros rendimentos a receber		
De colocação de fundos mobiliários	3.591	5.082
De operações de crédito	2.050	50
Outros serviços prestados	16.930	16.954
Outros	2.270	2.271
Promessas de dação, arrematações e outros ativos recebidos em dação de pagamento	57.503	89.404
Ouro, outros metais preciosos, numismática e medalhística	3.145	3.145
Despesas com encargo diferido	22.296	6.625
Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 35)		
Responsabilidades do BST	(919.468)	(935.876)
Valor patrimonial do Fundo de Pensões do BST	1.003.464	1.008.553
Responsabilidades da sucursal de Londres	(30.269)	(31.143)
Valor patrimonial do Fundo de Pensões da sucursal de Londres	32.973	32.231
Responsabilidades do ex-Banif	(130.680)	(131.550)
Valor patrimonial do Fundo de Pensões do ex-Banif	89.916	91.671
Responsabilidades do ex-Popular	(140.100)	(140.719)
Valor patrimonial do Fundo de Pensões do ex-Popular	176.170	173.365
Outros valores em trânsito e transações a regularizar	27.743	19.199
	<u>217.534</u>	<u>209.262</u>
Perdas por imparidade para ativos recebidos em dação (Nota 17)	(36.278)	(57.301)
	<u>181.256</u>	<u>151.961</u>

A sub-rubrica “Outros rendimentos a receber – Outros serviços prestados” inclui maioritariamente comissões a receber de seguradoras pela comercialização dos seus seguros (Nota 34).

O movimento ocorrido na sub-rubrica "Promessas em dação, arrematações e outros ativos recebidos em dação de pagamento" no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 e 2022, foi o seguinte:

	31-12-2022			Transferências de/para ANCDV							30-06-2023		
	Valor Bruto	Imparidade	Valor líquido	Entradas	Alienações/ abates	Capital	Transferências/ ativos tangíveis	Imparidade (Nota 17)			Valor Bruto	Imparidade	Valor líquido
	(Nota 17)							Dotações	Reposição	Utilização			
Ativos recebidos por dação em pagamento													
Imóveis	11.716	(5.283)	6.433	-	-	(2.820)	-	-	320	-	8.896	(4.963)	3.933
Promessas de Dação	186	(186)	-	-	-	(83)	-	-	83	-	103	(103)	-
Arrematações	3.917	(1.707)	2.210	1.078	-	(1.139)	-	(23)	384	-	3.856	(1.346)	2.510
Outros	21.554	(20.410)	1.144	52	(5.345)	(1.007)	-	(1)	3.369	2.470	15.254	(14.572)	682
Imóveis de serviço próprio para venda	19.507	(10.982)	8.525	22	(6.035)	-	158	(92)	1.211	1.834	13.652	(8.029)	5.623
Outros imóveis em venda	32.524	(18.733)	13.791	-	(16.782)	-	-	(2.342)	826	12.984	15.742	(7.265)	8.477
	<u>89.404</u>	<u>(57.301)</u>	<u>32.103</u>	<u>1.152</u>	<u>(28.162)</u>	<u>(5.049)</u>	<u>158</u>	<u>(2.458)</u>	<u>6.193</u>	<u>17.288</u>	<u>57.503</u>	<u>(36.278)</u>	<u>21.225</u>

	31-12-2021			Transferências de/para ANCDV							30-06-2022		
	Valor Bruto	Imparidade	Valor líquido	Entradas	Alienações/ abates	Capital	Transferências/ ativos tangíveis	Imparidade (Nota 17)			Valor Bruto	Imparidade	Valor líquido
	(Nota 17)							Dotações	Reposição	Utilização			
Ativos recebidos por dação em pagamento													
Imóveis	37.331	(24.190)	13.141	-	-	(3.502)	-	(1.429)	2.687	-	33.829	(22.932)	10.897
Promessas de Dação	337	(337)	-	-	-	(151)	-	-	151	-	186	(186)	-
Arrematações	6.813	(2.924)	3.889	2.122	-	(2.646)	-	(54)	809	10	6.289	(2.159)	4.130
Outros	27.849	(24.019)	3.830	7.850	(509)	(1.016)	-	(560)	487	215	34.174	(23.877)	10.297
Imóveis de serviço próprio para venda	39.838	(25.771)	14.067	32	(11.886)	-	(305)	(374)	5.072	5.062	27.679	(16.011)	11.668
Outros imóveis em venda	69.113	(24.847)	44.266	-	(7.489)	-	-	(773)	1.417	2.013	61.624	(22.190)	39.434
	<u>181.281</u>	<u>(102.088)</u>	<u>79.193</u>	<u>10.004</u>	<u>(19.884)</u>	<u>(7.315)</u>	<u>(305)</u>	<u>(3.190)</u>	<u>10.623</u>	<u>7.300</u>	<u>163.781</u>	<u>(87.355)</u>	<u>76.426</u>

O apuramento das perdas por imparidade é efetuado de acordo com a metodologia descrita na Nota 15.

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a forma de apuramento do justo valor das “Promessas de dação, arrematações e outros ativos recebidos em dação de pagamento” de acordo com os níveis definidos na IFRS 13 é nível 3.

15. ATIVOS NÃO CORRENTES E GRUPOS PARA ALIENAÇÃO CLASSIFICADOS COMO DETIDOS PARA VENDA

O movimento ocorrido nesta rubrica foi o seguinte:

	31-12-2022		Transferência de outros ativos						30-06-2023		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Entradas	Alienações	Imparidade (Nota 17)				Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
					Capital	Dotações	Reversões	Utiliz.			
	(Nota 17)		(Nota 14)						(Nota 17)		
Ativos recebidos por dação em pagamento											
Imóveis	68.490	(42.485)	76	(30.983)	5.049	(357)	320	19.679	42.632	(22.843)	19.789
Equipamento	1.905	(1.702)	116	(277)	-	(142)	101	155	1.744	(1.588)	156
Outros ativos	17.541	-	9.345	(1.024)	-	-	-	-	25.862	-	25.862
	<u>87.936</u>	<u>(44.187)</u>	<u>9.537</u>	<u>(32.284)</u>	<u>5.049</u>	<u>(499)</u>	<u>421</u>	<u>19.834</u>	<u>70.238</u>	<u>(24.431)</u>	<u>45.807</u>

	31-12-2021		Transferência de outros ativos						30-06-2022		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Entradas	Alienações	Imparidade (Nota 17)				Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
					Capital	Dotações	Reversões	Utiliz.			
	(Nota 17)		(Nota 14)						(Nota 17)		
Ativos recebidos por dação em pagamento											
Imóveis	79.020	(41.873)	318	(21.184)	7.315	(13.019)	4.163	6.656	65.469	(44.073)	21.396
Equipamento	2.407	(2.100)	407	(439)	-	(599)	357	229	2.375	(2.113)	262
Imóveis de serviço próprio para venda	37.457	-	-	(37.457)	-	-	-	-	-	-	-
	<u>118.884</u>	<u>(43.973)</u>	<u>725</u>	<u>(59.080)</u>	<u>7.315</u>	<u>(13.618)</u>	<u>4.520</u>	<u>6.885</u>	<u>67.844</u>	<u>(46.186)</u>	<u>21.658</u>

No primeiro semestre de 2022, o Banco alienou o edifício central (Ramalho Ortigão), o qual se encontrava no balanço por 35 milhões de euros, a concretização desta transação originou uma valia registada na rubrica “Lucros ou prejuízos com ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não elegíveis como unidades operacionais descontinuadas” (Nota 33).

Os imóveis são sujeitos a avaliações periódicas efetuadas por avaliadores independentes. Sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de gastos de venda) seja inferior ao valor pelo qual os imóveis se encontram contabilizados, são registadas perdas por imparidade. Se, numa data subsequente, os factos que levaram o Banco a registar perdas por imparidade deixarem de se verificar, o Banco irá reverter as perdas por imparidade, até ao limite do valor que os bens teriam se não tivessem sido reclassificados para ativos não correntes detidos para venda.

As avaliações destes imóveis são efetuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica do bem:

a) Método de mercado

O critério da comparação de mercado tem por referência valores de transação de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objeto de estudo obtidos através de prospeção de mercado realizada na zona onde aquele se encontra localizado.

b) Método do rendimento

Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, atualizada para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

As avaliações realizadas aos imóveis acima referidos são executadas por entidades independentes e especializadas as quais se encontram credenciadas junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a forma de apuramento do justo valor dos ativos não correntes detidos para venda de acordo com os níveis definidos na IFRS 13 é nível 3.

16. PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO

A sub-rubrica Depósitos tem a seguinte composição:

	30-06-2023	31-12-2022
<u>Depósitos - Bancos centrais</u>		
Recursos do Banco Central Europeu - Depósitos	693.230	4.113.627
Recursos de Outros Bancos Centrais - Depósitos	72	87
	<u>693.302</u>	<u>4.113.714</u>
<u>Depósitos - Instituições de crédito</u>		
Recursos de Instituições de crédito		
Recursos a muito curto prazo	15.828	4.965
Depósitos	983.590	737.192
Operações de venda com acordo de recompra	4.422.479	2.071.901
Juros a pagar/despesas diferidas	595	354
	<u>5.422.492</u>	<u>2.814.412</u>
<u>Depósitos- Clientes</u>		
Depósitos à ordem	22.846.648	24.788.888
Depósitos a prazo	13.856.290	13.771.591
Depósitos de pré-aviso	1.400	2.000
Depósitos estruturados	129.630	137
Depósitos de Poupança	411.091	493.300
Juros e gastos a pagar	17.929	5.697
Correções de valor por operações de cobertura	(4.379)	1
	<u>37.258.608</u>	<u>39.061.614</u>
Depósitos	<u>43.374.402</u>	<u>45.989.740</u>

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a sub-rubrica de “Depósitos - Instituições de crédito – Operações de venda com acordo de recompra”, tem a seguinte composição por tipo de ativo subjacente às operações de reporte:

	30-06-2023			
	Capital	Juros	Despesas com gasto diferido	Total
Instrumentos de dívida de emissores públicos estrangeiros	(863.473)	20.597	-	(842.876)
Instrumentos de dívida de outros emissores	5.441.715	-	(176.360)	5.265.355
	<u>4.578.242</u>	<u>20.597</u>	<u>(176.360)</u>	<u>4.422.479</u>

	31-12-2022			
	Capital	Juros	Despesas com gasto diferido	Total
Instrumentos de dívida de emissores públicos estrangeiros	(99.926)	-	(20)	(99.946)
Instrumentos de dívida de outros emissores	2.188.074	-	(16.227)	2.171.847
	2.088.148	-	(16.247)	2.071.901

A sub-rubrica Títulos de dívida emitidos tem a seguinte composição:

	30-06-2023			31-12-2022		
	Emissões	Recompras	Saldo	Emissões	Recompras	Saldo
Obrigações hipotecárias						
Saldo inicial	8.600.000	(6.623.800)	1.976.200	8.600.000	(6.600.000)	2.000.000
Emitidas	1.750.000	(1.000.000)	750.000	750.000	(750.000)	-
Readquiridas	-	-	-	-	(23.800)	(23.800)
Reembolsadas	(1.500.000)	1.500.000	-	(750.000)	750.000	-
Saldo final	8.850.000	(6.123.800)	2.726.200	8.600.000	(6.623.800)	1.976.200
Juros a pagar	-	-	15.993	-	-	9.250
Comissões associadas ao custo	-	-	(18.102)	-	-	(14.472)
	8.850.000	(6.123.800)	2.724.091	8.600.000	(6.623.800)	1.970.978
Obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização						
Saldo inicial	3.182.259	(2.057.561)	1.124.698	3.374.158	(2.837.840)	536.318
Emitidas	-	-	-	665.930	-	665.930
Readquiridas	-	-	-	-	(9.430)	(9.430)
Reembolsadas	(195.198)	158.264	(36.934)	(857.829)	789.709	(68.120)
Saldo final	2.987.061	(1.899.297)	1.087.764	3.182.259	(2.057.561)	1.124.698
Juros a pagar	-	-	1.085	-	-	810
Comissões associadas ao custo	-	-	(33.923)	-	-	(36.336)
	2.987.061	(1.899.297)	1.054.926	3.182.259	(2.057.561)	1.089.172
Obrigações estruturadas						
Saldo inicial	254.282	(285)	253.997	191.227	(116)	191.111
Emitidas	38.600	-	38.600	100.800	-	100.800
Readquiridas	-	(143)	(143)	-	(169)	(169)
Reembolsadas	(48.175)	-	(48.175)	(37.745)	-	(37.745)
Saldo final	244.707	(428)	244.279	254.282	(285)	253.997
Juros a pagar	-	-	5.433	-	-	4.338
Correções de valor por operações de cobertura	-	-	(430)	-	-	(488)
	244.707	(428)	249.282	254.282	(285)	257.847
Outras obrigações						
Saldo inicial	650.000	-	650.000	-	-	-
Emitidas	-	-	-	650.000	-	650.000
Saldo final	650.000	-	650.000	650.000	-	650.000
Juros a pagar	-	-	884	-	-	15.675
	650.000	-	650.884	650.000	-	665.675
Passivos subordinados						
Saldo	327.599	-	327.599	327.599	-	327.599
Juros a pagar	-	-	2.943	-	-	5.212
	327.599	-	330.542	327.599	-	332.811
	13.059.367	(8.023.525)	5.009.725	13.014.140	(8.681.646)	4.316.483

Nos termos da lei, os detentores das obrigações hipotecárias possuem um privilégio creditício especial sobre o património autónomo, o qual constitui uma garantia da dívida à qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência do emitente.

As condições dos títulos de dívida emitidos encontram-se detalhadas no Anexo I.

Entre maio de 2008 e junho de 2023, o Banco procedeu a vinte e nove emissões de obrigações hipotecárias ao abrigo do programa “€ 12.500.000.000 Covered Bonds Programme”. Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, as obrigações hipotecárias tinham um património autónomo constituído por:

	30-06-2023	31-12-2022
Crédito a Clientes (Nota 9)	10.273.279	10.237.229
Juros de Crédito	32.261	17.683
Derivados	(572.530)	(166.020)
	<u>9.733.010</u>	<u>10.088.892</u>

A sub-rubrica “Outros passivos financeiros” tem a seguinte composição:

	30-06-2023	31-12-2022
Cheques e ordens a pagar	99.053	198.533
Credores e outros recursos		
Credores por operações sobre futuros	22.400	13.330
Sector público administrativo	29.712	29.987
Credores por contratos de factoring	61.560	55.053
Credores por fornecimentos de bens	3.307	2.231
Credores por valores a liquidar	7.189	7.638
Outros	32.958	27.770
Compromissos com rendas futuras (aplicação IFRS 16)	20.570	22.790
	<u>276.749</u>	<u>357.332</u>

Os compromissos com rendas futuras corresponde à adoção da IFRS 16, e apresenta o seguinte movimento durante o primeiro semestre de 2023 e o exercício de 2022:

	Passivo de arrendamento	Direito de uso (Nota 12)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	24.830	24.545
Amortização 2021	(4.798)	(4.250)
Saídas	(1.406)	(1.406)
Entradas	2.831	2.831
Extensões e alterações de renda	1.333	866
Saldo em 31 de dezembro de 2022	22.790	22.586
Amortização 2023	(2.220)	(2.286)
Saldo em 30 de junho de 2023	20.570	20.300

Para o mesmo período os *cash flows* contratuais são os seguintes:

	30-06-2023	31-12-2022
. Até 1 ano	4.260	4.454
. Até 2 ano	3.576	4.067
. Até 3 ano	3.037	3.086
. Até 4 ano	2.934	2.989
. Até 5 ano	2.812	2.879
. Mais de 5 ano	3.951	5.315
	<u>20.570</u>	<u>22.790</u>

17. MOVIMENTO NAS PROVISÕES E NA IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas Provisões durante o primeiro semestre de 2023 e 2022, foi o seguinte:

	2023					30-06-2023
	31-12-2022	Dotações	Reversões	Utilizações	Transferências /outros	
Imparidade para garantias e compromissos concedidos (Nota 23)	49.705	3.784	(4.950)	-	-	48.539
Reestruturação	65.653	-	-	(6.958)	-	58.695
Outras provisões	39.146	10.014	(2.098)	(457)	(4.500)	42.105
	<u>154.504</u>	<u>13.798</u>	<u>(7.048)</u>	<u>(7.416)</u>	<u>(4.500)</u>	<u>149.339</u>

	2022					30-06-2022
	31-12-2021	Dotações	Reversões	Utilizações	Transferências /outros	
Imparidade para garantias e compromissos concedidos	51.179	2.302	(5.217)	-	-	48.264
Reestruturação	87.204	-	-	(18.249)	-	68.955
Outras provisões	63.427	7.100	(3.436)	(1.355)	(2.000)	63.736
	<u>201.810</u>	<u>9.402</u>	<u>(8.653)</u>	<u>(19.604)</u>	<u>(2.000)</u>	<u>180.955</u>

O montante constante do conceito reestruturação é para fazer face aos compromissos já assumidos e divulgados aos colaboradores.

As "Outras provisões" apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2023	31-12-2022
Pensões e outras obrigações de benefício definido pós-emprego	10.448	10.260
Questões fiscais	250	250
Questões jurídicas e litígios fiscais pendentes	2.369	2.557
Outras provisões	29.038	26.079
	<u>42.105</u>	<u>39.146</u>

O montante de imparidade em reestruturações utilizado em 2023 e 2022, foi para fazer face aos compromissos já assumidos e divulgados aos colaboradores.

O movimento ocorrido na Imparidade durante o primeiro semestre de 2023 e 2022 foi o seguinte:

		2023					
	31-12-2022	Dotações	Reversões de perdas de imparidade	Utilizações e outros	30-06-2023	Recuperações de incobráveis e outros	Valias na venda de créditos
Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não contabilizados pelo justo valor através dos resultados:							
Imparidade para títulos de dívida (Nota 9)	4.850	667	(3.005)	-	2.512	-	-
Imparidade para empréstimos e adiantamentos (Nota 9)	941.446	71.918	(33.678)	(1.917)	977.769	(1.461)	597
Imparidade em ativos financeiros pelo justo valor através outro rendimento integral (Nota 8)	24	-	(24)	-	-	-	-
	946.320	72.585	(36.707)	(1.917)	980.281	(1.461)	597
Imparidades ou reversão de imparidades de ativos não-financeiros:							
Ativos tangíveis (Nota 12)	6.146	-	-	-	6.146	-	-
Outros ativos (Nota 14)	57.301	2.458	(6.193)	(17.288)	36.278	-	-
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 15)	44.187	499	(421)	(19.834)	24.431	-	-
	107.634	2.957	(6.614)	(37.122)	66.855	-	-
		2022					
	31-12-2021	Dotações	Reversões de perdas de imparidade	Utilizações e outros	30-06-2022	Recuperações de incobráveis e outros	Valias na venda de créditos
Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não contabilizados pelo justo valor através dos resultados:							
Imparidade para títulos de dívida	5.622	150	(1.555)	-	4.217	-	-
Imparidade para empréstimos e adiantamentos	1.013.876	60.609	(57.490)	(938)	1.016.057	(3.403)	567
Imparidade em ativos financeiros pelo justo valor através outro rendimento integral	52	-	(24)	-	28	(13)	-
	1.019.550	60.759	(59.069)	(938)	1.020.302	(3.416)	567
Imparidades ou reversão de imparidades de ativos não-financeiros:							
Ativos tangíveis (Nota 12)	6.146	-	-	-	6.146	-	-
Outros ativos (Nota 14)	102.088	3.190	(10.623)	(7.300)	87.355	-	-
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 15)	43.973	13.618	(4.520)	(6.885)	46.186	-	-
	152.207	16.808	(15.143)	(14.185)	139.687	-	-

18. CAPITAL SOCIAL REEMBOLSÁVEL À VISTA

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 esta rubrica representava as unidades de participação no Fundo Novimovest não detidas pelo Grupo.

19. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2023	31-12-2022
Gastos gerais administrativos	71.066	63.221
Encargos com pessoal	63.504	71.059
Outros encargos a pagar	8.121	6.681
Outras receitas com rendimento diferido	9.211	8.046
Outros		
Transferências no âmbito do SEPA	304.968	99.070
Saldos a regularizar em ATM's	-	224
Outros valores em trânsito e transações a regularizar	100.606	90.996
	<u>557.476</u>	<u>339.297</u>

20. CAPITAIS PRÓPRIOS

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o capital social do Banco estava representado por 1.391.779.674 ações, com o valor nominal de 1 euro cada, integralmente subscritas e realizadas pelos seguintes acionistas:

	30-06-2023			31-12-2022		
	Número de ações	% de participação	Montante	Número de ações	% de participação	Montante
Santander Totta, SGPS, S.A.	1.376.219.267	98,88%	1.376.219	1.376.219.267	98,88%	1.376.219
Ações próprias	15.025.182	1,08%	15.025	15.022.403	1,08%	15.023
Outros	535.225	0,04%	535	538.004	0,04%	538
	<u>1.391.779.674</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.391.779</u>	<u>1.391.779.674</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.391.780</u>

Em Assembleia Geral de 04 de maio de 2022, foi aprovado um aumento de capital de 135.057 milhares de euros, tendo a Santander Totta, SGPS, S.A. subscrito 135.039 milhares de euros. Foi também deliberado o reembolso na íntegra das prestações acessórias realizadas pela Santander Totta, SGPS, S.A. no montante de 135.000 milhares de euros, após autorização do Banco de Portugal.

No primeiro semestre de 2023 o Banco procedeu à aquisição de 2.779 pelo montante de 5 milhares de euros (6.028 ações próprias pelo montante de 19 milhares de euros no exercício de 2022).

Nos termos da Portaria n.º 408/99, de 4 de junho, publicada no Diário da República – I Série B, n.º 129, os prémios de emissão, que ascendem a 193.390 milhares de euros, não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de ações próprias.

A 29 de junho de 2022, o Banco Santander Totta emitiu “€ 400.000.000 Fixed Rate Resettable Perpetual Additional Tier I”, obrigações subordinadas perpétuas que qualificam para o rácio de capital Tier 1, como Additional Tier 1 Capital, nos termos da Diretiva 2013/36/UE (ou CRD IV – Capital Requirements Directive), tendo sido na totalidade adquirido pela Santander Totta, SGPS, S.A.. Esta operação não tem prazo definido, tem opção de reembolso antecipado pelo Banco a partir do final do 5º ano, e uma taxa de juro de 9,159% ao ano, durante os primeiros 5 anos. Sendo um instrumento de Additional Tier 1, o correspondente pagamento de juro é decidido discricionariamente pelo Banco e está ainda sujeito à observação de um conjunto de condições, situações que conduziram ao seu registo nesta rubrica.

No dia 28 de fevereiro de 2022, em reunião da Assembleia Geral foi deliberada a distribuição de dividendos relativos a resultados transitados no montante de 502.855 milhares de euros.

No dia 04 de maio de 2022, em reunião da Assembleia Geral foi deliberada a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2021 no montante de 273.008 milhares de euros.

No dia 07 de junho de 2022, em reunião da Assembleia Geral foi deliberada a distribuição de dividendos relativos a resultados transitados no montante de 748.000 milhares de euros.

No dia 16 de maio de 2023, em reunião da Assembleia Geral foi deliberada a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2022 no montante de 500.008 milhares de euros.

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, as reservas por rendimento integral acumulado tinham a seguinte composição:

	30-06-2023	31-12-2022
Efeito Bruto de Valorizações		
Elementos que não serão reclassificados em resultados		
Ganhos ou perdas (-) atuariais com planos de pensões de benefício definido (Nota 35)	(679.815)	(700.416)
Variação do justo valor dos instrumentos de capital próprio mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral	78.140	76.008
Proporção de outras receitas e despesas reconhecidas de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas	-	(112)
Total de Elementos que não serão reclassificados em resultados	<u>(601.675)</u>	<u>(624.520)</u>
Elementos que podem ser reclassificados em resultados		
Reserva para coberturas de fluxos de caixa [parte efetiva]	-	(152.884)
Variação do justo valor dos instrumentos de dívida mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral		
Variação do justo valor de títulos de dívida mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral	141.585	146.270
Variação do justo valor de créditos mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral	239.306	204.706
Total de Elementos que podem ser reclassificados em resultados	<u>380.891</u>	<u>198.092</u>
Efeito Fiscal		
Elementos que não serão reclassificados em resultados - impacto fiscal		
Ganhos ou perdas (-) atuariais com planos de pensões de benefício definido	204.286	204.286
Variação do justo valor dos instrumentos de capital próprio mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral	(1.994)	(1.340)
Proporção de outras receitas e despesas reconhecidas de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas	-	864
Total de Elementos que não serão reclassificados em resultados - impacto fiscal	<u>202.292</u>	<u>203.810</u>
Elementos que podem ser reclassificados em resultados - impacto fiscal		
Reserva para coberturas de fluxos de caixa [parte efetiva]	-	47.394
Variação do justo valor dos instrumentos de dívida mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral		
Variação do justo valor de títulos de dívida mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral	(43.370)	(44.770)
Variação do justo valor de créditos mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral	(74.185)	(63.459)
Total de Elementos que podem ser reclassificados em resultados - impacto fiscal	<u>(117.555)</u>	<u>(60.835)</u>
Outro rendimento integral acumulado	<u>(136.047)</u>	<u>(283.453)</u>

Os impostos diferidos foram calculados com base na legislação atualmente em vigor e correspondem à melhor estimativa do impacto da realização das mais e menos-valias potenciais incluídas nas reservas de reavaliação.

As reservas de reavaliação não podem ser utilizadas para a atribuição de dividendos nem para aumentar o capital social.

As rubricas de "Resultados retidos" e "Outras reservas" apresentam a seguinte composição:

	30-06-2023	31-12-2022
Resultados retidos	401.045	402.736
Outras reservas		
Reserva legal	630.060	569.691
Reservas de sociedades consolidadas	100.203	97.241
Reservas de sociedades em equivalência patrimonial	35.539	12.525
Reserva de fusão		
Por incorporação do totta e BSP	541.334	541.334
Por incorporação do BSN	35.405	35.405
Por incorporação do Totta IFIC	90.520	90.520
Por incorporação do BAPOP	(8.411)	(8.411)
Outras reservas	(414.274)	(377.773)
	1.010.376	960.532

Resultados retidos

Esta rubrica reconhece os lucros ou prejuízos de exercícios anteriores não distribuídos.

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de setembro, o Banco constitui um fundo de reserva legal até à concorrência do capital social ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferida para esta reserva uma fração não inferior a 10% do resultado líquido do exercício da atividade individual, até perfazer o referido montante. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Reserva de fusão

Nos termos da legislação em vigor, a reserva de fusão é equiparada à reserva legal, podendo apenas ser utilizada para cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Outras reservas

Esta rubrica inclui as reservas de reavaliação apuradas, no exercício de 1998, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de fevereiro, o Banco reavaliou o seu imobilizado corpóreo, tendo aumentado o respetivo valor, líquido de amortizações acumuladas, em aproximadamente 23.245 milhares de euros, o qual foi registado em reservas de reavaliação. O valor líquido resultante da reavaliação efetuada só poderá ser utilizado para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do seu uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita. Adicionalmente, esta rubrica incorpora os impactos das alterações de políticas contabilísticas e os impactos com origem na alienação de instrumentos de capital.

21. RESULTADOS ATRIBUÍVEIS AOS PROPRIETÁRIOS DA EMPRESA-MÃE

No primeiro semestre de 2023 e 2022, a determinação do lucro consolidado pode ser resumida como se segue:

	30-06-2023		30-06-2022	
	Lucro ou prejuízo do exercício	Contribuição para o resultado consolidado	Lucro ou prejuízo do exercício	Contribuição para o resultado consolidado
Lucro ou prejuízo do exercício do Banco (atividade individual)	344.234	344.234	233.053	233.053
Lucro ou prejuízo do exercício das restantes empresas do Grupo:				
Totta (Ireland), Plc.	12.172	12.172	3.276	3.276
Novimovest - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	595	469	1.773	1.396
Unicre, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	-	-	6.320	1.382
Gamma, Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A.	163	163	7	7
Totta Urbe, Empresa de Administração e Construções, S.A.	(5.089)	(5.089)	310	310
Taxagest, S.A.	94	93	(5)	(5)
	<u>7.935</u>	<u>7.808</u>	<u>11.681</u>	<u>6.366</u>
Ajustamentos aos resultados consolidados				
Anulação de dividendos intragrupo recebidos:				
Totta (Ireland), Plc.		(4.862)		(8.737)
Unicre, Instituição Financeira de Crédito, S.A.		(4.355)		(3.834)
		<u>(9.216)</u>		<u>(12.571)</u>
Ajustamentos relacionados com operações de titularização		4.788		4.468
Anulação da valorização da Unicre no Banco		(31.184)		-
Outros		(62)		688
Resultados atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe		<u>316.368</u>		<u>232.004</u>

Os resultados básicos por ação são calculados efetuando a divisão do resultado líquido consolidado atribuível aos acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período.

	30-06-2023	30-06-2022
Resultados atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe	316.368	232.004
Número médio ponderado de ações ordinárias emitidas	1.391.779.674	1.391.779.674
Número médio ponderado de ações próprias em carteira	15.023.044	15.019.058
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação	1.376.756.630	1.270.059.203
Resultado por ação básico atribuível aos acionistas do Banco (em euros)	0,23	0,18

Os resultados básicos por ação são coincidentes com os diluídos uma vez que não existem ações ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, warrants ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

22. PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS SEM CONTROLO

O valor das participações de terceiros em empresas do Grupo tem a seguinte distribuição por entidade:

	30-06-2023	31-12-2022
Taxagest, S.A.	557	557
Outros	70	69
	<u>627</u>	<u>626</u>

23. CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

As responsabilidades extrapatrimoniais têm a seguinte composição:

	30-06-2023	31-12-2022
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales financeiros	348.498	340.191
Compromissos por crédito concedido		
Revogáveis	6.641.454	7.232.184
Irrevogáveis	648.793	812.140
	<u>7.290.247</u>	<u>8.044.324</u>
Outros compromissos concedidos		
Garantias e avales não financeiros	1.535.999	1.485.832
Créditos documentários abertos	264.178	242.819
Fundo de Garantia de Depósitos	68.969	68.969
Fundo de resolução europeu	26.451	-
Sistema de Indemnização aos Investidores	6.947	6.539
Outros compromissos concedidos	84	84
	<u>1.902.628</u>	<u>1.804.243</u>
	<u>9.541.373</u>	<u>10.188.758</u>
Ativos dados em garantia		
Banco de Portugal	172.617	146.457
Fundo de Garantia de Depósitos	81.950	81.046
Fundo de resolução europeu	26.451	-
Sistema de Indemnização aos Investidores	9.106	7.204
Ativos dados em garantia por operações de política monetária	10.203.952	12.087.705
	<u>10.494.076</u>	<u>12.322.412</u>
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	43.254.886	40.347.573
Valores recebidos para cobrança	644.443	631.286
	<u>43.899.329</u>	<u>40.978.859</u>

Os ativos dados em garantia por operações de política monetária, correspondem à pool de colateral que o Banco dispõe junto do Banco Central Europeu, para garantir a operativa de liquidez.

As garantias prestadas, os compromissos por crédito concedido e os outros compromissos concedidos, apresentam a seguinte exposição por stage:

	30-06-2023							
	Exposição				Imparidade (Nota 17)			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Compromissos por crédito concedido	6.835.976	446.385	7.886	7.290.247	6.558	3.422	43	10.023
Garantias financeiras	319.269	6.118	23.111	348.498	582	383	15.059	16.024
Outros compromissos concedidos	1.744.362	42.882	115.384	1.902.628	728	682	21.082	22.492
	<u>8.899.607</u>	<u>495.385</u>	<u>146.381</u>	<u>9.541.373</u>	<u>7.868</u>	<u>4.487</u>	<u>36.184</u>	<u>48.539</u>

	31-12-2022							
	Exposição				Imparidade (Nota 17)			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Compromissos por crédito concedido	7.507.591	528.207	8.526	8.044.324	6.710	4.960	28	11.698
Garantias financeiras	309.116	8.003	23.072	340.191	700	533	13.083	14.316
Outros compromissos concedidos	1.630.374	45.879	127.990	1.804.243	695	679	22.317	23.691
	9.447.081	582.089	159.588	10.188.758	8.105	6.172	35.428	49.705

Fundo de Garantia de Depósitos

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, foi criado em novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos, com o objetivo de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças, foi efetuada através da entrega de numerário e títulos de depósito, tendo sido amortizada em 60 meses a partir de janeiro de 1995. Exceto para o referido no parágrafo seguinte, as contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como gasto no exercício a que dizem respeito.

Até 2011, conforme permitido pelo Banco de Portugal, o Banco procedeu ao pagamento de 90% da contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos, tendo assumido igualmente o compromisso irrevogável para com o Fundo de Garantia de Depósitos de liquidação da parcela correspondente a 10% da contribuição anual, se e quando for solicitado. O valor total não pago acumulado relativamente ao qual foi assumido este compromisso ascende a 68.969 milhares de euros. Os ativos dados em penhor ao Banco de Portugal encontram-se refletidos nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor de mercado. No primeiro semestre de 2023 e 2022, o Banco procedeu ao pagamento de 100% da contribuição anual nos montantes de 321 milhares de euros e 532 milhares de euros, respetivamente (Nota 32).

Sistema de Indemnização aos Investidores (SII)

As responsabilidades para com o Sistema de Indemnização aos Investidores não são reconhecidas como gasto. Estas responsabilidades são cobertas através da aceitação de um compromisso irrevogável de proceder ao seu pagamento, caso tal venha a ser exigido, estando uma parte (50%) garantida por penhor de títulos do Tesouro Português. Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, estas responsabilidades ascendiam a 9.106 milhares de euros e 7.204 milhares de euros, respetivamente.

24. MARGEM FINANCEIRA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2023			30-06-2022		
	Receitas de juros	Despesas com juros	Liquido	Receitas de juros	Despesas com juros	Liquido
Ativos						
Ativos financeiros detidos para negociação	11.305	-	11.305	-	-	-
Disponibilidades em Bancos centrais e em instituições de crédito	114.890	-	114.890	160	(15.741)	(15.581)
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral						
Empéstimos e adiantamentos	36.048	-	36.048	36.651	-	36.651
Títulos de dívida	30.049	-	30.049	30.318	-	30.318
Ativos financeiros pelo custo amortizado						
Empréstimos/aplicações e adiantamentos- Instituições de crédito	5.199	-	5.199	664	-	664
Títulos de dívida	42.925	-	42.925	24.221	-	24.221
Empéstimos e adiantamentos- Clientes						
Juros	638.046	(1.904)	636.142	246.703	(1.253)	245.450
Comissões financeiras	40.469	(15.153)	25.316	35.813	(11.155)	24.658
Contabilidade de cobertura	210.599	(307.383)	(96.784)	113.510	(112.800)	710
Outros ativos	5	-	5	-	-	-
Passivos						
Passivos financeiros detidos para negociação	-	(11.335)	(11.335)	-	-	-
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado						
Depósitos - Bancos Centrais	-	(57.144)	(57.144)	56.816	-	56.816
Depósitos - Instituições de crédito	-	(42.264)	(42.264)	-	(1.914)	(1.914)
Depósitos - Clientes	-	(40.480)	(40.480)	-	(2.918)	(2.918)
Títulos dívida emitidos	-	(72.150)	(72.150)	-	(29.485)	(29.485)
Passivos de locação	-	(217)	(217)	-	(179)	(179)
Outros	-	(275)	(275)	-	(534)	(534)
	<u>1.129.535</u>	<u>(548.305)</u>	<u>581.230</u>	<u>544.856</u>	<u>(175.979)</u>	<u>368.877</u>

25. RECEITAS DE DIVIDENDOS

Esta rubrica refere-se a dividendos recebidos e tem a seguinte composição:

	30-06-2023	30-06-2022
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	1.684	3.643
Outros	-	13
	<u>1.684</u>	<u>3.656</u>

26. PARTE DOS LUCROS OU PREJUÍZOS DE INVESTIMENTOS EM FILIAIS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E ASSOCIADAS CONTABILIZADAS PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

No primeiro semestre de 2022, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A. (Notas 4 e 11)	<u>1.382</u>
---	--------------

27. RECEITAS E DESPESAS DE TAXAS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	30-06-2023	30-06-2022
Receitas de taxas e comissões	277.661	292.881
Valores mobiliários	7.186	8.010
Serviços financeiros às empresas (corporate finance)	1.820	563
Gestão de ativos	884	1.030
Custódia	2.804	2.896
Serviços de pagamento	136.669	145.839
Contas correntes	52.345	53.549
Cartões de crédito	10.643	10.510
Cartões de débito e outros pagamentos com cartão	62.433	71.439
Transferências e outras ordens de pagamento	10.681	9.816
Outras receitas de taxas e comissões relacionadas com serviços de pagamento	568	525
Recursos de clientes distribuídos mas não geridos	77.037	80.828
Investimento coletivo	15.530	17.282
Produtos de seguros (Nota 34)	61.489	63.546
Outras receitas de taxas e comissões relacionadas com recursos de clientes distribuídos mas não geridos	18	-
Instrumentos financeiros estruturados	15.195	6.187
Compromissos de empréstimo concedidos	4.427	4.082
Garantias financeiras concedidas	2.022	2.005
Empréstimos concedidos	22.039	30.225
Divisas	45	44
Outras receitas com taxas e comissões	7.531	11.172
Despesas com taxas e comissões	44.990	50.474
Valores mobiliários	3.294	2.892
Gestão de ativos	203	238
Serviços de pagamento	32.009	36.300
dos quais: cartões de crédito, de débito e outros cartões	28.895	34.790
Garantias financeiras recebidas	566	705
Outras despesas com taxas e comissões	8.917	10.339

28. GANHOS OU PERDAS COM ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>30-06-2023</u>	<u>30-06-2022</u>
Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados, valor líquido	-	-
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado (Instrumentos de dívida)	-	753
Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros detidos para negociação, valor líquido	817	6.269
Instrumentos derivados	817	6.269
Ganhos ou perdas com ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados, valor líquido	970	3.834
Instrumentos de capital próprio	970	3.834
Ganhos ou perdas da contabilidade de cobertura, valor líquido	-	-
Derivados de cobertura	(55.272)	(573.022)
Elemento coberto	55.272	573.022
Diferenças cambiais ganhos ou perdas, valor líquido	8.694	8.873

29. GANHOS OU PERDAS COM O DESRECONHECIMENTO DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2023</u>	<u>30-06-2022</u>
Ganhos em propriedades de investimento	151	1
Perdas em propriedades de investimento	(302)	(411)
Ganhos/perdas em Investimentos em associadas	1.386	-
	<u>1.235</u>	<u>(410)</u>

30. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>30-06-2023</u>	<u>30-06-2022</u>
Outros receitas operacionais		
Rendimentos da prestação de serviços diversos	1.369	1.277
Rendas auferidas	4.108	4.384
Variação de justo valor das propriedades de investimento	677	875
Outros	2.609	2.744
	<u>8.763</u>	<u>9.280</u>
Outras despesas operacionais		
Variação de justo valor das propriedades de investimento	(2.051)	(859)
Encargos com clientes	(1.742)	(1.673)
Outros	(949)	(1.116)
	<u>(4.742)</u>	<u>(3.648)</u>

A sub-rubrica "Rendas auferidas" inclui os montantes de 4.184 milhares de euros e 4.380 milhares de euros, respetivamente, relativos a rendas auferidas pelo Fundo Imobiliário Novimovest (Nota 12).

Na sub-rubrica "Encargos com clientes" são registados os gastos com fraude interna e externa.

31. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Despesas com pessoal

	<u>30-06-2023</u>	<u>30-06-2022</u>
Salários e vencimentos		
Órgãos de gestão e fiscalização	1.735	1.783
Empregados	90.526	84.808
Outras remunerações variáveis	13.340	12.578
	<u>105.601</u>	<u>99.169</u>
Encargos sociais obrigatórios		
Encargos obrigatórios	24.472	22.996
Fundos de pensões (Nota 35)	1.370	2.628
Outros	381	363
	<u>26.223</u>	<u>25.987</u>
Outros gastos com pessoal		
Plano complementar de reforma (Nota 35)	230	210
Transferências de pessoal	542	541
Outros	3.573	3.390
	<u>4.345</u>	<u>4.141</u>
	<u>136.169</u>	<u>129.297</u>

Outras despesas administrativas

	<u>30-06-2023</u>	<u>30-06-2022</u>
Fornecimentos externos	4.370	4.098
Serviços especializados	30.659	39.515
Manutenção de software e equipamento informático	41.759	26.527
Comunicações	2.832	2.532
Conservação e reparação	1.641	1.394
Publicidade e edição de publicações	3.994	3.667
Outras operações de locação (leasings de curto prazo e baixo valor)	1.467	1.740
Deslocações, estadas e representações	1.724	1.343
Transportes	1.938	1.925
Seguros	1.223	1.161
Outros	3.258	3.007
	<u>94.865</u>	<u>86.909</u>

32. CONTRIBUIÇÕES EM NUMERÁRIO PARA FUNDOS DE RESOLUÇÃO E SISTEMAS DE GARANTIA DE DEPÓSITOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2023</u>	<u>30-06-2022</u>
Contribuições para o Fundo de Resolução		
Fundo de Resolução Nacional	6.821	12.552
Fundo Único de Resolução	16.283	28.354
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	321	532
Outros	219	-
	<u>23.644</u>	<u>41.438</u>

O Decreto-Lei n.º 24/2013, de 19 de fevereiro, estabeleceu o regime de contribuições dos Bancos para o Fundo de Resolução, criado com a finalidade de prevenção, mitigação e contenção do risco sistémico. De acordo com o Aviso n.º 1/2013 e as Instruções n.º 6/2013 e n.º 7/2013, do Banco de Portugal, está previsto o pagamento de uma contribuição inicial e uma contribuição periódica para o Fundo de Resolução.

No âmbito do mecanismo único de Resolução as contribuições anuais serão transferidas para o Fundo Único de Resolução, de acordo com o artigo 3º, n.º 3 do acordo relativo à transferência e mutualização das contribuições para o Fundo Único de Resolução, assinado em Bruxelas em 21 de maio de 2014. O Banco de Portugal, na qualidade de autoridade de resolução, determina o valor da contribuição de cada instituição em função do seu perfil de risco. Nos exercícios de 2023 e 2022 e tal como previsto em carta do Banco de Portugal, o Conselho Único de Resolução (CUR) permitiu que para estes exercícios, as instituições bancárias optem pela utilização de compromisso irrevogável de pagamento, na proporção de 22% e 15%, respectivamente, do valor da contribuição anual. A contribuição anual ascendeu a 21.010 milhares de euros e 33.358 milhares de euros, respetivamente.

33. LUCROS OU PREJUÍZOS COM ATIVOS NÃO CORRENTES E GRUPOS PARA ALIENAÇÃO CLASSIFICADOS COMO DETIDOS PARA VENDA NÃO ELEGÍVEIS COMO UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	30-06-2023			30-06-2022		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Em ativos recebidos em dação	3.473	(1.628)	1.845	4.622	(11.752)	(7.130)
Em outros ativos não financeiros	4.770	(4.128)	642	31.764	(8.010)	23.754
	8.243	(5.756)	2.487	36.386	(19.762)	16.624

34. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS

Os rendimentos com a prestação de serviços de mediação de seguros referem-se essencialmente às comissões faturadas pela comercialização de seguros de vida e de não vida, registados na rubrica "Receitas de taxas e comissões" tal como segue:

	30-06-2023			30-06-2022		
	Ramo Vida	Ramo Não Vida	Total	Ramo Vida	Ramo Não Vida	Total
			(Nota 27)			(Nota 27)
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	18.150	-	18.150	19.617	-	19.617
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	22.243	-	22.243	26.453	-	26.453
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	-	19.868	19.868	-	16.241	16.241
Outros	188	1.040	1.228	287	948	1.235
	40.581	20.908	61.489	46.357	17.189	63.546

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a sub-rubrica "Outros rendimentos a receber – Outros serviços prestados" (Nota 14) inclui maioritariamente comissões a receber de seguradoras de acordo com o seguinte detalhe:

	30-06-2023	31-12-2022
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	9.075	9.250
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	3.694	3.765
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	3.382	3.182
Outros	8	8
	16.159	16.205

Estes montantes referem-se essencialmente às comissões apuradas e não liquidadas relativamente aos prémios de seguros comercializados durante o segundo trimestre de 2023 e quarto trimestre 2022.

35. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO DOS COLABORADORES

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do Banco (planos Santander, BAPOP e Banif) relativas a empregados no ativo e aos já reformados, foram efetuados estudos atuariais pela Mercer (Portugal), Limitada. O valor atual das responsabilidades com serviços passados, bem como os correspondentes gastos com serviços correntes, foram apurados com base no método "Projected Unit Credit".

As responsabilidades do Banco com pensões de reforma, cuidados de saúde e subsídio por morte em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, assim como a respetiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	Santander		BAPOP		Banif	
	30-06-2023	31-12-2022	30-06-2023	31-12-2022	30-06-2023	31-12-2022
Estimativa das responsabilidades por serviços passados:						
- Pensões						
. Empregados no ativo	144.755	145.899	62.110	62.417	9.064	9.442
. Pensionistas	63.214	61.044	6.923	6.870	10.837	10.749
. Reformados e reformados antecipadamente	573.806	590.938	62.440	62.978	94.963	95.620
	781.775	797.881	131.473	132.265	114.864	115.811
- Cuidados de saúde (SAMS)	127.912	128.503	8.228	8.068	14.693	14.658
- Subsídio por morte	4.156	4.147	399	386	400	398
- Prémio na reforma	5.625	5.345	-	-	723	683
	919.468	935.876	140.100	140.719	130.680	131.550
Cobertura das responsabilidades:						
- Valor patrimonial do Fundo	1.003.464	1.008.553	176.170	173.365	89.916	91.671
Valor financiado em excesso (Nota 14)	83.996	72.677	36.070	32.646	(40.764)	(39.879)
Desvios actuariais e financeiros gerados no ano						
- Alteração de pressupostos	-	(211.728)	-	(43.691)	-	(29.606)
- Ajustamentos de experiência:						
. Outros (Ganhos)/ Perdas atuariais	(1.841)	32.573	(1.176)	586	581	(6.548)
. (Ganhos)/ Perdas financeiras	(13.191)	108.228	(3.080)	18.611	(273)	22.962
	(15.032)	140.801	(4.256)	19.197	308	16.414
	(15.032)	(70.927)	(4.256)	(24.494)	308	(13.192)

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os principais pressupostos utilizados pelo Banco para a determinação das suas responsabilidades com pensões de reforma foram os seguintes:

Tábua de mortalidade

. Feminina	TV 99/01 ⁽²⁾
. Masculina	TV 88/90
Taxa de rendimento dos ativos do fundo de pensões	3,70%
Taxa técnica atuarial (taxa de desconto)	3,70%
Taxa de crescimento salarial	
. Ano 2023	3,00%
. Ano 2024	2,50%
. Ano 2025	2,00%
. Após 2025	0,75%
Taxa de crescimento das pensões	
. Ano 2023	2,75%
. Ano 2024	2,25%
. Ano 2025	1,75%
. Após 2025	0,50%

O Decreto-Lei nº 167-E/2013, de 31 de dezembro, veio alterar a idade normal de acesso à reforma do regime geral da Segurança Social, deixando, contudo, de ser aplicável o fator de sustentabilidade aos beneficiários que se reformem com aquela idade.

A taxa de desconto utilizada no apuramento das responsabilidades foi determinada por referência a taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco e de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

O movimento ocorrido nas responsabilidades por serviços passados no primeiro semestre de 2023 e no exercício de 2022 pode ser detalhado como se segue:

	Santander		BAPOP		Banif	
	30-06-2023	31-12-2022	30-06-2023	31-12-2022	30-06-2023	31-12-2022
Responsabilidades no início do exercício	935.876	1.155.946	140.719	185.616	131.550	167.108
Gasto dos serviços correntes	534	2.507	192	714	123	-
Gasto dos juros	16.542	12.256	1.981	1.673	2.350	-
(Ganhos)/perdas atuariais	(1.841)	(179.155)	(1.176)	(43.105)	581	(36.154)
Reformas antecipadas	3.179	8.415	640	405	454	596
Valores pagos	(35.948)	(66.324)	(2.497)	(5.077)	(4.420)	-
Contribuições dos empregados	1.126	2.231	241	493	42	-
Responsabilidades no fim do exercício	919.468	935.876	140.100	140.719	130.680	131.550

O gasto do exercício relativo a pensões inclui o encargo com os serviços correntes e o gasto dos juros, deduzido do rendimento esperado dos ativos do Fundo de Pensões.

Os gastos com pensões têm a seguinte composição (Nota 31):

	30-06-2023	30-06-2022
Gasto dos serviços correntes	849	2.102
Gasto dos juros	20.873	6.964
Rendimento dos ativos apurado com a taxa de desconto	(20.873)	(6.964)
Plano de benefício definido	849	2.102
Plano de contribuição definida	515	499
Plano da Sucursal de Londres	6	27
	<u>1.370</u>	<u>2.628</u>

Os colaboradores admitidos no Banco após 1 de janeiro de 2009 passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo da cláusula 93ª do ACT. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do BST (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efetiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha para onde o Banco transfere a sua contribuição, com exceção do Banif que detém um Fundo de contribuição definida.

Os crescimentos de salários e pensões estimados foram determinados tendo presente o rácio histórico entre a inflação e o crescimento da tabela ACT.

A duração média das responsabilidades com pensões dos colaboradores do Santander, BAPOP e Banif é de 12 anos, incluindo ativos e reformados.

O movimento ocorrido nos desvios atuariais, no primeiro semestre de 2023 e no exercício de 2022, foi o seguinte:

	Santander		BAPOP		Banif	
	30-06-2023	31-12-2022	30-06-2023	31-12-2022	30-06-2023	31-12-2022
Desvios no início do exercício (Nota 20)	687.933	758.860	(22.991)	1.503	28.046	41.238
(Ganhos)/perdas atuariais	(1.841)	(179.155)	(1.176)	(43.105)	581	(36.154)
(Ganhos)/perdas financeiras	(13.191)	108.228	(3.080)	18.611	(273)	22.962
Desvios no final do período (Nota 20)	<u>672.901</u>	<u>687.933</u>	<u>(27.247)</u>	<u>(22.991)</u>	<u>28.354</u>	<u>28.046</u>

O Fundo de Pensões do Santander e do Banif (desde outubro de 2022) é gerido pela Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e o Fundo de Pensões do BAPOP é gerido pela Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A..

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o número de participantes dos Fundos era o seguinte:

	Santander		BAPOP		Banif	
	30-06-2023	31-12-2022	30-06-2023	31-12-2022	30-06-2023	31-12-2022
Empregados no ativo						
Plano de benefício definido	3.102	3.137	631	636	149	156
Plano de contribuição definida	628	561	89	94	545	551
Pensionistas	1.374	1.365	31	31	121	122
Reformados e reformados antecipadamente	6.038	6.052	216	215	680	672
	<u>11.142</u>	<u>11.115</u>	<u>967</u>	<u>976</u>	<u>1.495</u>	<u>1.501</u>

O movimento ocorrido nos Fundos de Pensões do Banco no primeiro semestre de 2023 e no exercício de 2022, foi o seguinte:

	Santander		BAPOP		Banif	
	30-06-2023	31-12-2022	30-06-2023	31-12-2022	30-06-2023	31-12-2022
Valor do Fundo no início do exercício	1.008.553	1.164.211	173.365	194.073	91.671	92.220
Contribuições do Banco (monetárias)	-	4.407	-	814	-	22.413
Contribuições dos empregados	1.126	2.231	241	493	42	-
Rendimento líquido do Fundo						
Rendimento dos ativos apurados com a taxa de desconto	16.542	12.256	1.981	1.673	2.350	-
Rendimento do Fundo acima/(abaixo) da taxa de desconto	13.191	(108.228)	3.080	(18.611)	273	(22.962)
Valores pagos	(35.948)	(66.324)	(2.497)	(5.077)	(4.420)	-
Valor do Fundo no final do exercício	1.003.464	1.008.553	176.170	173.365	89.916	91.671

As taxas de rendimento do Fundo de Pensões ascenderam no primeiro semestre de 2023 no Santander 2,98% no BAPOP 3,35% e no Banif 2,9% e no exercício de 2022 no Santander (8,4%), no BAPOP (8,21%) e no Banif (13,70%).

A política de investimentos e alocação do Fundo de Pensões prevê que a carteira de ativos seja constituída em obediência a critérios de segurança, rentabilidade e liquidez, através de um conjunto diversificado de aplicações, designadamente ações, obrigações, outros instrumentos representativos de dívida, participações em instituições de investimento coletivo, depósitos bancários, outros ativos de natureza monetária e terrenos e edifícios inscritos no registo predial.

Por outro lado, aquela política é orientada por critérios de diversificação de risco e rentabilidade, podendo a Sociedade Gestora optar por uma política mais ou menos conservadora, aumentando ou diminuindo a exposição a ações ou obrigações, de acordo com as suas expectativas sobre a evolução dos mercados e de acordo com os limites de investimento definidos.

A política de investimentos em vigor prevê os seguintes limites:

<u>Classe de ativos</u>	<u>Intervalos previstos</u>
Obrigações	40% a 95%
Imobiliário	0% a 25%
Ações	0% a 20%
Liquidez	0% a 15%
Alternativos	0% a 10%
Commodities	0% a 5%

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a composição dos Fundos de Pensões era como segue:

	Santander		BAPOP		Banif	
	30-06-2023	31-12-2022	30-06-2023	31-12-2022	30-06-2023	31-12-2022
Instrumentos de dívida:						
. Rating A	25.188	28.827	5.280	7.565	-	23.818
. Rating AA	39.955	22.644	9.423	5.367	-	2.216
. Rating AAA	70.696	24.691	16.791	6.055	-	-
. Rating BBB	231.243	300.806	63.093	74.400	8.916	2.074
. Rating BB	16.180	18.270	3.406	3.354	3.669	5.015
. Sem rating	11.502	11.427	1.037	1.024	472	457
Fundos de Investimento Imobiliário	81.364	93.840	682	691	-	-
Fundos de Investimento Mobiliário	483.441	453.468	69.070	67.849	61.796	40.947
Depósitos	6.900	16.926	8.168	6.595	1.884	3.886
Imóveis						
. Espaços comerciais	19.634	19.634	-	-	12.456	12.456
. Terrenos	1.297	1.297	-	-	-	-
Instrumentos de capital:						
. Ações portuguesas – cotadas	-	-	-	-	818	872
. Ações estrangeiras – cotadas	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivados	175	293	90	-	-	-
Outros	15.889	16.430	(870)	465	(95)	(70)
	<u>1.003.464</u>	<u>1.008.553</u>	<u>176.170</u>	<u>173.365</u>	<u>89.916</u>	<u>91.671</u>

A metodologia de apuramento do justo valor dos ativos e passivos acima referidos adotada pelas Sociedades Gestoras, tal como preconizada na IFRS 13 (Nota 38), foi como segue:

	30-06-2023				31-12-2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Instrumentos de dívida	493.840	-	13.011	506.851	525.102	-	12.908	538.010
Fundos de investimento	614.307	-	82.046	696.353	656.795	-	-	656.795
Instrumentos de capital	-	-	818	818	-	-	872	872
Instrumentos financeiros derivados	265	-	-	265	293	-	-	293
Imóveis	-	-	33.387	33.387	-	-	33.387	33.387
Outros	-	-	31.876	31.876	-	-	44.232	44.232
	<u>1.108.412</u>	<u>-</u>	<u>161.138</u>	<u>1.269.550</u>	<u>1.182.190</u>	<u>-</u>	<u>91.399</u>	<u>1.273.589</u>

A carteira dos Fundos de Pensões incluía os seguintes ativos relacionados com empresas do Grupo Santander em Portugal:

	30-06-2023	31-12-2022
Imóveis arrendados	13.446	13.446
Títulos (incluindo unidades de participação em fundos geridos)	163.390	200.151
	<u>176.836</u>	<u>213.597</u>

Em 2010 foi contratado um seguro junto da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. para fazer face às responsabilidades de um novo plano complementar de reforma de contribuição definida atribuído a diretivos do Banco. A contribuição inicial para o novo plano foi de 4.430 milhares de euros. No primeiro semestre de 2023 e 2022 o prémio pago pelo Banco ascendeu a 230 milhares de euros e 210 milhares de euros, respetivamente (Nota 31).

Este plano cobre as eventualidades de reforma, morte e incapacidade permanente absoluta para o trabalho habitual ou por invalidez.

Para todas as eventualidades, as prestações a receber pelos beneficiários serão iguais ao saldo acumulado constante no plano complementar na data em que estas se verificarem. No caso de morte do beneficiário este montante será ainda acrescido de 6.000 euros.

Plano de pensões de benefício definido – ex-Sucursal de Londres

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os principais pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma relativas ao plano de pensões que abrange os colaboradores da ex-Sucursal de Londres do Banco foram os seguintes:

	30-06-2023	31-12-2022
	100% S3NMA_Light/ 100% S3NFA_Light	100% S3NMA_Light/ 100% S3NFA_Light
Tábua de mortalidade		
Taxa técnica atuarial (taxa de desconto)	5,2%	4,8%
Taxa de crescimento salarial	3,1%	3,0%
Taxa de crescimento das pensões	2,2%	2,2%
Taxa de inflação	3,1%	3,0%

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, as responsabilidades com o plano de pensões de benefício definido e a sua cobertura apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2023	31-12-2022
Estimativa das responsabilidades por serviços passados	30.269	31.143
Cobertura das responsabilidades:	32.973	32.231
Valor financiado em excesso (Nota 14)	2.704	1.088

O movimento ocorrido nas responsabilidades por serviços passados no primeiro semestre de 2023 e no exercício de 2022, pode ser detalhado como se segue:

	30-06-2023	31-12-2022
Responsabilidades no início do exercício	31.143	52.915
Gasto dos serviços correntes	6	27
Gasto dos juros	748	891
(Ganhos)/perdas atuariais	(625)	(21.476)
Valores pagos	(1.003)	(1.214)
Responsabilidades no fim do período	30.269	31.143

O movimento ocorrido no Fundo no primeiro semestre de 2023 e no exercício de 2022, foi o seguinte:

	30-06-2023	31-12-2022
Valor patrimonial no início do exercício	32.231	49.938
Rendimento líquido do fundo:		
. Rendimento dos ativos apurado com a taxa de desconto	748	865
. Rendimento do Fundo acima/(abaixo) da taxa de desconto	996	(17.374)
Contribuição da Banco	1	16
Valores pagos	(1.003)	(1.214)
Valor patrimonial no final do período	<u>32.973</u>	<u>32.231</u>

O movimento ocorrido nos desvios atuariais no primeiro semestre de 2023 e no exercício de 2022, foi o seguinte:

	30-06-2023	31-12-2022
Desvios no início do exercício (Nota 20)	7.428	11.530
(Ganhos)/perdas atuariais	(625)	(21.476)
(Ganhos)/perdas financeiras	(996)	17.374
Desvios no final do período (Nota 20)	<u>5.807</u>	<u>7.428</u>

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a carteira do Fundo de Pensões da ex-Sucursal de Londres incluía os seguintes ativos:

	31-12-2022	31-12-2022
Instrumentos de dívida	11.265	11.784
Instrumentos de capital	12.309	12.503
Outros	9.399	7.944
Valor do Fundo	<u>32.973</u>	<u>32.231</u>

As responsabilidades com planos de pensões de benefício definido expõem o Banco aos seguintes riscos:

- **Risco de investimento** – o valor atualizado das responsabilidades é calculado com base numa taxa de desconto determinada com referência a obrigações denominadas em euros com elevada qualidade em termos de risco de crédito; se a rentabilidade do Fundo de Pensões for inferior a essa taxa de desconto, irá criar um défice no financiamento das responsabilidades.
- **Risco de taxa de juro** – uma diminuição da taxa de juro das obrigações irá aumentar as responsabilidades com pensões.
- **Risco de longevidade** – o valor atualizado das responsabilidades é calculado tendo como pressuposto a melhor estimativa à data da mortalidade esperada dos participantes antes e após a data de reforma. Um aumento da esperança de vida dos participantes do plano irá aumentar as responsabilidades com pensões.
- **Risco de salário** - o valor atualizado das responsabilidades é calculado tendo como pressuposto uma estimativa de salário futuro dos participantes. Assim, um aumento no salário dos participantes irá aumentar as responsabilidades com pensões.

36. OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO

Descrição das operações

Entre julho de 2003 e janeiro de 2018, o Banco procedeu à titularização de parte da sua carteira de crédito hipotecário, através de treze operações, cujo montante inicial total ascendeu a 25.450.000 milhares de euros. Nas operações mais antigas os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) a fundos de titularização de créditos denominados Fundos Hipototta FTC. Parte substancial das titularizações foram recompradas pelo Banco ao abrigo dos referidos acordos, mantendo-se vivos o Hipototta nº 4 e Hipototta nº 5. Em janeiro de 2018 o Banco concretizou uma nova titularização no montante de 2.266.000 milhares de euros, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos (Gamma STC), tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Hipototta 13 classe A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração. Estas obrigações foram na sua totalidade adquiridas pelo Banco.

Os Fundos Hipototta (nº 4 e nº 5) são geridos pela Navigator – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A. (Navigator). O Banco continua a efetuar a gestão dos contratos de crédito, entregando aos Fundos Hipototta (nº 4 e nº 5) todos os montantes recebidos ao abrigo dos mesmos. O Grupo Santander não detém qualquer participação direta ou indireta na Navigator.

Como forma de financiamento, os Fundos Hipototta (nº 4 e nº 5) emitiram unidades de titularização, de montante idêntico às carteiras de crédito adquiridas, as quais foram integralmente subscritas pelos Fundos Hipototta (nº 4 e nº 5) PLC com sede na Irlanda.

Por outro lado, os Fundos Hipototta (nº 4 e nº 5) FTC entregam todos os montantes recebidos do Banco e da Direção Geral do Tesouro aos Fundos Hipototta (nº 4 e nº 5) PLC efetuando a separação das prestações entre capital e juros.

Como forma de financiamento, os Fundos Hipototta (nº 4 e nº 5) PLC emitiram obrigações com diferentes níveis de subordinação e de *rating* e, conseqüentemente, de remuneração.

Em 30 de junho de 2023, as obrigações emitidas ainda vivas apresentam as seguintes características:

Hipototta nº 4 PLC							
Dívida emitida	Montante		Rating	Data de reembolso	Data de reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Atual	Fitch			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	2.616.040	306.394	A+	setembro de 2048	dezembro de 2014	Euribor 3 meses + 0,12%	Euribor 3 meses + 0,24%
Classe B	44.240	11.147	A+	setembro de 2048	dezembro de 2014	Euribor 3 meses + 0,19%	Euribor 3 meses + 0,40%
Classe C	139.720	35.204	BBB+	setembro de 2048	dezembro de 2014	Euribor 3 meses + 0,29%	Euribor 3 meses + 0,58%
	<u>2.800.000</u>	<u>352.745</u>					
Classe D	14.000	7.000	NR	setembro de 2048	dezembro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>2.814.000</u>	<u>359.745</u>					

Hipototta nº 5 PLC								
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Data de reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Atual	S&P	Moody's			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A1	200.000	-			fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,05%	Euribor 3 meses + 0,10%
Classe A2	1.693.000	271.701	A	Aa2	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,13%	Euribor 3 meses + 0,26%
Classe B	26.000	26.000	A	Aa2	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,17%	Euribor 3 meses + 0,34%
Classe C	24.000	24.000	A	Aa2	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,24%	Euribor 3 meses + 0,48%
Classe D	26.000	26.000	A	A3	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,50%	Euribor 3 meses + 1,00%
Classe E	31.000	31.000	A	Ba2	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 1,75%	Euribor 3 meses + 3,50%
	<u>2.000.000</u>	<u>378.701</u>						
Classe F	10.000	6.000	CCC-	Ca	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>2.010.000</u>	<u>384.701</u>						

As obrigações emitidas pelo Hipototta nº 4 PLC vencem juros trimestralmente em 30 de março, junho, setembro e dezembro de cada ano. As obrigações emitidas pelo Hipototta nº 5 PLC vencem juros trimestralmente em 28 de fevereiro, 30 de maio, 31 de agosto e 30 de novembro de cada ano.

O Banco tem a opção de reembolsar antecipadamente as obrigações nas datas acima indicadas. Para todos os Hipototta, o Banco tem a possibilidade de recomprar antecipadamente as carteiras de crédito ao valor nominal quando estas forem iguais ou inferiores a 10% do montante inicial das operações.

Adicionalmente, até 5 dias antes das datas de pagamento de juros em cada trimestre, os Hipototta têm a faculdade de efetuar amortizações parciais das obrigações emitidas das classes A, B e C, bem como das classes D e E no caso do Hipototta nº 5 PLC, por forma a ajustar o valor do passivo ao dos ativos (carteira de crédito).

As obrigações da classe D do Hipototta nº 4 e as obrigações da classe F do Hipototta nº 5, constituem o último passivo a liquidar.

A remuneração das obrigações dessas classes corresponde à diferença entre o rendimento das carteiras de crédito titularizado e o somatório de todos os gastos das operações, nomeadamente:

- Impostos;
- Despesas e comissões calculadas sobre o valor das carteiras (comissão de custódia e comissão de *servicer*, cobradas pelo Banco, e comissão de gestão, cobrada pelos Fundos);
- Juros das obrigações das restantes classes;
- Perdas por incumprimento.

Na data em que as titularizações foram contratadas, celebraram-se empréstimos subordinados entre o Banco e os Hipotottas, que correspondem a facilidades/linhas de crédito em caso de necessidade de liquidez por parte dos Hipototta. Foram igualmente celebrados "Swap Agreements" entre o Grupo Santander e os veículos de titularização, e entre o Banco e o Grupo Santander destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Operações de titularização geridas pela Gamma STC

Na sequência da medida de resolução aplicada ao Banif, o Banco adquiriu um conjunto de operações de titularização emitidas por esta entidade, tendo sido transferidos os correspondentes créditos titularizados e obrigações emitidas.

Atlantes Mortgage nº 2

Operação concretizada em março de 2008, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage nº 2 Classes A, B, C e D com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage nº 2						
Divida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Fitch		Até ao reembolso antecipado
Classe A	349.100	72.920	AA+	AA+	setembro de 2060	Euribor 3 meses + 0,33%
Classe B	18.400	9.078	AA+	AA+	setembro de 2060	Euribor 3 meses + 0,95%
Classe C	7.500	3.700	A+	A+	setembro de 2060	Euribor 3 meses + 1,65%
	<u>375.000</u>	<u>85.698</u>				
Classe D	16.125	8.332	NR	NR	setembro de 2060	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>391.125</u>	<u>94.030</u>				

Atlantes Mortgage nº 3

Operação concretizada em outubro de 2008, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage nº 3 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage nº 3						
Divida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Fitch		Até ao reembolso antecipado
Classe A	558.600	128.301	AA+	AA	agosto de 2061	Euribor 3 meses + 0,2%
Classe B	41.400	18.400	NR	NR	agosto de 2061	Euribor 3 meses + 0,5%
	<u>600.000</u>	<u>146.701</u>				
Classe C	57.668	33.477	NR	NR	agosto de 2061	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>657.668</u>	<u>180.178</u>				

Atlantes Mortgage nº 4

Operação concretizada em fevereiro de 2009, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage nº 4 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage nº 4						
Divida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Fitch		Até ao reembolso antecipado
Classe A	514.250	140.309	AA+	AA+	dezembro de 2064	Euribor 3 meses + 0,15%
Classe B	35.750	15.452	NR	NR	dezembro de 2064	Euribor 3 meses + 0,3%
	<u>550.000</u>	<u>155.761</u>				
Classe C	74.250	43.392	NR	NR	dezembro de 2064	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>624.250</u>	<u>199.153</u>				

Hipototta 13

Em janeiro de 2018 o Banco concretizou uma titularização no montante de 2.266.000 milhares de euros, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Hipototta 13 classe A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração. Estas obrigações foram na sua totalidade adquiridas pelo Banco.

Hipototta 13						
Divida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração Até ao reembolso antecipado
	Inicial	Atual	S&P	Fitch		
Classe A	1.716.000	587.849	NR	A+(sf)	outubro 2072	Euribor 3 m + 0,6%
Classe B	484.000	484.000	NR	NR	outubro 2072	Euribor 3 m + 1%
	<u>2.200.000</u>	<u>1.071.849</u>				
Classe C	66.000	36.253	NR	NR	outubro 2072	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>2.266.000</u>	<u>1.108.102</u>				
VFN	0,001	0,001	NR	NR	outubro 2072	Sem remuneração

Consumer Totta 1

Em setembro de 2022 o Banco concretizou uma titularização no montante de 628.207 milhares de euros, na qual foram cedidos créditos ao consumo da carteira que se encontra em modelos avançados para efeitos de rácio de capital do Banco. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Consumer Totta 1 classe A a F e X com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração. Estas obrigações foram na sua totalidade colocadas em mercado com exceção da classe X (*excess spread*) que foi adquirida pelo Banco. Esta operação terá um período de *revolving* de um ano e para efeitos de capital esta operação apresenta uma transferência significativa de risco.

Foram igualmente celebrados “Swap Agreements” entre o Grupo Santander e a Gamma e entre o Banco e o Grupo Santander destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Consumer Totta 1 classe A						
Divida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração Até ao reembolso antecipado
	Inicial	Atual	S&P	Fitch		
Classe A	520.000	520.000	NR	AA+(sf)	junho 2033	3mth Euribor + 0,80%
Classe B	25.000	25.000	NR	AA-(sf)	junho 2033	3mth Euribor + 1,10%
Classe C	40.000	40.000	NR	A(sf)	junho 2033	3mth Euribor +2%
Classe D	25.000	25.000	NR	BB+(sf)	junho 2033	3mth Euribor + 8%
Classe E	40.000	40.000	NR	NR	junho 2033	3mth Euribor + 11,85%
Classe F	6.500	5.200	NR	NR	junho 2033	3mth Euribor + 12,5%
	<u>656.500</u>	<u>655.200</u>				
Classe X	9.430	5.952	NR	NR	junho 2033	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>665.930</u>	<u>661.152</u>				

Durante o exercício de 2022 foram liquidadas as operações da Azor Mortgage N°2 e Atlantes Mortgage N°5 e N°7.

37. ENTIDADES RELACIONADAS

As entidades relacionadas do Banco com as quais este manteve saldos ou transações no primeiro semestre de 2023 são as seguintes:

<u>Nome da entidade relacionada</u>	<u>Sede</u>
Empresas que, directa ou indirectamente, controlam o Grupo	
Santander Totta, SGPS	Portugal
Banco Santander, S.A.	Espanha
Empresas que, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo	
GAMMA, Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A.	Portugal
Fundo de Investimento Imobiliário Novimovest	Portugal
Taxagest, S.G.P.S., S.A.	Portugal
Totta (Ireland), PLC	Irlanda
Totta Urbe - Emp. Admin. e Construções, S.A.	Portugal
Entidades de Propósito Especial, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo	
Hipototta NO. 4 PLC	Irlanda
Hipototta NO. 4 FTC	Portugal
Hipototta NO. 5 PLC	Irlanda
Hipototta NO. 5 FTC	Portugal
Operações de Securitização geridas pela GAMMA, STC	Portugal

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que direta ou indiretamente se encontram sob controlo comum pelo Banco	
Open Bank, S.A.	Espanha
Santander Consumer Finance, S.A.	Espanha
Banco Santander (Brasil) S.A.	Brasil
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal
Santander Asset Management, S.A. SGIC.	Espanha
Santander Back-Offices Globales Mayoristas, S.A.	Espanha
Santander Global Services, S.L.	Espanha
Santander Asset Management S.G.O.I.C, S.A.	Portugal
Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
Retama Real Estate, S.A.	Espanha
CCPT - ComprarCasa Rede Serviços Imobiliários, S.A.	Portugal
Gesban Servicios Administrativos Globales, S.L.	Espanha
UCI Mediação de Seguros, Unipessoal Lda.	Portugal
Getnet Europe, Entidad de Pago, S.L. Unipersonal	Espanha
Santander Bank Polska S.A.	Polónia
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A.	Portugal
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Santander Consumer Services, S.A.	Portugal
Financeira El Corte Inglés, Portugal, S.F.C., S.A.	Portugal
Santander Global Technology and Operations, S.L. Unipersonal	Espanha
PagoNxt Trade Services, S.L.	Espanha
CACEIS	França
Mapfre Santander Portugal - Companhia de Seguros S.A.	Portugal
Relevante e Astuto, S.A.	Portugal
PDC Digital, Lda.	Portugal
Consulteam Consultores de Gestão, Unipessoal, Lda.	Portugal
Santander Bank & Trust Ltd.	Bahamas
Santander Consumer Bank AG	Alemanha
Banco Santander International SA	Suíça
Banco Santander México, S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Santander México	México
Portal Universia Portugal, Prestação de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
Ibérica de Compras Corporativas, S.L.	Espanha
Unión de Créditos Inmobiliarios, S.A., EFC	Espanha
Santander Financial Services plc	Reino Unido

As entidades relacionadas do Banco com as quais este manteve saldos ou transações no exercício de 2022 são as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que, directa ou indirectamente, controlam o Grupo	
Santander Totta, SGPS	Portugal
Banco Santander, S.A.	Espanha
Empresas que, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo	
GAMMA, Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A.	Portugal
Fundo de Investimento Imobiliário Novimovest	Portugal
Taxagest, S.G.P.S., S.A.	Portugal
Totta (Ireland), PLC	Irlanda
Totta Urbe - Emp. Admin. e Construções, S.A.	Portugal
Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	
Unicre - Instituição Financeira de Crédito	Portugal
Entidades de Propósito Especial, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo	
Hipototta NO. 4 PLC	Irlanda
Hipototta NO. 4 FTC	Portugal
Hipototta NO. 5 PLC	Irlanda
Hipototta NO. 5 FTC	Portugal
Operações de Securitização geridas pela GAMMA, STC	Portugal

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que direta ou indiretamente se encontram sob controlo comum pelo Banco	
Abbey National Treasury Services plc	Reino Unido
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A.	Portugal
Banco Santander (México), S.A.	México
Banco Santander (Suisse), S.A.	Suíça
Banco Santander Brasil, S.A.	Brasil
Bank Zachodni WBK SA	Polónia
Caceis	França
CCPT - ComprarCasa Rede Serviços Imobiliários, S.A.	Portugal
Consulteam - Consultores de Gestão, Lda	Portugal
Financeira El Corte Inglés, Portugal, S.F.C., S.A.	Portugal
Gesban Servicios Administrativos Globais	Espanha
Getnet Europe, Entidad de Pago, S.L. Unipersonal	Espanha
Ibérica de Compras Corporativas	Espanha
Mapfre Santander Portugal - Co. de Seguros S.A.	Portugal
Open Bank Santander Consumer S.A.	Espanha
PagoNxt Trade Services, S.L.	Espanha
Portal Universia Portugal, Prestação de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
Retama Real Estate, S.L.	Espanha
Santander Asset Management SGFIM, S.A.	Portugal
Santander Asset Management, S.A. SGIIC.	Espanha
Santander Back-Office Globales Mayorista	Espanha
Santander Bank & Trust Ltd.	Bahamas
Santander Bank, National Association	EUA
Santander Consumer Bank AG	Alemanha
Santander Consumer Service S.A.	Espanha
Santander Consumer Finance S.A.	Espanha
Santander Global Facilities, S.L.	Espanha
Santander Global Technology, S.L.	Espanha
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal
Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
UCI Mediação de Seguros, Unipessoal Lda.	Portugal
Union de Créditos Imobiliários, SA	Espanha

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os saldos e as transações mantidas durante aqueles períodos com entidades relacionadas apresentavam a seguinte composição:

	30-06-2023		
	Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresas que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo
Ativos:			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	389.610	-	25.459
Ativos financeiros detidos para negociação	759.169	-	8.552
Ativos financeiros pelo custo amortizado			
Empréstimos e adiantamentos	126.996	-	2.767
Derivados - contabilidade de cobertura	174.098	-	-
Ativos por impostos	1.293	-	-
Outros ativos	13	-	16.889
Passivos:			
Passivos financeiros detidos para negociação	685.772	-	36.658
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado			
Depósitos - Instituições de crédito	818.297	-	857
Depósitos - Clientes	530.549	-	364.824
Títulos de dívida emitidos	1.019.460	-	8.399
Derivados - contabilidade de cobertura	4.974	-	-
Passivos por impostos	143.434	-	-
Outros passivos	5.361	-	9.772
Demonstração de Resultados:			
Receitas de juros	190.152	-	84
Despesas com juros	177.114	-	374
Receitas de taxas e comissões	294	-	116.831
Despesas com taxas e comissões	-	-	1.389
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(21.839)	-	(16.675)
Despesas administrativas	5.361	-	46.300
Diferenças cambiais ganhos ou perdas, valor líquido	357	-	-
Outras receitas operacionais	-	-	208
Extrapatrimoniais:			
Garantias financeiras concedidas	16.101	-	1.777
Garantias financeiras recebidas	1	-	-
Compromissos perante terceiros	117.726	-	86.421
Operações cambiais e instrumentos derivados	30.345.203	-	387.150
Responsabilidades por prestação de serviços	3.198.462	-	9.964.927

	31-12-2022		
	Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresas que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo
Ativos:			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	119.725	-	4.149
Ativos financeiros detidos para negociação	425.883	-	641
Ativos financeiros pelo custo amortizado	336.639	53.632	125.510
Derivados - contabilidade de cobertura	189.275	-	-
Investimentos em associadas e filiais	-	41.468	-
Ativos intangíveis	-	-	4.210
Ativos por impostos	95	-	-
Outros ativos	13	-	16.307
Passivos:			
Passivos financeiros detidos para negociação	358.895	-	43.794
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado			
Depósitos - Instituições de crédito	502.928	-	5.789
Depósitos - Clientes	391.249	88	272.884
Titulos de dívida emitidos	1.019.823	-	7.729
Outros Passivos Financeiros	-	-	1.454
Derivados - contabilidade de cobertura	1.760	-	-
Passivos por impostos	128.834	-	-
Outros passivos	9.303	-	5.665
Demonstração de Resultados:			
Receitas de juros	183.516	535	588
Despesas com juros	207.592	-	397
Proporção dos lucros ou prejuízos de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas contabilizada pelo método da equivalência	-	5.140	-
Receitas de taxas e comissões	1.906	269	129.459
Despesas com taxas e comissões	2.883	-	1.185
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	418.253	-	(15.351)
Diferenças cambiais ganhos ou perdas, valor líquido	(14.774)	-	-
Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos não financeiros, valor líquido	-	-	55.334
Outras receitas operacionais	-	1	140
Outras despesas administrativas	9.303	-	45.815
Depreciação	-	-	2.704
Extrapatrimoniais:			
Garantias financeiras concedidas	16.809	-	3.607
Compromissos de empréstimo concedidos	28.029	2.010	13.820
Outros compromissos concedidos	59.974	-	80.675
Garantias financeiras recebidas	1	-	-
Operações cambiais e instrumentos derivados	28.717.019	-	397.689
Responsabilidades por prestação de serviços	3.197.204	-	10.211.659
Recursos de clientes distribuídos mas não geridos	-	-	5.956.138

As transações realizadas com entidades relacionadas são decorrentes do negócio normal e realizadas em condições de mercado.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os adiantamentos ou créditos concedidos aos membros do Conselho de Administração do Banco, ascenderam a 939 milhares de euros e 1.110 milhares de euros, respetivamente. Os depósitos dos membros do Conselho de Administração foram atribuídos em condições de mercado. Em 30 de junho de 2023 e 2022, as remunerações fixas totalizaram 1.735 milhares de euros e 1.783 milhares de euros, respetivamente.

Relativamente aos benefícios pós-emprego, os membros do Conselho de Administração que têm vínculo laboral ao Banco estão integrados no plano de pensões do Acordo Coletivo de Trabalho para o setor bancário subscrito pelo Banco. As condições gerais deste plano encontram-se descritas na Nota 1.3. j).

Em Assembleia Geral de Acionistas do Banco de 30 de maio de 2007, foi aprovado o “Regulamento de atribuição complementar de reforma, por velhice ou invalidez”, aos membros executivos do Conselho de Administração do ex-totta que transitaram para membros executivos (Comissão Executiva) do Conselho de Administração do Banco em linha com o previamente definido no regulamento do ex-totta. Os membros do Conselho de Administração, cujo tempo de desempenho no cargo seja de pelo menos quinze anos consecutivos ou interpolados, terão direito a um complemento de reforma correspondente a 80% do vencimento anual bruto. Quando o desempenho do cargo for inferior a quinze anos, a fixação do montante do complemento de pensão de reforma será determinado pela comissão de vencimentos. Para este universo, atualmente está definido que o complemento de pensão de reforma será de 65% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a dez anos e 75% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a doze anos. Este plano de pensões de benefício definido é um plano complementar e dependente do regime geral da Segurança Social.

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, as responsabilidades com este plano ascendiam a 10.448 milhares de euros e 10.260 milhares de euros, respetivamente, e encontravam-se cobertas por uma provisão do mesmo montante registada na rubrica “Provisões e outras obrigações de benefício definido pós-emprego”.

No que se refere aos benefícios de cessação de emprego, conforme previsto no Código das Sociedades Comerciais, sempre que, por vontade do Banco, o mandato de um membro dos órgãos sociais seja cessado antecipadamente, este reembolsará o membro do órgão social pelas remunerações futuras a que o mesmo tenha direito até ao fim do seu mandato.

38. **DIVULGAÇÕES NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO DAS NORMAS IFRS 7 E IFRS 13**

Justo Valor

O quadro seguinte resume, para cada grupo de ativos e passivos financeiros, os seus justos valores com referência a 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

	30-06-2023			
	Justo valor	Custo amortizado	Valor contabilístico	Justo valor
<u>Ativo</u>				
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	-	8.053.513	8.053.513	8.042.370
Ativos financeiros detidos para negociação	829.892	-	829.892	829.892
Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados	27.700	-	27.700	27.700
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	4.542.851	-	4.542.851	4.542.851
Ativos financeiros pelo custo amortizado	-	39.180.792	39.180.792	38.733.110
Derivados - Contabilidade de cobertura	567.347	-	567.347	567.347
	5.967.790	47.234.305	53.202.095	52.743.270
<u>Passivo</u>				
Passivos financeiros detidos para negociação	831.157	-	831.157	831.157
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Depósitos	-	43.374.402	43.374.402	43.355.138
Títulos de dívida emitidos	-	5.009.725	5.009.725	4.787.970
Outros passivos financeiros	-	276.749	276.749	276.749
Derivados - Contabilidade de cobertura	4.974	-	4.974	4.974
	836.131	48.660.876	49.497.007	49.255.988
<u>31-12-2022</u>				
	Justo valor	Custo amortizado	Valor contabilístico	Justo valor
<u>Ativo</u>				
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	-	8.407.985	8.407.985	8.404.085
Ativos financeiros detidos para negociação	498.103	-	498.103	498.103
Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados	31.020	-	31.020	31.020
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	4.423.397	-	4.423.397	4.423.397
Ativos financeiros pelo custo amortizado	-	40.850.964	40.850.964	40.056.906
Derivados - Contabilidade de cobertura	601.827	-	601.827	601.827
	5.554.347	49.258.949	54.813.296	54.015.338
<u>Passivo</u>				
Passivos financeiros detidos para negociação	508.057	-	508.057	508.057
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Depósitos	-	45.989.740	45.989.740	45.972.077
Títulos de dívida emitidos	-	4.316.483	4.316.483	4.083.480
Outros passivos financeiros	-	357.332	357.332	357.332
Derivados - Contabilidade de cobertura	183.771	-	183.771	183.771
	691.828	50.663.555	51.355.383	51.104.717

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor, apresentava o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

	30-06-2023			
	Metodologia de apuramento do justo valor			Total
	Cotações em mercado ativo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2)	(Nível 3)	
Ativo				
Ativos financeiros detidos para negociação	-	789.029	40.863	829.892
Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados	-	-	27.700	27.700
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	175.412	4.185.849	181.590	4.542.851
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	567.347	-	567.347
	175.412	5.542.225	250.153	5.967.790
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	789.239	41.918	831.157
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	4.974	-	4.974
	-	794.213	41.918	836.131

	31-12-2022			
	Metodologia de apuramento do justo valor			Total
	Cotações em mercado ativo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2)	(Nível 3)	
Ativo				
Ativos financeiros detidos para negociação	-	449.720	48.383	498.103
Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados	-	-	31.020	31.020
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	174.049	4.106.340	143.008	4.423.397
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	601.827	-	601.827
	174.049	5.157.887	222.411	5.554.347
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	458.587	49.470	508.057
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	183.771	-	183.771
	-	642.358	49.470	691.828

Para apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros, os métodos de valorização utilizados consistiram na obtenção de cotações em mercados ativos ou em outras técnicas de valorização, nomeadamente através de atualização de fluxos de caixa futuros.

O valor justo valor dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, apresentava o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

	30-06-2023			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado ativo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2) (Nível 3)		Total
<u>Ativo</u>				
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	-	8.042.370	-	8.042.370
Ativos financeiros pelo custo amortizado	-	683.025	38.050.085	38.733.110
	-	8.725.395	38.050.085	46.775.480
<u>Passivo</u>				
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Depósitos	-	6.119.972	37.235.166	43.355.138
Títulos de dívida emitidos	-	2.609.209	2.178.761	4.787.970
Outros passivos financeiros	-	-	276.749	276.749
	-	8.729.181	39.690.676	48.419.857
<u>Passivo</u>				
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Depósitos	-	6.921.998	39.050.079	45.972.077
Títulos de dívida emitidos	-	1.856.942	2.226.538	4.083.480
Outros passivos financeiros	-	-	357.332	357.332
	-	8.778.940	41.633.949	50.412.889

	31-12-2022			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado ativo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2) (Nível 3)		Total
<u>Ativo</u>				
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	-	8.404.085	-	8.404.085
Ativos financeiros pelo custo amortizado	-	505.351	39.551.555	40.056.906
	-	8.909.436	39.551.555	48.460.991
<u>Passivo</u>				
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Depósitos	-	6.921.998	39.050.079	45.972.077
Títulos de dívida emitidos	-	1.856.942	2.226.538	4.083.480
Outros passivos financeiros	-	-	357.332	357.332
	-	8.778.940	41.633.949	50.412.889

Para apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, os métodos de valorização utilizados consistiram na atualização de fluxos de caixa futuros.

A valorização ao justo valor dos ativos e passivos financeiros do Banco compreende três níveis nos termos da IFRS 7 e da IFRS 13:

- Nível 1 – Instrumentos financeiros registados a justo valor com base em cotações publicadas em mercados ativos, compreendendo maioritariamente dívida pública e alguma dívida privada.

- Nível 2 – Instrumentos financeiros registados a justo valor mediante a utilização de preços transacionados em mercado que não estão ativos ou para os quais é necessário utilizar modelos ou técnicas de avaliação com inputs que podem ser observados no mercado, quer de forma direta (como os preços) quer indireta (derivadas dos preços). Nesta categoria estão incluídos alguns títulos da carteira de outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral mensurados com *bids* indicativos de mercado ou com base em modelos de valorização internos e os instrumentos financeiros derivados de cobertura e de negociação. De salientar que os modelos de valorização internos utilizados correspondem maioritariamente a modelos de atualização de *cash flows* futuros e a metodologias de valorização baseadas no modelo “*Black-Scholes*” para as opções e produtos estruturados. Os modelos de atualização de *cash flows* futuros (“método do valor presente”) atualizam os fluxos contratuais futuros utilizando as curvas de taxa de juro de cada moeda observáveis em mercado, adicionadas do *spread* de crédito do emitente ou da entidade com *rating* similar.

Para os instrumentos financeiros derivados, são apresentadas de seguida as principais técnicas de valorização:

Instrumento financeiro derivado	Principais técnicas de valorização
Forwards	Método do valor presente
Swaps de taxa de juro	Método do valor presente
Swaps de divisas	Método do valor presente
Swaps sobre cotações	Método do valor presente
Opções de moeda	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo
Opções sobre cotações	Modelo Black-Scholes, Modelo Heston
Opções de taxa de juro	Modelo Black-Scholes, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Opções - outras	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Caps/Floors	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton

O Banco procede ao cálculo do “*Credit Value Adjustment*” (CVA) e do “*Debit Value Adjustment*” (DVA) para os derivados detidos para negociação e derivados de cobertura numa ótica de exposição agregada por contraparte. Nesta é simulada a evolução da exposição conjunta de todos os derivados, com determinada contraparte, através de processos estocásticos. Esta evolução é agrupada em prazos temporais que representam as exposições esperadas futuras positivas e negativas (*Positive and Negative Expected Future Exposures*). A estas exposições é aplicado um fator de perda esperada e o fator de desconto do prazo respetivo. O CVA e DVA apurados para cada contraparte resultam então do somatório das perdas esperadas em cada prazo.

Adicionalmente, para efeitos de apuramento dos *Credit Value Adjustments* e dos *Debit Value Adjustments* aos instrumentos financeiros derivados, foram utilizados os seguintes *inputs*:

- Contrapartes com *credit default swaps* cotados – Cotações publicadas em mercados ativos;
 - Contrapartes sem *credit default swaps* cotados:
 - Cotações publicadas em mercados ativos para contrapartes com risco similar; ou
 - Probabilidade de default apurada tendo em conta o rating interno atribuído ao cliente (ver secção risco de crédito deste anexo) x loss given default (específica para clientes de project finance e 60% para outros clientes).
- Nível 3 – O Banco classifica neste nível os instrumentos financeiros que são mensurados através de modelos internos com alguns *inputs* que não correspondem a dados observáveis de mercado. Nesta categoria foram classificados, nomeadamente, títulos não cotados em mercados ativos para os quais o Banco utiliza extrapolações de dados de mercado e os derivados efetuados no âmbito das operações de titularização.

Os principais pressupostos utilizados no apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado, por tipo de instrumento financeiro, foram os seguintes:

- Os cash flows futuros das aplicações e recursos de instituições de crédito foram descontados utilizando as curvas de taxas de juro para o mercado monetário;
- Para efeitos do desconto dos fluxos futuros da carteira de crédito a clientes, o justo valor do crédito concedido foi determinado tendo em consideração o spread médio da produção efetuada no último trimestre do ano;
- Para os depósitos à ordem de clientes foi considerado que o justo valor era igual ao valor de balanço;
- No caso das responsabilidades representadas por títulos, foi efetuado o desconto dos cash flows futuros considerando as condições de mercado exigíveis para emissões semelhantes no final do ano;
- No caso dos passivos subordinados, para desconto dos cash flows futuros, foram consideradas taxas de juro de mercado praticadas em emissões semelhantes.

No primeiro semestre de 2023 e no exercício de 2022, o movimento ocorrido nos instrumentos financeiros classificados no Nível 3 foi como segue:

	Ativos financeiros detidos para negociação	Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através de resultados	Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral
Em 31 de dezembro de 2021	25.234	99.167	73.665
Aquisições	-	463	2.103
Alienações	-	-	(1.871)
Reembolsos	-	(83.099)	-
Reclassificações	-	-	(2.577)
Alterações de justo valor	23.149	14.489	71.688
Em 31 de dezembro de 2022	48.383	31.020	143.008
Aquisições	-	26	1.081
Alienações	-	-	(999)
Reembolsos	-	(4.316)	-
Reclassificações	-	-	38.500
Alterações de justo valor	(7.520)	970	-
Em 30 de junho de 2023	40.863	27.700	181.590

As curvas de taxas de juro para os prazos e moedas mais representativas utilizadas na valorização dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

	30-06-2023		31-12-2022	
	EUR	USD	EUR	USD
Overnight	3,66%	5,49%	1,74%	4,65%
1 mês	3,67%	5,50%	1,74%	4,66%
3 meses	3,76%	5,55%	2,12%	4,77%
6 meses	3,90%	5,64%	2,69%	4,97%
9 meses	3,99%	5,68%	3,03%	5,08%
1 ano	4,02%	5,65%	3,23%	5,12%
3 anos	3,62%	4,63%	3,31%	4,34%
5 anos	3,26%	4,17%	3,23%	4,03%
7 anos	3,09%	3,96%	3,20%	3,90%
10 anos	3,00%	3,82%	3,20%	3,83%

Contabilidade de cobertura

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os derivados de cobertura e os instrumentos financeiros designados como elementos cobertos, apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2023					
	Elemento coberto				Instrumento de cobertura	
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor						
Ativos financeiros pelo custo amortizado	2.825.505	2.829.350	(175.469)	2.653.881	2.825.505	169.466
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	4.146.000	4.235.756	(382.340)	3.853.416	5.946.000	397.823
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado						
Depósitos- clientes	(129.620)	(129.727)	4.379	(125.348)	129.798	(4.779)
Títulos de dívida emitidos	(7.799)	(8.114)	430	(7.684)	7.799	(137)
	<u>6.834.086</u>	<u>6.927.265</u>	<u>(553.000)</u>	<u>6.374.265</u>	<u>8.909.102</u>	<u>562.373</u>
	31-12-2022					
	Elemento coberto				Instrumento de cobertura	
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor						
Ativos financeiros pelo custo amortizado	3.218.057	3.230.941	(198.505)	3.032.436	3.218.057	183.717
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	4.151.701	4.234.233	(411.799)	3.822.434	7.446.000	408.716
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado						
Depósitos- clientes	(357)	(362)	(1)	(363)	357	4
Títulos de dívida emitidos	(7.942)	(8.217)	488	(7.729)	7.942	(234)
Cobertura de fluxos de caixa						
Ativos financeiros pelo custo amortizado	10.000.000	10.000.000	-	10.000.000	10.000.000	(174.147)
	<u>17.361.459</u>	<u>17.456.595</u>	<u>(609.817)</u>	<u>16.846.778</u>	<u>20.672.356</u>	<u>418.056</u>

Cobertura de fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2022, os períodos esperados para ocorrência dos *cash flows* que afetarão os resultados do período apresentam o seguinte detalhe:

	31-12-2022					Total
	Até 3 meses	De 3 meses e seis meses	De 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	
Swaps taxa de juro	(16.728)	(157.419)	-	-	-	(174.147)

Os ganhos e perdas reconhecidos nas demonstrações dos resultados em 30 de junho de 2023 e 2022, com operações de cobertura de justo valor, apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2023			31-12-2022		
	Elemento Coberto	Instrumento de cobertura	Líquido	Elemento Coberto	Instrumento de cobertura	Líquido
Ativos financeiros pelo custo amortizado	23.019	(23.019)	-	(136.103)	136.103	-
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	27.930	(27.930)	-	(437.312)	437.312	-
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado						
Depósitos- clientes	4.380	(4.380)	-	38	(38)	-
Títulos de dívida emitidos	(57)	57	-	355	(355)	-
	55.272	(55.272)	-	(573.022)	573.022	-

GESTÃO DE RISCOS

RISCO DE CRÉDITO

A gestão do risco de crédito no Banco abrange a identificação, medição, integração e avaliação das diferentes exposições creditícias e a análise da sua rentabilidade ajustada ao risco respetivo, tanto numa perspetiva global, como dentro de cada área de atividade.

A gestão do risco de crédito é assegurada por um órgão independente, a Área de Riscos, que é responsável nomeadamente pela gestão do sistema de vigilância especial de clientes, pela segmentação do risco de crédito em função das características dos clientes e dos produtos, e pelos sistemas de *scoring* (aplicáveis a operações de crédito à habitação, crédito ao consumo e cartões de crédito e negócios) e *rating* utilizados no Banco.

O risco de contraparte consiste no risco de crédito latente em transações nos mercados financeiros correspondendo à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para o Banco. Os tipos de transações abrangidas incluem a compra e venda de títulos, a contratação de operações de venda com acordo de recompra, empréstimos de títulos e instrumentos derivados. Tendo em conta a elevada complexidade e volume de transações, bem como os requisitos necessários para um adequado controlo dos riscos consolidados em determinados segmentos de clientes, o perímetro de controlo é definido de acordo com os segmentos abrangidos.

O controlo destes riscos é efetuado numa base diária de acordo com um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados, a atualização de posições em tempo real, e que providencia a informação de disponibilidade de limites e exposição agregada, também em tempo real, para os diferentes produtos e maturidades. O sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal (a diversos níveis) a concentração de riscos por grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivativos (denominado Risco Equivalente de Crédito) é calculado como correspondendo à soma do valor presente de cada contrato (ou custo atual de substituição) com o respetivo Risco Potencial, componente que reflete uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos fatores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada. O risco de crédito em posições de derivativos é capturado através do apuramento do CVA/DVA.

Para determinados segmentos de clientes (nomeadamente clientes corporativos globais) destaca-se a implementação de limites por capital económico, incorporando no controlo quantitativo as variáveis associadas à qualidade creditícia de cada contraparte.

As análises de risco para clientes ou grupos económicos onde o Banco tem uma exposição superior a 500.000 euros são efetuadas por analistas de riscos que acompanham os clientes e suportadas por modelos de *rating* desenvolvidos pelo Banco e aprovados pelas entidades reguladoras. Estes modelos são de elaboração obrigatória. A atribuição de vários níveis de *rating* interno, que variam de 1,0 a 9,3, tem subjacente o grau de risco inerente ao cliente e uma probabilidade de *default* a um ano que o Banco monitoriza e calibra de forma constante e regular.

Em termos concretos o *rating* é determinado pela análise dos seguintes fatores, aos quais são atribuídos uma classificação de 1,0 (mínimo) a 9,3 (máximo), de acordo com a seguinte ponderação:

<u>Apartado</u>	<u>Ponderadores</u>
. Procura/Mercado;	20%
. Sócios/Gestão;	15%
. Acesso ao crédito;	10%
. Rentabilidade;	15%
. Geração de fluxos;	25%
. Solvência.	15%

O *rating* é calculado pelos analistas, tendo como suporte informação fornecida pelo cliente, informação geral sobre o setor e bases de dados externas. O *rating* final é introduzido em cada uma das áreas de valoração no sistema informático do Banco.

Desta forma, o sistema de *rating* interno do Banco pode ser interpretado da seguinte forma:

- Rating* 1,0 – 3,9: Cliente com probabilidade de *default* elevada;
- Rating* 4,0 – 6,0: Cliente com probabilidade de *default* moderada;
- Rating* 6,1 – 9,3: Cliente com probabilidade de *default* reduzida.

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a exposição máxima ao risco de crédito e o respectivo valor de balanço dos instrumentos financeiros apresentava o seguinte detalhe:

	30-06-2023		31-12-2022	
	Valor de balanço	Exposição máxima	Valor de balanço	Exposição máxima
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	8.053.513	8.053.513	8.407.985	8.407.985
Ativos financeiros detidos para negociação	829.892	829.892	498.103	498.103
Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados	27.700	27.700	31.020	31.020
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	4.542.851	4.542.851	4.423.397	4.423.397
Ativos financeiros pelo custo amortizado	39.180.793	46.471.040	40.850.964	48.895.288
Derivados - Contabilidade de cobertura	567.347	567.347	601.827	601.827
	<u>53.202.096</u>	<u>60.492.343</u>	<u>54.813.295</u>	<u>62.857.619</u>
Garantias prestadas (Nota 23)				
Garantias e avals financeiras	348.498	348.498	340.191	340.191
Garantias e avals não financeiras	1.535.999	1.535.999	1.485.832	1.485.832
Créditos documentários abertos	264.178	264.178	242.819	242.819
	<u>2.148.675</u>	<u>2.148.675</u>	<u>2.068.842</u>	<u>2.068.842</u>

A exposição máxima em "Ativos financeiros pelo custo amortizado" é a seguinte:

	30-06-2023	31-12-2022
Valor de balanço	39.180.793	40.850.964
Outros compromissos concedidos (Nota 23):		
Revogáveis	6.641.454	7.232.184
Irrevogáveis	648.793	812.140
Exposição máxima	<u>46.471.040</u>	<u>48.895.288</u>

Perdas por imparidade

O cálculo da Expected Credit Loss (ECL) incorpora uma perspetiva *Forward Looking* através da inclusão de cenários macroeconómicos (otimista, base e ácido) nos modelos de PD e LGD aplicando-se a cada cenário determinada probabilidade de ocorrência. Os cenários são atualizados pelo menos uma vez por ano e espelham o comportamento de variáveis macroeconómicas utilizadas nos modelos de *stress*. As principais projeções macroeconómicas usadas no fecho de 2022 e no primeiro semestre de 2023 foram as seguintes:

	2022	2023	2024	2025	2026
PIB (var. anual)					
<i>Cenário Base</i>	6,70%	0,00%	1,30%	1,70%	2,00%
<i>Cenário Otimista</i>	6,80%	0,70%	1,70%	2,10%	2,40%
<i>Cenário Ácido</i>	6,50%	-1,80%	0,30%	0,90%	1,20%
Desemprego (var. anual)					
<i>Cenário Base</i>	6,00%	7,70%	8,20%	7,70%	7,10%
<i>Cenário Otimista</i>	6,00%	7,60%	7,90%	7,30%	6,80%
<i>Cenário Ácido</i>	6,00%	7,90%	8,60%	8,20%	7,70%
Preços Imobiliários (var. anual)					
<i>Cenário Base</i>	13,80%	0,60%	0,30%	2,30%	4,50%
<i>Cenário Otimista</i>	14,00%	1,40%	1,10%	3,00%	5,20%
<i>Cenário Ácido</i>	13,50%	-0,90%	-1,20%	0,80%	2,90%
CPI (var. anual)					
<i>Cenário Base</i>	7,80%	6,70%	4,70%	3,00%	2,00%
<i>Cenário Otimista</i>	8,20%	7,50%	5,30%	3,50%	2,60%
<i>Cenário Ácido</i>	7,50%	5,90%	3,90%	2,60%	2,00%
Obrigações do Tesouro 10a					
<i>Cenário Base</i>	2,42%	3,03%	3,20%	3,37%	3,53%
<i>Cenário Otimista</i>	2,34%	2,71%	2,83%	2,97%	3,10%
<i>Cenário Ácido</i>	2,47%	3,27%	3,48%	3,69%	3,87%

O Cenário Base pressupõe uma estagnação da economia em 2023, motivada pela erosão do poder de compra tanto no mercado nacional, tendo em conta os efeitos da subida das taxas de juro e a crise energética, como nos mercados emissores do turismo, verificando-se uma recuperação lenta nos anos seguintes. O Cenário Otimista caracteriza-se por uma moderação da atividade económica em 2023, com a economia a mitigar o impacto da redução do poder de comprar fruto da elevada inflação e subida das taxas de juro, com a execução do PRR. O Cenário Pessimista caracteriza-se por uma contração da atividade em 2023 seguida por uma recuperação débil em 2024, despoletado pela diminuição do poder compra das famílias, provocando uma travagem acentuada da procura, combinada pela fraca execução do PRR.

Para efeito de análise de sensibilidade, é assumida uma ponderação de 100% nos cenários extremos. Em cenário ácido a 100% o impacto na imparidade seria de +23,6 milhões de euros (+77,1 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021), em cenário otimista a 100% de -18,8 milhões de euros (-43 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021), o que representa um impacto sobre o total das imparidades registadas no fecho de 2022 de +2,4% e -1,9% (+7.3% e -4% ao fecho de 2021), respetivamente.

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a concentração por sector de atividade para a carteira de empréstimos e adiantamentos ao custo amortizado, é a seguinte:

Setor de atividade	30-06-2023			% Concentração
	Valor Bruto	Imparidade	Valor balanço	
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	287.879	(16.048)	271.831	0,76%
Indústrias extrativas	15.459	(1.140)	14.319	0,04%
Indústrias transformadoras	1.828.824	(149.436)	1.679.388	4,70%
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	307.255	(496)	306.759	0,86%
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento gestão de resíduos e despoluição	49.089	(2.201)	46.888	0,13%
Construção	998.981	(83.237)	915.744	2,56%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	1.877.129	(101.512)	1.775.617	4,97%
Transportes e armazenagem	512.497	(29.332)	483.165	1,35%
Alojamento, restauração e similares	1.073.924	(67.143)	1.006.781	2,82%
Atividades de informação e de comunicação	96.624	(2.983)	93.641	0,26%
Atividades Imobiliárias	1.266.697	(39.290)	1.227.407	3,43%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	579.472	(22.591)	556.881	1,56%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	299.633	(38.125)	261.508	0,73%
Administração pública e defesa; Segurança social obrigatória	421	(1)	420	0,00%
Educação	70.547	(1.340)	69.207	0,19%
Atividades de saúde humana e apoio social	236.569	(3.364)	233.205	0,65%
Atividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	72.565	(9.480)	63.085	0,18%
Outras atividades de serviços	526.808	(18.030)	508.778	1,42%
Empréstimos e adiantamentos- Instituições financeiras	588.272	(872)	587.400	1,64%
Empréstimos e adiantamentos- Setor público	1.105.146	(9.548)	1.095.598	3,07%
Particulares:				
. Habitação	22.597.466	(202.113)	22.395.353	62,66%
. Consumo e outras finalidades	2.330.227	(179.487)	2.150.740	6,02%
	36.721.484	(977.769)	35.743.715	100,00%

Setor de atividade	31-12-2022			
	Valor Bruto	Imparidade	Valor balanço	% Concentração
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	285.277	(15.991)	269.286	0,72%
Indústrias extrativas	19.379	(1.754)	17.625	0,05%
Indústrias transformadoras	1.949.894	(160.369)	1.789.525	4,79%
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	379.415	(479)	378.936	1,01%
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento gestão de resíduos e despoluição	50.091	(1.929)	48.162	0,13%
Construção	1.000.015	(80.412)	919.603	2,46%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	1.913.839	(103.205)	1.810.634	4,84%
Transportes e armazenagem	557.596	(29.302)	528.294	1,41%
Alojamento, restauração e similares	1.191.371	(63.194)	1.128.177	3,02%
Atividades de informação e de comunicação	95.004	(2.893)	92.111	0,25%
Atividades Imobiliárias	1.259.250	(39.062)	1.220.188	3,26%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	844.902	(22.104)	822.798	2,20%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	310.967	(31.570)	279.397	0,75%
Administração pública e defesa; Segurança social obrigatória	780	(2)	778	0,00%
Educação	73.699	(1.381)	72.318	0,19%
Atividades de saúde humana e apoio social	259.222	(3.353)	255.869	0,68%
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	77.402	(10.495)	66.907	0,18%
Outras atividades de serviços	552.219	(19.327)	532.892	1,43%
Empréstimos e adiantamentos- Instituições financeiras	830.028	(1.062)	828.966	2,22%
Empréstimos e adiantamentos- Setor público	1.055.038	(9.969)	1.045.069	2,80%
Particulares:				
. Habitação	23.254.352	(185.805)	23.068.547	61,71%
. Consumo e outras finalidades	2.361.270	(157.788)	2.203.482	5,89%
	38.321.010	(941.446)	37.379.564	100,00%

De acordo com os requisitos definidos na Instrução nº 4/2018 do Banco de Portugal, o Banco passou a publicar as "exposições não produtivas" (*Non Performing Exposures*) e as "exposições diferidas" (*Forborne exposures*).

Neste sentido em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 as exposições produtivas e não produtivas apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2023			31-12-2022		
	Valor de bruto	Imparidade	Cobertura	Valor de bruto	Imparidade	Cobertura
Exposições produtivas	39.054.775	(334.931)	0,9%	40.708.982	(339.130)	0,8%
Exposições não produtivas						
. Crédito titulado	-	-	-	1.255	(1.239)	98,7%
. Particulares	406.914	(225.752)	55,5%	361.434	(195.687)	54,1%
. Empresas	699.384	(419.598)	60,0%	725.589	(410.240)	56,5%
	<u>1.106.298</u>	<u>(645.350)</u>		<u>1.088.278</u>	<u>(607.166)</u>	
	<u>40.161.073</u>	<u>(980.281)</u>		<u>41.797.260</u>	<u>(946.296)</u>	

O grau de cobertura das exposições não produtivas líquidas de imparidade por garantias reais apresentava a seguinte composição:

	30-06-2023			31-12-2022		
	Valor de balanço	Colaterais	Cobertura	Valor de balanço	Colaterais	Cobertura
Exposições não produtivas						
. Crédito titulado	-	-	-	16	-	-
. Particulares	181.162	121.902	67,3%	165.747	114.458	69,1%
. Empresas	279.786	180.161	64,4%	315.349	214.876	68,1%
	<u>460.948</u>	<u>302.063</u>		<u>481.112</u>	<u>329.334</u>	

Exposições diferidas

De acordo com a Instrução nº 04/2018 do Banco de Portugal as instituições devem proceder à identificação e marcação, nos respetivos sistemas de informação, dos contratos de crédito de um cliente em situação de dificuldades financeiras, sempre que se verifiquem modificações aos termos e condições desses contratos (nomeadamente, alargamento do prazo de reembolso, introdução de períodos de carência, capitalização de juros, redução das taxas de juro, perdão de juros ou capital) ou a instituição contrate novas facilidades de crédito para liquidação (total ou parcial) do serviço de dívida existente.

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 as exposições diferidas tem o seguinte detalhe:

	30-06-2023			31-12-2022		
	Valor de bruto	Imparidade	Cobertura	Valor de bruto	Imparidade	Cobertura
Exposições produtivas	466.591	(46.328)	9,9%	412.339	(42.441)	10,3%
Exposições não produtivas						
. Particulares	150.084	(71.920)	47,9%	147.939	(69.367)	46,9%
. Empresas	422.545	(229.376)	54,3%	443.034	(224.701)	50,7%
	<u>572.629</u>	<u>(301.296)</u>		<u>590.973</u>	<u>(294.068)</u>	
	<u>1.039.220</u>	<u>(347.624)</u>		<u>1.003.312</u>	<u>(336.509)</u>	

RISCO DE LIQUIDEZ

A política de gestão de liquidez do balanço é decidida no órgão de 1º nível da estrutura organizacional responsável pelo *Asset and Liability Management (ALM)*, o Comité de Ativos e Passivos (ALCO), presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, que integra os administradores responsáveis pelas áreas Financeira, Tesouraria e Comercial. As reuniões do Comité têm periodicidade mensal e nelas são analisados os riscos do balanço e decididas as opções estratégicas.

Para a área de ALM são definidos os seguintes limites de gestão de balanço:

- Limites orientados para o controlo do risco de taxa de juro, nomeadamente, a sensibilidade da margem financeira (NIM) e a sensibilidade do valor patrimonial (MVE) a variações não esperadas da taxa de juro; e
- Limites orientados para o controlo do risco de liquidez através dos indicadores, coeficiente de liquidez e iliquidez líquida acumulada.

A política de financiamento do Banco considera a evolução dos agregados do balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de ativos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à atividade de *funding*.

De referir que não é realizada pelo Banco qualquer análise de risco de liquidez para os instrumentos financeiros de negociação (*trading*).

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os *cash flows* previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2023							Derivados	Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado		
<u>Ativo</u>									
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	844.773	42.519	186.300	496.346	7.730.913	-	-	-	9.300.851
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	829.892	829.892
Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados	-	-	-	-	-	-	27.700	-	27.700
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	2	73.304	61.764	2.066.214	251.908	2.643.323	189.811	-	5.286.326
Ativos financeiros pelo custo amortizado	446.605	2.572.559	6.306.527	12.397.888	7.784.740	20.815.823	-	-	50.324.142
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	567.347	567.347
Investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>1.291.380</u>	<u>2.688.382</u>	<u>6.554.591</u>	<u>14.960.448</u>	<u>15.767.561</u>	<u>23.459.146</u>	<u>217.511</u>	<u>1.397.239</u>	<u>66.336.258</u>
<u>Passivo</u>									
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	831.157	831.157
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado									
Depósitos - bancos centrais	72	-	784.339	-	-	-	-	-	784.411
Depósitos - instituições de crédito	983.590	756.523	2.966.748	865.537	-	-	-	-	5.572.398
Depósitos - clientes e outros empréstimos	23.535.500	5.400.080	6.877.406	1.038.070	439.171	100.232	-	-	37.390.459
Titulos de dívida emitidos	-	106.157	1.478.354	906.412	2.644.096	401.190	-	-	5.536.209
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	4.974	4.974
	<u>24.519.162</u>	<u>6.262.760</u>	<u>12.106.847</u>	<u>2.810.019</u>	<u>3.083.267</u>	<u>501.422</u>	<u>-</u>	<u>836.131</u>	<u>50.119.608</u>

	31-12-2022								Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Derivados	
Ativo									
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	562.589	-	-	-	7.850.236	-	-	-	8.412.825
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	498.103	498.103
Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados	-	-	-	-	-	-	31.020	-	31.020
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	2	60.218	214.894	300.225	4.386.221	273.992	149.097	-	5.384.649
Ativos financeiros pelo custo amortizado	414.386	2.407.415	6.310.989	11.525.034	5.396.766	21.645.465	-	-	47.700.055
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	601.827	601.827
Investimentos filiais, empreendimentos conjuntos e associadas	-	-	-	-	-	-	41.468	-	41.468
	976.977	2.467.633	6.525.883	11.825.259	17.633.223	21.919.457	221.585	1.099.930	62.669.947
Passivo									
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	508.058	508.058
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado									
Depósitos - bancos centrais	87	-	3.713.694	744.778	-	-	-	-	4.458.559
Depósitos - instituições de crédito	737.192	980.118	1.140.745	-	-	-	-	-	2.858.055
Depósitos - clientes e outros empréstimos	25.090.156	6.146.532	5.887.944	1.267.576	710.608	52.121	-	-	39.154.937
Títulos de dívida emitidos	-	70.760	374.564	1.943.114	1.274.294	1.084.116	-	-	4.746.848
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	183.771	183.771
	25.827.435	7.197.410	11.116.947	3.955.468	1.984.902	1.136.237	-	691.829	51.910.228

O apuramento dos *cash flows* previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pelo Banco na gestão e controlo da liquidez decorrente da sua atividade, nomeadamente:

- Os fluxos previsionais de ativos e passivos com remuneração variável associada à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro *forward*;
- Os instrumentos financeiros classificados como “não estruturais” foram considerados como exigíveis “à vista” (caixa, disponibilidades em instituições de crédito). Os instrumentos de capital registados como ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral, foram considerados com maturidade indeterminada. Os ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através de resultados e ativos e passivos detidos para negociação, foi considerado o justo valor como o seu valor transacional exigível à vista, dado que a gestão tem por base o controlo quanto à exposição ao risco de mercado;
- As operações referentes a linhas de crédito sem data de vencimento definida ou periodicamente renováveis, nomeadamente descobertos bancários e linhas de crédito em conta corrente, foram consideradas com uma maturidade média de 25 meses;
- Para os passivos subordinados foi considerada a data em que o Banco pode proceder ao reembolso antecipado das obrigações que constituem aquela rubrica;
- Os fluxos previsionais referentes a depósitos à ordem foram considerados como exigíveis à vista.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado consiste genericamente na variação potencial do valor de um instrumento financeiro em virtude de variações não antecipadas de variáveis de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio, *spreads* de crédito, preços de instrumentos de capital, metais preciosos e mercadorias.

A metodologia padrão aplicada para a atividade de negociação do Banco consiste no Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base o padrão de Simulação Histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, sendo aplicados ajustes estatísticos que permitam incluir os acontecimentos mais recentes e que condicionam os níveis de risco assumidos.

O VaR calculado representa uma estimativa diária da perda potencial máxima em condições normais de mercado (individualmente por carteiras/áreas de negócio e para a globalidade das posições), dentro dos pressupostos definidos na construção do modelo.

Simultaneamente estão implementadas outras medidas que permitem um controlo adicional do risco de mercado. Para condições anormais de mercado procede-se à análise de cenários (*Stress Testing*), que consiste em definir cenários extremos para o comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respetivo impacto potencial nos resultados. Em suma, a análise de cenários procura identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

Paralelamente, é efetuado um acompanhamento diário das posições, sendo realizado um controlo exaustivo das mudanças que ocorrem nas carteiras, com vista a detetar as eventuais incidências que possam existir para a sua correção. A elaboração diária da conta de resultados tem assim como objetivo identificar o impacto das variações nas variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

O Banco utiliza igualmente medidas de sensibilidade e posições equivalentes. No caso da taxa de juro utiliza-se o BPV (Basis Point Value) – impacto estimado em resultados por movimentos paralelos nas curvas de taxa de juro. Para o controlo das atividades de derivados, devido ao seu caráter atípico, são realizadas diariamente medidas de sensibilidade específicas, nomeadamente o cálculo e análise de sensibilidades aos movimentos de preço do subjacente (delta e gamma), da volatilidade (vega) e do tempo (theta).

Existem limites quantitativos utilizados para as carteiras de negociação, que se classificam em dois grupos, em função dos seguintes objetivos:

- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas potenciais futuras (VaR, Posições equivalentes e sensibilidades); e
- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas efetivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período (*Loss Triggers* e *Stop Losses*).

No que se refere ao risco estrutural de taxa de juro, a sua medição é feita através da modelação das posições de ativos e passivos sensíveis a variações de taxa de juro de acordo com a sua estrutura de indexantes e de repreciação. Este modelo permite medir e controlar o risco originado pelo movimento da curva de rendimentos, nomeadamente o seu impacto na margem financeira e no valor patrimonial do balanço do Banco. Complementarmente, são calculados outros indicadores de risco, como o Valor em Risco (VaR) e a análise de cenários (*Stress Test*).

O risco de liquidez é medido e controlado através da modelização dos fluxos de pagamentos e recebimentos presentes e futuros, bem como pela realização de exercícios de análise de cenários que procuram identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas. Paralelamente, são calculados rácios sobre as posições de balanço que atuam como indicadores das necessidades de liquidez estrutural e de curto prazo.

RISCO DE TAXA DE JURO

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro apresentava o seguinte detalhe:

	30-06-2023				
	Exposição a		Não remunerado	Derivados	Total
	Taxa fixa	Taxa variável			
<u>Ativo</u>					
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	-	7.519.342	534.171	-	8.053.513
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	829.892	829.892
Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados	-	-	27.700	-	27.700
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	4.251.567	-	291.284	-	4.542.851
Ativos financeiros pelo custo amortizado	7.342.864	32.516.344	(678.416)	-	39.180.792
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	567.347	567.347
	11.594.431	40.035.686	174.739	1.397.239	53.202.095
<u>Passivo</u>					
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	831.157	831.157
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado					
Depósitos - bancos centrais	-	692.102	1.200	-	693.302
Depósitos - instituições de crédito	3.982.985	1.438.912	595	-	5.422.492
Depósitos - clientes e outros empréstimos	14.304.983	22.979.450	13.550	-	37.297.983
Titulos de dívida emitidos	3.711.598	1.324.244	(26.117)	-	5.009.725
Outros passivos financeiros	-	-	276.749	-	276.749
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	4.974	4.974
	21.999.566	26.434.708	265.977	836.131	49.536.382
<u>31-12-2022</u>					
	Exposição a		Não remunerado	Derivados	Total
	Taxa fixa	Taxa variável			
<u>Ativo</u>					
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	-	7.850.256	557.729	-	8.407.985
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	498.103	498.103
Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados	-	-	31.020	-	31.020
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	4.252.067	391	170.939	-	4.423.397
Ativos financeiros pelo custo amortizado	7.743.798	33.843.854	(736.688)	-	40.850.964
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	601.827	601.827
	11.995.865	41.694.501	23.000	1.099.930	54.813.296
<u>Passivo</u>					
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	508.057	508.057
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado					
Depósitos - bancos centrais	4.113.714	-	-	-	4.113.714
Depósitos - instituições de crédito	166.946	2.647.112	354	-	2.814.412
Depósitos - clientes	14.302.686	24.753.230	5.698	-	39.061.614
Titulos de dívida emitidos	2.961.741	1.370.753	(16.011)	-	4.316.483
Outros passivos financeiros	-	-	357.332	-	357.332
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	183.771	183.771
	21.545.087	28.771.095	347.373	691.828	51.355.383

Instrumentos financeiros – não negociação

A metodologia de cálculo da sensibilidade do valor patrimonial é realizada através da simulação da variação do valor de mercado dos ativos e passivos, com base em deslocamentos de 100 *basis points* (*bp's*) na curva de taxa de juro *forward*. Esta metodologia assume os seguintes parâmetros e pressupostos:

- São identificados todos os ativos e passivos sensíveis a variações das taxas de juro, ou seja, cujo valor e respetiva contribuição para a margem financeira podem sofrer alterações decorrentes de variações das taxas de mercado;
- Os ativos e passivos são agrupados em agregados homogêneos de acordo com a sua exposição ao risco de taxa de juro;
- Para cada operação (contrato) sensível são calculados os fluxos futuros devidamente distribuídos pelas datas de repreciação (taxa variável) ou data de vencimento (taxa fixa);
- Por cada agregado definido anteriormente agrupam-se as operações por datas de repreciação/vencimento;
- Definem-se os intervalos temporais pretendidos para medição do *gap* de taxas de juro;
- Por cada agregado, agrupam-se os fluxos em função dos intervalos criados;
- Para cada produto considerado sensível, mas que não tenha prazo de vencimento definido estimam-se parâmetros de distribuição segundo modelos de comportamento previamente estudados; e
- Para cada intervalo é calculado o total dos fluxos ativos e passivos e por diferença entre os mesmos, o *gap* de risco de taxa de juro de cada intervalo.

O *gap* de taxa de juro permite fazer uma aproximação da sensibilidade do valor patrimonial e da margem financeira face a variações das taxas de mercado. Esta aproximação tem os seguintes pressupostos:

- Os volumes mantêm-se sempre no balanço e renovam-se automaticamente;
- Pressupõe variações paralelas na curva de taxas de juro, não considerando a possibilidade de movimentos concretos para diferentes prazos da curva de taxas de juro; e
- Não considera as diferentes elasticidades entre os vários produtos.

Na perspetiva da variação do valor patrimonial, as subidas das taxas de juro implicam uma diminuição de valor nos intervalos com *gaps* positivos e um incremento de valor nos *gaps* negativos. As descidas das taxas de juro têm um efeito contrário.

Pressupostos genéricos desta análise de sensibilidade de taxa de juro

- Evolução do balanço – assume-se um balanço estático, segundo o qual os montantes dos contratos que não têm uma data fixa de vencimento ou se pressupõe a sua renovação, são substituídos por novas operações do mesmo montante, de modo a que os saldos de balanço se mantenham constantes durante o período em análise;
- Vencimentos e repreciações – consideram-se as datas de vencimento e repreciação reais das operações. Os ativos e passivos cuja contribuição para a margem financeira e cujo valor patrimonial não se altera perante variações das taxas de juro são considerados não sensíveis;
- Indexantes – considera-se os indexantes definidos contratualmente e utiliza-se para simulação a curva *spot* da data de análise com a curva *forward* subjacente; e
- Características das novas operações “*New Business*” (Prazo, repreciação, volumes, *spread*, indexante, etc.) – utilizam-se as condições inscritas no orçamento para cada produto. Quando estas características começam a ficar fora de mercado para determinados produtos utilizam-se as condições médias praticadas no último mês ou as novas diretrizes comerciais para cada um dos produtos em causa.

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros do Banco a variações positivas e negativas de 100 *basis points* (bp's) para o horizonte temporal de um ano correspondia a:

	30-06-2023		31-12-2022	
	Variação +100 bp's	Variação -100 bp's	Variação +100 bp's	Variação -100 bp's
Ativo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	(4.525)	4.432	(2.580)	2.368
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	(66.486)	69.418	(75.865)	79.461
Ativos financeiros pelo custo amortizado	(672.690)	715.221	(688.047)	731.329
	<u>(743.701)</u>	<u>789.071</u>	<u>(766.492)</u>	<u>813.158</u>
Derivados - Contabilidade de cobertura	274.783	(297.197)	282.550	(307.482)
Passivo				
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Depósitos - bancos centrais	(1.218)	1.194	(5.911)	5.788
Depósitos - instituições de crédito	(30.478)	30.844	(6.113)	6.124
Depósitos - clientes	(661.929)	685.605	(1.082.528)	1.146.896
Títulos de dívida emitidos	(125.364)	131.023	(110.725)	116.268
Outros passivos financeiros	(10.375)	10.532	(11.776)	11.970
	<u>(829.364)</u>	<u>859.198</u>	<u>(1.217.053)</u>	<u>1.287.046</u>

Instrumentos financeiros - negociação

Os parâmetros básicos para o cálculo do VaR aplicáveis de forma geral são, além da própria metodologia de cálculo, os seguintes:

- Horizonte temporal: O período de tempo para o que se calculam as perdas potenciais numa carteira para a medição do VaR (diário) é de 1 dia.
- Nível de confiança: tanto o VaR (perda potencial) como o VaE (ganho potencial) são determinados com um nível de confiança de 99% (percentis 1% e 99%, respetivamente, da distribuição de perdas e ganhos). Para efeitos de análise de contraste também será calculado um VaR e um VaE a um nível de confiança de 95% (percentis 5% e 95%, respetivamente).
- Fator de decaimento exponencial: Permite ponderar exponencialmente o valor das variações nos fatores de mercado no tempo, dando um menor peso às observações mais afastadas no tempo. O fator de decaimento exponencial aplicado é determinado periodicamente por Risco de Mercado.
- Os valores do VaR utilizados correspondem ao maior entre os que forem calculados com o fator de decaimento em vigor e os que forem calculados com pesos uniformes;
- Moeda de cálculo: No processo de cálculo do VaR todas as posições são valorizadas em euros, o que garante que a moeda sem risco seja a moeda local. No entanto, os valores do VaR são reportados em dólares dos EUA (USD) com vista a permitir a agregação de diferentes unidades; e
- Janela temporal de dados de mercado: É utilizada uma janela temporal de 2 anos ou pelo menos 520 dados obtidos a partir da data de referência de cálculo do VaR voltando atrás no tempo.

O cálculo do VaR Percentil atribui a mesma ponderação ao conjunto das 520 observações consideradas. O VaR Weighted Percentil atribui uma ponderação significativamente superior às observações mais recentes relativamente à data de referência da análise.

A simulação histórica consiste em usar as variações históricas como modelo de distribuição de possíveis variações nos fatores de risco. Por esta razão, o período escolhido é suficientemente longo e significativo, de forma a que todas as interações entre os fatores de mercado, as suas volatilidades e correlações entre si, fiquem bem espelhadas no período histórico selecionado.

Por outro lado, a reavaliação completa da carteira exige uma avaliação de cada um dos instrumentos, utilizando a respetiva expressão matemática para se obter o valor de mercado de cada posição individual. Ao serem utilizadas formas de reavaliação são calculados e ficam recolhidos nos valores do VaR os efeitos não lineares implícitos em certos produtos financeiros em consequência de alterações nos fatores de mercado.

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o VAR associado ao risco de taxa de juro correspondia a:

	31-12-2022	31-12-2021
VaR Percentil 99%	8.575	3

RISCO CAMBIAL

O perfil definido para o risco cambial é bastante conservador e é consubstanciado na política de cobertura seguida. A sua implementação é da responsabilidade da Área de Tesouraria, de modo a que os riscos envolvidos sejam pouco relevantes, sendo efetuada recorrendo sobretudo a *swaps* de divisa. Existem limites de risco estipulados para o risco cambial que são controlados pela área de Riscos de Mercado.

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe por moeda:

	30-06-2023			
	Euros	Dólares Norte- Americanos	Outras moedas	Total
Ativo				
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	7.957.057	41.951	54.505	8.053.513
Ativos financeiros detidos para negociação	828.010	(1)	1.883	829.892
Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados	27.700	-	-	27.700
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	4.541.392	1.459	-	4.542.851
Ativos financeiros pelo custo amortizado	38.806.641	335.771	38.380	39.180.792
Derivados - Contabilidade de cobertura	539.469	27.180	698	567.347
Investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas	-	-	-	-
	<u>52.700.269</u>	<u>406.360</u>	<u>95.466</u>	<u>53.202.095</u>
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	828.911	-	2.246	831.157
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Depósitos - bancos centrais	693.302	-	-	693.302
Depósitos - instituições de crédito	5.392.439	21.827	8.226	5.422.492
Depósitos - clientes	35.911.059	1.114.222	233.327	37.258.608
Títulos de dívida emitidos	5.009.725	-	-	5.009.725
Outros passivos financeiros	276.749	-	-	276.749
Derivados - Contabilidade de cobertura	4.974	-	-	4.974
	<u>48.117.159</u>	<u>1.136.049</u>	<u>243.799</u>	<u>49.497.007</u>

31-12-2022

	Euros	Dólares Norte- Americanos	Outras moedas	Total
Ativo				
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	8.291.904	62.843	53.238	8.407.985
Ativos financeiros detidos para negociação	496.069	-	2.034	498.103
Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados	31.020	-	-	31.020
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	4.423.337	60	-	4.423.397
Ativos financeiros pelo custo amortizado	40.369.605	449.578	31.781	40.850.964
Derivados - Contabilidade de cobertura	570.805	30.484	538	601.827
Investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas	41.468	-	-	41.468
	54.224.208	542.965	87.591	54.854.764
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	506.126	-	1.931	508.057
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Depósitos - bancos centrais	4.113.714	-	-	4.113.714
Depósitos - instituições de crédito	2.516.382	297.613	417	2.814.412
Depósitos - clientes	37.677.246	1.156.676	227.692	39.061.614
Titulos de dívida emitidos	4.316.483	-	-	4.316.483
Outros passivos financeiros	357.332	-	-	357.332
Derivados - Contabilidade de cobertura	183.771	-	-	183.771
	49.671.054	1.454.289	230.040	51.355.383

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o VaR associado ao risco cambial correspondia a:

	31-12-2022	31-12-2021
VaR Percentil 99%	8.208	13

RISCO DE COTAÇÕES DE ATIVOS

Instrumentos financeiros - negociação

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o Banco não tinha risco associado a cotações de ativos no que se refere aos seus instrumentos financeiros de negociação, pelo que o VaR associado a este risco é zero.

39. **GESTÃO DO CAPITAL**

O Banco tem uma posição de capital sólida, coerente com o seu modelo de negócio, a sua estrutura do balanço, o seu apetite de risco e os requisitos regulamentares. A fortaleza do balanço e a rentabilidade do Banco permite-nos exercer a nossa atividade de financiamento à economia e gerar capital de forma orgânica. As várias métricas de capital são estáveis, com rácios comodamente acima dos requisitos regulamentares e alinhados com o apetite de risco aprovado pela alta direção.

A gestão e adequação do capital visa assegurar a solvência e maximizar a rentabilidade, assim como com os requisitos regulatórios. A gestão de capital é uma ferramenta estratégica fundamental para a tomada de decisões. Existe um quadro de governo aprovado pela alta direção onde estão estabelecidos critérios, políticas, funções, métricas e processos relacionados com a gestão de capital.

No final do primeiro semestre de 2023, o rácio CET1 *phasing in* é de 19% e o rácio de capital total *phasing in* é de 21,5% cumprindo confortavelmente os requisitos mínimos de 8,34% e 12,5% respetivamente.

No dia 28 de junho de 2019, o Banco operacionalizou a primeira operação de securitização sintética originada pelo Banco. A operação tem como subjacente um portefólio de *Corporates*, PME, Câmaras Municipais e ENI's no montante de €2.4Bn, em relação ao qual o Banco compra proteção correspondente a uma tranche *mezzanine* com um *attachment point* de 1% e um *detachment point* de 8.5%. A tranche *mezzanine*, no montante de €181,3Mn, foi totalmente colocada junto de investidores institucionais estrangeiros, através de uma entidade com finalidade especial criada para o efeito, com um prémio de 8,7%.

No dia 26 de julho de 2021, o Banco operacionalizou a segunda operação de securitização sintética originada pelo Banco. A operação tem como subjacente um portefólio de *Corporates*, PME, ENI's e Project Finance no montante de €3.05Bn, em relação ao qual, o Banco comprou proteção correspondente a uma tranche *mezzanine* com um *attachment point* de 1,2% e um *detachment point* de 7,2%. A tranche *mezzanine*, no montante de €183Mn, foi totalmente colocada junto de investidores institucionais estrangeiros, em formato de uma CLN diretamente emitida pelo Banco, com um prémio de 9,0%.

No dia 16 de maio de 2022, o Banco operacionalizou a terceira operação de securitização sintética originada pelo Banco. A operação tem como subjacente um portefólio de *Corporates*, PME, ENI's e Project Finance no montante de €1,2Bn, em relação ao qual, o Banco comprou proteção correspondente a uma tranche *mezzanine* com um *attachment point* de 1,4% e um *detachment point* de 8,4%. A tranche *mezzanine*, no montante de €101Mn, foi totalmente colocada junto de investidores institucionais estrangeiros, em formato de uma CLN diretamente emitida pelo Banco, com um prémio de 9,5%.

Em fevereiro de 2023, o Banco operacionalizou a terceira operação de securitização sintética originada pelo Banco. A operação tem como subjacente um portefólio de crédito hipotecário no montante de €1,3Bn, em relação ao qual, o Banco comprou proteção correspondente a uma tranche *mezzanine* com um *attachment point* de 2,55% e um *detachment point* de 8,06%. A tranche *mezzanine*, no montante de €136Mn, foi totalmente colocada junto de investidores institucionais estrangeiros, em formato de garantia financeira/contrato de seguro, com um prémio de 10,5%.

No quadro seguinte resume-se a composição do capital regulamentar e rácios prudenciais do Banco em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (ambos em BIS III – Phasing In):

Valores em milhões de Euros		
	jun/23	dez/22
A - FUNDOS PRÓPRIOS DE NÍVEL 1 (TIER I)	2.982	3.003
Capital Elegível (inclui instrumentos adicionais elegíveis em Tier I)	1.941	1.941
Reservas e Resultados Elegíveis (exc. Interesses Minoritários)	1.275	1.080
Interesses Minoritários Elegíveis	-	-
Deduções aos F.P. Base	(235)	(18)
B - FUNDOS PRÓPRIOS DE NÍVEL 2 (TIER II)	389	387
Passivos subordinados c/venc. Indeterminado	328	328
Interesses Minoritários Elegíveis	-	-
Outros Elementos / Deduções aos F.P. Complementares	61	59
C - DEDUÇÕES AOS FUNDOS PRÓPRIOS TOTAIS	-	-
D - TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS ELEGÍVEIS (A+B+C)	3.371	3.390
E - POSIÇÕES EM RISCO	15.665	15.877
RÁCIOS		
TIER I (A/E)	19,0%	18,9%
CORE CAPITAL (CET1)	16,5%	16,4%
TIER II (B/E)	2,5%	2,4%
RÁCIO DE FUNDOS PRÓPRIOS TOTAIS (D/E)	21,5%	21,4%
LEVERAGE	5,9%	5,5%

40. FUNDO DE RESOLUÇÃO

O Fundo de Resolução é uma pessoa coletiva de direito público com autonomia administrativa e financeira, criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro, que se rege pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (“RGICSF”) e pelo seu regulamento e que tem como missão prestar apoio financeiro às medidas de resolução aplicadas pelo Banco de Portugal, na qualidade de autoridade nacional de resolução, e para desempenhar todas as demais funções conferidas pela lei no âmbito da execução de tais medidas.

O Banco, a exemplo da generalidade das instituições financeiras a operar em Portugal, é uma das instituições participantes no Fundo de Resolução, efetuando contribuições que resultam da aplicação de uma taxa definida anualmente pelo Banco de Portugal tendo por base, essencialmente, o montante dos seus passivos. Em 2023, a contribuição periódica efetuada pelo Banco ascendeu a 6.821 milhares de Euros, tendo por base uma taxa contributiva de 0,023%.

Medida de resolução aplicada ao Banco Espírito Santo, S.A.

No âmbito da sua responsabilidade enquanto autoridade de supervisão e resolução do sector financeiro português, o Banco de Portugal, em 3 de agosto de 2014, decidiu aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. (“BES”) uma medida de resolução, ao abrigo do n.º 5 do artigo 145º-G do RGICSF, que consistiu na transferência da generalidade da sua atividade para um banco de transição, denominado Novo Banco, S.A. (“Novo Banco”), criado especialmente para o efeito.

Para realização do capital social do Novo Banco, o Fundo de Resolução, enquanto acionista único, disponibilizou 4.900 milhões de Euros, dos quais 365 milhões de Euros correspondiam a recursos financeiros próprios. Foi ainda concedido um empréstimo por um sindicato bancário ao Fundo de Resolução, no montante de 635 milhões de Euros, sendo a participação de cada instituição de crédito ponderada em função de diversos fatores, incluindo a respetiva dimensão. O restante montante (3.900 milhões de Euros) teve origem num empréstimo reembolsável concedido pelo Estado Português.

Na sequência da aplicação da referida medida de resolução, a 7 de julho de 2016, o Fundo de Resolução declarou que iria analisar e avaliar as diligências a tomar na sequência da publicação do relatório sobre os resultados do exercício de avaliação independente, realizado para estimar o nível de recuperação de crédito para cada classe de credores no cenário hipotético de um processo de insolvência normal do BES a 3 de agosto de 2014. Nos termos da lei aplicável, caso se venha a verificar que os credores cujos créditos não tenham sido transferidos para o Novo Banco assumem um prejuízo superior ao que hipoteticamente teriam caso o BES tivesse entrado em processo de liquidação em momento imediatamente anterior ao da aplicação da medida de resolução, esses credores têm direito a receber a diferença do Fundo de Resolução.

A 31 de março de 2017, o Banco de Portugal comunicou ter selecionado o Fundo Lone Star para a compra do Novo Banco, a qual foi concluída em 17 de outubro de 2017, mediante a injeção pelo novo acionista de 750 milhões de euros, à qual se seguirá uma nova entrada de capital de 250 milhões de euros, a concretizar num período de até três anos. Com esta operação cessou o estatuto de banco de transição do Novo Banco, tendo o Fundo Lone Star passado a deter 75% do capital social do Novo Banco e o Fundo de Resolução os remanescentes 25%, ainda que sem os correspondentes direitos de voto.

No dia 26 de fevereiro de 2018, a Comissão Europeia divulgou a versão não confidencial da decisão de aprovação do auxílio do Estado subjacente ao processo de venda do Novo Banco, a qual contempla um mecanismo de capitalização contingente, nos termos do qual o Fundo de Resolução poderá ser chamado a realizar injeções de capital no caso de se materializarem certas condições relacionadas com o desempenho de um conjunto restrito de ativos do Novo Banco e com a evolução dos níveis de capital do banco.

Este mecanismo é acionado anualmente, com base nas contas anuais do Novo Banco certificadas pelo respetivo auditor, estando prevista a possibilidade de apuramentos intra-aneais apenas no caso de incumprimento, pelo Novo Banco, dos requisitos prudenciais. Para efeitos deste mecanismo, são consideradas as diferenças de valorização dos ativos (positivas ou negativas) face ao seu valor contabilístico, líquido de imparidades, registado a 30 de junho de 2016 (cerca de 7,9 mil milhões de Euros de acordo com a informação prestada pelo Novo Banco). Assim, são consideradas perdas ou ganhos económicos, resultantes, por exemplo, da venda de ativos ou da reestruturação de créditos, mas também as imparidades, ou a sua reversão, registadas pelo Novo Banco, nos termos das normas de contabilidade, bem como os custos de financiamento associados à manutenção dos ativos no balanço do Novo Banco.

Ao abrigo do referido mecanismo, até esta data, o Fundo de Resolução efetuou o pagamento de 3.293 milhões de Euros ao Novo Banco com referência às contas de 2017 a 2020, tendo para tal utilizado recursos financeiros próprios resultantes das contribuições pagas, direta ou indiretamente pelo setor bancário, complementados por um empréstimo do Estado no montante de 2.130 milhões de Euros no âmbito do acordo-quadro celebrado entre o Estado Português e o Fundo de Resolução.

Em 31 de maio de 2021, o Fundo de Resolução celebrou um novo contrato de empréstimo no montante máximo de 475 milhões de euros com um conjunto de bancos para fazer face às necessidades de financiamento do Fundo decorrente dos compromissos assumidos com o Novo Banco ao abrigo do Acordo de capital contingente. A quota parte do Banco foi de 104 milhões de euros.

Este mecanismo vigora até 31 de dezembro de 2025 (podendo ser estendido até 31 de dezembro de 2026) e está limitado a um máximo absoluto de 3.890 milhões de Euros.

Medida de resolução aplicada ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.

Em 19 de dezembro de 2015, o Banco de Portugal deliberou declarar que o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (“Banif”) se encontrava «em risco ou em situação de insolvência» e iniciar um processo de resolução urgente da instituição na modalidade de alienação parcial ou total da sua atividade, e que se materializou na alienação em 20 de dezembro de 2015 ao Banco Santander Totta S.A. (“Santander Totta”) dos direitos e obrigações, constituindo ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão do Banif por 150 milhões de Euros.

A maior parte dos ativos que não foram objeto de alienação foram transferidos para um veículo de gestão de ativos, denominado Oitante, S.A. (“Oitante”), criado especificamente para o efeito, o qual tem como acionista único o Fundo de Resolução. A Oitante procedeu à emissão de obrigações representativas de dívida, no montante de 746 milhões de Euros, tendo sido prestada uma garantia pelo Fundo de Resolução e uma contragarantia pelo Estado Português.

Esta operação envolveu um apoio público estimado em 2.255 milhões de Euros que visou cobrir contingências futuras e que foi financiado em 489 milhões de Euros pelo Fundo de Resolução e 1.766 milhões de Euros diretamente pelo Estado Português.

Responsabilidades e financiamento do Fundo de Resolução

Na sequência das medidas de resolução aplicadas ao BES e ao Banif e do acordo de venda do Novo Banco à Lone Star, o Fundo de Resolução contraiu os empréstimos referidos acima e assumiu responsabilidades e passivos contingentes resultantes de:

- efeitos da aplicação do princípio de que nenhum credor da instituição de crédito sob resolução pode assumir um prejuízo maior do que aquele que assumiria caso essa instituição tivesse entrado em liquidação;
- efeitos negativos decorrentes do processo de resolução de que resultem responsabilidades ou contingências adicionais para o Novo Banco que têm que ser neutralizados pelo Fundo de Resolução;
- processos judiciais contra o Fundo de Resolução;
- garantia prestada às obrigações emitidas pela Oitante. Esta garantia está contragarantida pelo Estado Português;
- mecanismo de capitalização contingente associado ao processo de venda do Novo Banco à Lone Star.

Por forma a preservar a estabilidade financeira por via da promoção das condições que conferem previsibilidade e estabilidade ao esforço contributivo para o Fundo de Resolução, o Governo Português chegou a acordo com a Comissão Europeia no sentido de serem alteradas as condições dos financiamentos concedidos pelo Estado Português e pelos bancos participantes ao Fundo de Resolução. Para o efeito, foi formalizado um aditamento aos contratos de financiamento ao Fundo de Resolução, que introduziu um conjunto de alterações sobre os planos de reembolso, as taxas de remuneração, e outros termos e condições associados a esses empréstimos, por forma a que os mesmos se ajustem à capacidade do Fundo de Resolução cumprir integralmente as suas obrigações com base nas suas receitas regulares, isto é, sem necessidade de serem cobradas, aos bancos participantes no Fundo de Resolução, contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuição extraordinária.

De acordo com o comunicado do Fundo de Resolução de 31 de março de 2017, a revisão das condições dos financiamentos concedidos pelo Estado Português e pelos bancos participantes visou assegurar a sustentabilidade e o equilíbrio financeiro do Fundo de Resolução, com base num encargo estável, previsível e comportável para o sector bancário. Com base nesta revisão, o Fundo de Resolução considerou estar assegurado o pagamento integral das suas responsabilidades, bem como a respetiva remuneração, sem necessidade de recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias por parte do sector bancário.

Não obstante a possibilidade prevista na legislação aplicável de cobrança de contribuições especiais, atendendo à renegociação das condições dos empréstimos concedidos ao Fundo de Resolução pelo Estado Português e por um sindicato bancário, no qual o Banco se inclui, e aos comunicados públicos efetuados pelo Fundo de Resolução e pelo Gabinete do Ministro das Finanças, as presentes demonstrações financeiras refletem a expectativa do Conselho de Administração de que não serão exigidas ao Banco contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias para financiamento do Fundo de Resolução.

Eventuais alterações significativas relativamente a estas matérias podem ter implicações relevantes nas demonstrações financeiras do Banco.

41. AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA

Em 2012 foi aberto um processo de contraordenação pela Autoridade da Concorrência (“AdC”), por alegados indícios de infração ao Artigo 9.º da Lei 19/2012, de 8 de Maio (Lei da Concorrência).

No âmbito do citado processo foram efetuadas, em 6 de março de 2013, diligências de busca e apreensão nas instalações do Banco, e de outras instituições de crédito, tendo sido apreendida documentação indiscriminada, para verificação de eventuais indícios de infração ao supra citado preceito legal.

Em 3 de junho de 2015, o Banco, à semelhança de outras 14 instituições de crédito, foi notificado da nota de ilicitude emitida pela AdC relativa ao processo contraordenacional em apreço (Processo nº PRC 9/2012), sendo acusado de participar num intercâmbio de determinada informação comercial sensível entre concorrentes. Esta troca de informação foi sancionada como uma “infração por objeto”, ou seja, a Autoridade da Concorrência considerou esta conduta ilícita ainda que sem a demonstração de efeitos nos consumidores.

Em 9 de setembro de 2019, a AdC proferiu a decisão final, mantendo no essencial a tese apresentada na Nota de Ilicitude de 2015, ou seja, a presunção de conduta anti concorrencial a partir dos intercâmbios de informação entre concorrentes em Crédito Habitação, Crédito Consumo e Crédito Empresas. O Banco Santander Totta foi condenado numa coima de 35 milhões de euros, acrescida de uma coima de 650 mil euros aplicada ao Banco Popular Portugal.

A coima aplicada, que poderia ascender a um limite máximo equivalente a 10% do volume de negócios anual da empresa infratora realizado no exercício imediatamente anterior à decisão, veio a ser aplicada por um montante correspondente a cerca de 2,02% daquele indicador (considerando não só a sanção aplicada ao Banco, mas também ao Banco Popular Portugal).

Não obstante, em 21 de outubro de 2019, o Banco impugnou judicialmente a decisão final da AdC, encontrando-se o processo pendente junto do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão.

Já no âmbito da impugnação judicial, foi estabelecido o montante e a modalidade das cauções a prestar, para obtenção de efeito suspensivo da decisão impugnada. Neste âmbito, o Banco apresentou uma garantia bancária no montante de 17.825 milhares de euros, emitida pelo próprio Banco, como forma de satisfazer a referida caução.

As sessões da audiência de julgamento tiveram lugar entre outubro de 2021 e março de 2022, tendo o Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão tomado uma primeira decisão em 28 de abril de 2022. Nesta decisão, embora confirmando genericamente os factos incluídos na decisão sancionatória da AdC sobre a alegada troca de informação não pública sobre spreads e produção de crédito, o Tribunal da Concorrência reconheceu, conforme alegado pelo Santander, que se justificava uma decisão prejudicial sobre esta matéria do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE), devido à ausência de jurisprudência e prática decisória considerando trocas autónomas de informações entre concorrentes, como a que está em causa neste caso, como infrações ao direito da concorrência “por objeto”, ou seja, independentemente de seus efeitos no mercado.

Consequentemente, o Tribunal da Concorrência suspendeu o seu julgamento e decisão final enquanto a questão prejudicial está a ser decidida pelo TJUE, que serão retomados após este tribunal esclarecer as questões levantadas pelo Tribunal da Concorrência.

Esta decisão confirma que a alegada infração não é tão clara como a Autoridade da Concorrência tentou sustentar, uma vez que o próprio Tribunal da Concorrência tem dúvidas sobre o enquadramento legal aplicável.

De acordo com a tramitação regular daquele processo junto do TJUE, o parecer escrito do Banco Santander Totta foi entregue em 30 de agosto de 2022.

As alegações orais das partes foram apresentadas em 22 de junho de 2023, estimando-se que o parecer do advogado-geral seja emitido até ao final deste ano.

O Banco aguardará a decisão do TJUE e, subseqüentemente, a decisão relativa à impugnação judicial apresentada, não prescindindo do exercício de todas as faculdades jurídicas e judiciais que assegurem a salvaguarda dos seus interesses.

Em linha com o que tem sido a sua posição ao longo do processo, o Banco refuta veementemente todas as teses subjacentes à decisão da AdC, tendo a sua impugnação judicial junto do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão sido suportada, nomeadamente, em pareceres de eminentes Professores de Direito, que atestam a inexistência de qualquer ilícito nas condutas apontadas à instituição.

Tendo em consideração o descrito acima, é convicção do Conselho de Administração do Banco de que as probabilidades do Banco não vir a ser condenado, no final do processo, a pagar uma coima são mais elevadas do que as de suceder o inverso, pelo que não foi registada qualquer provisão para este processo nas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2023.

42. EVENTOS SUBSEQUENTES

À data de aprovação das presentes demonstrações financeiras consolidadas pelo Conselho de Administração do Banco, não se verificava nenhum acontecimento subsequente a 30 de junho de 2023, data de referência das referidas demonstrações financeiras, que exigissem ajustamentos ou modificações dos valores dos ativos e dos passivos, nos termos da IAS 10 – Acontecimentos após a data de balanço.

43. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de setembro de 2023.

ANEXO I

Em 30 de junho de 2023, as condições das obrigações estruturadas, hipotecárias, emitidas no âmbito de operações de titularização, outras e dos passivos subordinados são as seguintes:

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Juros a pagar / comissões a diferir	Correcções de Valor por operações de cobertura	Total	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Emitido	pelo Grupo	Balanço							
Obrigações estruturadas											
Ob.BST Index linked notes 2024	EUR	8.226	428	7.798	315	(430)	7.683	Variável	20-12-2019	23-12-2024	cabaz indices
Syntotta 2 - Credit Linked Notes due August 2037	EUR	101.656	-	101.656	1.964	-	103.620	Variável	26-07-2021	15-08-2037	Euribor3M (floored at 0) + 9%
Syntotta 3 - Credit Linked Notes due January 2042	EUR	100.800	-	100.800	2.659	-	103.459	Variável	31-05-2022	31-01-2042	Euribor3M + 8,7%
Syntotta 2 - Credit Linked Notes due August 2037	EUR	34.025	-	34.025	495	-	34.520	Variável	13-04-2023	15-08-2037	Euribor3M + 9%
Total		244.707	428	244.279	5.432	(430)	249.282				
Obrigações hipotecárias											
Hipotecárias XX - 1ª	EUR	750.000	750.000	-	(607)	-	(607)	1,201%	07-12-2017	07-12-2027	Tx Fixa
Hipotecárias XXI	EUR	1.000.000	1.000.000	-	(695)	-	(695)	1,481%	10-04-2017	10-04-2027	Tx Fixa
Hipotecárias XXII	EUR	1.000.000	3.800	996.200	275	-	996.475	0,875%	25-04-2017	25-04-2024	Tx Fixa
Hipotecária XXIII	EUR	1.000.000	20.000	980.000	3.657	-	983.657	1,250%	26-09-2017	26-09-2027	Tx Fixa
Hipotecária XXIV	EUR	1.100.000	1.100.000	-	(1.182)	-	(1.182)	0,412%	05-07-2019	05-07-2029	Tx Fixa
Hipotecária XXV	EUR	750.000	750.000	-	(247)	-	(247)	0,505%	27-03-2020	27-03-2025	Tx Fixa
Hipotecária XXVI	EUR	750.000	750.000	-	(966)	-	(966)	0,00%	28-10-2020	28-10-2030	Tx Fixa
Hipotecária XXVII	EUR	750.000	750.000	-	(764)	-	(764)	0,64%	04-03-2022	04-03-2029	Tx Fixa
Hipotecária XXVIII	EUR	750.000	-	750.000	(356)	-	749.644	3,38%	19-04-2023	19-04-2028	Tx Fixa
Hipotecária XXIX	EUR	1.000.000	1.000.000	-	(1.224)	-	(1.224)	0,35%	02-06-2023	02-06-2031	Tx Fixa
Total		8.850.000	6.123.800	2.726.200	(2.109)	-	2.724.091				
Obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização											
Hipototta 4 - Classe A - Notes	EUR	306.394	224.217	82.177	(274)	-	81.903	Variável	09-12-2005	30-12-2048	Euribor 3m+0,12% (até ao reembolso antecipado a Dezembro de 2014); Euribor 3m+0,24% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe B - Notes	EUR	11.147	11.147	-	-	-	-	Variável	09-12-2005	30-12-2048	Euribor 3m+0,19% (até ao reembolso antecipado a Dezembro de 2014); Euribor 3m+0,40% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe C - Notes	EUR	35.204	35.204	-	-	-	-	Variável	09-12-2005	30-12-2048	Euribor 3m+0,29% (até ao reembolso antecipado a Dezembro de 2014); Euribor 3m+0,58% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe D - Notes	EUR	7.000	7.000	-	-	-	-	Variável	09-12-2005	30-12-2048	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2023

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Juros a pagar / comissões a diferir	Correcções de Valor		Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Emitido	Subscrito pelo Grupo	Balanço		por operações de cobertura	Total				
Hipototta 5 - Classe A2 - Notes	EUR	271.701	222.857	48.844	49	-	48.893	Variável	22-03-2007	28-02-2060	Euribor 3m+0,13% (até ao reembolso antecipado a fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,26% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe B - Notes	EUR	26.000	26.000	-	-	-	-	Variável	22-03-2007	28-02-2060	Euribor 3m+0,17% (até ao reembolso antecipado a fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,34% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe C - Notes	EUR	24.000	24.000	-	-	-	-	Variável	16-03-2007	28-02-2060	Euribor 3m+0,24% (até ao reembolso antecipado a fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,48% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe D - Notes	EUR	26.000	26.000	-	-	-	-	Variável	22-03-2007	28-02-2060	Euribor 3m+0,50% (até ao reembolso antecipado a fevereiro de 2014); Euribor 3m+1,00% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe E - Notes	EUR	31.000	31.000	-	-	-	-	Variável	22-03-2007	28-02-2060	Euribor 3m+1,75% (até ao reembolso antecipado a fevereiro de 2014); Euribor 3m+3,50% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe F - Notes	EUR	6.000	6.000	-	-	-	-	Variável	22-03-2007	28-02-2060	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Mortgage 2 - Classe A	EUR	72.920	-	72.920	(8.853)	-	64.067	Variável	05-03-2008	18-09-2060	3mth Euribor + 0,33%
Atlantes Mortgage 2 - Classe B	EUR	9.078	9.078	-	-	-	-	Variável	05-03-2008	18-09-2060	3mth Euribor + 0,95%
Atlantes Mortgage 2 - Classe C	EUR	3.700	3.700	-	-	-	-	Variável	05-03-2008	18-09-2060	3mth Euribor + 1,65%
Atlantes Mortgage 2 - Classe D	EUR	8.332	8.332	-	-	-	-	Variável	05-03-2008	18-09-2060	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Mortgage 3 - Classe A	EUR	128.301	39.987	88.314	(6.143)	-	82.171	Variável	30-10-2008	20-08-2061	3mth Euribor + 0,20%
Atlantes Mortgage 3 - Classe B	EUR	18.400	18.400	-	-	-	-	Variável	30-10-2008	20-08-2061	3mth Euribor + 0,50%
Atlantes Mortgage 3 - Classe C	EUR	33.477	33.477	-	-	-	-	Variável	30-10-2008	20-08-2061	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Mortgage 4 - Classe A	EUR	140.309	-	140.309	(17.918)	-	122.392	Variável	16-02-2009	30-12-2064	3mth Euribor + 0,15%
Atlantes Mortgage 4 - Classe B	EUR	15.452	15.452	-	-	-	-	Variável	16-02-2009	30-12-2064	3mth Euribor + 0,30%
Atlantes Mortgage 4 - Classe C	EUR	43.392	43.392	-	-	-	-	Variável	16-02-2009	30-12-2064	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Hipototta nº13 Classe A	EUR	587.849	587.849	-	-	-	-	Variável	09-01-2018	23-10-2072	3mth Euribor + 0,60%
Hipototta nº13 Classe B	EUR	484.000	484.000	-	-	-	-	Variável	09-01-2018	23-10-2072	3mth Euribor + 1%
Hipototta nº13 Classe C	EUR	36.253	36.253	-	-	-	-	Variável	09-01-2018	23-10-2072	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Hipototta nº13 Classe D	EUR	-	-	-	-	-	-	Variável	09-01-2018	23-10-2072	
Consumer Totta 1 classe A	EUR	520.000	-	520.000	190	-	520.190	Variável	30-09-2022	28-06-2033	3mth Euribor + 0,80%
Consumer Totta 1 classe B	EUR	25.000	-	25.000	10	-	25.010	Variável	30-09-2022	28-06-2033	3mth Euribor + 1,10%
Consumer Totta 1 classe C	EUR	40.000	-	40.000	19	-	40.019	Variável	30-09-2022	28-06-2033	3mth Euribor +2%
Consumer Totta 1 classe D	EUR	25.000	-	25.000	24	-	25.024	Variável	30-09-2022	28-06-2033	3mth Euribor + 8%
Consumer Totta 1 classe E	EUR	40.000	-	40.000	51	-	40.051	Variável	30-09-2022	28-06-2033	3mth Euribor + 12%
Consumer Totta 1 classe F	EUR	5.200	-	5.200	7	-	5.207	Variável	30-09-2022	28-06-2033	3mth Euribor + 12,5%
Consumer Totta 1 classe X	EUR	5.952	5.952	-	-	-	-	Variável	30-09-2022	28-06-2033	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Total		2.987.060	1.899.297	1.087.765	(32.838)	-	1.054.927				

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2023

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão		Juros a pagar / comissões a diferir	Correcções de Valor por operações de cobertura	Total	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Emitido	Subscrito pelo Grupo							
Outras Obrigações emitidas										
OB.BANCO SANTANDER TOTTA VAR SR 2 2028/06/20	EUR	650.000	-	650.000	884	-	650.884	4,51%	20-06-2022	20-06-2028
Total		650.000	-	650.000	884	-	650.884			
Passivos subordinados										
OB.BST SA 7.5%	EUR	7.599	-	7.599	419	-	8.018	7,50%	06-10-2016	06-10-2026
OB. BST 2030 TIER2	EUR	320.000	-	320.000	2.524	-	322.524	1,58%	31-12-2020	31-12-2030
Total		327.599	-	327.599	2.943	-	330.542			
TOTAL DE RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TITULOS		13.059.367	8.023.525	5.035.843	(25.687)	(430)	5.009.725			

